UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

ALÁDIO ZANCHET

Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade
Ambiental no Brasil

São Paulo
2014

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Júnior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Profª. Drª. Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

ALÁDIO ZANCHET

Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade Ambiental no Brasil

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Controladoria e Contabilidade: Contabilidade

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins

Versão original

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Zanchet, Aládio

Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil / Aládio Zanchet. -- São Paulo, 2014.

213 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

Orientador: Gilberto de Andrade Martins.

1. Epistemologia 2. Contabilidade ambiental 3. Valores 4. Ciência – Interação 5. Pesquisa científica I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 121

Nome: Zanchet, A.

Título: Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade Ambiental no Brasil

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Dedico este trabalho em ação de graças a Deus, pela misericórdia, pelo carinho, ternura, atenção e cuidado com que tratou a mim e à minha família neste período do doutorado.

A “travessia” foi longa e cheia de privações e de sacrifícios para aqueles que me acompanharam bem de pertinho. Por isso dedico este trabalho, de todo meu coração, à minha família: minha esposa Claudia Inês (Claudinha), meus filhos Lucas Samuel, Ana Clara e Leonardo Miguel Zanchet. Vocês são os melhores dos melhores parceiros que um doutorando poderia ter. Esta tese é NOSSA! Valeu!!!!!!!!!!

Como expressão de meu carinho, admiração e respeito, dedico este trabalho a meus pais, Sextilio e Shirley Zanchet. Com vocês aprendi, acima de tudo, o que é o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, que em sua infinita misericórdia concedeu-me a graça de chegar até aqui. NEle me refugio, nEle encontro o descanso, sinto-me amado, seguro e protegido. Obrigado Senhor, por mostrar-me coisas “grandiosas e sublimes” que ainda não conhecia (Jeremias, 33, 3). Louvado seja Deus!

Verdadeiros amigos, parceiros de vida, se revelam nas horas mais difíceis. Agradeço a você Claudinha, minha esposa, parceira, amiga e intercessora; um exemplo de mulher e de mãe; um modelo de carinho, ternura, atenção, cuidado e zelo. Obrigado pela coragem de largar tudo e me acompanhar nesse projeto; obrigado pela entrega, pela simplicidade, pela fé, pela garra e competência com que enfrentou os problemas. Esse período foi um grande “doutorado” em nossa vida Claudinha. Quero viver assim, contigo, até o fim!

Ouvi muitas vezes essas perguntas: “Pai, você já terminou a tese?; Falta muito?; Quantas páginas a tese tem que ter?; Quantas páginas você escreveu hoje?; ”, “Pai, quantas páginas faltam?” ... *and so on*. Obrigado crianças pelo carinho, pela paciência, compreensão, coragem, ensinamentos e por todos os momentos bem vividos na companhia de vocês. Meus filhos Lucas Samuel, Ana Clara e Leonardo Miguel Zanchet;

Minha gratidão aos meus pais, Sextilio e Shirley Zanchet. Braços sempre abertos, prontos a acolher e a servir, incondicionalmente. O silêncio e a simplicidade de vocês guardam a riqueza da bênção maternal e paternal. Bênção pai! Bênção mãe!;

Aos familiares e amigos, agradeço pela compreensão e pelo apoio nesse período em que “desapareci” do convívio de vocês;

Agradeço, de maneira especial, ao professor Gilberto de Andrade Martins, meu orientador. Obrigado pelo encorajamento, pela confiança no meu trabalho, por sua paciência, dedicação, respeito e atenção para com este aprendiz. Por tudo isso expresso minha admiração e o meu respeito ao professor Gilberto;

Sou muito grato aos professores do doutorado, cujas aulas frequentei e com os quais tive a oportunidade de aprender e de conhecer novas ideias e autores que influenciaram minha maneira de pensar: com o professor Gilberto de Andrade Martins, a Epistemologia; com o professor Eliseu Martins, a Análise das Demonstrações Contábeis; com o professor Ricardo Abramovay, a Sociologia Econômica; com o professor Paulo Sanisgalli (PROCAM), a Economia do Meio Ambiente; com o professor Hugh Matthew Lacey

(Filosofia), a Teoria do Conhecimento e a Filosofia da Ciência e com o professor Rafael Alcadiapani (FGV), os Métodos Qualitativos de Pesquisa;

Aos demais professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, pelo convívio, ensinamentos e apoio;

Agradeço também, de modo especial, ao professor Lacey. Além de me apresentar à Filosofia da Ciência e às ideias que compõem os fundamentos teóricos desta tese, suas observações sobre o trabalho na banca de qualificação e suas orientações em encontros para discutir os avanços obtidos, foram essenciais para a conclusão desta tese;

Agradeço também à professora Brena Paula Magno Fernandez pelas contribuições oferecidas ao trabalho por ocasião da banca de qualificação;

A todos os funcionários da FEA/USP (recepção, secretarias, biblioteca, zeladoria, segurança e informática), meu agradecimento;

Agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), especialmente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, campus de Marechal Cândido Rondon, por possibilitar a licença para cursar o doutorado.

Minha gratidão aos colegas professores do curso de Ciências Contábeis da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, por assumirem minhas atividades docentes nesse período em que estive licenciado. Sem essa disponibilidade de vocês, esse projeto não seria viável.

Ao professor Douglas André Roesler, da UNIOESTE, um agradecimento especial pelas discussões que inspiraram o projeto inicial desta tese;

À professora Luciana do Amaral Roesler (*teacher* Lu), pelos textos de língua inglesa que hoje posso ler;

Ao professor João Carlos Klein (meu cunhado), pelas discussões que enriqueceram meu entendimento sobre análises de discursos, especialmente;

Aos colegas do doutorado, Josedilton, Manoel e Kelly Rodrigues, pelo convívio, e aos amigos Cláudio e Kelly Marques, pelas parcerias, discussões, companheirismo e pelas rodas de chimarrão, é claro.

*Sim! As velhas angústias terminaram,
desapareceram de minha vista. Sim! Vou criar
novo céu e nova terra! As coisas antigas nunca
mais serão lembradas, jamais voltarão ao
pensamento. Mas haverá alegria e festa
permanentes, coisas que vou criar, pois farei de
Jerusalém uma festa, do meu povo, uma alegria.*

Isaías, 65, 16b-18

RESUMO

Zanchet, A. (2014). *Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade Ambiental no Brasil*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O prestígio e a autoridade obtidos pela ciência têm como um de seus principais fundamentos a ideia de que a representação científica da realidade é livre de influências dos valores morais, éticos e sociais dos pesquisadores. Essa ideia, porém, permanece como uma das questões centrais do debate na filosofia da ciência e na epistemologia, e a reflexão sobre a relação que valores mantêm com práticas científicas é considerada essencial para o aperfeiçoamento da ciência. Questões ambientais têm contribuído para acentuar as controvérsias sobre a maneira como a ciência é conduzida e, nesse sentido, este trabalho busca contribuir para o aperfeiçoamento das práticas científicas por meio de uma reflexão crítico-epistemológica sobre o papel desempenhado pelos valores no processo de construção do conhecimento científico em Contabilidade Ambiental (CA) no Brasil. O desenvolvimento do trabalho foi orientado, fundamentalmente, pela filosofia de Hugh Lacey, cujo modelo de análise da relação entre valores e atividades científicas possibilita identificar e situar o papel que os valores desempenham nas práticas científicas, sem que com isso a imparcialidade, na avaliação de teorias, fique prejudicada. Para a análise empírica foram acessados 344 trabalhos de pesquisa sobre CA publicados no Brasil entre os anos de 1998 e 2013, envolvendo teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos de periódicos. O exame dos discursos presentes nos trabalhos focou as estratégias de pesquisa que orientaram tais investigações. A análise dos pressupostos teóricos que orientaram as pesquisas e dos critérios de seleção de dados empíricos utilizados para testar as teorias adotadas, mostra que estratégias de pesquisa de abordagem descontextualizada são hegemônicas na condução das pesquisas em CA no Brasil. Autores dos trabalhos analisados silenciam sobre pressupostos ontológicos e epistemológicos que orientaram suas investigações, e sobre o papel que valores exercem nessa atividade. As pesquisas são conduzidas sob a crença numa realidade objetiva, cuja existência independe da consciência, dos valores e dos interesses humanos, e espelham a possibilidade de capturar e representar a realidade de uma forma objetiva, neutra e imparcial. Visando, fundamentalmente, promover a possibilidade de controlar os objetos investigados, a ênfase das pesquisas está em explicar e prever o comportamento dos fenômenos por meio da identificação de padrões de comportamento, de regularidades e de relações causais. Decorrente dos próprios objetivos instrumentais da contabilidade, a adoção quase exclusiva desse tipo de estratégia de pesquisa reflete uma subordinação das escolhas metodológicas à possibilidade de aplicação do conhecimento gerado para fins de controle, o que compromete a neutralidade das práticas científicas dessa área. Tais resultados levam à conclusão de que as práticas de pesquisa em CA no Brasil não estão comprometidas com o ideal da neutralidade científica, em razão da relação mutuamente reforçada entre as aplicações do produto da ciência e as escolhas metodológicas. A par dos avanços já obtidos na pesquisa em CA no Brasil por meio das estratégias descontextualizadas, um comprometimento efetivo com o ideal da neutralidade nas práticas científicas requer a abdicação desse monismo metodológico em favor da coexistência de uma pluralidade de estratégias de pesquisa nessa área.

Palavras-chave: Epistemologia. Contabilidade Ambiental. Valores. Ciência – Interação. Pesquisa científica.

ABSTRACT

Zanchet, A. (2014). *Value-free science?: an epistemological approach of the Environmental Accounting research in Brazil*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The prestige and authority obtained from science have as one of their main foundations the idea that scientific representation of reality is free from influences of moral, ethical and social values of the researchers. However, this idea remains as one of the central questions of debate in philosophy of science and epistemology, and the reflection on the relationship between values and science practices is considered essential for the improvement of science. Environmental issues have contributed to the widening controversy about the way science is conducted and, in this sense, this paper aims to contribute to the improvement of scientific practices through a critical-epistemological reflection on the role of values in the process of building scientific knowledge on Environmental Accounting (EA) in Brazil. The work development was driven primarily by the philosophy of Hugh Lacey, whose model of analysis of the relationship between values and science activities helps identify and define the role that values play in scientific practices, thereby without impartiality in evaluating theories be impaired. For the empirical analysis 344 research papers published on EA in Brazil between the years 1998 and 2013, involving doctoral dissertations, master theses, and journal articles were accessed. The examination of the present discourses in the work focused research strategies that guided such investigations. The analysis of the theoretical assumptions that guided the research and the criteria for selection of empirical data used to test the theories adopted, shows that research strategies of decontextualized approach are hegemonic in conducting research in EA in Brazil. Authors of the analyzed papers are silent regarding to ontological and epistemological assumptions that guided their research, and about the role that values exert on this activity. Surveys are conducted under the belief in an objective reality which existence is independent of consciousness, values and human interests, and reflect the ability to capture and represent reality in an objective, neutral and impartial manner. Aimed primarily to promote the possibility of controlling the objects investigated, the emphasis of the research is to explain and predict the behavior of phenomena through the identification of behavioral patterns, regularities and causal relationships. Arising own instrumental goals of accounting, the almost exclusive adoption of this type of research strategy reflects a methodological subordination of the possibility of applying the knowledge generated for control purposes, which compromises the neutrality of scientific practices in this area choices. These results lead to the conclusion that research practices in EA in Brazil are not committed to the ideal of scientific neutrality, due the relationship between mutually reinforced product applications of science and methodological choices. Alongside the progress already achieved in research on EA in Brazil through decontextualized strategies, an effective commitment to the ideal of neutrality in scientific practices requires the abdication of this methodological monism in favor of the coexistence of a plurality of research strategies in this area.

Keywords: Epistemology. Environmental Accounting. Values. Science – Interaction. Scientific research.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos pressupostos do <i>mainstream</i> da pesquisa contábil	75
Quadro 2 – Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Contabilidade no Brasil.....	100
Quadro 3 – Periódicos QUALIS/CAPES dedicados à publicação de pesquisas contábeis no Brasil	102
Quadro 4 – Edições de periódicos inclusos na amostra	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da participação da pesquisa sobre CA no Brasil (1998-2013)	105
Tabela 2 – Teses de doutorado defendidas por programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Contabilidade no Brasil (1998-2012)	107
Tabela 3 – Teses de doutorado defendidas por ano nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Contabilidade no Brasil (1998-2012)	108
Tabela 4 – Participação de dissertações de mestrado em CA defendidas por programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Contabilidade no Brasil (1998-2012)	109
Tabela 5 – Participação de dissertações de mestrado em CA defendidas por ano nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Contabilidade no Brasil (1998-2012)	110
Tabela 6 – Participação de artigos sobre CA publicados por periódico no Brasil (1998-2013)	111
Tabela 7 – Participação de artigos sobre CA publicados em periódicos por ano no Brasil (1998-2013)	112
Tabela 8 – Pesquisadores mais prolíferos entre os artigos de periódicos	113
Tabela 9 – Fenômenos ambientais investigados na pesquisa em CA	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Valores e momentos da atividade científica	37
Figura 2 – Subordinação da neutralidade à estratégia de pesquisa	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução quantitativa da participação da pesquisa em CA no Brasil (1998-2013)	106
Gráfico 2 – Evolução percentual da participação da pesquisa em CA no Brasil (1998-2013)	107

LISTA DE SIGLAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
AAAJ	<i>Accounting, Auditing & Accountability Journal</i>
AF	<i>Accounting Forum</i>
AOS	<i>Accounting, Organization and Society</i>
AOS	<i>Accounting, Organizations and Society</i>
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CA	Contabilidade Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPA	<i>Critical Perspectives on Accounting</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSEAR	<i>Center for Social and Environmental Accounting Research</i>
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
JAPCEA	<i>Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability</i>
MDL	Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
PCS	Pesquisa Contábil Socioambiental
RBC	Revista Brasileira de Contabilidade
SEAJ	<i>Social and Environmental Accounting Journal</i>
SER	<i>Social Accounting/Social and Environmental Reporting</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Contextualização	18
1.2 Problematização	21
1.3 Objetivos da pesquisa.....	27
1.3.1 Objetivo geral	27
1.3.2 Objetivos específicos.....	27
1.4 Hipótese e tese.....	27
1.5 Justificativa, contribuições e impactos esperados	28
1.6 Estrutura do trabalho	29
2 PARA UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E VALORES	31
2.1 Ciência livre de valores?	31
2.2 Componentes para análise da ciência livre de valores	35
2.3 Três momentos da atividade científica.....	37
2.4 Estratégias de pesquisa.....	38
2.4.1 Significado e papel das estratégias de pesquisa em Lacey.....	38
2.4.2 Relação entre estratégia de pesquisa e valores.....	40
2.5 O controle da natureza como um valor social	41
2.6 Estratégias descontextualizadas e o valor social do controle.....	43
2.7 Objetivos da atividade científica	46
3 CONTABILIDADE: INSTRUMENTO MEDIADOR?	48
3.1 Contabilidade, organizações, mercados e sociedade.....	50
3.2 Contabilidade, calculatividade e performatividade	55
3.3 Contabilidade e neutralidade científica	60
4 ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA CONTÁBIL SOCIOAMBIENTAL: ANTECEDENTES	68

4.1	A pesquisa contábil: sob o domínio das abordagens descontextualizadas?	68
4.2	A pesquisa contábil socioambiental: uma luz ao fundo do túnel?	80
5	CIÊNCIA E VALORES NA PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL	97
5.1	Objeto para análise: a pesquisa em Contabilidade Ambiental (CA)	97
5.1.1	Definição de um espaço cronológico	98
5.1.2	Fontes dos dados: teses, dissertações e artigos de periódicos	99
5.1.3	Resultado da seleção dos trabalhos	104
5.2	Um modelo para análise da interação entre valores e atividades científicas	113
5.3	Os fenômenos ambientais investigados na pesquisa em CA	116
5.4	Estratégias de engajamento: técnico-profissional ou político-ideológica?	122
5.5	Estratégias de pesquisa na atividade científica em CA	126
5.5.1	Pressupostos teóricos na pesquisa em CA	127
5.5.2	Categorias para seleção de dados empíricos	138
6	CONCLUSÕES	141
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICES	166

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento científico não se poderia isolar de suas condições de elaboração, mas também não poderia ser a elas reduzido. A ciência não poderia ser considerada pura e simples "ideologia" social, porque estabelece incessante diálogo no campo da verificação empírica com o mundo dos fenômenos. É necessário, portanto, que toda ciência se interroge sobre suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural (Morin, 2005, p. 25, grifo do autor).

1.1 Contextualização

A reflexão crítica sobre o processo de construção do conhecimento é uma atividade estratégica para o aperfeiçoamento do fazer científico nas diversas áreas do saber humano. A abertura incondicional à crítica e à autocritica explica, em boa medida, o sucesso da ciência, pois funciona como um mecanismo de autocorreção (Sagan, 1996; Demo, 1987). As áreas do saber que mais se expõem e que mais naturalmente aceitam a crítica mútua como prática essencial ao processo de produção do conhecimento são as que mais progridem (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2002).

Uma das questões centrais da filosofia da ciência e da epistemologia está ligada à relação que atividades científicas mantêm com valores morais, éticos e sociais (valores não cognitivos¹). Na tradição científica moderna, de acordo com Lacey (2005), a ideia de que a ciência é um empreendimento neutro, completamente livre, portanto, desses valores, tem exercido um papel chave no autoentendimento e na formação da imagem pública da ciência. Na perspectiva dessa tradição, questões como integridade, legitimidade, prestígio, autoridade e o pretendido valor universal da ciência dependem, em grande parte, da manutenção desse ideal (Lacey, 2010) e, conseqüentemente, pouca ou nenhuma relevância são atribuídas às discussões sobre a interação entre ciência e valores².

¹ Lacey emprega a terminologia “cognitivo” e “não cognitivo” para distinguir valores de natureza moral, éticos, sociais ou pessoais (valores não cognitivos) daqueles valores epistêmicos, racionais (valores cognitivos) que normalmente são utilizados como “critérios a serem satisfeitos por uma boa teoria científica... adequação empírica, consistência, simplicidade, fecundidade, poder explicativo e certeza.” (Lacey, 2008d, p. 84).

² Sempre que o termo “valores” for empregado neste trabalho sem qualificativo, estará se referindo a valores não cognitivos. Qualquer referência a valores cognitivos será sempre especificada.

Esse entendimento, no entanto, embora predominante nos últimos quarenta anos (Douglas, 2009), não é plenamente compartilhado entre as diversas correntes de pensamento na filosofia da ciência e na epistemologia. Autores como Lacey (2005, 2008d, 2010) e Douglas (2009) sustentam que os valores desempenham papéis fundamentais nas práticas científicas, sem que com isso a objetividade da ciência seja comprometida, razão pela qual a análise e a reflexão crítica sobre a relação que esses valores mantêm com as atividades científicas são essenciais para uma compreensão mais adequada da ciência, de seus caminhos e resultados.

Apesar da relevância dessa questão para o desenvolvimento da ciência, Lacey (2005) assinala que ela não tem recebido a necessária atenção da comunidade científica: “Amiúde, ‘ciência livre de valores’ tem sido tratada como pouco mais do que uma nota de rodapé nas discussões sobre inferência e metodologia científica.”³ (Lacey, 2005, p. 20, tradução livre). Douglas (2009) argumenta que a hegemonia da ideia de que a ciência é inteiramente livre de quaisquer aspectos valorativos, tem contribuído fortemente para que questões como: o entendimento da ciência na sociedade, o papel dos valores na ciência e a responsabilidade dos cientistas na condução de pesquisas sejam excluídas do debate.

A emergência das questões socioambientais⁴ tem, contudo, contribuído para acentuar a necessidade de se compreender melhor o papel que os valores desempenham nas atividades científicas. O caráter multidisciplinar e as diferentes correntes teórico-metodológicas que têm orientado estudos socioambientais nas diversas áreas do saber sugerem que importantes mudanças epistemológicas se consolidaram no século XX, em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana (Pádua, 2010; Leff, 2010; Rocha, 2003; Branco, 1995).

Em meio a profundas controvérsias, a natureza dessa problemática tem suscitado uma reflexão crítica sobre os valores que orientam a maneira pela qual a humanidade se relaciona com o meio ambiente, especialmente em relação às tensões envolvendo as atividades

³ *Often ‘science is value free’ has been treated as little more than a footnote to discussions of scientific inference and methodology.*

⁴ A terminologia *socioambiental* é empregada neste trabalho como uma expressão que congrega as temáticas social e ambiental, embora seu significado não seja necessariamente equivalente a simples junção dessas duas temáticas (uma discussão mais detalhada sobre essa questão foi inserida no item “5.1”). Na literatura contábil, especificamente, uma distinção entre o social e o ambiental é geralmente apresentada, a exemplo de Parker (2011). Embora o foco da análise deste trabalho seja a pesquisa em Contabilidade Ambiental, em particular, as discussões ao longo do texto normalmente apresentam a expressão *socioambiental*, em razão de sua ampla utilização na literatura abordada.

econômicas (Andrade & Romeiro, 2011; Leff, 2010; Arnt, 2010; Cechin, 2010; Veiga, 2009, 2010; May, 2010; Dupas, 2008).

A crise ambiental é, acima de tudo, um problema de conhecimento e a apreensão da complexidade ambiental implica um processo de reconstrução do pensamento, conforme sugere Leff (2010). Para esse autor, mais do que uma transformação das condições econômicas, tecnológicas e políticas que determinam as formas dominantes de produção, a reorientação das práticas produtivas para um desenvolvimento sustentável – compatível com as estratégias do ecodesenvolvimento – está condicionada à superação de certas ideologias teóricas e de certos limites impostos por paradigmas científicos que criam obstáculos a essa possibilidade.

É nesse sentido que as discussões apontam para a necessidade de uma profunda revisão nos padrões hegemônicos de produção de conhecimento científico que possibilite emergir uma concepção ampliada da racionalidade científica com capacidade para alcançar a complexidade dos fenômenos socioambientais e de suas inter-relações (Fernandez, 2011; Silva & Basso, 2010; Leff, 2010; Lacey, 2008b; Oliveira, 2008; Fernandes & Sampaio, 2008; Florini, 2006). É no âmago desse debate (e no debate de outros temas contemporâneos polêmicos) que se identifica uma intensificação das reflexões em torno da interação entre atividades científicas e valores (Lacey, 2008d, 2010; Douglas, 2009; Fernandez, 2004, 2006).

Na literatura contábil, mais especificamente, esses dois eixos temáticos – questões socioambientais e a idéia de ciência livre de valores – aparecem com extensão e intensidade bastante diferentes entre si. O primeiro tem exercido influência crescente nessa literatura e tem pressionado a agenda por novas pesquisas nas áreas social e ambiental nos últimos quarenta anos (Brown & Dillard, 2013; Parker, 2005, 2011; Gray, 2010a; Hopwood, 2009). O segundo se apresenta de maneira mais discreta do que o primeiro e normalmente em cenário de conflito e oposição ao *mainstream* da pesquisa contábil.

Ciência livre de valores está presente na contabilidade por meio da ideia de neutralidade de representação dos fenômenos contábeis, a qual é considerada atributo essencial da informação contábil para obter uma representação “fiel” da realidade econômica. Esse tema tem espaço na literatura contábil tradicional, por meio de obras como Belkaoui (2004), Hendriksen e Breda (1999), Tinker (1991), Kam (1990) e Most (1982), por exemplo, ou por meio dos

padrões contábeis adotados internacionalmente para a elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros, expresso nos pronunciamentos do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por outro lado, Ryan, Scapens e Theobald (2002), Baker e Bettner (1997), Tinker (1991)⁵, Morgan (1988) e Chua (1986), são exemplos de trabalhos de abordagem crítica ou interpretativa que exploram visões alternativas à do *mainstream* sobre a neutralidade na contabilidade. Apesar desses esforços, o debate sobre a interação entre valores e atividades científicas segue nessa área específica tendência similar à assinalada por Lacey (2005), tendo relativamente pouca atenção da comunidade científica da contabilidade.

1.2 Problematização

A ciência, enquanto atividade dedicada à apreensão da realidade (Demo, 1987), tem nas questões ambientais um de seus grandes desafios. Martinez-Alier, Munda e O'Neil (1998) lembram que o meio ambiente é um local de conflitos entre valores e interesses concorrentes e entre os diferentes grupos e comunidades que os representam.

A própria noção de desenvolvimento sustentável se tornou um campo de disputa, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam, explica Nascimento (2012, p. 51). Para esse autor, “O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais.”.

Por ser reconhecida como um problema social importante, a temática ambiental instituiu-se como espaço catalisador e produtor de valores regulatórios da vida humana (Gerhardt & Almeida, 2005) e, embora sendo um conceito ainda em construção, a sustentabilidade é considerada por Veiga (2010) como um novo valor que vem emergindo e sendo legitimado pela sociedade contemporânea. Nesse sentido, o questionamento sobre a maneira pela qual a

⁵ Na discussão estabelecida com Solomons (1991a; 1991b).

ciência poderia ser conduzida, para que essa realidade possa ser apreendida, é fundamental e recorrente nesse contexto.

Morin (2005) destaca os benefícios da ciência, ao mesmo tempo em que adverte para os riscos envolvidos na atividade científica. Para o autor, o conhecimento científico trouxe um fabuloso progresso ao nosso saber e determinou progressos técnicos inéditos. A ciência, ao mesmo tempo em que é elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, “apresenta-nos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma. Essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação.” (Morin, 2005, pp. 15-16). Nesse sentido, autores como Silva e Basso (2010), Leff (2010), Lacey (2009), Floriani (2006), Morin (2005) e Japiassú (2000), evidenciam a existência de uma crise no interior da ciência, provocada pelo questionamento sobre a capacidade que o modelo científico hegemônico teria de representar a realidade de fenômenos socioambientais, considerando-se a complexidade e a disputa de valores e interesses concorrentes que permeiam esse objeto.

As tensões geradas por essa crise têm influenciado as práticas e as instituições científicas e têm atingido o campo da filosofia e da ética da ciência (Lacey, 2008c), requerendo da comunidade científica uma reflexão crítica sobre os padrões da produção do conhecimento e sobre a necessidade do “auto-conhecimento do conhecimento científico, que deve fazer parte de toda política da ciência, como da disciplina mental do cientista.” (Morin, 2005, p. 21). Como resposta a crises dessa natureza, Lacey (2009, p. 700) considera que “a ciência precisa ser conduzida de modo que os pressupostos relevantes da adoção de metodologias específicas possam ser empiricamente investigados.”.

Duas posições consideradas, ontologicamente e epistemologicamente, extremos opostos no pensamento científico em relação à distinção entre fato e valor podem ser destacadas nesse contexto, no sentido de contribuir com uma melhor identificação do problema a ser abordado nesta pesquisa. Conforme adverte Japiassú (2000, p. 12), observando-se os dois pólos extremos dos discursos sobre a ciência: o cientificismo e o relativismo, fica evidente que “na ciência, o que menos conhecemos é a própria ciência.”. Para o cientificismo tem-se a afirmação da validade cognitiva absoluta e intrínseca dos saberes científicos e para o relativismo a depreciação de seus alcances, referida à pregnância da organização social e do contexto ideológico. Para o primeiro, a concepção dita tradicional de ciência, sustenta-se que

os produtos teóricos por ela gerados são objetivos, produzem uma visão impessoal, imparcial e desinteressada dos fenômenos do mundo. Representam, portanto, uma visão neutra, isenta de qualquer aspecto valorativo (Lacey, 2005, 2008d, 2010; Fernandez, 2004, 2006; Morin, 2005).

Nessa perspectiva, a possibilidade de a ciência apreender a realidade socioambiental sem que os valores sustentados pelos pesquisadores sejam considerados é viável e se constitui numa condição para validação de suas teorias. Para o relativismo, a possibilidade de distinção entre fato e valor na ciência é equivocada. Mais que isso, a defesa da ideia de que a ciência é livre de valores serve para uma camuflagem ideológica dos interesses e dos valores dominantes de grupos específicos da sociedade (Japiassú, 2000).

Na perspectiva filosófica de Lacey (2005, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2009, 2010, 2012), todavia, a interação entre ciência e valores é considerada essencial para a metodologia científica (Fernandez, 2004) e os valores desempenham papel legítimo na atividade científica (Lacey, 2005, 2008a, 2008d, 2010). O reconhecimento dessa interação não implica, contudo, assumir uma posição relativista na aceitação de teorias científicas. O modelo de Lacey procura “reconciliar a objetividade do conhecimento científico com o reconhecimento da existência de papéis fundamentais para os valores sociais, no momento da tomada de decisões metodológicas.” (Lacey, 2010, p. 15), de forma que as teorias científicas podem ser compreendidas como produtos que contêm, tanto valores cognitivos, quanto valores não cognitivos (Fernandez, 2006). Admitir isso significa admitir também que o produto da ciência carrega a marca de valores e de interesses de determinados grupos, ao contrário do que o ‘senso comum’ da tradição científica sustenta (Lacey, 2010).

Lacey (2005, 2008d, 2010) mantém a ideia de que a ciência livre de valores representa uma aspiração, um ideal das práticas científicas e um critério para avaliação de seus produtos e consequências. Contudo, observa que o núcleo dessa ideia é constituído pela combinação de três componentes: a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia, os quais funcionam como valores institucionais da ciência e que, como tal, podem manifestar-se em menor ou maior grau no decorrer da atividade científica.

Sinteticamente, a imparcialidade diz respeito à correta aceitação das teorias científicas e dos conhecimentos nelas representados; a neutralidade remete às implicações lógicas e às

consequências das teorias aceitas e de suas aplicações; enquanto a autonomia se refere às características da metodologia científica e do direcionamento da pesquisa. No momento, de acordo com a avaliação do autor, somente a imparcialidade permanece como um valor central viável de realização nas práticas de pesquisa. A autonomia não é realizável e a neutralidade poderia manifestar-se de forma mais completa nas atividades científicas, mas as trajetórias das práticas dominantes atuais inibem essa possibilidade, sugerindo o questionamento do efetivo comprometimento das práticas científicas modernas com o avanço da neutralidade.

A neutralidade, de modo específico, desempenha papel importante na autoimagem da tradição científica moderna (Lacey, 2005) e funciona como um símbolo de integridade, legitimidade e prestígio da prática científica que lhe imputa valor universal (Dagnino, 2008). O caminho para que esse ideal da ciência possa se manifestar em grau mais elevado nas práticas científicas, seria permitir que uma multiplicidade de valores fosse considerada nos momentos centrais da ciência, ao invés de tentar excluí-los. Na visão de Lacey (2010, p. 116), o monismo metodológico não pode garantir a neutralidade da ciência e “a única maneira pela qual a atividade científica pode aspirar à *neutralidade aplicada* é exigindo que pesquisas sejam feitas segundo uma multiplicidade de estratégias.” (grifo do autor).

Não há objeção, portanto, em conduzir a atividade científica com estratégias que mantenham relações mutuamente reforçadas com determinadas perspectivas de valor, desde que essa condução seja feita com uma multiplicidade de estratégias. Adverte o autor que a promoção do ideal da neutralidade científica, considerada essa multiplicidade, traz certamente dificuldades e tensões na prática científica. Porém, a clara consciência da maneira pela qual cada estratégia pode ter ligações com valores particulares permite que: **i)** os valores não desempenhem um papel camuflado na aceitação e na rejeição de teorias; **ii)** que controvérsias sobre valores se tornem parte do debate na comunidade mundial dos cientistas, e **iii)** que a ciência não seja excluída do âmbito da discussão democrática (Lacey, 2010).

Em um exemplo de aplicação dessa perspectiva filosófica na pesquisa em ciências sociais, Fernandez (2004; 2006) desenvolve uma análise crítica da relação entre ciência e valores no campo da Ciência Econômica. Em suas conclusões, a autora mostra que a apreensão dos fenômenos econômicos, pela teoria econômica neoclássica, não representa um tipo de compreensão neutra da realidade. Ao invés disso, espelha, por meio dos próprios valores

cognitivos contidos em suas teorias, valores sociais predominantes na sociedade da qual faz parte, em especial o valor social do controle.

Esses resultados permitiram apontar para diferentes alternativas possíveis para a investigação científica nessa área do saber, as quais devem ser fomentadas para que o pluralismo dos sistemas de valores existentes em uma sociedade possa ser incorporado de forma isonômica. Esse pluralismo inclui valores éticos, humanitários, ecológicos e sociais, os quais vão muito além do foco no controle e “implicam também em diferentes possibilidades de ação – sócio-político-econômica – que não a manipulação técnica da realidade social.” (Fernandez, 2004, p. 21). Conforme reconhecem Ryan et al. (2002, p. 78, tradução livre), “dadas as origens da teoria neoclássica, é importante reconhecer que ela envolve uma filosofia política e como tal não pode ser considerada uma representação politicamente neutra do processo econômico.”⁶.

Um olhar sobre as bases conceituais da contabilidade tradicional revela que suas raízes ontológicas e epistemológicas têm forte influência da economia neoclássica (Hendriksen & Breda, 1999; Iudícibus, 2006; Lopes & Martins, 2005; Nascimento, Santos, Salotti & Múrcia, 2009; Ryan et al., 2002; Baker & Bettner, 1997; Chua, 1986). Isso pode ser apontado como um ponto de partida para uma reflexão crítica nesse cenário. Para autores como Fernandez (2011), Andrade e Romeiro (2011), Cechin (2010), Lacey (2010), Veiga (2010) e Romeiro (2010), os valores que sustentam o pensamento econômico atual (aparato metodológico e teórico) não são adequados e suficientes para o tratamento dos problemas relacionados aos recursos naturais e ao meio ambiente, pois não incluem valores necessários para um desenvolvimento ambientalmente sustentável⁷. Além disso, o crescimento econômico e o modo de exploração econômica dos recursos naturais têm sido apontados como principais

⁶ “*given the origins of neoclassical theory, it is important to recognize that it involves a political philosophy and as such cannot be regarded as a politically neutral representation of economic processes.*”.

⁷ Sobre essa questão, Andrade e Romeiro (2011) explicam: “Apesar de sua proeminência, a teoria econômica convencional de cunho neoclássico não oferece um aparato teórico e metodológico adequado para se tratar os desafios colocados. Em primeiro lugar, ela não reconhece a problemática do capital natural enquanto obstáculo para o contínuo aumento do sistema econômico, uma vez que o progresso tecnológico e a possibilidade de substituição entre os diversos tipos de capital assegurarão que sua perda não danifique a atual engrenagem econômica. Em segundo lugar, sua base de inspiração mecanicista sugere que todos os fenômenos são reversíveis e que não há a possibilidade de perdas irreparáveis. Sua visão pré-analítica não vê o sistema econômico como inserido em um sistema maior que o sustenta, o que ratifica a falácia do argumento de expansão econômica contínua. Dentro desse paradigma, a quimera de um sistema econômico harmônico e autorregulável é suportada pela crença na existência de um conjunto de leis previsíveis que supostamente regulam seu funcionamento. Por último, o *mainstream* neoclássico é profundamente falho em reconhecer a complexidade dos nexos entre o sistema econômico e sua base ecológica, desconsiderando solenemente a base vital sobre a qual se constroem todas as relações econômicas e sociais entre os homens. É como se o esquema analítico convencional fosse atormentado por um avassalador fundamentalismo reducionista que o impede de lidar com a natureza complexa e adaptativa dos sistemas econômico e ecológico”.

causas dos desequilíbrios ambientais atuais (Andrade & Romeiro, 2011; Cechin, 2010; Veiga, 2009; Dupas, 2008; Lacey, 2008c). Assim, a questão das influências e dos interesses específicos sobre a atividade científica na Contabilidade Ambiental (CA) e a busca de significados para as abordagens das questões socioambientais apresentam-se como temas importantes para uma reflexão crítica.

O desenvolvimento científico da área socioambiental na Contabilidade tem sido apontado por autores como Brown e Dillard (2013), Gray (2010a), Spence, Husillos e Ruiz (2010) e Hopwood (2009), por exemplo, como um dos grandes desafios atuais para os pesquisadores da área contábil, especialmente em razão das incertezas epistemológicas e da pluralidade que permeiam essa questão. A busca de um significado para as abordagens das questões socioambientais e a identificação de interesses e influências específicas que essas abordagens podem sofrer são questões emergentes para a pesquisa contábil. Trabalhos como os de Brown e Dillard (2013), Parker (2005, 2011), Spence et al. (2010), Eugénio, Lourenço e Morais (2010), Owen (2008), Deegan e Soltys (2007), Gray (2002), Mathews (1997), Bebbington (1997, 2001) e Bebbington, Brown, Frame e Thomson (2007), na comunidade científica internacional e de Colares, Magalhães e Borges (2013), Silva e Pires (2013), Domenico, Cordeiro e Cunha (2012), Rover, Santos e Salotti (2012), Grzebieluckas, Campos e Selig (2012), Silva, Dani, Beuren e Kloeppel (2011), Nascimento et al. (2009), Mazer, Monte, Martins e Oliveira (2011), Machado, Nascimento e Múrcia (2009), Gallon, Souza, Rover e Bellen (2007), Calixto (2005) e Santana (2004), na comunidade científica brasileira, representam esforços comuns relevantes na busca de uma compreensão das características do desenvolvimento e do crescimento da pesquisa em Contabilidade Socioambiental.

Nesses trabalhos os autores mostram a importância que a pesquisa nessa área assumiu na agenda da literatura de pesquisa contábil nos últimos 40 anos, com destaque para a temática ambiental (Parker, 2011). Embora os trabalhos abordem uma diversidade de dimensões sobre o desenvolvimento científico nessa área, eles não se ocupam especificamente da reflexão crítica sobre a interação entre valores e atividades científicas. Nesse sentido, esta investigação está orientada pela reflexão crítico-epistemológica sobre o papel desempenhado pelos valores no processo de construção do conhecimento científico em Contabilidade Socioambiental.

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é refletir criticamente sobre a interação entre valores e o desenvolvimento científico da Contabilidade Ambiental no Brasil.

1.3.2 Objetivos específicos

De forma específica, o trabalho busca atingir os seguintes objetivos:

- Examinar características da produção científica em Contabilidade Ambiental;
- Avaliar a pesquisa contábil ambiental na perspectiva das estratégias de pesquisa que têm orientado seu desenvolvimento;
- Compreender o papel desempenhado pelos valores na pesquisa contábil ambiental.

1.4 Hipótese e tese

Uma hipótese representa uma “[...] proposição, com sentido de conjectura, de suposição, de antecipação de resposta para um problema, que pode ser aceita ou rejeitada pelos resultados da pesquisa [...]”. Tese, por sua vez, é o termo utilizado para “[...] identificar uma proposição formulada com o intuito de ser defendida em público” (Martins & Theóphilo, 2007, pp. 30-32).

Como mostram autores como Brown e Dillard (2013), Parker (2005; 2011), Gray (2010a) e Hopwood (2009), questões socioambientais têm exercido uma influência crescente na literatura contábil e na agenda de pesquisa dessa área.

Contudo, desenvolvimentos científicos na Contabilidade Socioambiental têm se mostrado desafiadores em razão de incertezas epistemológicas, de pluralidades e de influências que permeiam essa questão (Brown & Dillard, 2013; Gray, 2010a; Spence et al., 2010; Hopwood, 2009) e apesar dos esforços de autores como Ryan et al. (2002), Baker e Bettner (1997),

Tinker (1991), Morgan (1988) e Chua (1986), em desenvolver uma visão alternativa à do *mainstream*, discussões sobre o papel que valores possam exercer nas práticas científicas da contabilidade não têm recebido a devida atenção.

Trabalhos anteriores que procuraram refletir criticamente sobre os rumos da pesquisa na área contábil socioambiental demonstram preocupação em relação à possibilidade de que a essência do projeto contábil socioambiental possa ser influenciada pelas forças do *mainstream*, fato que pode colocar em risco o potencial transformador dessa iniciativa (Parker, 2011; Gray, 2002; Lehman, 1999; Bebbington, 1997).

Tal preocupação é pertinente, especialmente quando analisada à luz das influências que a economia neoclássica exerce sobre as raízes ontológicas e epistemológicas das bases conceituais que orientam a prática convencional da contabilidade.

Diante disso, propõe-se a seguinte hipótese e a seguinte tese para o trabalho:

- **Hipótese:** Valores envolvidos nas pesquisas em Contabilidade Ambiental no Brasil não são reconhecidos pelos seus autores.
- **Tese:** As estratégias de pesquisa que orientam as práticas científicas da Contabilidade Ambiental brasileira reforçam a pouca atenção dada aos valores envolvidos.

1.5 Justificativa, contribuições e impactos esperados

Este estudo se justifica, em especial, pelos benefícios que o autoconhecimento pode trazer para o aperfeiçoamento das práticas científicas. Diante da importância que a pesquisa em contabilidade socioambiental vem assumindo na literatura contábil, uma reflexão crítica sobre o fazer científico nessa área se torna relevante, como mostram Parker (2005; 2011) e Gray (2002).

O estudo se justifica também pela relevância que o papel da ciência assume no contexto das questões ambientais. Lacey (2008c, p. 93) mostra que da mesma forma que as “práticas científicas são parcialmente responsáveis (como um fator causal) pelo avanço do crescimento

econômico subjacente à crise ambiental”, elas também podem ser responsáveis pela geração do conhecimento que possibilite lidar melhor com essa problemática⁸.

O reconhecimento de que os valores exercem papel importante na atividade científica e o conhecimento sobre as perspectivas de valores pelas quais o conhecimento contábil tem sido construído na área ambiental no Brasil contribuirão para o direcionamento da atividade científica e para melhorar a fertilidade da pesquisa nessa área, por meio da ampliação das perspectivas teóricas e metodológicas pelas quais essa problemática pode ser investigada.

Uma conscientização sobre essas perspectivas valorativas contribuirá também para possibilitar uma maior compreensão contextual da prática contábil. Autores como Miller (1994) e Callon (1998) procuram mostrar que a Contabilidade não representa apenas um mecanismo de identificação, mensuração e comunicação de informações, mas que também exerce importante papel na configuração do ambiente em que atua, com forte capacidade de influenciar o comportamento dos agentes.

A relação entre os mecanismos de mensuração contábil e a realidade que está sendo mensurada, explica Callon (1998), revela que não se trata apenas de um simples registro da realidade pela Contabilidade, mas de uma atividade que exerce grande influência sobre a configuração dessa realidade que está sendo mensurada.

Espera-se que os resultados do trabalho estimulem a comunidade científica da área contábil de maneira geral e da área ambiental, em particular, a uma reflexão crítica sobre valores e sobre pressupostos que orientam suas práticas científicas.

1.6 Estrutura do trabalho

Os elementos textuais deste trabalho estão organizados em cinco capítulos, além desta introdução. No Capítulo 2 são abordados os aspectos filosóficos que fundamentaram e orientaram as análises deste trabalho. A partir da filosofia de Lacey (2005, 2008a, 2008b,

⁸ Um exemplo dessas possibilidades pode ser visto em Silva e Nobre et al. (2011), onde os autores discutem as contribuições que a ciência pode trazer para o debate e o diálogo sobre o Código Florestal no Brasil.

2008c, 2008d, 2009, 2010; 2012) é apresentado e discutido um modelo de análise que visa compreender o papel que os valores desempenham na atividade científica.

O Capítulo 3 é dedicado a uma discussão sobre o posicionamento da Contabilidade no contexto social e econômico. Com uma análise crítica em relação à ideia de neutralidade que é expressa na noção de fidelidade de representação da visão convencional da contabilidade, a literatura abordada enfatiza a posição estratégica que a Contabilidade ocupa nas relações entre organizações, mercados, sociedade e indivíduos, colocando-a como um instrumento mediador dessas relações, com capacidade de intervir e transformar a realidade.

No Capítulo 4 são apresentados os resultados de pesquisas crítico-epistemológicas e crítico-metodológicas já realizadas sobre a pesquisa contábil e sobre a pesquisa em contabilidade socioambiental, especificamente. Aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos das pesquisas são abordados, com uma ênfase especial a *praxis* na contabilidade socioambiental, considerada a questão crítica dessa área.

Uma análise empírica das pesquisas em CA publicadas no Brasil feita a partir do modelo de análise da interação entre ciência e valores – discutido no Capítulo 2 – e dos demais aspectos teóricos abordados nos Capítulos 3 e 4, compõe o Capítulo 5. Além de uma visão geral sobre o desenvolvimento e sobre características dessas pesquisas, o capítulo apresenta o resultado de um exame que considera os tipos de fenômenos ambientais normalmente investigados, as perspectivas de engajamento e as estratégias de pesquisa identificadas nas pesquisas em CA analisadas, cujo propósito é possibilitar uma compreensão sobre o papel que os valores desempenham nessa atividade.

Além das conclusões do estudo, o Capítulo 6 apresenta considerações sobre possíveis encaminhamentos para a questão, aponta algumas limitações do estudo e sugere oportunidades para pesquisas futuras, que se vislumbram a partir das discussões apresentadas no trabalho.

2 PARA UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E VALORES

A questão da interação entre ciência e valores tem sido discutida no contexto de diversas perspectivas filosóficas. A teoria crítica, a fenomenologia, o pós-estruturalismo e os estudos sociais da ciência são alguns exemplos disso, de acordo com Lacey (2008d). Neste trabalho, embora em alguns momentos autores ligados a essas correntes possam fazer parte das discussões, a reflexão está orientada fundamentalmente pelo modelo filosófico de Lacey (2005; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d; 2009; 2010; 2012).

2.1 Ciência livre de valores?

Os fundamentos da idéia de que a ciência é livre de valores têm como principal fonte o pressuposto metafísico de que todos os fenômenos do mundo são integralmente caracterizáveis e explicáveis em termos de sua ordem subjacente. Conforme Lacey (2005), “As estruturas, processos e leis que compõem a ordem subjacente do mundo são ontologicamente independentes da investigação, percepção e ação humana; eles não variam de acordo com os compromissos teóricos, perspectivas, interesses e valores do investigador.”⁹ (p. 3). Conhecimentos gerados sob essa perspectiva representam os fenômenos a partir de suas estruturas, dos processos e interações de seus componentes e das leis que os governam, expressos em termos matemáticos (Lacey, 2005, 2009).

Essa corrente do pensamento científico tem sua origem em Galileu, Bacon e Descartes, a partir da noção de que a constituição do mundo material pode ser expressa em termos quantitativos e que as suas interações são regidas por leis que podem ser traduzidas em equações matemáticas (Fernandez, 2004; Mariconda, 2006).

Lacey (2005, 2008d, 2009, 2010) caracteriza essa maneira de representar os fenômenos, a qual tem sido empregada quase que com exclusividade na obtenção de conhecimento pela ciência moderna, como estratégias de pesquisa que descontextualizam os objetos investigados, desconectando-os do mundo dos valores e da experiência humana: as estratégias

⁹ *the structures, processes and laws that make up the underlying order of the world are ontologically independent of human inquiry, perception and action; they do not vary with the theoretical commitments, outlooks, interests or values of investigators.*

da abordagem descontextualizada¹⁰. O tipo de entendimento do mundo gerado sob esse tipo de estratégia, muito mais do que possibilitar uma compreensão profunda e ampla dos fenômenos, tem servido bem à perspectiva do valor social de controle da natureza.

De acordo com essa tradição, a integridade da pesquisa científica depende de ela refletir os valores da imparcialidade, da neutralidade e da autonomia (Lacey, 2008c). Valores morais e sociais:

não têm função alguma no cerne da ciência, não devem figurar entre os critérios em que se baseiam os juízos científicos, e não têm papel fundamental algum nas práticas de obtenção e avaliação de conhecimentos científicos. As características mais gerais da metodologia científica devem servir apenas ao interesse de aprofundar o entendimento de fenômenos do mundo, e as prioridades e a direção das pesquisas não devem ser influenciadas sistematicamente por valores particulares. (Lacey, 2010, pp. 103-104).

Observa-se nessa corrente, a crença na possibilidade de uma distinção clara entre fato e valor. Conforme salienta Mariconda (2006, p. 454), as questões acerca de valores são consideradas subjetivas, meras questões de preferências individuais: “essa ‘desqualificação’ da esfera do valor faz parte da estratégia do cientificismo de afirmação da universalidade da razão instrumental com o objetivo de ocultar o caráter valorativo da idéia fundamental que orienta a tecnociência atual: o controle (domínio) da natureza.” (grifo do autor).

Do lado oposto dessa tradição do pensar científico, tem emergido nos últimos anos no interior das chamadas críticas pós-modernas uma visão relativista da ciência (Lacey, 2008d; Japiassú, 2000). Nessa perspectiva, “a noção de ciência livre de valores consiste em ideologia, falsa consciência, que serve aos interesses dos valores dominantes.” (Lacey, 2008d, pp. 21-22). De acordo com Japiassú (2000, p. 23), essa onda relativista dos pensadores pós-modernos contém a noção de que “as teorias científicas nada mais são que construções repousando em pressupostos arbitrários e constituindo um modo de conhecimento tributário das paixões sociais ou de convicções religiosas.”.

Para esses pensadores, a ciência é vista como um construto particular ou étnico da sociedade ocidental e não pode mais ser entendida como um conhecimento universalmente válido sobre

¹⁰ Dois termos distintos são encontrados ao longo da obra de Lacey para designar esse tipo de estratégia: estratégias “materialistas” e estratégias “descontextualizadas”. Nos primeiros escritos o termo materialistas é empregado. Nas obras mais recentes ele foi sendo substituído por descontextualizadas, observa Oliveira (2008). Neste trabalho a referência a esse tipo de estratégia será feita sempre pelo termo descontextualizadas, exceto em citações literais em que porventura a outra designação apareça.

o mundo natural: “se a ciência moderna se impôs universalmente aos demais saberes, não foi por sua pretensa superioridade, mas tão-somente pela força e pela violência.” (Japiassú, 2000, p. 66). A própria distinção entre ciência e não-ciência é considerada arbitrária.

Contrastando essas duas posições extremas do pensamento científico, Japiassú (2000) conclui:

Enquanto uns lançam mão das análises da sociologia e da antropologia das ciências para mostrar como as prioridades da pesquisa, as formas de sua prática e o estilo de suas expressões são estreitamente determinadas pelas condições sociais, os outros se esquecem completamente de que, apesar da contingência dessas determinações, os saberes produzidos demonstram uma extraordinária robustez epistemológica e inquestionável eficácia técnica. Ademais, diante da questão: tem a ciência condições de nos dar acesso à verdade das coisas?, duas posições se opõem: uma defende que sua vocação é a de nos fornecer um conhecimento objetivo e completo do mundo; a outra afirma que só pode fornecer-nos um saber parcial e subjetivo, porque humano. (pp. 12-13).

Para Lacey (2008d), a crítica pós-moderna falha em pelo menos dois aspectos fundamentais. Primeiro reduz os valores cognitivos a apenas um: a adequação empírica; segundo, não reconhece a distinção entre os níveis de escolha de estratégias e de escolha concreta de teorias.

No nível de estratégias de pesquisa é legítimo atribuir um papel aos valores, mas isso não se aplica ao nível da escolha entre teorias que satisfazem igualmente as restrições das estratégias. Por outro lado, o materialismo científico também falha, pois ao invés de promover uma representação do mundo tal como ele é, representa apenas as possibilidades de controle da natureza e o entendimento de mais alguns objetos sob a forma de uma projeção da perspectiva de controle. “Minha conclusão é que a crítica pós-moderna fracassa em sua tentativa de refutar a imparcialidade e que o materialismo científico igualmente não é bem-sucedido na defesa da neutralidade.” (Lacey, 2008d, p. 42).

Diante da questão: A ciência é livre de valores?, Lacey (2010, p. 56) conclui que uma resposta do tipo “sim” ou “não” seria simplesmente enganadora. É necessário “discernir as maneiras como a ciência é e não é livre de valores.”. Buscando transcender esses conflitos, Lacey (2005, 2008d, 2010) desenvolve um modelo de análise que, além de buscar compreender o que está em jogo na discussão da ideia de ciência livres de valores, visa identificar e situar o papel dos valores na condução da atividade científica, reconciliando a objetividade

característica do conhecimento científico com os papéis desempenhados pelos valores nas decisões metodológicas.

A filosofia de Lacey admite, portanto, a inclusão de valores nas práticas científicas, mas mantém a imparcialidade como característica central do produto da ciência. A crítica de Lacey à ciência moderna vai além daquelas manifestadas pelas correntes pós-modernas:

Minha conclusão é compatível com a imparcialidade, mas não com a neutralidade. A aplicação da ciência moderna, em sua maior parte, serve especialmente às perspectivas de valor e aos projetos morais que têm em alta estima o valor de ampliar nossa capacidade de controlar a natureza (Lacey, 2008d, pp. 42-43).

De acordo com Lacey (2005), a ideia de que o produto da ciência está livre de interferências de valores particulares, sustentados por membros da comunidade científica, é defendida na tradição da ciência moderna a partir da noção de que ciência e valores somente se tocam, mas nunca se interpenetram.

Questionar ou negar essa afirmação é sempre percebido como um ato de aviltamento das credenciais cognitivas da ciência, cujo objetivo é minar suas pretensões de produzir conhecimento. Contudo, assevera o autor, a própria ideia de que a ciência é livre de valores representa em si um valor, uma idealização de um fato, uma aspiração das práticas científicas.

Os componentes – fato e valor – não podem ser separados. Em razão disso, Lacey (2010) assinala que compreender o papel desempenhado pelos valores nas práticas científicas e permitir que as perspectivas de valores nelas envolvidas sejam objetos de debate aberto na comunidade científica representam um importante avanço para o autoconhecimento da ciência.

Lacey (2008b) argumenta que as tendências atuais da conduta da pesquisa científica têm sido objeto de preocupação diante do ideal de que o conhecimento científico pertença ao patrimônio comum da humanidade.

Ao indagar sobre a maneira pela qual a pesquisa científica deve ser conduzida para que o respeito à natureza seja assegurado e que o bem-estar de todos, em todos os lugares, possa ampliar-se, Lacey considera que esse ideal está se tornando aparentemente obsoleto, visto que a pesquisa tem sido associada a inovações tecnocientíficas.

Desse modo, das relações existentes entre as inovações tecnocientíficas e o crescimento econômico, depreende-se a noção de que a conduta da pesquisa não tem incorporado valores democráticos essenciais, pois é fundada, orientada e conduzida visando interesses comerciais privados em detrimento da distribuição uniforme de seus benefícios entre todos os interessados. (Lacey, 2008b).

2.2 Componentes para análise da ciência livre de valores

De acordo com Lacey (2010, p. 40), “A concepção de que a ciência é livre de valores é... bem apreendida pela seguinte tese: a *imparcialidade*¹¹, a *neutralidade* e a *autonomia* são valores constitutivos das práticas e instituições científicas.” (grifo do autor). A restauração da credibilidade do ideal do conhecimento científico como patrimônio compartilhado da humanidade, está ligada à incorporação dos valores da imparcialidade, da neutralidade e da autonomia no processo de obtenção, aplicação e avaliação desse conhecimento (Lacey, 2008b).

A imparcialidade implica a aceitação de uma hipótese como conhecimento científico, somente após ser testada de forma apropriada empiricamente com base em critérios cognitivos estritos, como adequação empírica, poder explicativo e preditivo que não refletem valores éticos e sociais particulares (Lacey, 2008c). A imparcialidade pressupõe a distinção entre valores cognitivos representados por “características que as teorias e hipóteses científicas devem ter para o fim de expressar bem o entendimento”, e valores sociais que “designam as características julgadas constitutivas de uma ‘boa’ sociedade” (Lacey, 2010, p. 267, grifo do autor).

A neutralidade, de acordo com Lacey (2008c), implica que (i) os resultados científicos não têm nenhum juízo de valor ético ou social entre suas consequências lógicas; (ii) em suas aplicações eles podem auxiliar igualmente interesses ligados a qualquer uma das perspectivas de valores éticos e sociais viáveis mantidos no mundo de hoje, em vez de privilegiar algumas em detrimento de outras.

¹¹ Em algumas partes da obra de Lacey, a imparcialidade é designada também pelo termo “objetividade” (ver Lacey, 2008b, 2010).

A *neutralidade* é uma tese sobre as consequências das teorias científicas... a neutralidade afirma que uma teoria poderia ser aplicada, *em princípio*, a práticas pertinentes a qualquer perspectiva de valor e não serve de modo especial aos interesses de nenhuma perspectiva de valor em particular. (Lacey, 2008d, p. 20, grifo do autor).

Conforme expressa Lacey (2010), a neutralidade representa o valor de que a ciência não incorre em favorecimento de posições morais, de que a pesquisa científica fornece uma espécie de menu de teorias corretamente aceitas cujos itens englobam, em princípio, a possibilidade de que cada perspectiva de valor possa ter suas preferências atendidas (boas ou más) no que se refere à aplicação. “A *neutralidade* pressupõe, primeiro, que as teorias científicas não implicam logicamente que quaisquer valores particulares devam ser adotados; segundo, que o conjunto de teorias corretamente aceitas deixa em aberto um domínio de perspectivas de valor viáveis.” (Lacey, 2010, p. 42, grifo do autor).

Três dimensões podem ser destacadas para a neutralidade, de acordo com Lacey (2005): i) consistências com todos os julgamentos de valor; ii) ausência de consequências cognitivas na esfera dos valores e; iii) imparcialmente aplicáveis independentemente dos valores mantidos.

Em relação à autonomia, Lacey apresenta que: (i) questões de metodologia científica e os critérios para avaliar conhecimento científico não devem envolver perspectivas éticas ou de preferências pessoais; (ii) as prioridades de pesquisa não devem ser moldadas por uma perspectiva de valores particulares; e (iii) as instituições científicas devem ser constituídas dotadas de capacidade para resistir a interferências externas ou não científicas (Lacey, 2008c). Considerando-se a conduta atual da pesquisa científica, fortemente ligada às inovações tecnocientíficas, Lacey (2008c, p. 114) argumenta que, embora os resultados científicos obtidos possam se conformar à imparcialidade, “a neutralidade e a autonomia não conseguem mais funcionar como ideais reguladores”, pois as aplicações desses resultados servem apenas a interesses comerciais.

A imparcialidade e a neutralidade se referem ao conteúdo contido nas teorias científicas. A neutralidade diz respeito às suas implicações e consequências e deriva da ideia de objetividade, da fidelidade de representação do objeto de investigação. Já a imparcialidade diz respeito aos motivos para a aceitação dessas teorias; é derivada da intersubjetividade, como uma condição para a investigação empírica (Lacey, 2005). Embora o alcance da neutralidade

pressuponha a imparcialidade, a presença desta não é suficiente para garantir aquela (Lacey, 2005, 2010).

Uma conclusão é de que embora as teorias possam ser corretamente aceitas de acordo com a imparcialidade, elas não observam as possibilidades de aplicações equitativas entre as diversas perspectivas de valor. Conforme Lacey (2010, p. 43), “Em vez de serem aplicadas de forma equitativa, as teorias corretamente aceitas da ciência moderna tendem predominantemente (e, com frequência, de forma ostensiva) a ser significativas para perspectivas de valor que contenham a valorização moderna do controle”. A distinção entre níveis, ou entre momentos da atividade científica, conforme discutidos no tópico seguinte, “é essencial para se admitir que a imparcialidade deve permanecer como um ideal factível, mas também que ela não implica a neutralidade.” (Lacey, 2008d, p. 42).

2.3 Três momentos da atividade científica

Lacey (2008a, 2008d, 2010) identifica três momentos na atividade científica cuja distinção é importante para caracterizar o papel que os valores cognitivos e não cognitivos têm em cada um deles. O primeiro momento (M_1) é caracterizado pela adoção de determinada estratégia de pesquisa para conduzir a investigação. O segundo momento (M_2) se refere ao processo de avaliação que visa aceitar ou rejeitar teorias de acordo com critérios epistêmicos aceitos. O terceiro momento (M_3) diz respeito à aplicação do conhecimento científico.

Figura 1 – Valores e momentos da atividade científica
Fonte: Elaborada pelo autor.

Para Lacey, na visão tradicional da ciência esses pontos de tomada de decisão na atividade científica têm a seguinte distinção e interpretação:

M_1 , em que se determinam as prioridades e o direcionamento da pesquisa, bem como as metodologias apropriadas; M_2 , em que as teorias são avaliadas; e M_3 , o conhecimento científico é aplicado. Na interpretação tradicional, M_1 e M_2 constituem o cerne da ciência. M_3 vem em seguida, pressupondo avaliação positiva em M_2 das teorias a serem aplicadas. Em M_3 , os valores desempenham um papel não apenas legítimo como também indispensável; mas em M_1 e M_2 ... não há um papel adequado para eles (ao menos indispensável) (Lacey, 2010, p. 105).

Diferentemente dessa visão, na concepção de Lacey (2010, p. 115), “os valores têm papel legítimo e frequentemente indispensável em M_1 e M_3 , mas não em M_2 ”, conforme representado na Figura 1.

Assim, de acordo com a imparcialidade não existe papel para valores em M_2 , visto que uma teoria é corretamente aceita para um domínio específico de fenômenos se e somente se manifesta os valores cognitivos em grau elevado. Contudo, em M_1 e M_3 os valores desempenham papéis legítimos e, com frequência, racionalmente indispensáveis. Em M_3 há a manifestação de valores, pois uma aplicação normalmente serve a interesses específicos. Em M_1 a adoção de uma estratégia pode ser feita em razão das relações de reforço mútuo entre sua adoção e a sustentação de certos valores, bem como o interesse em promover aqueles valores (Lacey, 2010).

2.4 Estratégias de pesquisa

2.4.1 Significado e papel das estratégias de pesquisa em Lacey

A noção de estratégia de pesquisa é central na obra de Lacey e é fundamental para sua análise metodológica e para o seu modelo de inter-relação entre ciência e valores (Lacey, 2008d). De acordo com Lacey (2005, p. 261), a noção de estratégia é um “descendente intelectual” da idéia de paradigma de Thomas Kuhn, mas difere dessa terminologia no sentido de que os paradigmas vigentes mudam com o tempo, enquanto a estratégia de representação dos fenômenos permanece a mesma, mesmo sob outro paradigma. Fernandez (2006, p. 153) faz essa distinção com o seguinte exemplo: “enquanto a passagem da física newtoniana para a física einsteiniana representa, segundo Kuhn, uma mudança paradigmática, para Lacey a estratégia teria permanecido a mesma, ou seja, materialista.”.

A adoção de determinada estratégia de pesquisa carrega consigo as funções de restrição de hipóteses e teorias e de seleção de dados empíricos que sustentam a pesquisa. De acordo com Lacey (2008b, p. 305), estratégias de pesquisa têm como papéis fundamentais:

restringir os tipos de hipóteses que podem ser acolhidos em um projeto de pesquisa, especificando os tipos de possibilidades que podem ser explorados e os recursos conceituais que podem ser desenvolvidos, e *prover critérios para selecionar* os tipos de dados empíricos aos quais as teorias aceitáveis devem se ajustar. (Lacey, 2008b, p. 305, grifo do autor).

Nesse sentido, a escolha de determinada estratégia ou determinada estratégia de seleção e restrição, conforme denominada em diversas partes na obra de Lacey, determina também os tipos de teorias e hipóteses a serem consideradas na investigação e indica os critérios para selecionar os tipos de dados que devem ser procurados e selecionados com a finalidade de testar as teorias: “quando se adota uma estratégia, de fato se estabelece, nos termos mais gerais, os tipos de fenômenos e possibilidades escolhidos para serem investigados;” (Lacey, 2010, p. 48).

Considerando essa função das estratégias de pesquisa, Lacey (2010; 2008b) aponta para o pluralismo metodológico como mecanismo para a obtenção de conhecimento científico que incorpore, em alto grau, os valores cognitivos. Esse pluralismo não tem sido observado na condução da pesquisa científica que privilegia as inovações tecnológicas, assinala o autor.

Para Lacey (2010, p. 98), o entendimento dos fenômenos significa sua descrição, sua explicação e a identificação das possibilidades que eles admitem. Uma estratégia, adverte Lacey, possui recursos para identificar apenas uma classe particular de possibilidades. Assim, “Qualquer estratégia é digna de adoção somente se, dadas as oportunidades e os recursos apropriados, ela demonstra ser fecunda, isto é, tem, de fato, sucesso na identificação de possibilidades de classe relevante (encapsulando-as em teorias legitimamente aceitas).”. Razões puramente cognitivas para escolha entre um ou outro tipo de estratégia, sendo ambas fecundas, não poderiam privilegiar um tipo em detrimento de outro.

Nesse sentido, a aplicabilidade é colocada no mesmo nível da fecundidade entre as razões para a adoção de uma estratégia. Lacey (2010, p. 99) chama a atenção para o papel central desempenhado pelas aplicações na moldagem das práticas científicas: “Assim, aplicações –

bem-sucedidas, desejadas e previstas – retroagem de modo a influenciar, no nível metodológico mais fundamental, o modo pelo qual a investigação científica é conduzida.”.

O argumento de Morin (2005, p. 19-20) também é no sentido de mostrar que “Vivemos uma era histórica em que os desenvolvimentos científicos, técnicos e sociológicos estão cada vez mais em inter-retroações estreitas e múltiplas” e que “A técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também, retroativamente, a sociedade tecnologizada transforma a própria ciência.”. Essa retro-alimentação das práticas científicas, proporcionada pela aplicabilidade, leva Lacey (2010) a concluir que a quase exclusividade na adoção de um tipo específico de estratégia pela comunidade científica se deve à hegemonia de valores contida na própria estratégia e em suas instituições mantenedoras, razão pela qual a adoção de uma estratégia não é vista como algo que envolve escolhas ou que exija uma justificativa racional.

2.4.2 Relação entre estratégia de pesquisa e valores

Numa leitura da perspectiva filosófico-epistemológica de Lacey, Oliveira (2000, p. 12) mostra que para esse autor “cada abordagem para a ciência é associada a uma determinada estratégia, e a um determinado complexo de valores.”. Para Oliveira, o aspecto distintivo do pensamento de Lacey está na “maneira como é concebida a relação entre a estratégia e o respectivo complexo de valores em cada abordagem.”, caracterizada como uma “interação mutuamente reforçadora”.

Lacey (2010, p. 115) argumenta que “a decisão metodológica mais importante feita em M_1 diz respeito à adoção de uma estratégia. Uma estratégia pode ser, mas nem sempre é, adotada em virtude de relações mutuamente reforçadas com a sustentação de certos valores e do interesse em promovê-los”. Em Lacey (2005, p. 109), encontra-se também exposto que “a adoção de uma estratégia particular está ligada à sua interação mutuamente reforçada com valores sociais particulares”¹². Esse vínculo interno de reforço mútuo existente entre a adoção de uma estratégia de pesquisa e certos valores é, certamente, a proposta mais polêmica e controvertida do pensamento do autor (Fernandez, 2006; Oliveira, 1998). Conforme argumenta Lacey

¹²*settling on a particular strategy is linked with its mutually reinforcing interactions with particular social values.*

(2010, p. 57), “o caráter das práticas científicas reflete relações mutuamente reforçadoras com sua localização social, isto é, relações com as perspectivas de valor das pessoas e instituições responsáveis por elas, e com os interesses a serem servidos por meio da aplicação de seus produtos.”.

A condução de pesquisas bem sucedidas sob uma variedade de estratégias é perfeitamente compatível com o objetivo da ciência, diz Lacey (2010). A própria natureza do objeto a ser investigado é fundamental para a escolha da estratégia e a maneira de interpretar o objeto está permeada de valores.

Nesse sentido, uma única estratégia, não importa qual seja, não dá conta sozinha de atingir o objetivo da ciência de forma satisfatória. Classes de possibilidade diferentes pedem diferentes estratégias para serem investigadas. A adoção de uma estratégia é condição para se alcançar o objetivo da ciência; contudo, “a adoção de uma só permite apenas uma busca parcial – e, se a comunidade científica der prioridade a apenas um tipo de estratégia, a busca, além de parcial, será também distorcida.” (Lacey, 2010, p. 21).

2.5 O controle da natureza como um valor social

Embora seja inerente à natureza humana exercer controle sobre objetos naturais, Lacey (2005, 2008d) mostra que no contexto da ciência moderna se observa um intenso esforço para expandir e implementar cada vez mais essa capacidade humana de controlar a natureza. O exercício do controle sobre os objetos se caracteriza “quando os submetemos deliberadamente e de um modo bem-sucedido ao nosso poder e os utilizamos como meios para os nossos fins.”. Para Lacey, “O controle contrasta com certas posturas tais como reciprocidade, mutualidade e respeito, nas quais se entende que o valor do objeto com o qual se interage – no contexto da ação – possui um certo grau de integridade e não é redutível ao seu valor instrumental para o agente.” (Lacey, 2008d, p. 160).

Nesse sentido, Fernandez (2008) argumenta que a perspectiva de valor que favorece o controle, não se aplicaria a fenômenos contemporâneos chave, como é o caso das questões

ambientais. A multiplicidade e a diversidade de valores presentes no meio ambiente não podem ser reduzidas à possibilidade de serem manipulados e controlados.

Silva e Basso (2010) concluem que a contribuição da ciência para o enfrentamento dos problemas ambientais atuais é crucial, mas que o sucesso dessa contribuição depende, entre outras coisas, da capacidade da ciência em promover mudanças nas abordagens teóricas e metodológicas que sustentam como objetivo fundamental, o valor do controle crescente sobre a natureza.

Japiassú (2000) ressalta a associação existente entre ciência e progresso em nossa mentalidade corrente, o que confirma, não somente a importância culturalmente por ela adquirida, mas a conotação de valor que lhe é atribuída. Conforme esse autor:

Quando falamos de ‘progresso’, não nos referimos apenas a uma mudança, mas a uma mudança ‘para melhor’. E é sempre um *valor* que nos permite julgar esse ‘melhor’. As razões que o homem contemporâneo alega para emitir um juízo incondicionalmente positivo sobre a ciência e identificá-la quase sempre à sua dimensão de progresso são de natureza essencialmente *prático-instrumentais*. Se merece, por parte do grande público, tanta estima e consideração, isto se deve, não propriamente à sua *racionalidade*, a seus aspetos cognitivos de rigor e de objetividade (condição que parece bastante intelectual e desligada do concreto), mas a seus *resultados*, às suas inegáveis *conquistas* em todos os domínios, notadamente ao poder que confere ao homem sobre a natureza e a sociedade. Não é por acaso que vem assumindo a forma típica de uma *racionalidade pragmática*, consistindo em estabelecer o modo mais eficaz de coordenar meios para a obtenção de fins. (Japiassú, 2000, p. 10, grifos do autor).

Na sociedade moderna, assinala Fernandez (2004), a ideia e o valor do domínio sobre a natureza têm exercido um papel de ideologia que procura mascarar uma realidade, ocultando uma série de interesses particulares que lhe sustentam. Em sua formulação, a ideia de domínio sobre a natureza representava um grande empreendimento humano com interesses essencialmente coletivos. Seus benefícios “seriam revertidos para a espécie como um todo, e não para um grupo (ou grupos) particular(es).”.

Essa formulação só foi possível graças a uma mudança na mentalidade sobre a relação homem-natureza a qual permitiu a substituição do conceito de natureza como um elemento limitador do comportamento humano ou como um padrão de conduta, pela visão da natureza “como mero sistema de matéria em movimento, objeto de investigação e experimentação para a inteligência humana.”. De acordo com Fernandez, “É a partir desse momento que a ciência passa a representar o principal elemento no processo de domínio sobre a natureza,

compartilhando parcialmente com esse conceito seu caráter de cunho ideológico.” (Fernandez, 2004, pp. 68-69).

Para Mariconda (2006), a caracterização da dicotomia entre fato e valor e a distinção entre disciplinas naturais e morais, permitiu o nascimento de um novo tipo de estratégia de pesquisa, especialmente sustentado pelas ideias de Descartes. Esse tipo de estratégia, dita reducionista e descontextualizada, gera um entendimento científico do tipo explicativo/preditivo que abre a possibilidade de controlar a natureza. Além disso:

mostrou-se especialmente adequada para as aplicações técnico-científicas, quando, no século XIX, o controle da natureza deixa de ser um desiderato para ocupar o lugar de valor central da atividade científica que hierarquiza os valores (fins e objetivos) internos à ciência e determina a direção da ciência natural (Mariconda, 2006, p. 466).

Nessa perspectiva, a ciência e o controle que ela proporciona deveriam ser valorizados especialmente em razão de sua associação com o bem-estar humano, com a possibilidade que proporcionam em melhorar as condições de vida – de conservação e de saúde – da humanidade. “O fim se configura, assim, evidentemente antropocêntrico e, por isso, valorativo.” (Mariconda, 2006, p. 466). Mas no momento atual, afirma Lacey (2008d), as práticas de controle da natureza servem a determinados valores e não a outros, pois estão nas mãos do neoliberalismo. Assim:

Servem ao individualismo em vez de à solidariedade; à propriedade particular e ao lucro em vez de aos bens sociais; ao mercado em vez de ao bem-estar de todas as pessoas; à utilidade em vez de ao fortalecimento da pluralidade de valores; à liberdade individual e à eficácia econômica em vez de à libertação humana; ao interesses dos ricos em vez de aos direitos dos pobres; à democracia formal em vez de à democracia participativa; aos direitos civis e políticos em qualquer relação dialética com os direitos sociais, econômicos e culturais. A primeira é uma lista de valores neoliberais; a segunda de valores do movimento popular. (Lacey, 2008d, p. 43).

2.6 Estratégias descontextualizadas e o valor social do controle

Para Lacey (2010), no desenvolvimento da ciência moderna a forma de abordagem da realidade foi e tem sido quase que exclusivamente dominada pelo que ele denomina de estratégias descontextualizadas:

As estratégias materialistas¹³ *restringem* as teorias àquelas que representam fenômenos e arrolam possibilidades conforme possam ser geradas a partir de *estruturas, processos, e interações subjacentes, e das leis que os governam (em geral expressas matematicamente)*; e estipulam que os dados empíricos sejam expressos em termos de categorias descritivas tipicamente quantitativas, aplicáveis em virtude de operações de medida, instrumentais e experimentais (Lacey, 2010, pp. 21-22, grifo do autor).

No entendimento científico gerado sob esse tipo de estratégia, caracteriza-se uma independência ontológica entre as estruturas, os processos e as leis que caracterizam a ordem subjacente dos fenômenos e as ações e percepções humanas. Assume-se que esse entendimento não varia de acordo com os compromissos teóricos, nem com as perspectivas, com os interesses e os valores sustentados pelos pesquisadores (Lacey, 2008a). Fenômenos representados dessa maneira produzem entendimento descontextualizado, dissociado de arranjos sociais, das vidas e das experiências humanas, de suas ligações com valores e das possibilidades sociais, humanas e ecológicas que possam estar abertas para eles (Lacey, 2010).

A predominância desse tipo de abordagem da realidade leva Lacey (2010, p. 46) a questionar as razões pelas quais a comunidade científica moderna adotou, quase que exclusivamente, estratégias descontextualizadas; e se a ênfase materialista “é tão somente uma resposta a considerações cognitivas (ao que conhecemos a respeito do mundo) ou é também, parcialmente, uma resposta a valores sociais.” (Lacey, 2008a, p. 155, nota rodapé, n. 4). Lacey (2005; 2010) considera a existência de uma interação de reforço mútuo entre a adoção de estratégias descontextualizadas na condução da pesquisa científica e o compromisso com a valorização moderna do controle.

Sua adoção quase exclusiva não se deve apenas a essa valorização do controle, certamente, mas a sustentação desse valor é condição para manter essa exclusividade. Além da valorização moderna do controle, Lacey (2010) aponta a fecundidade e o potencial de desenvolvimento dessas estratégias e o fato de essa valorização ser amplamente adotada e

¹³ Fernandez (2006, p. 154) explica que o materialismo científico é a doutrina segundo a qual “[...] a explicação de todos os fenômenos da natureza poderia ser reduzida a processos que se explicam pelas leis dos movimentos dos corpos e por mudanças puramente quantitativas..... Assim, o conceito laceyano de materialismo, que entra na composição do conceito de estratégias materialistas, engloba tanto uma tese metafísica, quanto pressupostos ontológicos, metodológicos e epistemológicos.”. Da perspectiva das estratégias materialistas, “o conhecimento do mundo material deve ser gerado em termos de suas estruturas, processos e leis subjacentes, independentemente das interações que essas estruturas possam ter com as experiências e práticas humanas.”. Assim, influências sociais e morais envolvidas nessas práticas ficariam excluídas do caráter metodológico fundamental da investigação científica (Fernandez, 2006).

incorporada nas instituições importantes dos países industriais avançados, como razões para a sua adoção de forma tão acentuada.

Conforme observa Dagnino (2008, as proposições de Lacey mostram uma incoerência entre esses modernos valores de controle e uma possibilidade de arranjo econômico-social diferente daquele marcado pelas características do capitalismo.

As estratégias descontextualizadas geram “produtos que reforçam o controle tecnológico e os valores e instituições ligados à propriedade e ao mercado” e ao mesmo tempo “levam a relações mutuamente reforçadoras entre elas e os interesses que incorporam a valorização moderna do controle e que proporcionam as condições sociais e materiais necessárias para seu desenvolvimento.” (Dagnino, 2008, p. 230). Ainda de acordo com Dagnino:

Uma política de pesquisa que promovesse essa pluralidade, aceitando como natural a relação entre valores e estratégias, impediria que esses valores tivessem um papel velado na aceitação ou rejeição de teorias e faria com que as disputas relativas a valores se tornassem parte do cotidiano da comunidade de pesquisa, que os cientistas pudessem escolher uma dada estratégia em função dos projetos com os quais se identificassem e que as atividades científicas fossem submetidas à supervisão democrática (Dagnino, 2008, p. 231).

Uma maior manifestação da neutralidade na condução da pesquisa científica está ligada à possibilidade de impedir que determinado conjunto de valores seja preponderante no direcionamento da pesquisa. Diferentemente da tradição científica, a qual defende que essa maximização dependeria da condução da pesquisa sob estratégias descontextualizadas que não permitem o uso de termos impregnados de valor na formulação de teorias, Lacey (2010) propõe a multiplicidade de estratégias sustentadas cada uma por um conjunto de valores específicos, como meio para alcançar tal possibilidade:

Minha alternativa é multiplicar estratégias de forma que os interesses das numerosas perspectivas de valor possam vir a ser informados pelos resultados bem estabelecidos da pesquisa científica e, assim, que os pressupostos fundamentais das perspectivas de valor que influenciam a adoção de estratégias particulares possam ser investigados empiricamente (Lacey, 2010, p. 54).

A maneira pela qual a pesquisa científica é conduzida possui uma relação dialética com a estruturação das sociedades e o desenvolvimento do bem-estar humano, de acordo com a concepção de Lacey (2008d, 2010). Nesse sentido, uma reflexão envolvendo atividades científicas e sua interação com valores, requer, naturalmente, uma indagação sobre os objetivos que se deseja atingir com essa atividade.

2.7 Objetivos da atividade científica

O objetivo da ciência que tem sido bem aceito historicamente, dentro da tradição da ciência moderna, influenciado fundamentalmente pelas idéias de Galileu, é representar fenômenos (em teorias racionalmente aceitas) em termos de suas estruturas subjacentes, processos e leis, voltados à descoberta de novos fenômenos (Lacey, 2005).

Essa maneira de formular os fins da ciência implica em subordinação da ontologia à metodologia, como fazem as abordagens descontextualizadas. Para Lacey (2010), um enunciado de objetivos da ciência não pode direcionar a investigação científica e nem apontar “os tipos relevantes de dados empíricos a serem estabelecidos, as categorias descritivas apropriadas para fazer relatos observacionais e os tipos de teorias a serem formuladas para estarem em contato com os dados.” (p. 45).

Conforme Mariconda (2006), a aliança estabelecida entre ciência e técnica, que tem em Galileu um de seus primeiros defensores, conduziu obviamente a uma caracterização inteiramente nova das próprias pesquisas científicas e de seus objetivos, ou seja, a um novo estilo de sistematização e exposição.

Na nova concepção de ciência, serão deixadas de lado as especulações desprovidas de relação com a experiência, abrindo espaço àquelas considerações teóricas (1) que podem conduzir a formulações de *leis naturais*, ao estabelecimento de *previsões*, à estipulação de *regras práticas* visando a ação e (2) que podem ser *controladas* pela experiência e pelas consequências práticas. Isso significa que a ciência, ao enfrentar os problemas levantados pela técnica, não realiza apenas uma *função prática*, mas preenche também uma *função teórica* de justificação racional de certas práticas técnicas, de certos modos especializados de fazer. (Mariconda, 2006, pp. 468-469, grifo do autor).

Ainda de acordo com Mariconda (2006), nessa nova concepção de ciência as reflexões e os raciocínios práticos viriam a ser justificados pelas especulações teóricas da ciência natural nascente. Nesse sentido, “Cada vez mais a especulação científica se fundamentaria nas próprias atividades práticas, abrindo assim a possibilidade de que as teorias científicas fossem julgadas não só por seu valor teórico, mas também e principalmente pelo aporte que fornecem à solução de problemas práticos.” (p. 469).

Lacey (2010) explica que uma definição de objetivos da atividade científica deve envolver quatro componentes:

i) Obter teorias que expressem *entendimento* empiricamente fundamentado e bem confirmado a respeito dos fenômenos, ii) tendo em vista suas aplicações práticas (quando apropriado), iii) de modo que as teorias obtidas sejam aceitas para domínios de fenômenos cada vez maiores, iv) e que nenhum fenômeno significativo na experiência humana ou na prática da vida social fique, em princípio, fora do alcance das investigações científicas. (Lacey, 2010, p. 17).

Lacey (2012) sintetiza suas idéias sobre os objetivos da ciência: “A ciência deveria ser pensada como uma investigação empírica sistemática, sensível ao ideal de imparcialidade, conduzida mediante o uso de quaisquer estratégias metodológicas que sejam apropriadas à obtenção do entendimento dos objetos investigados.” (p. 425).

A proposta de Lacey para os objetivos da ciência considera também que ela pode ser avaliada pela contribuição que pode oferecer à justiça social e ao bem-estar humano e não apenas por meio de valores cognitivos. A proposição é consistente com a coexistência harmônica de uma multiplicidade de estratégias na condução da pesquisa científica, cada qual ligada a um conjunto específico de valores.

3 CONTABILIDADE: INSTRUMENTO MEDIADOR?

O papel que a contabilidade exerce na sociedade tem sido, de longa data, objeto de interesse de estudos em diferentes áreas do saber humano. Como apontam Burchell, Clubb, Hopwood e Hughes (1980), diversos significados sociais têm sido a ela atribuídos. Em Marx, por exemplo, a contabilidade representa um fenômeno ideológico cujo objetivo é perpetrar uma forma de falsa consciência. Constitui-se em meio para mistificar, ao invés de revelar, a verdadeira natureza dos relacionamentos sociais que constituem o esforço produtivo.

Já para Weber, a ênfase está na contribuição feita pela contabilidade para a emergência e manutenção da racionalidade econômica, uma racionalidade formal da ação econômica que se faz possível somente por meio dos mecanismos de cálculo contábil. A contabilidade foi assim um pré-requisito chave para o moderno capitalismo (Burchell et al, 1980). Numa perspectiva weberiana, explicam Dias e Machado (2004), a contabilidade é percebida como um mecanismo associado ao desenvolvimento da sociedade, atuando tanto na justificação de ações de seus componentes quanto na promoção da racionalidade econômica.

O trabalho de Burchell et al. (1980) evidencia uma trajetória de desenvolvimento da contabilidade que a levou a ocupar uma posição de maior significância no funcionamento da moderna sociedade industrial. Uma posição cujo papel perpassa o nível particular das organizações, atingindo diversas áreas do funcionamento da vida social e econômica.

De acordo com os autores, a contabilidade já não pode mais ser concebida como um fenômeno puramente organizacional. Enquanto antes era vista como um mero conjunto de rotinas de cálculos, agora ela funciona como um mecanismo coeso e influente na organização social e econômica.

O entendimento do significado da contabilidade tem, contudo, passado por uma profunda transformação no espaço de pouco mais que uma década, escreveu Miller (1994). A contabilidade tem sido considerada como uma prática social e institucional, algo intrínseco e constitutivo das relações sociais, e não um derivado delas.

Esse foco, nos aspectos sociais e institucionais da contabilidade, possibilitou a abertura de novas perspectivas para a pesquisa contábil, movendo o interesse dos pesquisadores para explorar um conhecimento contextual da ação contábil além das fronteiras das organizações (Miller, 1994).

Com isso duas correntes teóricas gerais passaram a influenciar fortemente o desenvolvimento científico da contabilidade. A primeira delas, apresentada por Dias e Machado (2004) como sendo uma visão convencional da contabilidade, concebe-a como “um mecanismo de identificação, mensuração e comunicação de informações destinadas a orientar decisões de natureza econômico-financeira” (p. 38).

Pesquisas nessa linha indicam haver entre contabilidade e mercados uma relação mútua, em que a informação contábil divulgada por empresas pode influenciar o comportamento dos agentes nos mercados financeiros e de capitais, ao mesmo tempo em que as demandas dos mercados por informações influenciam e modificam o conteúdo e a forma de preparação e divulgação das informações contábeis (Hendriksen & Breda, 1999; Cardoso & Martins, 2004; Lopes & Martins, 2005).

Essa corrente revela uma visão com forte influência da economia neoclássica, focando o papel da informação contábil como mecanismo que contribui para a alocação eficiente dos recursos pelos agentes no mercado (Bezerra & Lopes, 2004).

A segunda corrente, representada pela denominada visão social da contabilidade, se constitui numa alternativa à abordagem econômica. Nela trabalha-se com o pressuposto de que a utilização da técnica contábil carrega um enorme poder de condicionamento social e que a contabilidade exerce influência muito além das fronteiras da empresa (Lopes & Martins, 2005).

Miller (1994) considera que tem sido uma preocupação constante a maneira pela qual a contabilidade tem se tornado imersa em muitas áreas da vida social e econômica e que “A atenção tem sido direcionada ao modo pelo qual a contabilidade exerce influência e por outro

lado é influenciada por uma multiplicidade de agentes, agências, instituições e processos.”¹⁴
(p. 1, tradução livre). Conforme Dias e Machado (2004):

a noção de que a contabilidade é um conhecimento de natureza social não está vinculada apenas às razões pelas quais ela surgiu, mas também ao fato de que tal disciplina influencia o contexto em que opera e, ao mesmo tempo, é por ele influenciada.” (pp. 43-44).

De acordo com os autores, isso implica também num distanciamento da visão tradicional de que a contabilidade é um instrumento puramente técnico, alicerçado em princípios que se justificam por uma lógica intrínseca. Sob tal perspectiva, abre-se um amplo e desafiador campo para reflexões sobre o papel social da contabilidade, pois é vista como um mecanismo associado ao desenvolvimento da própria sociedade.

É no interior dessa segunda corrente teórica que se situam os desenvolvimentos mais recentes e significativos no campo da chamada Contabilidade Social e Ambiental – ou Contabilidade Socioambiental. Se na visão convencional fica evidenciado que os valores do mercado e do capital influenciam o desenvolvimento científico da contabilidade, direcionando-o para os fins exclusivos do crescimento econômico, é de se esperar que essa segunda corrente incorpore com maior intensidade os valores de neutralidade e de autonomia científica.

A incorporação desses valores potencializa a geração de conhecimentos contábeis válidos equitativamente, tanto para arranjos socioeconômicos quanto para a sustentabilidade social e ambiental. Para refletir sobre essas possibilidades é preciso compreender primeiro a maneira pela qual os mecanismos contábeis podem influenciar comportamentos sociais e econômicos, para depois localizar o momento em que esses mecanismos são concebidos e disseminados, com vistas a identificar as perspectivas de valores aí sustentados.

3.1 Contabilidade, organizações, mercados e sociedade

O acesso privilegiado da contabilidade ao registro de informações especializadas em relação à atividade empresarial e financeira, a coloca numa posição única de poder e conhecimento. Quando a contabilidade é vista apenas como um conjunto estático de normas, padrões ou dados, inúmeras

¹⁴ *Attention has been directed to the ways in which accounting exerts an influence on, and in turn is influenced by, a multiplicity of agents, agencies, institutions, and processes.*

oportunidades para reformular e racionalizar decisões-chave são negligenciadas.¹⁵ (Lehman, 1992, p. 2, tradução livre).

Essa posição privilegiada, à qual Lehman se refere, torna a contabilidade uma área de conhecimento *sui generis* e com características interessantes para serem analisadas em relação a questões socioambientais. A maneira pela qual a contabilidade concebe, desenvolve e dissemina suas práticas, padrões, normas e seus diversos mecanismos de cálculo, tem muito a dizer sobre o papel que ela exerce nas relações entre organizações, mercados e sociedade.

Uma melhor compreensão desse fenômeno e do contexto cultural, social e econômico da contabilidade, é uma importante etapa na avaliação das consequências econômicas e sociais de suas práticas.

Apesar de historicamente estar ligada ao desenvolvimento da economia e de ter priorizado a utilização do cálculo para subsidiar a eficiência econômica; criando assim uma base para o desenvolvimento do capitalismo privado (Hendriksen & Breda, 1999; Belkaoui, 2004), observa-se atualmente seu engajamento no processo de pesquisa e desenvolvimento de mecanismos de cálculo que visam promover conhecimentos de natureza socioambiental e que favoreçam o processo de *accountability* e de transparência para a participação democrática (Gray, 2010a; 1992; Lehman, 1999).

Por ocupar posicionamento estratégico nas relações entre empresas e os indivíduos na sociedade, por meio das atividades de mensuração e de comunicação que desempenha (Belkaoui, 2004; Lehman, 1992), a contabilidade é vista como instrumento mediador no contexto econômico e social, capaz de ligar a ciência e a economia e de moldar comportamentos (Miller & O’Leary, 2007; Miller, 1994; Callon, 1998).

Em especial, pelo modo peculiar com que suas práticas e padrões são concebidos, Callon (1998) chama atenção para a necessidade de se restituir à contabilidade e aos instrumentos que ela elabora a sua devida importância, referindo-se à contabilidade como uma: “modesta, desconhecida e incompreendida prática”¹⁶ (p. 23, tradução livre).

¹⁵ *Accounting’s privileged access to specialized information regarding corporate and financial activity places it in a unique position of power and knowledge. When accounting is viewed merely as a static set of rules, standards, or data crunching, innumerable opportunities are overlooked for using procedures to recast and rationalize key decisions.*

¹⁶ *humble, disclaimed and misunderstood practice.*

Lehman (1992) lamenta o fato de que “A tradição da literatura contábil ignora a influência da contabilidade nos conflitos e controvérsias sociais, deixando a profissão aberta aos desafios da inconsistência e do partidarismo.”¹⁷ (p. 17, tradução livre). Contudo, explica o autor, a emergência da contabilidade como um mecanismo ativo na configuração da realidade econômica e social trouxe também um dilema quanto à responsabilidade dos contadores no debate envolvendo equidade *versus* eficiência.

Diante disso a seguinte questão é colocada por Lehman:

A preocupação primária do profissional de contabilidade deveria estar focada em questões de equidade e bem estar social, ou o papel da contabilidade é obter eficiência, deixando a questão da equidade como um efeito residual e subsidiário – tolerado, obtido ao acaso, mas nunca ativamente perseguido?¹⁸ (Lehman, 1992, p. 17, tradução livre).

Uma resposta apropriada a essa questão depende certamente da perspectiva teórica à qual se está vinculado. Contudo, independentemente da perspectiva teórica, as consequências econômicas e sociais das práticas contábeis são questões substantivas dos padrões contábeis e não podem mais ser ignoradas, advertem Hopwood, Burchell e Clubb (1994). Para esses autores, é necessário maior enriquecimento e maior apreciação contextual da ação contábil.

Apesar do engajamento da contabilidade nas questões socioambientais, a validade da utilização desses mecanismos de cálculo contábil como meio para o alcance de objetivos socioambientais não encontra facilmente consenso. Para Gorz (2007), por exemplo, inspirado fortemente em Habermas, a racionalidade econômica – a qual tem em sua gênese o cálculo contábil – ultrapassa seus limites, invadindo certas esferas da vida humana provocando ali efeitos nocivos ao “tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e a socialização dos indivíduos.” (pp. 107-108). Nessa perspectiva, o cálculo contábil é percebido como uma forma instrumental de racionalidade que não contribui para a solução de problemas dos quais ele próprio têm feito parte das causas.

¹⁷ *A tradition of accounting literature ignores the influence of accounting in social conflict and controversies, leaving the profession open to challenges of inconsistency and partisanship.*

¹⁸ *Should the primary concern of the accounting professional be focused on equity issues and social welfare, or is the role of accounting to achieve efficiency, with equity a residual and subsidiary effect – tolerated, achieved by chance, but never actively pursued?*

Em oposição ao projeto contábil socioambiental, Gorz (2007) argumenta que “A racionalização econômica começa com o cálculo contábil. Enquanto permanecem infensas ao cálculo, as atividades humanas não são passíveis de serem dominadas pela racionalidade econômica: confundem-se com o tempo, com o movimento, com o ritmo da vida.” (p. 109).

Na percepção de Gorz, para quem os mecanismos de cálculo, especialmente o cálculo contábil, são concebidos como formas instrumentais de racionalidade econômica, ao quantificar determinados valores que estariam na esfera moral e não na econômica:

um mesmo juízo de valor quantitativo aplica-se de modo indiferenciado em todos os níveis e exclui em seu princípio toda idéia de limitação ou de autolimitação. Substituir o juízo de valor racional pela medida quantitativa confere suprema segurança moral e conforto intelectual: o Bem torna-se mensurável e calculável; a decisão e o julgamento morais podem derivar da aplicação de um procedimento de cálculo objetivo impessoal, de quantificação, e não precisam ser assumidos na angústia e na incerteza pelo sujeito (Gorz, 2007, p. 122).

Esse processo, segundo o autor, abstrai e mutila as relações interpessoais em favor da tecnicização, da reificação e da monetarização que se configura como uma técnica do pensar que produz uma:

civilização fria cujas frias relações, funcionais, calculadas, formalizadas, fazem dos indivíduos vivos estranhos no mundo reificado que é, contudo, um seu produto, e onde uma formidável inventividade técnica caminha de par com o depauperamento da arte de viver, da comunicatividade, da espontaneidade. (Gorz, 2007, p. 127).

Diante desse quadro, os objetivos da contabilidade em atuar no campo socioambiental através de seus mecanismos de cálculo seriam paradoxais, por serem incompatíveis com as atividades humanas.

Esse posicionamento, no entanto, não é bem recepcionado na literatura que trata das questões socioambientais e das questões relacionadas à utilização do cálculo (e dos números) como mecanismo de comunicação, tal como pode ser observado em autores como Asdal (2011), Power (1992), Vollmer (2007), Walker (2008), Ezzamel (2009) e Preda (2009).

Power (1992), especificamente, faz uma análise crítica da visão de Gorz, apontando a excessiva simplificação com que ele concebe a natureza do cálculo econômico e, conseqüentemente, da contabilidade.

Vollmer (2007), por exemplo, ao explicar a utilização de números financeiros como mecanismo de comunicação e ordenação de atividades em situações sociais, especialmente ao considerar aspectos comportamentais, mostra que o que faz deles uma forma tão singular de atividade social não é a sua neutralidade matemática, mas seu emprego como sinal de ordenamento na continuidade das atividades. O uso da escrita está normalmente associado à transformação gradual e de longo prazo da cultura e da sociedade, ao passo que a transformação imediata de situações sociais está associada à utilização de números.

Relacionando o potencial dos números financeiros com a contabilidade, Ezzamel (2009) destaca:

ao invés de simplesmente ser uma técnica funcional racionalista empregada nas organizações que habitam a esfera social, econômica e política, a contabilidade é uma tecnologia fundamental para a construção e preservação da ordem, a fundação sobre a qual as estruturas sócio-econômicas e políticas estão baseadas.¹⁹ (Ezzamel, 2009, p. 377, tradução livre).

Power (1992) conclui que Gorz ignora as possibilidades operacionais do cálculo e da contabilidade e que seria “imprudente e infundado tentar limitá-las em favor de vagos ideais de vida autêntica.”²⁰ (p. 497, tradução livre). Power acrescenta ainda:

Nesse sentido, a contabilidade pode ser uma das poucas tecnologias burocráticas apropriadas para questões ambientais, as quais assumem incríveis proporções nacionais e internacionais. Se nós necessitamos de soluções administrativas compatíveis com a dimensão dos problemas que enfrentamos agora, então a contabilidade pode ser nossa melhor esperança em um mundo onde o *common* ‘precisa de desconhecidos’ é agora definido em termos de crise compartilhada.²¹ (Power, 1992, p. 497, tradução livre).

Essa reflexão possibilita concluir, amparado também nos argumentos de Callon (1998), que os mecanismos de cálculo podem ser considerados como inerentes à esfera social e que por isso não devem ser tomados como formas dissociadas entre si.

¹⁹ *rather than simply being a rationalist functional technique employed in organizations that inhabit the social, economic and political spheres, accounting is a technology that is fundamental to the construction and preservation of order, the foundations on which socio-economic and political structures are based.*

²⁰ *foolish and unfounded to attempt to limit them in favour of vague ideals of authentic living.*

²¹ *In this sense, accounting may be one of the few bureaucratic technologies appropriate to environmental issues which increasingly assume national and international proportions. If we need administrative solutions to match the scale of the problems we now face, then accounting may be our best hope in a world where the common "needs of strangers" are now defined in terms of shared crisis.*

3.2 Contabilidade, calculatividade e performatividade

Os mecanismos de cálculo contábil ajudam a tornar possível uma maneira particular de governar indivíduos e atividades. Na perspectiva de prática social e institucional, a contabilidade é percebida como uma tecnologia, como uma maneira de intervir, como um dispositivo para agir sobre atividades, indivíduos e objetos, de tal modo que o mundo possa ser transformado (Asdal, 2011; Miller, 1994, 2001; Miller & O’Leary, 1994; Crosby, 1999).

Essa capacidade de intervenção da contabilidade nas esferas sociais, econômicas e políticas dos indivíduos, poderia ser concebida simplesmente como uma forma de exercício de poder por parte de alguns atores específicos. Contudo, Miller (1998) e Miller e O’Leary (2007) mostram que é a maneira pela qual os mecanismos de cálculo contábil são concebidos e disseminados que torna a contabilidade um interessante objeto de estudos. As fronteiras (ou margens) dentro das quais a contabilidade atua não são dadas a priori, mas são constantemente redesenhadas e redefinidas por novos mecanismos de cálculo que emergem em situações e locais específicos e diversos.

Assim, a análise da maneira pela qual os atuais mecanismos de cálculo foram historicamente formados, das condições que os tornaram possíveis, dos ideais e das aspirações que eles incorporam e do modo como eles buscam programar o mundo de forma a encaixá-lo nesses ideais e aspirações são colocados em evidência (Miller, 1998).

Ilustrando um caso envolvendo orçamento de capital, Miller e O’Leary (2007) mostram a relevância da contabilidade como instrumento mediador das relações entre a ciência e a economia. Apontam o relevante papel desempenhado pela comunidade científica contábil na modelagem dos mecanismos de cálculo envolvidos nesse orçamento e chamam atenção para a necessidade de desenvolver estudos que busquem compreender os valores incorporados nessa modelagem.

É através do desenvolvimento desses mecanismos de cálculo que a contabilidade atua na construção e transformação dos mercados, o que cria as condições para intervir favoravelmente na incorporação de valores que promovam maior equilíbrio entre arranjos socioeconômicos e a sustentabilidade social e ambiental.

A discussão sobre o papel do cálculo nos mercados tem sido retomada sob diversos enfoques, conforme indicam estudos como Power (1992), Williamson (1993), Miller e O’Leary (1994, 2007), Thompson (1994), Callon (1998, 2009), Miller (2001, 1994), Weber (2002), Wollmer (2007), Nicholls (2009), Preda (2009) e Toms (2010). Para dar um sentido mais específico ao uso do termo, Preda (2009) explica que o cálculo no âmbito dos mercados pode representar:

(1) um conjunto de operações, incluindo classificações e cálculos, que suportam os processos de decisão pelos agentes econômicos; (2) planos de ação ou estratégias que podem ser avaliados mediante critérios de eficácia; (3) processos sociais mais amplos que induzem mudanças comportamentais e transformações ao longo dos itens (1) e (2).²² (Preda, 2009, p. 675, tradução livre).

A calculatividade é um fenômeno que pode ser melhor compreendido observando-se o processo de surgimento das práticas contábeis. Esses dispositivos de cálculo contábil são considerados elementos essenciais para sua existência. Nesse sentido, a contabilidade é apontada como um instrumento mediador para a emergência da calculatividade, atuando como fonte dos mecanismos de cálculo.

Mais do que indicar a estreita correlação existente entre o fenômeno da calculatividade e os mecanismos contábeis, Callon (1998) associa esses mecanismos à forte capacidade que eles têm de influenciar o comportamento dos agentes: a performatividade. Assim, da relação entre o que está sendo mensurado e os mecanismos usados para mensurá-lo, percebe-se que não se trata apenas de um simples registro da realidade pela contabilidade, mas de uma atividade que exerce grande influência sobre a configuração da realidade que está sendo mensurada (Callon, 1998).

A noção de performatividade remete à relação entre a ciência e a configuração da realidade. Nessa perspectiva, o produto da ciência é visto como um mecanismo com significativa capacidade de moldar o comportamento dos agentes econômicos por meio da calculatividade. Há assim uma relação de interdependência e de imbricação entre a calculatividade, a contabilidade e a performatividade.

A Contabilidade atua como instrumento mediador para o surgimento da calculatividade, através da formação dos mecanismos de cálculo. A calculatividade atua fortemente como

²² (1) a set of operations, including classifications and computations, which support decision-making processes by economic actors; (2) action plans or strategies which can be evaluated against efficacy criteria; (3) broader social processes which induce behavioral modifications and transformations along (1) and (2).

mecanismo de performatividade dos agentes econômicos. Das reações provocadas pelas diferentes estratégias de calculatividade, novos dispositivos de cálculo são criados.

A capacidade que a ciência, de modo geral, tem de influenciar a configuração da realidade é analisada por Fernandez e Bêrni (2012). Para esses autores, essa influência é intensa e é sentida nas próprias possibilidades de tomada de consciência dos indivíduos sobre esse poder da ciência. Conforme os autores:

Para além de suas consequências pragmáticas e econômicas, a ciência foi responsável por transformações profundas, que vieram a moldar o moderno senso de realidade. A atmosfera científico-tecnológica que hoje impera é tão ostensivamente presente em todos os aspectos cotidianos que é bastante difícil tomar consciência do modo como essa cosmovisão impacta sobre a maneira de o homem encarar e se posicionar perante a natureza, a sociedade e, em última instância, ante a própria vida. (Fernandez & Bêrni, 2012, p. 3).

Os autores lembram certa sensação de “inevitabilidade” que se propaga em relação às descobertas científicas para ilustrar uma herança cultural moderna da humanidade: uma maneira particular de perceber o mundo, esculpida pela ciência e por seu método de investigação da realidade.

Essa sensação de inevitabilidade é fruto do papel de descoberta atribuído à ciência: a descoberta de uma realidade que está disponível para ser decifrada, com sua ordem subjacente, suas leis e estruturas, as quais existem independentemente de sua interação com práticas ou com a consciência humana.

Sendo assim, se a ciência, através de seus métodos, apenas “descobre” a realidade, ela somente revela algo que estava oculto até aquele momento e que, mais cedo ou mais tarde viria, inevitavelmente, a ser descoberto. A ciência então, não inventa nem muda a realidade, apenas a revela. Ela é neutra, livre, portanto, de quaisquer valores (Fernandez & Bêrni, 2012).

Essa maneira particular de perceber o mundo por meio das lentes da ciência moderna traz reflexos tanto no nível cognitivo quanto no nível prático, observam Fernandez e Bêrni (2012). No nível cognitivo a crença de que os fenômenos do mundo são regidos por leis independentes da história, indica que a apreensão dos fenômenos é algo acessível ao intelecto humano e que, possivelmente, em razão disso, propaga-se a sensação de inevitabilidade de que tais fenômenos venham a ser, cedo ou tarde, decifrados pela ciência.

No nível prático os reflexos se manifestam na moldura das escolhas, ações e comportamentos dos indivíduos considerados razoáveis racionalmente. Dado que os resultados obtidos pela ciência são neutros, livres de valores, é de se esperar que esses resultados sejam aplicados e que qualquer escolha, ação ou comportamento feito em desacordo com eles, seja considerado ato irracional do indivíduo (Fernandez & Bêni, 2012).

O exercício do poder sobre a natureza, possibilitado pelo conhecimento científico, é outra herança cultural da ciência. A combinação entre a ciência e seus desdobramentos tecnológicos é fonte da convicção de que o homem pode controlar seu meio. Conforme lembram Fernandez e Bêni (2012), “Hoje em dia entende-se com ainda maior clareza que esse *saber* científico com frequência desdobra-se num *saber-fazer*, que é do âmbito prático das tecnologias. Estas se tornaram as aliadas mais poderosas da ciência, no esforço de transformar racionalmente a realidade.” (p. 5, grifo dos autores).

Em decorrência disso, o próprio desenvolvimento material da humanidade estaria sendo avalizado pela ciência e a tecnologia. Nesse sentido os autores se expressam:

Não é por acaso que hoje, segundo critérios metodológicos já bem estabelecidos, se prega que a ‘boa prática científica’ resulta em conhecimentos teóricos que precisam, necessariamente, incluir pelo menos dois elementos: A *explicação* e a *previsão*. A explicação reflete a herança galileana de explicar racionalmente o mundo que se oferece para ser decifrado, enquanto a previsão reflete a herança baconiana por controlá-lo e transformá-lo, segundo as necessidades humanas. (Fernandez & Bêni, 2012, p. 6, grifo dos autores).

De uma maneira singular e bastante interessante, Crosby (1999) analisa o potencial que a contabilidade, de um modo particular, tem de configurar a realidade. Para esse autor, a mudança intelectual ocorrida na Europa Ocidental no final da Idade Média e durante o Renascimento permitiu que um novo padrão de conhecimento fosse incorporado, fundado numa abordagem quantitativa da realidade, em substituição à abordagem qualitativa até então predominante. É a partir desse contexto que o autor afirma: “A contabilidade teve uma influência maciça e disseminada em nosso modo de pensar.” (Crosby, 1999, p. 205).

O espantoso sucesso do imperialismo europeu daquela época não se deu, inicialmente, em razão de sua ciência e tecnologia, mas sim em razão do seu modo de pensar que com o tempo lhes permitiu avançar com rapidez na ciência e na tecnologia. O novo modelo de realidade, o quantitativo, passou a dominar o pensamento da época, fazendo emergir um caráter muito

mais sistemático de tratamento da realidade, do que qualquer outro já experimentado até então (Crosby, 1999).

A racionalização dos negócios a partir desse novo modelo alcançou sucesso notável. Por questão de sobrevivência, comerciantes foram impelidos a inventar a contabilidade como único meio de saber o que estava acontecendo com seus negócios e a quantificação dos negócios por meio da contabilidade trazia consigo uma lição à humanidade: ensinar a ser metodicamente organizada (Crosby, 1999).

A principal técnica para atingir esse objetivo foi a escrituração por partidas dobradas. Essa técnica contribuiu significativamente para ordenar, dar sentido e manter sob controle empresas e burocracias, mas por outro lado “incentivou-nos em nossa prática, frequentemente útil e às vezes perniciosa, de dividir tudo em preto e branco, bom ou mau, útil ou inútil, parte do problema ou parte da solução – ou isto ou aquilo.” (Crosby, 1999, p. 205).

Reduzir o mundo a sinais de mais e menos, a algo visual, quantitativo, que seja compreensível e possivelmente controlável, são as técnicas que sintetizam a obra de Pacioli, um clássico do reducionismo, de acordo com Crosby. Para este autor, a contabilidade é uma das grandes invenções da humanidade que exerceu significativa influência na configuração da realidade:

Nos últimos sete séculos, a contabilidade contribuiu mais para moldar as percepções das mentes mais brilhantes do que qualquer inovação isolada da filosofia ou da ciência. Enquanto um punhado de pessoas ponderava sobre as palavras de René Descartes e Immanuel Kant, milhões de outras, de inclinação agitada e industriosa, escreviam anotações em livros bem organizados e, depois, racionalizavam o mundo para compatibilizá-lo com seus livros (Crosby, 1999, p. 206).

A ciência, de modo geral, e a contabilidade, em particular, podem ser analisadas pela capacidade que têm de moldar e influenciar comportamentos, de configurar a realidade. Lembrando Miller (1998) e Miller e O’Leary (2007), os mecanismos de cálculo contábil incorporam ideais, aspirações e valores em sua modelagem, cuja identificação e apreciação pela comunidade científica contábil podem proporcionar uma melhor compreensão de seus possíveis efeitos sobre a configuração da realidade.

3.3 Contabilidade e neutralidade científica

Na perspectiva da corrente teórica que representa a visão convencional da contabilidade, conforme referida por Dias e Machado (2004), a questão da neutralidade científica certamente não tem ocupado o centro do debate dessa comunidade científica, como era de se esperar. A influência da economia neoclássica nas raízes ontológicas e epistemológicas de suas bases conceituais possivelmente explique, em parte, esse silêncio. Um dos poucos espaços onde essa reflexão tem tido assento nesse cenário, de maneira bastante discreta, é no processo de adoção de padrões contábeis para elaboração e divulgação de informação contábil-financeira.

Nesse contexto a neutralidade se constitui numa das características qualitativas que conferem utilidade à informação contábil e se refere especificamente à ausência de viés na apresentação de relatórios ou informações contábeis, conforme explica Belkaoui (2004). De acordo com esse autor:

Neutralidade se refere à ausência de viés na apresentação de relatórios ou informações contábeis. Assim, informação neutra é livre de viés para alcançar algum resultado desejado ou induzir um modo particular de comportamento. Isso não quer dizer que os preparadores de informações não tenham um propósito em mente ao preparar os relatórios; significa apenas que não deve influenciar um resultado predeterminado.²³ (Belkaoui, 2004, p. 187, tradução livre).

Já no âmbito específico dos padrões internacionais de contabilidade, definidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro prevê que a utilidade da informação contábil-financeira está condicionada à possibilidade de representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe a representar. Para se alcançar tal fidelidade de representação, a realidade retratada precisa reunir três atributos: ela precisa ser completa, neutra e livre de erros.

Um retrato da realidade econômica é completo quando inclui toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno que está sendo retratado. A realidade econômica é retratada de forma neutra quando é desprovida de viés na seleção ou na apresentação da

²³ *Neutrality refers to the absence of bias in the presentation of accounting reports or information. Thus, neutral information is free from bias toward attaining some desired result or inducing a particular mode of behavior. This is not to imply that the preparers of information do not have a purpose in mind when preparing the reports; it only means that the purpose should not influence a predetermined result.*

informação contábil-financeira (CPC, 2013). Sobre a neutralidade, mais especificamente, o órgão assim se expressa:

Um retrato neutro não deve ser distorcido com contornos que possa receber dando a ele maior ou menor peso, ênfase maior ou menor, ou qualquer outro tipo de manipulação que aumente a probabilidade de a informação contábil-financeira ser recebida pelos seus usuários de modo favorável ou desfavorável. Informação neutra não significa informação sem propósito ou sem influência no comportamento dos usuários. A bem da verdade, informação contábil-financeira relevante, por definição, é aquela capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários (CPC, 2013).

O terceiro atributo indica que a fidelidade de representação da realidade econômica está condicionada ainda a um retrato do fenômeno que não contenha erros ou omissões, tanto no processo quanto na aplicação deste na produção da informação (CPC, 2013).

Dessa perspectiva da visão convencional da contabilidade depreende-se claramente a crença na possibilidade de apreensão do fenômeno econômico, tal como ele é. Ou seja, o retrato dessa realidade é tido como isento, objetivo, independente da percepção, dos valores e dos interesses humanos.

Representar o mundo tal como ele realmente é se constitui no objetivo da teoria científica através dessa abordagem da realidade (Lacey, 2008d). A obtenção de conhecimento, nessa perspectiva, está ligada à visão metafísica do realismo científico, vertente segundo a qual o mundo é acessível ao conhecimento humano e sua existência independe da consciência dos indivíduos. A apreensão de todos os fenômenos nele existentes é feita a partir de sua ordem subjacente que independe de interações com experiências ou práticas humanas. Uma vez confirmadas, as teorias são consideradas descrições aproximadamente verdadeiras do mundo (Fernandez, 2006).

Essa visão realista do mundo, aliada à doutrina do materialismo científico, tem sido hegemônica no desenvolvimento da versão dominante da ciência a partir da modernidade (Fernandez, 2004, 2006; Lacey, 1999, 2008d). De acordo com Lacey (2008d), sob a lente do materialismo científico, a representação do mundo tal como ele é, independente de suas relações com os seres humanos, somente é adequada se feita a partir do emprego específico de estratégias da abordagem descontextualizada. A noção de neutralidade fica assim subordinada à afirmação de que a teoria (*T*) representa o mundo tal como ele é, conforme ilustra a Figura 2.

*Estratégias Descontextualizadas.

Figura 2 – Subordinação da neutralidade à estratégia de pesquisa

Fonte: Lacey (2008d, p. 27)

A implicação disso está na noção do significado de representação. Se representação for tomada apenas como produto linguístico ou simbólico, conforme sustenta Lacey (2008d), a possibilidade de representação do mundo tal qual ele é se torna inviável. Também o entendimento sobre o objetivo da teoria científica será diferente.

As representações são produtos humanos, construções históricas de práticas científicas que empregam métodos também provenientes da nossa própria construção. Elas fazem uso de categorias teóricas criadas, estruturadas, desenvolvidas, refinadas, transformadas e aplicadas no curso das nossas práticas de observação, medição, experimentação e teorização, no curso das nossas interações com o mundo (Lacey, 2008d, p. 28).

Dessa maneira, as teorias só podem representar o mundo do modo pelo qual ele aparece na perspectiva das práticas científicas e não como ele realmente é. Subordinar a neutralidade à possibilidade de representar o mundo tal como ele é significa, ao mesmo tempo, confiná-la a uma perspectiva específica de valor.

Conforme Lacey (2008d), ao invés de produzir um entendimento do mundo como ele é, as estratégias descontextualizadas produzem esse entendimento “sob a perspectiva do valor social de controle da natureza.” (p. 41) e, nesse sentido, a neutralidade não pode estar fundamentada na metafísica materialista e o objetivo de representar o mundo tal como ele é precisa ser substituído por “obter teorias de acordo com a imparcialidade.” (Lacey, 2008d, p. 29).

O entendimento gerado de acordo com a imparcialidade não significa, contudo, que ele seja neutro. Conforme dito anteriormente, embora a imparcialidade seja uma condição para a neutralidade, esta não pode ser simplesmente derivada daquela (Lacey, 2008d, 2010). Nesse sentido, o ideal da neutralidade somente pode se manifestar em maior intensidade na medida em que uma pluralidade de estratégias for introduzida na condução da pesquisa científica. A questão da neutralidade científica, descrita na perspectiva da visão convencional da contabilidade, parece não se encaixar nessa ideia do pluralismo metodológico defendido por Lacey (2012).

Apesar dessa forte influência do realismo e do materialismo científico sobre o pensamento contábil, uma profunda transformação no significado da contabilidade tem sido experimentada nas últimas décadas (Miller, 1994) e novas perspectivas para a pesquisa contábil têm surgido em decorrência disso (Miller, 1994; Dias & Machado, 2004). Esse novo horizonte para a pesquisa também tem possibilitado a emergência de correntes alternativas de pensamento nessa área (Chua, 1986; Ryan et al., 2002).

A polêmica suscitada na discussão entre Solomons (1991a; 1991b) e Tinker (1991) ilustra bem duas posições ontológicas e epistemológicas antagônicas existentes entre representantes de diferentes correntes teóricas na contabilidade. A controvérsia começa com a crítica de Solomons (1991a) à corrente de pensamento expressa pelo termo “contabilidade radical” (*radical accounting*), cuja visão é apresentada e defendida por Tony Tinker na obra *Paper Prophets: a social critique of accounting*.

Nessa obra, de acordo com Solomons, Tinker advoga que as políticas contábeis deveriam ser escolhidas por suas consequências econômicas supostamente desejáveis ao invés de sua capacidade de retratar com fidelidade fenômenos relevantes.

A noção de fidelidade de representação na contabilidade está na raiz das diferenças entre os dois autores. Solomons, um genuíno representante do positivismo, entende ser este um ideal possível de ser atingido, constituindo-se numa questão central na missão da contabilidade que deve ser buscada de forma permanente pelos contadores. Para Tinker isso não passa de uma falácia. Solomons chega a condicionar a manutenção da credibilidade da contabilidade à possibilidade de representar de forma neutra os fenômenos econômicos: “A neutralidade em

contabilidade nem sempre pode ser facilmente assegurada, mas sem ela a sua credibilidade está ameaçada.”²⁴ (Solomons, 1991a, p. 287, tradução livre).

Essa assertiva revela a herança histórica incorporada no discurso da contabilidade, de que a neutralidade representa um valor institucional da ciência, a qual ocupa um importante papel como símbolo de integridade, legitimidade e prestígio da prática científica (Lacey, 2010; 2008b; 2008d; 2005, Dagnino, 2008).

A questão central colocada por Solomons (1991a) é, de fato, instigante para uma reflexão da comunidade científica da contabilidade e versa sobre a percepção do papel a ser exercido na sociedade. Os contadores deveriam considerar a contabilidade e a si próprios como agentes promotores de transformação social e econômica ou sua tarefa estaria circunscrita a prover informação imparcial para facilitar as atividades sociais e econômicas aos outros? Solomons não deixa dúvidas quanto a sua posição diante dessa questão. Para ele, em relação à transformação social a contabilidade tem pouco a fazer. O papel dos contadores é como o de jornalistas: “Eles devem relatar as notícias, não produzi-las.”²⁵ (Solomons, 1991a, p. 287, tradução livre).

Solomons entende que a visão crítica de Tinker está relacionada muito mais ao desejo de mudanças na sociedade especificamente e não na contabilidade. Nesse processo a contabilidade é apenas incidental, adverte o autor. Existem outras e melhores maneiras para promover transformações sociais. Como cidadãos os contadores devem, como quaisquer outros, preocupar-se em promover mudanças sociais desejáveis, “Mas como contadores isso não é seu trabalho, eles não são peritos nisso. Seu trabalho é retratar certos aspectos da sociedade, não mudá-la.”²⁶ (Solomons, 1991a, p. 294, tradução livre).

Apesar desse posicionamento do autor, a questão parece ainda estar aberta no aguardo da devida apreciação da comunidade contábil sobre a percepção que tem em relação ao seu papel na sociedade. Sobre a neutralidade Solomons conclui: “Se os responsáveis pela regulação contábil abandonarem a neutralidade como uma luz orientadora, a contabilidade terá perdido

²⁴ *Neutrality in accounting may not always be easy to secure, but without it the credibility of accounting is endangered.*

²⁵ *They should report the news, not make it.*

²⁶ *But as accountants that is not their job, and they have no special expertise in that direction. Their job is to portray certain aspects of society, not to change it.*

todo valor como provedora de informações úteis²⁷. (Solomons, 1991a, p. 295, tradução livre).

Em defesa de suas ideias, Tinker (1991) revela a perspectiva filosófica realista com que Solomons constrói sua análise e seu discurso. Para Tinker, Solomons é um evangelista e não um positivista: “Ele não diz que a contabilidade é neutra; apenas que ela deveria ser.”²⁸ (Tinker, 1991, p. 297, grifo do autor; tradução livre).

O discurso de Solomons revela sua crença numa realidade econômica que é acessível ao conhecimento humano e que existe independentemente da consciência dos indivíduos. Acredita na possibilidade de identificar e capturar essa realidade de forma neutra e pura, o que gera uma correspondência verdadeira entre a teoria contábil e a realidade econômica. Mais ainda, pressupõe que os dados contábeis são completos e podem representar fielmente a realidade econômica subjacente; que os símbolos contábeis que buscam representar a realidade econômica são também completos e sintetizam todos os interesses relevantes dos membros de uma comunidade e; que a esfera econômica é autônoma e pode ser resolvida separadamente da esfera política: é possível fazer contabilidade de uma maneira apolítica (Tinker, 1991).

Tinker discute os pressupostos do realismo e do materialismo científico presentes nos argumentos de Solomons em contraste com a filosofia da *práxis* ou prática reflexiva, que reconhece a arbitrariedade da significação. Com isso, mostra que a visão de Solomons ignora alguns aspectos importantes que deveriam ser considerados nessa discussão, tais como o papel que as forças políticas desempenham na moldagem dos padrões e das políticas contábeis sobre, por exemplo, a divulgação de informações contábeis das corporações; a arbitrariedade contida na concepção de fidelidade de representação e o papel social do contador, o qual Solomons limita a gerar informações fidedignas.

Tinker mostra também sua convicção na possibilidade da participação ativa dos contadores (e da contabilidade) na mediação de situações de conflitos sociais: “Nós inevitavelmente construímos um significado do mundo; a prática reflexiva procura justificar nossas ações em

²⁷ *If those responsible for regulating accounting ever abandon neutrality as a guiding light, accounting will have lost all value as a provider of useful information.*

²⁸ *He does not say that accounting is neutral; only that it should be.*

termos de intensificação das contradições sociais, como um meio de desenvolvimento do contexto social e histórico.”²⁹ (Tinker, 1991, p. 297, tradução livre).

O posicionamento da contabilidade no contexto social e econômico a coloca em uma situação quase paradoxal. De um lado, o conhecimento que emerge das atividades científicas desenvolvidas em seu interior tem servido historicamente aos interesses do desenvolvimento econômico capitalista, o que torna indefensável o argumento da neutralidade científica. De outro, essas mesmas atividades científicas têm produzido conhecimentos voltados a interesses socioambientais que favorecem o processo de *accountability* e de transparência para a participação democrática.

Por possuir essa característica de atuar como instrumento mediador entre a ciência social e a economia – “uma ciência social que serve para mediar o conflito distributivo na sociedade”, conforme Iudícibus, Ribeiro, Lopes e Pederneiras (2011) – a contabilidade pode, por meio desse processo, contribuir para incorporar valores que promovam maior equilíbrio entre arranjos socioeconômicos e a sustentabilidade social e ambiental.

A concretização desse potencial poderia ser viabilizada por meio das características *sui generis* da contabilidade em relação à maneira com que seus mecanismos de cálculo são concebidos e incorporados às suas práticas, constituindo-se em espaço privilegiado para a incorporação de valores democráticos em relação à sustentabilidade social e ambiental.

As correntes alternativas de pensamento, que têm ganhado espaço cada vez maior na contabilidade, representam também espaços plurais dentro dos quais o debate e a reflexão sobre o papel dos valores na atividade científica podem ser articulados.

Um exemplo de iniciativa nessa direção é o trabalho de Iudícibus et al. (2011), no qual os autores buscam estimular o debate crítico sobre a responsabilidade social da contabilidade visando à superação da razão puramente instrumental que tem permeado o pensamento contábil na definição de seu objeto e de seus objetivos. Se a contabilidade, conforme lembra Power (1992), constitui-se em uma das poucas tecnologias burocráticas apropriadas para

²⁹ *We inevitably make the world mean; practical reflexivity seeks to warrant our actions in terms of heightening social contradictions, as a means of developing the historical and social context.*

questões ambientais, um exame mais diligente da percepção sobre o seu papel social passa necessariamente pela consideração dos aspectos filosóficos, políticos e éticos envolvidos.

Para que tal intento se viabilize, as responsabilidades atribuídas aos cientistas na condução das pesquisas e nos esforços para obtenção dos espaços necessários para o exercício dessas responsabilidades, parece ser um caminho viável para permitir que o ideal da neutralidade se manifeste de modo mais intenso, por meio do pluralismo metodológico (Lacey, 2008b).

4 ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA CONTÁBIL SOCIOAMBIENTAL: ANTECEDENTES

Pesquisas científicas desenvolvidas em contabilidade socioambiental têm sido objeto de estudo em diversos trabalhos, notadamente no âmbito internacional. As conclusões desses trabalhos, de maneira geral, levantam preocupações e apontam questões críticas recorrentes na condução dessa atividade, especialmente em razão de insucessos em transpor inteiramente o paradigma econômico em suas formulações (Lehman, 1999) ou por não terem conseguido ainda obter uma definição teórica e metodológica clara de suas pretensões (Gray, 2002).

Na visão crítica de Lehman (1999), por exemplo, os modelos atuais de Contabilidade Social e Ambiental têm sido desenvolvidos a partir de estruturas conceituais liberais, o que naturalmente impõe limites a qualquer proposta de reforma. Embora reconheça o potencial de emancipação dessa área, Spence (2009) entende que o modelo atual de desenvolvimento não privilegia o processo democrático.

Focado exclusivamente nas corporações, os mecanismos contábeis apenas legitimam e reforçam a hegemonia capitalista e falham em abrir as organizações para uma crítica substantiva. A viabilidade dessa emancipação exigirá maior participação democrática e menor aderência às bases econômicas da sociedade (Spence, 2009).

4.1 A pesquisa contábil: sob o domínio das abordagens descontextualizadas?

O desconforto em relação ao estado e ao desenvolvimento da pesquisa contábil começou a ser sentido pela comunidade acadêmica desde o final da década de 1970, afirma Chua (1986). De acordo com essa autora, as primeiras conclusões de estudos realizados pela *American Accounting Association* (AAA) à época, apontavam para o desenvolvimento da teoria contábil orientado por uma diversidade de paradigmas cujo potencial seria muito limitado para orientar a formulação de políticas contábeis.

Dada à incompatibilidade entre esses paradigmas, entendia a AAA que um consenso em torno de um modelo geral seria muito difícil de ser obtido. Outros estudos mencionados por Chua também corroboravam essa ideia da predominância da dissensão ao invés do consenso na pesquisa contábil, o que contribuiu para disseminar a visão de que o domínio da contabilidade é caracterizado por uma discussão cross-paradigmática aparentemente irreconciliável, e que algumas teorias sobre a prática são prejudiciais a ela por não serem nem informadas e nem destinadas a essa prática (Chua, 1986).

Contrariamente a essas conclusões da AAA e dos demais estudos citados, Chua aponta para um conjunto hegemônico de pressupostos nessa atividade:

este artigo sustenta que a pesquisa contábil tem sido orientada por um dominante, não divergente, conjunto de pressupostos. Tem havido uma visão de mundo científica geral, uma matriz disciplinar primária. E pesquisadores da contabilidade, como uma comunidade de cientistas, têm compartilhado e continuado a compartilhar uma constelação de crenças, valores e técnicas. Essas crenças circunscrevem definições de ‘problemas que valem a pena’ e ‘evidência científica aceitável’³⁰ (Chua, 1986, p. 602, grifo da autora, tradução livre).

Com um objetivo de possibilitar uma autorreflexão dos pesquisadores da área contábil sobre as consequências da adoção compartilhada de um pressuposto dominante, Chua (1986) adverte que embora a visão de mundo do *mainstream* (positivista) tenha produzido muitos benefícios para a condução da pesquisa contábil, ela tem também limitado os tipos de problemas estudados, a utilização de métodos de pesquisa e a possibilidade de visualização de novas perspectivas. Tais limitações se tornam claras somente quando elas são expostas ao desafio de visões de mundo alternativas.

Nesse sentido, a autora introduz conjuntos alternativos de pressupostos (o interpretativo e o crítico) e ilustra como eles podem mudar tanto a definição de problemas quanto as suas soluções. Essas diferentes visões de mundo podem potencialmente enriquecer e ampliar o entendimento sobre a prática contábil.

Percepção semelhante sobre o desenvolvimento da pesquisa contábil é compartilhada por Ryan et al. (2002). Para esses autores, a tradição da pesquisa contábil sempre esteve

³⁰ *this paper argues that accounting research has been guided by a dominant, not divergent, set of assumptions. There has been one general scientific world-view, one primary disciplinary matrix. And accounting researchers, as a community of scientists, have shared and continue to share a constellation of beliefs, values, and techniques. These beliefs circumscribe definitions of ‘worthwhile problems’ and ‘acceptable scientific evidence’.*

fortemente ancorada nos métodos e nas teorias da economia neoclássica e, “Embora abordagens baseadas em teorias comportamentais, organizacionais e sociais tenham sido desenvolvidas nos últimos anos, a abordagem metodológica positivista ainda domina o *mainstream* da pesquisa contábil.”³¹ (Ryan et al., 2002, p. 144, tradução livre).

Mesmo reconhecendo a existência de um número considerável (e em ascensão) de pesquisadores da contabilidade que tem adotado diferentes alternativas filosóficas, os autores lembram também que isso não representa ainda a possibilidade de substituição da metodologia dominante nessa área. Sobre as características dessa tradição de pesquisa os autores destacam ainda:

Ela segue uma forma fraca de realismo, isto é, que ‘teorias’ são entidades utilitárias que tem valor somente na medida em que geram generalizações empíricas que podem ser submetidas a testes empíricos reais e decisivos. Juízos de valor estão fora do domínio de tal pesquisa e a questão o que ‘é’ é rigorosamente separada de questões sobre o que ‘deveria’ ser. Não há dúvida de que essa tradição tem sido muito produtiva, ao menos em termos de número de trabalhos de pesquisa gerados³² (Ryan et al., 2002, p. 112, grifo do autor, tradução livre).

Chua mostra que a identificação de aspectos comuns entre diversidades teóricas depende do exame dos pressupostos filosóficos (meta-teóricos) que essas teorias compartilham. Esses pressupostos modelam a visão de mundo através da qual o sujeito cognoscente percebe a natureza da realidade e a maneira pela qual essa realidade pode ser apreendida: “a produção de conhecimento está circunscrita por normas ou crenças humanas que definem os domínios do conhecimento, fenômenos empíricos e o relacionamento entre os dois. Coletivamente esses três conjuntos de crenças delineiam um modo de ver e de investigar o mundo.”³³ (Chua, 1986, p. 604).

O primeiro conjunto de crenças a que se refere Chua (1986) pertence à noção de conhecimento, que pode ser subdividido em dois conjuntos de pressupostos mutuamente relacionados: o epistêmico e o metodológico.

³¹ *Although approaches based on behavioural, organizational and social theories have been developed in recent years, the positive methodological approach still dominates mainstream accounting research.*

³² *It follows a weak form of realism; namely, that ‘theories’ are utilitarian entities which have value only in as far as they generate empirical generalizations which can be subjected to real and decisive empirical tests. Value judgements lie outside the domain of such research and the question of what ‘is’ is rigorously separated from questions about what ‘ought’ to be. There is no doubt that this tradition has been very productive, at least in terms of the number of research papers generated.*

³³ *the production of knowledge is circumscribed by man-made rules or beliefs which define the domains of knowledge, empirical phenomena, and the relationship between the two. Collectively, these three sets of beliefs delineate a way of seeing and researching the world.*

Pressupostos epistemológicos definem o que é considerada uma verdade aceitável, especificando critérios e processos para avaliação dessas verdades. Pressupostos metodológicos, por sua vez, indicam os métodos de pesquisa considerados apropriados para garantir a validade das evidências. Desse modo, a validade de uma evidência está ligada ao tipo de verdade aceita no nível epistêmico: “O que é um método de pesquisa ‘correto’ dependerá de como a verdade é definida.”³⁴ (Chua, 1986, p. 604, grifo do autor, tradução livre).

De acordo com Chua, esse conjunto de pressupostos sobre o conhecimento conduz a uma distinção entre observações e as construções teóricas usadas para representar essa realidade empírica. Observação e teoria são mundos distintos – separados um do outro –, mas a observação pode ser usada para atestar a validade científica da teoria. Por meio da análise dos pressupostos assumidos pelo *mainstream* da pesquisa contábil, Chua mostra que, embora os pesquisadores da contabilidade acreditem na testabilidade empírica de teorias científicas, a noção que eles têm sobre teste empírico se revela confusa.

Eles se apoiam tanto na ideia positivista de confirmação ou verificação quanto na ideia poperiana de falseabilidade como critérios para realização de teste empírico, sem considerar, contudo, as diferenças existentes entre esses critérios ou mesmo as críticas a eles dirigidas (Chua, 1986).

Mas a característica mais consistente existente no *mainstream* da pesquisa contábil é seu modelo hipotético-dedutivo de explicação científica, afirma Chua. Um dos principais elementos constitutivos dessa imagem de explicação científica é a possibilidade de *controle* e *manipulação* da realidade.

Duas principais consequências decorrentes da adoção desse modelo são destacadas. A primeira é que por meio dele a pesquisa é conduzida a partir de leis ou princípios universais, dos quais, num nível inferior, podem ser deduzidas hipóteses. Isso significa dizer que explicar um evento é apresentá-lo como uma instância de uma lei universal. A segunda consequência é que existe uma estreita relação entre explicação, predição e controle técnico (Chua, 1986).

³⁴ What is a “correct” research method will depend on how truth is defined.

Assim, se a explicação de um evento está condicionada à possibilidade de sua dedução a partir de certas premissas, segue-se que o conhecimento das premissas antes do evento acontecer possibilitaria uma predição de que ele aconteceria. Na prática isso representaria a possibilidade de controlar a ocorrência de tal evento (Chua, 1986).

Ainda relacionado ao modelo hipotético-dedutivo, outro pressuposto descrito por Chua é a onipresente busca por regularidades universais e por relacionamentos causais. Essa característica da pesquisa contábil é tão marcante que Chua declara: “é tão extensiva a busca por relações generalizáveis que os pesquisadores da contabilidade parecem acreditar que o mundo empírico não somente é objetivo, mas é, em princípio, caracterizado por relações constantes cognoscíveis.”³⁵ (Chua, 1986, p. 608, tradução livre). Como consequência da adoção desses pressupostos apresentados, a influência na escolha de métodos de pesquisa é facilmente percebida:

Invariavelmente, relatórios de pesquisa começam com uma apresentação de hipóteses seguidas por uma discussão de dados empíricos e são concluídos com uma avaliação da medida que os dados ‘suportaram’ ou ‘confirmaram’ as hipóteses. Além disso, a coleta e a análise de dados estão focadas na ‘descoberta’ de rigorosas relações generalizáveis.³⁶ (Chua, 1986, p. 608, tradução livre, grifo do autor).

Em razão disso, métodos como o estudo de caso são pouco valorizados, enquanto a utilização de métodos de levantamento, de grandes amostras, de pesquisas experimentais em laboratório e de métodos estatísticos e matemáticos de análise, é amplamente difundida. (Chua, 1986).

Os pressupostos ontológicos, que antecedem e governam os pressupostos epistemológicos e metodológicos subsequentes, formam o segundo conjunto de crenças citado por Chua (1986). Esses pressupostos dizem respeito ao objeto de estudo, à natureza da realidade, à própria essência dos fenômenos sob estudo. Ao descrever os pressupostos ontológicos que orientam o *mainstream* da pesquisa contábil, Chua afirma:

Ontologicamente, o *mainstream* da pesquisa contábil é dominado por uma crença no realismo físico – que afirma que há um mundo de realidade objetiva que existe independentemente dos seres humanos e que possui uma determinada natureza ou essência que é cognoscível. O realismo está intimamente

³⁵ *so extensive is the search for generalizable relations that accounting researchers appear to believe that the empirical world is not only objective but is, in the main, characterized by knowable, constant relationships.*

³⁶ *Invariably, research reports are begun with a statement of hypotheses followed by a discussion of empirical data and concluded with an assessment of the extent to which the data ‘supported’ or ‘confirmed’ the hypothesis. In addition, data collection and analysis are focused on the ‘discovery’ of rigorous, generalizable relations.*

ligado à distinção frequentemente feita entre o sujeito e o objeto. O que está “fora” (objeto) é presumido ser independente do conhecedor (sujeito) e o conhecimento é obtido quando um sujeito espelha e ‘descobre’ corretamente essa realidade objetiva.³⁷ (Chua, 1986, p. 606, grifo do autor, tradução livre).

Desse modo, a separação entre sujeito e objeto conduz a pesquisa sob a crença de que pesquisadores da contabilidade, ou seus objetos de estudo, não exercem papel algum na configuração da sua própria realidade. “Pessoas não são vistas como construtores ativos de suas realidades sociais. O objeto não é simultaneamente o sujeito. Ao invés disso, pessoas são analisadas como entidades que podem ser descritas passivamente de modo objetivo.”³⁸ (Chua, 1986, p. 606, tradução livre).

A incorporação desse modo de fazer ciência é notado na literatura contábil através de teorias que são apresentadas como tentativas de descobrir a realidade, a exemplo da teoria da contingência, da teoria da agência e da pesquisa sobre mercado de capitais eficiente (Chua, 1986).

Sobre a realidade social, Chua mostra que o *mainstream* assume que o comportamento humano é intencional. Essa intencionalidade indica que as pessoas, embora dotadas de uma racionalidade limitada, têm capacidade para definir racionalmente metas que condicionam previamente a escolha e a implementação de estratégias de ação.

Além disso, a busca pela maximização da utilidade também é tida como característica essencial dos seres humanos e se constitui em pressuposto fundamental para acomodar os próprios fins a que se propõe a contabilidade: o de prover informações úteis e relevantes para a tomada de decisões. Com esse objetivo a contabilidade não pode prescindir desses pressupostos, afinal “utilidade presume alguma necessidade ou objetivo prévios.”³⁹ (Chua, 1986, p. 609, tradução livre).

Implícito no pressuposto da intencionalidade humana está também outro: o de uma ordem social controlável. Embora admita a existência de conflitos, o *mainstream* os vê como

³⁷ *Ontologically, mainstream accounting research is dominated by a belief in physical realism – the claim that there is a world of objective reality that exists independently of human beings and that has a determinate nature or essence that is knowable. Realism is closely allied to the distinction often made between the subject and the object. What is “out there” (object) is presumed to be independent of the knower (subject), and knowledge is achieved when a subject correctly mirrors and “discovers” this objective reality.*

³⁸ *People are not seen as active makers of their social reality. The object is not simultaneously the subject. Instead, people are analyzed as entities that may be passively described in objective ways.*

³⁹ *usefulness presumes some prior need or objective.*

gerenciáveis por meio de *designs* apropriados de controles contábeis como orçamentos, custo padrão, alocação de custos e critérios de avaliação de desempenho ou, por meio do próprio mercado, que através do livre jogo das forças a ele inerentes pode determinar, por exemplo, critérios para a divulgação de informações pelas organizações (Chua, 1986).

Conflitos são geralmente vistos como disfunções em relação ao objetivo geral da organização e cabe então à pesquisa contábil identificar procedimentos específicos através dos quais tais disfunções podem ser corrigidas (Chua, 1986).

O terceiro conjunto de crenças descrito por Chua (1986) se refere à relação entre teoria e prática contábil. São pressupostos sobre o relacionamento entre conhecimento e realidade empírica. Essa relação espelha posições valorativas particulares de cada cientista na medida em que questões como “Qual é o objetivo do conhecimento no mundo da prática?; Como ele pode ser empregado para melhorar o bem estar das pessoas?; Sua pretensão é emancipar pessoas da supressão ou é prover respostas técnicas para objetivos predefinidos?”⁴⁰ precisam ser respondidas (Chua, 1986, p. 605, tradução livre).

Para o *mainstream* da pesquisa contábil, os contadores não deveriam envolver-se com julgamentos morais sobre os objetivos ou sobre necessidades dos tomadores de decisão. Sua postura deve ser neutra e para isso deve concentrar-se na busca de meios para identificar as necessidades de informações desses usuários. Mas Chua (1986) lembra que essa postura supostamente livre de valores, representa em si a escolha de uma posição moral, carregada de valor. Contudo, ao invés do reconhecimento de tal posição, a aparente neutralidade é amplamente aceita e defendida pelos membros da comunidade acadêmica contábil.

Em obra mais recente, Ryan et al. (2002) retomam a discussão desses pressupostos do *mainstream* da pesquisa contábil e reproduzem, com algumas poucas adaptações, o quadro síntese (Quadro 1) dos pressupostos apresentados por Chua (1986). Para esses autores, tal síntese representa de forma apropriada as posições epistemológica e ontológica do *mainstream* da pesquisa contábil.

⁴⁰ *What is the purpose of knowledge in the world of practice? How may it be employed to better people's welfare? Is it intended to emancipate people from suppression or to provide technical answers to pre-given goals?*

Quadro 1 – Síntese dos pressupostos do *mainstream* da pesquisa contábil*A. Crenças sobre conhecimento*

Teoria e observação são independentes entre si e métodos quantitativos de coleta de dados são favorecidos para prover uma base para generalizações.

B. Crenças sobre a realidade física e social

A realidade empírica é objetiva e externa ao sujeito (e ao pesquisador). Atores humanos são objetos essencialmente passivos, os quais possuem racionalmente seus objetivos assumidos. Sociedade e organizações são basicamente estáveis e comportamentos disfuncionais podem ser gerenciados através do *design* dos sistemas de controle.

C. Relacionamento entre teoria e prática contábil

A contabilidade é concebida como meio, não como fim – livre de valores e as estruturas institucionais são tidas como dadas.⁴¹

Fonte: Ryan et al. (2002, p. 41, tradução livre).

Apesar de inegáveis avanços proporcionados por esse modo de fazer ciência na contabilidade, seus pressupostos trazem consigo certas consequências e limitações que restringem os tipos de problemas a serem estudados e os métodos de pesquisa a serem empregados.

Chua destaca que: “o *mainstream* do pensamento contábil está fundamentado num conjunto comum de pressupostos sobre conhecimento e realidade empírica que tanto orienta quanto oprime. Esses pressupostos oferecem certos *insights*, mas obscurecem outros.”⁴² (Chua, 1986, p. 626, tradução livre).

Para Chua, a concepção da contabilidade como meio e não como fim é vista com uma das limitações decorrentes desses pressupostos. Orientados por essa visão, os pesquisadores da contabilidade não veem as estruturas correntes das instituições (de governo, mercados, preços e formas organizacionais) como objetos passíveis de questionamentos. São tidas como condições dadas, naturais da realidade social. Não faz parte dos objetivos explícitos da pesquisa contábil gerar conhecimentos com propósito de avaliar e promover mudanças nas estruturas institucionais.

⁴¹ *A. Beliefs about knowledge: Theory and observation are independent of each other, and quantitative methods of data collection are favoured to provide a basis for generalizations. B. Beliefs about physical and social reality: Empirical reality is objective and external to the subject (and the researcher). Human actors are essentially passive objects, who rationally pursue their assumed goals. Society and organizations are basically stable, and dysfunctional behaviour can be managed through the design of control systems. C. Relationship between accounting theory and practice: Accounting is concerned with means, not ends – it is value neutral, and existing institutional structures are taken for granted.*

⁴² *It has argued that mainstream accounting thought is grounded in a set of common assumptions about knowledge and the empirical world which both enlighten and yet enslave. These assumptions offer certain insights but obscure others.*

De acordo com essa perspectiva, independentemente do tipo de sociedade ou do tipo de mercado, a contabilidade deve, de forma neutra, gerar informações financeiras relevantes que contribuam para o alcance dos objetivos de cada um. Mas tal posição supostamente neutra representa, ainda que indiretamente, um suporte à manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, não pode ser considerada uma posição diferente de qualquer outra tomada em nome de algum ideal (Chua, 1986).

O pressuposto da maximização da utilidade presente na intencionalidade e na racionalidade humana é a segunda limitação apontada por Chua (1986). O suposto “consenso” em torno do desejo de maximização representa, no fundo, os objetivos somente dos provedores de capital. Decorre daí a crença de que se os relatórios contábeis atenderem bem a credores e investidores, eles terão atendido igualmente bem às necessidades de informações de todos os demais interessados.

Essa noção equivocada sobre a ação humana e sobre o papel da contabilidade, assevera Chua, tem levado o *mainstream* a ignorar muitos avanços obtidos na compreensão dessa realidade e que podem oferecer novas perspectivas com potencial de afetar a contabilidade e os contadores dentro das organizações e na sociedade.

Uma terceira limitação indica ainda que o *mainstream* tem dedicado insuficiente atenção aos aspectos filosóficos da ciência e tem, com isso, negligenciado as controvérsias envolvendo o realismo e a testabilidade empírica de teorias. Ao invés de discutir tais aspectos, o *mainstream* tem trabalhado dentro de uma vaga noção de realidade objetiva e de confrontação de teoria com os dados (Chua, 1986).

Outros autores como Baker e Bettner (1997) e Bisman (2010), sem a pretensão de esgotar a lista, também são exemplos de trabalhos que trazem importantes contribuições à reflexão sobre o avanço da pesquisa contábil.

Em defesa de uma maior democratização e diversificação de alternativas filosóficas na pesquisa contábil, Baker e Bettner (1997) analisaram as publicações feitas em dez periódicos da área, considerados de maior prestígio à época. Os resultados mostraram que uma homogeneidade nos métodos e nas perspectivas das pesquisas predomina na pesquisa

contábil, caracterizada por uma perspectiva metodológica positivista e uma ênfase nos métodos quantitativos.

Para os autores, esse tipo de pesquisa não é capaz de abordar as ramificações sociais da contabilidade e a complexa realidade social na qual ela opera. Lembram que a influência da contabilidade permeia questões fundamentais como distribuição de riqueza, justiça social, ideologia política e degradação ambiental e que a capacidade da contabilidade em criar e controlar a realidade social se traduz em poder para os que a usam.

A razão para a ausência de pesquisas com perspectivas filosóficas alternativas àquela do *mainstream*, apontada a partir de uma perspectiva que vê a pesquisa acadêmica como um sistema social multidimensional que abrange tanto processos como conteúdos, indica a existência de uma estrutura de poder na pesquisa contábil, cujo controle é exercido pelos que têm amplo interesse na manutenção do *status quo* (Baker & Bettner, 1997).

Um grupo relativamente pequeno de editores tem controle sobre os periódicos mais bem conceituados. Esse forte mecanismo de controle sobre a profissão contábil acadêmica age no sentido de instituir regras sociais e procedimentos para a pesquisa acadêmica, controlar as oportunidades de interação e criar barreiras ao intercâmbio intelectual e utilizar a estrutura da universidade para manter o controle. Esse modo predominante de fazer ciência na contabilidade não decorre, portanto, de critérios puramente epistêmicos, mas questões ideológicas e de valores têm exercido papel importante nesse processo (Baker & Bettner, 1997).

Também no sentido de enfatizar que a pesquisa contábil necessita ser pensada sob outras perspectivas filosóficas que não a do *mainstream*, Bisman (2010) apresenta e contrasta os fundamentos ontológicos, epistêmicos e metodológicos deste, com os do realismo crítico.

A partir do desenvolvimento de um exemplo prático ilustrativo da aplicação dessa perspectiva filosófica na pesquisa contábil, Bisman advoga pelo reconhecimento e pela aplicação do realismo crítico como uma estrutura alternativa útil e relevante para explorar questões na pesquisa contábil. Apesar desse posicionamento, o autor reconhece a ampla hegemonia da perspectiva metodológica positivista na pesquisa contábil e sintetiza suas premissas:

Tal literatura da pesquisa positivista pressupõe que a abordagem científica é apropriada para descobrir, explicar e prever os fenômenos contábeis. Está fundada na visão ontológica de que a ‘realidade’ da contabilidade pode ser descoberta pelo uso dos sentidos ou através de experiências sensoriais (empirismo), que a contabilidade é objetiva e que as hipóteses contábeis podem ser estatisticamente testadas para produzir conclusões generalizáveis.⁴³ (Bisman, 2010, p. 6, tradução livre, grifo do autor).

A literatura exposta neste tópico, com destaque para Chua (1986), revela que o *mainstream* da pesquisa contábil, de maneira geral, está fundado em pressupostos que se encaixam bem às características da ciência moderna e aos pressupostos do realismo científico já apresentados e discutidos anteriormente neste trabalho a partir da obra de Lacey (2005, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2009, 2010; 2012).

Essa forma de obtenção de conhecimento tem por objetivo descobrir as estruturas, leis, processos e interações subjacentes aos fenômenos, as quais são acessíveis ao intelecto humano, independem da ação humana para sua existência e podem ser expressas quantitativamente. A representação dos fenômenos sob essa perspectiva é feita a partir de abordagens ditas descontextualizadas, por não admitirem conexão entre os objetos investigados e o mundo dos valores e da experiência humana.

Contudo, ao invés da propalada neutralidade contida no entendimento do mundo gerado sob esse tipo de estratégia, é importante lembrar que seus resultados se mostram úteis para bem servir a uma perspectiva de valor específica: o valor social do controle.

Por fim, um olhar sobre o cenário brasileiro mostra que essa realidade da pesquisa contábil, em parte, parece se reproduzir. Os primeiros trabalhos de maior abrangência para a análise da produção científica contábil nacional são os de Theóphilo (2000, 2004) e Theóphilo e Iudícibus (2005). As conclusões desses trabalhos indicam uma pesquisa em processo de amadurecimento científico, mas já com ampla hegemonia de abordagens metodológicas de inspiração empirista/positivista.

⁴³ *Such positivist research literature presupposes that the scientific approach is appropriate to the discovery, explanation and prediction of accounting phenomena. It is founded upon the ontological view that the ‘reality’ of accounting can be discovered by the use of the senses or through sensory experience (empiricism), that accounting is objective, and that accounting hypotheses can be statistically tested to produce generalisable findings.*

Esses resultados indicam que a influência da economia neoclássica nas raízes ontológicas e epistemológicas do pensamento contábil, tem se encarregado também de acoplar a este, os valores sociais contidos naquelas teorias, conforme mostra Fernandez (2004, 2006).

Em trabalhos nacionais mais recentes, Farias (2012) e Martins (2012) também se dedicam à reflexão crítico-epistemológica. Embora não voltada especificamente à análise da produção científica nacional, Farias (2012) faz uma reflexão sobre o desenvolvimento da pesquisa contábil sob a perspectiva da epistemologia realista da ciência.

Com objetivo de avaliar se o estágio de desenvolvimento da pesquisa contábil permite lhe atribuir *status* de ciência social, Farias conclui que a área está em processo científico evolutivo rumo a uma ciência social, mas que ainda se encontra em estágio semicientífico.

É importante lembrar que essa conclusão é obtida sob a visão ontológica e epistemológica realista, segundo a qual “as ciências sociais estudam fatos sociais com objetivo de explicar e prever objetivamente as ações sociais.” De acordo com o autor, uma explicação objetiva significa “encontrar padrões de comportamento ou regularidades nos fatos que possam ser evidenciadas pelos métodos da ciência de forma independente da intenção ou interpretação subjetiva.” (Farias, 2012, p. 57).

Já Martins (2012) desenvolve uma reflexão na qual aponta uma fragilidade na concepção dos pressupostos filosóficos que sustentam a pesquisa contábil brasileira, denominado pelo autor como um cenário de cientificismo monoparadigmático desinformado.

Outros trabalhos que contribuem para a reflexão crítica nessa área no Brasil, embora com menor abrangência, mostram uma tendência cada vez maior do predomínio de abordagens metodológicas de inspiração empirista/positivista. Caso de Wink, Lopes, Théophilo, Pederneiras e Costa (2013), Campos, Diniz e Martins (2011), Coelho, Soutes e Martins (2010), Mendonça, Riccio e Sakata (2009) e Ribeiro, Lopes, Souza e Pederneiras (2007).

Nascimento, Junqueira e Martins (2010) chamam a atenção para a ausência de bases teóricas consistentes para a condução de pesquisas, enquanto Ribeiro et al. (2007) apontam ainda para uma necessidade de maior aprofundamento sobre fundamentos filosóficos e epistemológicos na condução da pesquisa contábil.

4.2 A pesquisa contábil socioambiental: uma luz ao fundo do túnel?

Abordagens epistemológicas da pesquisa contábil socioambiental (PCS) também indicam um desconforto similar ao sentido pela comunidade científica da contabilidade como um todo.

Esse desconforto parece ir além dos aspectos metodológicos da pesquisa, atingindo questões estruturais do próprio sentido desse projeto na contabilidade.

Conforme Brown e Dillard (2013), a contabilidade social e ambiental⁴⁴ e o próprio movimento ambientalista em geral, atravessam atualmente um período de auto-análise crítica. Como a contabilidade social e ambiental deveria ser definida, quem deveria defini-la e qual deveria ser sua agenda, são algumas das questões desafiadoras que têm emergido desse debate.

Essa constatação emerge da reflexão sobre uma atividade que já possui certa tradição na pesquisa e na prática contábil, em via de se repensar em razão das controvérsias que envolvem esse objeto. Sobre essa tradição Parker (2011) assevera que, apesar das tentativas da comunidade científica tradicional da contabilidade (cujas bases conceituais estão fundadas na economia e nas finanças) em marginalizá-la, a PCS tem continuado a crescer e a se desenvolver na literatura contábil nos últimos 40 anos. A PCS está se movendo das margens para o centro da literatura contábil.

Trabalhos de revisão crítico metodológica e crítico epistemológica sobre a PCS, embora mais vigorosos e recorrentes no cenário internacional, também fazem parte da literatura contábil brasileira.

Essas iniciativas se concentram na descrição de características gerais da PCS, por meio de análises bibliométricas. Resultados desses trabalhos indicam expressivo crescimento da pesquisa contábil relacionada às questões sociais e ambientais no país em períodos mais

⁴⁴ Brown e Dillard (2013) utilizam a designação *Social and environmental accounting (SEA)* para se referir tanto às atividades de pesquisa quanto as da prática contábil, que tratam de questões sociais e ambientais.

recentes (Colares et al., 2013; Silva & Pires, 2013; Grzebieluckas et al., 2012; Mazer et al., 2011; Gallon et al., 2007; Calixto, 2005; Santana, 2004). Mostram também que o tema *disclosure* ou evidenciação ambiental é o que tem recebido maior atenção dos pesquisadores (Rover et al., 2012; Mazer et al., 2011; Machado et al., 2009; Nascimento et al., 2009).

Trabalhos sobre contabilidade ambiental no Brasil são predominantemente empíricos (Rover et al., 2012, Colares et al., 2013) e a ausência de bases teóricas robustas que orientem a condução e as conclusões desses trabalhos é considerada preocupante (Rover et al., 2012, Mazer et al., 2011; Machado et al., 2009).

Já no cenário internacional, estudos dessa natureza têm maior alcance e vão muito além de levantamentos bibliométricos. Alguns resultados de trabalhos de revisão e de reflexão crítica sobre a literatura contábil socioambiental, como os de Brown e Dillard (2013), Parker (2005, 2011), Spence (2009), Spence et al. (2010), Eugénio et al. (2010), Owen (2008), Deegan e Soltys (2007), Mathews (1997), Bebbington (1997; 2001), Bebbington et al. (2007), Lehman (1999), Gray (1992; 2001; 2002; 2010a; 2010b), Gray, Dillard e Spence (2009), Hopwood (2009), Eugénio et al. (2010) e Tinker, Lehman e Neimark (1991) mostram seu estágio de desenvolvimento e os principais desafios a serem superados. Alguns desses resultados são comentados a seguir.

De acordo com Brown e Dillard (2013), das muitas questões desafiadoras que têm surgido sobre a pesquisa e a prática contábil socioambiental nos últimos anos, uma delas, ou se poderia dizer a questão crítica, estaria ligada à *práxis*, a qual está refletida nas discussões sobre engajamento⁴⁵.

Citando Bebbington et al. (2007), Brown e Dillard observam que não há ainda um consenso entre aqueles que se identificam com o projeto contábil socioambiental, sobre questões relacionadas ao tipo de trabalho a ser feito, quem deveria estar envolvido nesses trabalhos para que as mudanças desejadas sejam alcançadas e como engajamentos deveriam ser construídos.

⁴⁵ Conforme explica Bebbington (1997), no contexto da contabilidade ambiental, a ideia de engajamento está ligada à busca de um comprometimento direto com a prática no intuito de modificá-la.

Duas abordagens opostas em relação ao engajamento podem ser identificadas na literatura contábil: de um lado estão os que colocam ênfase em soluções técnico-profissionais e se concentram no desenvolvimento de ferramentas, modelos e métricas para uso por empresas e por formuladores de políticas e, de outro, estão os que defendem uma abordagem manifestamente política, na linha de um movimento social e/ou do engajamento focado na (re)capacitação da esfera pública (Brown & Dillard, 2013).

A busca de soluções técnico-profissionais tem sido a forma de engajamento hegemônica na contabilidade socioambiental. Para os membros dessa corrente, afirmam Brown e Dillard, os aspectos políticos são geralmente considerados como consensuais e o esforço está voltado ao desenvolvimento de novos modelos de tomada de decisão e de relatórios de desempenho, muitas vezes feitos em parceria com governos e com organizações empresariais.

Embora importantes para levar a contabilidade socioambiental para além da academia, essas iniciativas têm enfrentado desafios significativos na promoção de mudanças de longo alcance nas práticas organizacionais e sociais. Seus insucessos são geralmente atribuídos a fatores tais como inércia institucional, lapsos de comunicação, falta de conhecimento das “melhores práticas” de evidenciação e/ou falta de tempo e de recursos. Os argumentos em favor dessa abordagem normalmente são acompanhados por apelos à paciência, sob a justificativa de que transformações sociais são geralmente assim, lentas e incrementais (Brown & Dillard, 2013).

Do lado oposto dessa abordagem técnico-profissional, estão estudiosos críticos que enxergam com ceticismo a ideia do “ganha-ganha”. Consideram-na politicamente ingênua e incoerente com os movimentos e lutas sociais contemporâneas. Soluções tecnocráticas estão fundamentadas nas ideias iluministas do século dezessete, lembram Brown e Dillard (2013).

Decorre disso a crença na noção de que fatos e valores são perfeitamente separáveis e de que fatos puros podem ser capturados e informados, de forma neutra, para que a razão humana, que seria universal, se encarregue de extrair as conclusões “corretas” (Brown & Dillard, 2013).

A ampla ênfase no *disclosure* como estratégia de engajamento na contabilidade é um bom exemplo que está diretamente ligado a essa crença. O pressuposto é de que se as ações das corporações forem tornadas transparentes ao público, a própria razão se encarregará de

conduzir a conclusões “corretas”. Os fatos em si se encarregam de promover as mudanças. Brown e Dillard (2013) classificam a crença na estratégia do *disclosure* como uma espécie de esclerose.

Numa perspectiva crítica, esse tipo de estratégia de engajamento é vista como ingênua e politicamente desastrosa. Ingênua por desconsiderar os aspectos ideológicos contidos nas estruturas, os interesses poderosos envolvidos e os temores psicológicos associados às mudanças estruturais. Politicamente desastrosa porquê busca transformar uma questão complexa e inter-relacionada, numa questão política discreta, por meio da elaboração de soluções isoladas como: controle da poluição, criação de padrões de eficiência energética etc..., o que contribui para enfraquecer e limitar ações políticas mais abrangentes (Brown & Dillard, 2013).

Ainda mais enfático na crítica, Spence (2009) lembra que a essência do projeto contábil socioambiental repousa em sua natureza radical e emancipatória, mas que na prática, sob a forma de relatórios corporativos, ele tem falhado sistematicamente em abrir as organizações para uma crítica substantiva. Ao invés de evidenciar, a contabilidade social corporativa tem obscurecido a visão sobre as contradições do capitalismo e tem exercido um papel regressivo em razão de seu vínculo com as bases econômicas da sociedade.

Embora se reconheça a importância do desenvolvimento de novas tecnologias para o trabalho do movimento ambientalista, na forma de novas métricas e de novas técnicas de mensuração, Brown e Dillard assinalam que é necessário entender melhor como esses esforços estão vinculados a perspectivas políticas e a valores particulares.

Para superar tais fragilidades é necessário ir além de aspectos técnicos e reconhecer a impossibilidade de uma abordagem politicamente neutra para as questões socioambientais. “Conectar fatos e valores no desenvolvimento de um efetivo programa político exige repensar as políticas por trás das tecnologias contábeis ‘neutras’”⁴⁶, advertem Brown e Dillard (2013, p. 7, tradução livre, grifo dos autores).

⁴⁶ *Connecting facts and values in developing an effective political program requires a major rethink of the politics behind ‘neutral’ accounting technologies.*

A análise de Brown e Dillard (2013), sobre as formas de engajamento da contabilidade nas questões socioambientais, é elaborada a partir de uma reflexão em torno das ideias de uma corrente crítica do pensamento ambientalista, conhecida como a “morte” do debate ambientalista, dialogando especialmente com Shellenberger e Nordhaus (2004).

Os autores propõem a filosofia política do pluralismo agonístico⁴⁷ como uma base para o desenvolvimento de programas e de estratégias de engajamento com a prática, na interação com grupos que apresentam de pontos de vista, valores e visões diversos. A ideia central no pluralismo agonístico está na defesa de uma “participação política descentralizada que facilite a expressão das diferenças, ao invés de pedir que as pessoas superem suas particularidades.”⁴⁸ (Brown & Dillard, 2013, p. 8, tradução livre).

Para Brown e Dillard, um caminho que pode oferecer uma boa perspectiva política e de engajamento para a contabilidade socioambiental, capaz de contestar o monologismo do *mainstream* dessa área, é privilegiar abordagens que busquem congregar uma multiplicidade de públicos e de perspectivas ideológicas conflitantes.

Contudo, os autores entendem que até o momento, a relevância e a influência de valores e de ideologias no desenvolvimento e no entendimento da contabilidade socioambiental não têm sido consideradas de maneira apropriada.

O diálogo que vem sendo mantido por alguns membros da comunidade contábil, com grupos empresariais e elites políticas, não é suficiente para garantir essa multiplicidade. É necessário ir além do mundo dos negócios. “Integrar o social e o político com o técnico, de uma maneira que respeite nossas diversidades como seres sociopolíticos, exige um engajamento ativo entre *experts*, empresas, formuladores de políticas, movimentos sociais e cidadãos.”⁴⁹ (Brown & Dillard, 2013, p. 15, tradução livre).

⁴⁷ Um maior aprofundamento nesse tema pode ser obtido por meio de consultas a textos como Mouffe (2003; 2005) e Mendonça (2010).

⁴⁸ *decentred participatory politics that facilitates the expression of difference, rather than asking that people overcome their particularities.*

⁴⁹ *Integrating the social and political with the technical in a way that respects our diversity as socio-political beings requires active engagement among experts, business, policymakers, social movements and citizens.*

Seguindo uma tradição crítica, Mathews (1997) faz uma revisão dos trabalhos num período de 25 anos (1971-1995) e questiona, no próprio título do trabalho, a existência de razões para celebrar algum jubileu de prata.

Suas conclusões indicam que, em parte, a resposta a essa questão seria afirmativa. O expressivo crescimento quantitativo no volume de publicações, o surgimento de comunidades e redes de pesquisa, de conferência e de periódicos específicos (embora em pequeno número) para veicular resultados de pesquisas, atestam seu sucesso.

Porém o número de pesquisadores e de periódicos dedicados ao tema (ou que ao menos o aceitem sem combatê-lo) é apontado por Mathews como um ponto que precisa ser pensado. Um caminho para solução seria atentar para o processo educacional e atuar na formação dos novos profissionais da contabilidade.

Outro aspecto destacado por Mathews mostra um estágio teórico ainda muito eclético e desorganizado na pesquisa contábil socioambiental, embora reconheça a possibilidade de uma coexistência enriquecedora entre múltiplas filosofias e perspectivas.

Bebbington (1997) explora a questão do engajamento da contabilidade ambiental com a prática e com a educação contábil ambiental. De forma similar a Mathews, a autora vê a educação contábil ambiental como principal estratégia de engajamento para formar contadores sensíveis e preparados para lidar com questões ambientais.

Contudo, Bebbington (2001) percebe também que há indícios de que o projeto contábil ambiental esteja sendo capturado pelo *mainstream*. A concepção de desenvolvimento sustentável, por exemplo, é usada equivocadamente na literatura contábil como equivalente à “boa gestão ambiental”.

Boa gestão ambiental faz parte do conceito, mas não o representa na totalidade. Essa equiparação surgiu em decorrência da falta de consciência sobre as origens desse conceito e sobre as discussões que envolveram tal origem. Como tal conceito foi originalmente pensado para dar uma resposta à questão: que tipo de sistema econômico atenderia as necessidades de todos, de uma maneira ambientalmente sustentável e socialmente justa?, a autora conclui que se deve ter cuidado sobre seguir a literatura do mundo dos negócios e usar a expressão –

desenvolvimento sustentável – com o significado de “boa gestão ambiental” (Bebbington, 2001).

Bebbington (1997) entende que a ideia de desenvolvimento sustentável, contido na agenda ambientalista, possibilita um papel potencial para a contabilidade ambiental que pode contribuir sensivelmente com a democracia participativa por meio da *accountability*, da transparência e da articulação da sustentabilidade em termos contábeis. O desempenho desse papel contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em outro trabalho, Deegan e Soltys (2007) analisaram a natureza e a extensão da PCS empreendida na Australásia⁵⁰ e buscaram compreender aspectos como a sua inserção internacional e o nível de concentração dos pesquisadores dessa área.

As conclusões indicam uma expressiva participação da PCS da Australásia na quantidade de publicações internacionais, porém, preocupa o fato de que esse resultado tem sido fruto do esforço de um número bastante reduzido de pesquisadores. No mesmo sentido apontado por Mathews (1997), Deegan e Soltys consideram esse cenário prejudicial ao avanço dessa área na contabilidade.

Na percepção dos autores, há claramente um desencorajamento à apreciação da PCS na contabilidade que se reflete na pouca aceitação dessa área em termos de escala de participação. A ausência (por razões que ainda precisam ser explicadas) da PCS nos periódicos da contabilidade considerados de “alta qualidade”, com exceção do *Accounting, Organization and Society* (AOS), é sem dúvidas um desestímulo ao ingresso de novos pesquisadores nessa área.

Jovens pesquisadores, motivados e ansiosos por construir suas reputações, podem se sentir desestimulados a ingressarem nessa área em razão do receio de que seus trabalhos não sejam aceitos por periódicos conceituados (Deegan e Soltys, 2007).

Owen (2008) representa, na visão de Parker (2011), a mais extensa revisão crítica da PCS existente à época. Combinando uma revisão crítica da literatura, com particular ênfase à PCS

⁵⁰ A Australásia compreende a Austrália, a Nova Zelândia e ilhas vizinhas do Pacífico Sul. (Deegan & Soltys, 2007, p. 74, nota de rodapé).

publicada pelo *Accounting, Auditing & Accountability Journal* (AAAJ) no período de 1988-2007, Owen considera que a contabilidade social e ambiental representa um movimento social em construção e chama atenção para o problema do engajamento dos pesquisadores com questões práticas e políticas.

Embora concorde com outros estudos, no que se refere à necessidade de engajamento com a prática por parte dos pesquisadores, o autor considera que a perspectiva gerencialista deve ser evitada, de todas as formas. Recomenda que a pesquisa seja articulada com os movimentos sociais e que o trabalho seja realizado direta e integralmente com os grupos de interesse (*stakeholders*) e não com empresas ou governos.

O autor destaca também a necessidade de realização de pesquisas de campo cada vez maiores e mais frequentes e defende maior atenção à PCS no setor público, nas entidades sem fins lucrativos e nas organizações não governamentais. Resultados do trabalho indicam que embora a PCS seja ampla em termos de tópicos abrangidos, há uma ênfase em investigações que buscam identificar as determinantes organizacionais e motivações gerenciais subjacentes às iniciativas de divulgação de informações (*disclosure*) das empresas. (Owen, 2008).

Estratégias de engajamento focadas no *disclosure* são vistas com mais ceticismo quando analisadas sob a ótica de autores como Lehman (1999). A leitura crítica sobre o modelo de *accountability* adotado pela contabilidade socioambiental é feita por Lehman a partir de dois argumentos centrais. Primeiro Lehman considera que esse modelo tem se desenvolvido a partir de uma estrutura conceitual estritamente liberal e isso consequentemente limita qualquer proposta de reforma.

a estrutura conceitual de *accountability* estritamente liberal, perpetua o *status quo* por simplesmente prover informações adicionais para os *stakeholders*, sem investigar criticamente o que as corporações estão fazendo ao ambiente natural. O relacionamento entre a estrutura conceitual de *accountability* estritamente liberal e a teoria dos *stakeholders* perpetua um entendimento instrumentalmente concebido do papel da contabilidade.⁵¹ (Lehman, 1999, p. 218, tradução livre).

No segundo argumento, Lehman considera que a contabilidade socioambiental está focada exclusivamente nas corporações e acredita equivocadamente, que é capaz de influenciá-las.

⁵¹ *the strict liberal accountability frameworks perpetuate the status quo by simply providing additional information to stakeholders without critically investigating what corporations are doing to the natural environment. The relationships between strict liberal accountability frameworks and stakeholder theory perpetuate an instrumentally conceived understanding of the role of accounting.*

Nesse modelo há uma tendência em submeter-se a critérios instrumentais; àqueles mesmos utilizados pelos economistas para chegar a soluções ótimas com o menor custo. Submeter-se a tais critérios implica limitar as possibilidades de visualizar modos alternativos de governo, de monitoramento e de regulação. (Lehman, 1999).

Lehman entende que a concepção corrente de *accountability* deve ser modificada em favor de uma maior participação democrática. Como uma alternativa de ação, introduz os princípios da moderna teoria comunitária (ou comunitarismo⁵²) como um caminho capaz de enriquecer o processo democrático e promover o debate e o diálogo sobre o papel das corporações e de seus impactos na natureza.

Nesse modelo modificado de *accountability*, Lehman entende que governo e sociedade civil podem trabalhar juntos para promover a participação e uma concepção positiva de liberdade, em que as corporações possam ser responsabilizadas para agir de acordo com os interesses públicos.

Dessa maneira, a contabilidade socioambiental (e a auditoria) pode ser desenvolvida “como parte de uma esfera pública comprometida em expor e explicar os efeitos das corporações sobre a natureza, como um reflexo do que é ‘significativo’ para a nossa comunidade e para o nosso modo de estar no mundo.”⁵³ (Lehman, 1999, p. 238, tradução livre, grifo do autor).

Assim como Lehman (1999) e Owen (2008), Tinker et al. (1991) rejeitam qualquer possibilidade de diálogo com perspectivas gerencialistas para questões contábeis socioambientais. Na análise dos autores, as experiências mais recentes nesse sentido – nos Estados Unidos – indicam que o discurso contábil foi integralmente direcionado para reproduzir e para melhorar as relações sociais do *status quo*.

Estratégias de engajamento que adotam uma ideologia de meio-termo (ou de neutralidade – *middle ground*), que sugere medidas como moderação, consenso, conformidade e flexibilidade no trato de questões contábeis socioambientais com as corporações, atuam em

⁵² Conforme explica Lehman (1999), o comunitarismo é concebido como um movimento político que desafia os pressupostos do moderno modelo liberal que tem sido usado para dar suporte e desenvolver a estrutura conceitual da contabilidade social e ambiental.

⁵³ *as part of a public sphere committed to exposing and explaining corporate effects on nature as a reflection of what is ‘significant’ for our community and our way of being in the world.*

defesa do *status quo* e promovem um “quietismo político” que perpetua uma tradição conservadora em benefício de apenas alguns círculos eleitorais (Tinker et al., 1991).

Nesse sentido, por serem indiferentes e apáticas politicamente, as bases teóricas predominantes no desenvolvimento da contabilidade socioambiental são fortemente criticadas. Os autores entendem que investigações sobre questões de pesquisa não podem ser cerceadas pelo pressuposto de que a contabilidade é politicamente impotente. Ao invés do foco na neutralidade, uma perspectiva baseada em conflito, em antagonismos, deveria ocupar o primeiro plano da análise. (Tinker et al., 1991).

Uma extensa revisão da literatura é apresentada por Spence et al. (2010), na qual os principais parâmetros teóricos que têm moldado o campo discursivo⁵⁴ da contabilidade socioambiental e da *accountability*⁵⁵ são delineados, com foco particular sobre seus aspectos políticos.

Conclusões indicam a inexistência de uma unidade teórica no tratamento contábil dessas questões, ao mesmo tempo em que revelam um campo amplamente dominado por pontos de referência teóricos ligados à Teoria dos *Stakeholders*, à Teoria da Legitimidade e à Teoria da Economia Política Marxista.

A maneira pela qual tais pontos de referência têm sido interpretados e utilizados nesse campo, tem promovido o desenvolvimento de teorias de forma isolada e contraditórias em relação a outras literaturas organizacionais e em relação às ciências sociais de maneira geral (Spence et al., 2010).

Esse projeto contábil pode ser visto como uma demanda democrática, mas “A democracia liberal reduz a política a um projeto meramente técnico e administrativo.”⁵⁶ (Spence et al., 2010, p. 77, tradução livre), denunciando assim a “morte da política” nessa literatura. (Spence et al., 2010).

⁵⁴ Spence et al. (2010) consideram a literatura contábil dessa área como um campo discursivo, em razão da visão de mundo e do conjunto de parâmetros ideológicos particulares nele compartilhados.

⁵⁵ Spence et al. (2010) utilizam a sigla SER (de *Social Accounting/Social and Environmental Reporting*) para indicar o escopo da literatura analisada.

⁵⁶ *Liberal democracy reduces politics to a merely technical, administrative project.*

Para possibilitar uma abertura de espaços mais democráticos, que contemplem antagonismos políticos, a pesquisa nessa área precisa se libertar de uma limitação teórica auto-imposta, e abraçar um objetivo que vá além da *accountability*, sustentam Spence et al. (2010).

Para isso, esse projeto precisa abandonar a *accountability* e adotar uma demanda política que possa desafiar não apenas o modo pelo qual as corporações se comportam, mas também que esteja fundada em esforços políticos concretos que envolvam outros grupos além da gestão empresarial: “qualquer tentativa de engajamento deve ir além da simples gestão organizacional e se conectar com os ativistas, movimentos sociais e outros atores enraizados em seu próprio reino.”⁵⁷ (Spence et al., 2010, p. 85, tradução livre).

Com uma visão mais moderada e manifestando certo otimismo em relação aos rumos do projeto contábil socioambiental, se comparada à descrença evidenciada pelos demais autores de tradição crítica discutidos, Parker (2005; 2011) indica que esse projeto vem caminhando relativamente bem.

O autor elaborou uma revisão crítica das publicações da área contábil socioambiental num período de vinte e um anos (1988-2008), nos principais periódicos dedicados ao tema no mundo: *Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ)*; *Accounting Forum (AF)*; *Critical Perspectives on Accounting (CPA)*; *Accounting, Organizations and Society (AOS)*; *Social and Environmental Accounting Journal (SEAJ)* e *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability (JAPCEA)*.

Parker discute os resultados de seu trabalho em conjunto com outros trabalhos seminais de revisão crítica dessa temática que o precederam: Mathews (1997), Bebbington (1997), Gray (2002), Deegan e Soltys (2007) e Owen (2008). Seguindo uma lógica de periodização para análise do histórico de atividades desenvolvidas na contabilidade socioambiental, conforme apresentam Gray et al. (2009), Parker (2011) faz uma distinção entre três fases no período analisado: 1988-1998, 1999-2003 e 2004-2008.

Sobre a periodização desse histórico, Gray et al. (2009) entendem que ela deve ser levada em conta em razão de que cada fase da contabilidade socioambiental possui ênfases em certas

⁵⁷ *any attempts at engagement must go further than simply organisational management and connect with activists, social movements and other grass roots actors in their own realm.*

características específicas. Para esses autores, a primeira fase começa nos anos 1970 e é tipicamente associada com questões trabalhistas e com o desenvolvimento e uso de indicadores de desempenho organizacional. Outra fase pode ser identificada na década de 1980, marcada, ao menos no mundo corporativo, como um período de incremento no *disclosure* nos relatórios anuais e de um maior detalhamento em relatórios, direcionado a órgãos do setor público, mais especificamente no Reino Unido. A partir de 1990 ocorre certa re-emergência do *disclosure* voluntário, com ênfase nas questões ambientais nos primeiros cinco anos e incrementado posteriormente por questões sociais e comunitárias. Depois desse período, embora marcado por diversidades, a questão da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa tem predominado. Essa periodização também pode ser observada em outros trabalhos, como em Mathews (1997).

Como resultados, Parker (2011) mostra que apesar das dificuldades encontradas, essa comunidade de pesquisa continua viva e bem. O volume de publicações da PCS é agora considerável, com autores oriundos de diversos países além da Austrália (europeus, asiáticos, africanos e norte-americanos).

Apesar dessa distribuição, as publicações têm sido feitas predominantemente por três periódicos (europeus e australianos): AAAJ, AF e CPA, em contraste com a total ausência da PCS nos principais periódicos científicos norte-americanos, cujas publicações são dominadas exclusivamente pelo paradigma econômico.

Os tipos de investigações realizadas indicam uma tendência de maior aproximação da pesquisa com a prática e, após uma fase de ênfase específica nas questões ambientais, observa-se um maior equilíbrio entre pesquisas focadas na responsabilidade social e pesquisas focadas na responsabilidade ambiental, especialmente nos últimos períodos. Teoria e engajamento com a prática continuam questões pendentes na comunidade da PCS:

Pesquisadores continuam se debatendo com uma multiplicidade de possibilidade e abordagens teóricas. Sem dúvidas mais inovações e novas experiências com lentes teóricas alternativas e anteriormente não experimentadas nos esperam. Engajamento entre pesquisa e prática continua a ser um debate entre defensores de ações radicais, regulação, acordos entre empresas e profissionais, abordagens de casos de negócios e outros. A literatura de pesquisa nessa área oscila entre estados de espírito de otimismo e de pessimismo.”⁵⁸ (Parker, 2011, p. 9, tradução livre).

⁵⁸ *Researchers continue to wrestle with a multiplicity of theoretical approaches and possibilities. Doubtless more innovation and experimentation with alternative and previously untried theoretical lenses awaits us. Engagement between research and practice continues to be a debate between advocates for radical action,*

Uma notável expansão da PCS em relação a entidades governamentais, organizações não governamentais e sem fins lucrativos tem possibilitado visualizar uma ampla gama de atividades organizacionais, de *stakeholders* e de formas de engajamento, distintas e alternativas àquelas obtidas na literatura focada exclusivamente nas corporações (Parker, 2011).

Parker relata evidências de situações em que a retórica da contabilidade socioambiental é empregada como estratégia de defesa dos riscos reputacionais decorrente de pressões da comunidade externa. O autor denuncia que essas estratégias são reativas e autointeressadas, que buscam legitimar uma imagem de responsabilidade social e ambiental enquanto mascaram uma persistente agenda econômica: “A aliança do ganha-ganha entre as agendas social, ambiental e econômica é frequentemente promulgada, mas esconde um contínuo privilégio subjacente à econômica.”⁵⁹ (Parker, 2011, p. 9, tradução livre).

Essas situações contam sempre com a complacência de órgãos governamentais e com um comportamento organizacional minimalista em relação à aderência a dispositivos regulatórios de *disclosure*. Apesar dos desafios, conclui Parker (2011), os resultados observados sugerem motivo de otimismo para a PCS.

Destaque especial deve ser dado ainda à obra de Rob Gray, autor pioneiro e proeminente da contabilidade socioambiental, cuja extensa literatura sobre a PCS⁶⁰ tem contribuído significativamente para o debate dessas questões na contabilidade.

Em trabalho seminal da PCS, Gray (1992) advertia que questões ambientais não ocupavam um papel proeminente na pesquisa e na prática contábil, ao mesmo tempo em que considerava o potencial da contabilidade em contribuir com a democracia participativa, por meio da *accountability* e da transparência.

regulation, business and profession rapport, business case rationales and more. The research literature in this area swings between moods of optimism and pessimism.

⁵⁹ *The win-win alliance between the social, environmental and economic agendas is often promulgated but conceals an underlying ongoing privileging of the economic.*

⁶⁰ Ver, por exemplo, Gray (1992; 2001; 2002; 2010a; 2010b).

Nessa oportunidade Gray fez uma introdução das ideias ambientalistas na literatura contábil, que fornecem uma base teórica para o desenvolvimento de uma nova contabilidade socioambiental que atenda aos interesses públicos.

Em revisão crítica da PCS, com foco particular no papel desempenhado pelo periódico AOS, Gray (2002) também manifesta certo otimismo e vê esse projeto avançando, bem informado por abordagens alternativas⁶¹. Mesmo assim, Gray adverte sobre uma forte influência gerencialista presente na literatura analisada e a fraca presença de abordagens críticas feministas, marxistas ou ecológicas nesse periódico, ao mesmo tempo em que percebe uma inclinação nitidamente positivista.

Embora reconheça que a contabilidade socioambiental não é uma área que possa ser considerada homogênea em suas abordagens, Gray entende que alguma forma de sistematização dessa pesquisa deveria emergir de periódicos com o perfil do AOS, criado para ser um espaço tipicamente de abordagens alternativas.

Paradoxalmente, a área que possivelmente é mais sistematicamente desenvolvida na contabilidade socioambiental é de inspiração positivista: o *disclosure*. Também a abordagem gerencialista tem se mostrado bem desenvolvida e tem oferecido alternativas cruciais para os diversos tipos de abordagens desse tema (Gray, 2002).

Curiosamente, Gray manifesta certa simpatia a essas abordagens em razão da maior diversidade de possibilidades teóricas e de engajamento que elas têm oferecido quando comparadas ao que as abordagens alternativas oferecem. Ao mesmo tempo, o autor adverte que essas abordagens são amplamente passivas, conservadores e apenas reagem a certas demandas (como as de mercado) e à existência de certos fenômenos (o *disclosure*, por exemplo).

A motivação por trás dessas iniciativas não inclui a busca por novas contabilidades que dariam sentido às questões socioambientais. A agenda dessas abordagens é definida pelo pragmatismo e pela hegemonia dos negócios. (Gray, 2002).

⁶¹ A expressão “alternativas” inclui as abordagens críticas. O autor utiliza um termo “alternative/critical”, segundo ele um termo “desajeitado”, para reconhecer a existência de autores que, por razões diversas, se identificam, ao mesmo tempo, como teóricos “alternativos” ou como teóricos “críticos”. (Gray, 2002, p. 687, nota de rodapé).

Num olhar para o futuro, Gray admite que a contabilidade socioambiental deva trabalhar para desenvolver um espaço entre o rigor e a sofisticação das abordagens alternativas, e entre o pragmatismo e o sucesso prático de abordagens gerencialistas. Esse é um projeto que exige novas imaginações e novas contabilidades que possam se manifestar através de diversas práticas: *disclosure* voluntário, influência sobre a legislação, práticas corporativas, atividades de organizações não governamentais ou protestos. Ele deve ser capaz, a partir de suas próprias bases, de desafiar a hegemonia capitalista e de produzir uma *práxis* emancipatória.

Todavia tais avanços dependem também de algumas mudanças substanciais em alguns aspectos dessas bases. Primeiro, a contabilidade socioambiental se encontra num estágio subteorizado e essa condição a conduzirá, implícita e inconscientemente, a uma abordagem gerencialista.

Nesse sentido, para assegurar um diálogo mais sofisticado entre os membros dessa comunidade sobre questões como o pragmatismo, a tendência ao gerencialismo ou sobre o desejo de mudança radical, cada integrante deve estar consciente e ser explicitamente conhecedor das críticas às bases teóricas da contabilidade socioambiental.

Segundo, a vasta experiência com engajamentos e as ideias sobre novas contabilidades precisam ser escritas e compartilhadas. Embora essa não seja uma tarefa fácil, essas questões estão no cerne de qualquer iniciativa substancial da contabilidade socioambiental. Essas duas ações, portanto, deveriam ser simultaneamente implementadas: obter mais riqueza teórica e ter mais confiança em si mesmo e aprender a escrever (e publicar) a vasta experiência de engajamento que é tão central nesse projeto. (Gray, 2002).

De um modo geral, duas maneiras de enxergar o desenvolvimento da contabilidade socioambiental ficam evidenciadas nessa exposição. Inicialmente, a considerar pela perspectiva dos autores de tradição crítica apresentados, a maneira pela qual a pesquisa e a prática contábil socioambiental vêm sendo conduzidas, tem colocado em risco esse projeto contábil. (Brown & Dillard, 2013; Spence et al., 2010; Gray et al., 2009; Owen, 2008; Deegan e Soltys, 2007; Lehman, 1999; Tinker et al., 1991).

De outro lado, uma leitura mais moderada e otimista sobre esse cenário pode ser percebida em Parker (2005; 2011) e Gray (2002). Estes avaliam positivamente o andamento desse projeto e enaltecem os inúmeros avanços já obtidos, embora reconheçam, ao mesmo tempo, a existência de enormes desafios que ainda precisam ser superados.

Na raiz dessas distintas visões, encontra-se uma oposição entre duas estratégias de engajamento da PCS com a prática: técnico-profissional *versus* político ideológico (Brown & Dillard, 2013). A primeira admite, por exemplo, a possibilidade e o potencial de promover transformações sociais pela inserção de valores alternativos por meio dos próprios mecanismos de mercado, enquanto a segunda considera isso uma ingenuidade, uma estratégia empregada apenas como uma forma de legitimação do discurso dominante.

A linha de um movimento social é apontada pela corrente político-ideológica como alternativa de engajamento. Como observam Brown e Dillard (2013, p. 2, tradução livre): “Essas perspectivas rivais têm uma longa linhagem, tanto na contabilidade socioambiental quanto na literatura crítica da contabilidade.”⁶².

Mas mesmo com a coexistência de tais oposições, parece haver certa convergência em relação a algumas questões que têm permanecido em aberto sobre os rumos da PCS. Além do debate sobre estratégias de engajamento com a prática, mostrado acima, a falta de uma unidade teórica na condução da PCS, ou mais, o estágio subteórico em que se encontra a área (Gray, 2002), a deixa vulnerável a influências do *mainstream*.

Esse subdesenvolvimento teórico vem acompanhado pela ausência de discussões político ideológicas na PCS (Tinker et al., 1991; Owen, 2008; Spence et al., 2010), o que limita suas possibilidades de perceber a complexidade e as múltiplas perspectivas pelas quais questões socioambientais podem ser exploradas.

A concentração da pesquisa em um pequeno número de pesquisadores, bem como o baixo número e o *status* dos periódicos (normalmente não os mais bem conceituados) que acolhem abertamente tais pesquisas, representam desestímulos ao ingresso de novos pesquisadores e

⁶² *These contending perspectives have a lengthy pedigree in both the SEA and critical accounting literatures.*

inibem o desenvolvimento dessa área. Lacunas na concepção do significado, nos rumos e nas estratégias PCS, completam uma lista de frentes na qual essa comunidade precisa debruçar-se.

Essas lacunas estão expressas, por exemplo, na excessiva ênfase no *disclosure* como estratégia de engajamento, que é apontada como um viés, especialmente por ser um tipo de investigação moldada por critérios positivistas. Modelos mais democráticos de *accountability* precisam ser concebidos e adotados.

O objetivo deste capítulo foi apresentar alguns resultados de esforços já dedicados a estudos epistemológicos sobre a pesquisa contábil de modo geral e, mais especificamente, sobre a PCS.

Nota-se no cenário internacional um debate relativamente vigoroso sobre os rumos da PCS, com revisões críticas que vão muito além de levantamentos bibliométricos e abrem espaços para que distintas perspectivas filosóficas e ideológicas sejam cotejadas.

Embora com inúmeras dificuldades, a contabilidade socioambiental tem sido um canal por meio do qual novas perspectivas estão sendo consideradas e discutidas para que a contabilidade exerça um papel nas questões sociais e ambientais. Essa pode ser considerada uma resposta provisória à questão provadora contida no título desta sessão.

Conforme aponta Gray (2002), a contabilidade socioambiental atua na abertura de um espaço para novas contabilidades entre a literatura e a prática convencionais e outras perspectivas teóricas alternativas, com iniciativas que têm servido como um canal aberto para questionamentos do *status quo*.

Apesar disso, discussões sobre a interação entre ciência e valores não são encontradas nesses trabalhos de revisão crítica, tampouco menções sobre aspectos da PCS no Brasil.

5 CIÊNCIA E VALORES NA PESQUISA EM CONTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL

As discussões apresentadas nos capítulos precedentes proporcionam elementos teóricos de referência para um exame crítico das práticas científicas da contabilidade ambiental no Brasil.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise da produção científica em contabilidade ambiental desenvolvida no Brasil que ofereça uma compreensão sobre a maneira pela qual essa pesquisa vem sendo conduzida, especialmente no que se refere à interação entre atividades científicas e valores.

5.1 Objeto para análise: a pesquisa em Contabilidade Ambiental (CA)

A terminologia “socioambiental” tem sido empregada neste trabalho para designar a pesquisa contábil nas temáticas social e ambiental (conforme esclarecimento contido na nota de rodapé n. 4 deste trabalho). Contudo, é importante lembrar que se trata de uma expressão relativamente nova e que socioambiental não exprime apenas a junção das palavras social e ambiental, ela é maior que a soma das partes (Abramovay, 2007; Veiga, 2007). Quando se juntam, nem o social, nem o ambiental permanecem os mesmos.

As dimensões sociais e ambientais se fundem na expressão socioambiental como uma unidade de contrários, que se manifesta na necessidade de alterar os estilos materiais de crescimento e de consumo para o alcance da sustentabilidade. Dessa contradição uma nova relação entre natureza e cultura começa a emergir. Trata-se, portanto, da emergência de uma nova concepção que procura enfatizar a interação e a interdependência entre o social e o ambiental, cuja unidade exprime um verdadeiro movimento político que vai muito além de uma operação intelectual. (Abramovay, 2007).

Como conceito emergente, seu desenvolvimento e, especialmente, sua assimilação pela prática, normalmente se dá de forma lenta e muitas vezes conflituosa. A trajetória da prática da pesquisa contábil socioambiental (PCS) tem refletido essa realidade. Mais que uma

dicotomia entre o social e o ambiental, a PCS tem tratado de uma ampla diversidade de temas, o que torna sempre complexa a tarefa de uma delimitação clara e objetiva.

Gray (2002) menciona que essa área possui uma grande variedade de formas e aparece sob vários rótulos. Por conveniência, Gray utiliza o termo “Contabilidade Social” (*Social Accounting*) – conveniência que é amplamente adotada na agenda internacional – para cobrir todas as formas de descrições que vão “além do econômico” e para todos os diferentes rótulos sob os quais elas aparecem, tais como: contabilidade da responsabilidade social, auditoria social, relatório social corporativo, relatório de empregados, relatório de relações com *stakeholders* e contabilidade e relatórios ambientais. (Gray, 2002, p. 687).

Entretanto, apesar da emergência de uma nova concepção do social e do ambiental expressa na unidade socioambiental, conforme apresentada por Abramovay (2007) e Veiga (2007), estudos como os de Parker (2005; 2011) mostram que na agenda internacional, a PCS ainda tem apresentado, na maioria dos casos, uma distinção entre esses temas.

Essa realidade também é percebida na PCS brasileira, a exemplo do que mostram os estudos de Santana (2004) e Nascimento *et. al* (2009). Nesse sentido, considerar a PCS como uma unidade para fins de análise pode trazer dificuldades em razão da diversidade nela contida.

Como um recorte metodológico para atender às finalidades deste trabalho, resultou a opção pela análise dos trabalhos de pesquisa com abordagem específica de Contabilidade Ambiental (CA). A designação CA foi utilizada para abranger todos os tipos de pesquisas que abordam a contabilidade e sua relação com o ambiente natural, independentemente do rótulo com que se apresentam. Esse foi o critério utilizado para a seleção dos trabalhos para análise.

5.1.1 Definição de um espaço cronológico

O desenvolvimento da área de contabilidade voltada para questões sociais e ambientais no Brasil tem seus primeiros registros datados a partir da década de 1980, conforme mostra Santana (2004).

Contudo, o autor lembra também que é somente na década de 1990 que esse tema recebe maior atenção e experimenta um desenvolvimento considerável, como uma provável resposta às campanhas de promoção à divulgação do Balanço Social pelas empresas. Esse desenvolvimento coincide com um período em que a pesquisa contábil, de forma geral, foi marcada pelo limiar de um significativo aumento no volume de publicações no Brasil.

Desde o final da década de 1990 até os dias atuais, o aumento no número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade e no número de periódicos dedicados à veiculação da pesquisa contábil foi expressivo, conforme é mostrado nos Quadros 2 e 3, mais à frente neste trabalho.

Foi também na década de 1990 que surgiram os primeiros trabalhos dedicados especificamente à temática ambiental na contabilidade brasileira. Ribeiro (1992), Ribeiro e Martins (1993), Ferreira (1995) e diversos outros trabalhos publicados na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) na década de 1990, como mostram Calixto (2005) e Siqueira (2011), representam contribuições iniciais importantes para o desenvolvimento da CA no Brasil.

A partir do ano de 1998, com os consideráveis avanços na legislação ambiental (Calixto, 2005) e, especialmente, com a defesa de duas teses de doutorado: Ribeiro (1998) e Ferreira (1998), essa área parece ter adquirido maior vigor e consistência. Essas teses foram apresentadas ao programa de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), o único existente à época nessa área.

Considerando-se esse cenário, uma análise das pesquisas publicadas a partir do ano de 1998 foi considerada um recorte cronológico representativo das atividades científicas desenvolvidas no Brasil em CA.

5.1.2 Fontes dos dados: teses, dissertações e artigos de periódicos

Para obtenção de dados para a pesquisa foram consideradas duas fontes: (i) as teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação em

Contabilidade no Brasil, recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e (ii) os artigos científicos publicados nos principais periódicos dedicados à pesquisa contábil no Brasil⁶³.

No Quadro 2 são apresentadas informações sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade existentes no Brasil, os quais foram acessados para obtenção das teses de doutorado e das dissertações de mestrado defendidas e que tiveram como objeto a CA.

Quadro 2 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil

PROGRAMAS		INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIO (IES)	UF	CONCEITO			ANO CRIAÇÃO		
				M*	D*	F*	M*	D*	F*
1	Ciências Contábeis	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	3	-	-	2010		
2	Ciências Contábeis Profissional	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)	ES	-	-	5			2001
3	Ciências Contábeis (Dout.: CC + ADM)	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)	ES	4	4	-	2009	2009	
4	Ciências Contábeis	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	4	-	-	2007		
5	Ciências Contábeis	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	3	-	-	2013		
6	Ciências Contábeis	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	3	-	-	2007		
7	Ciências Contábeis	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	4	4	-	1998	2013	
8	Ciências Contábeis	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	3	-	-	1987		
9	Ciências Contábeis	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	RS	4	4	-	2000	2012	
10	Ciências Contábeis (Dout.: CC + ADM)	Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)	SC	4	4	-	2005	2008	
11	Ciências Contábeis	Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	SP	-	-	4			2008
12	Ciências Contábeis	Centro Universitário Álvares Penteado (UNIFECAP)	SP	4	-	-	1999		
13	Ciências Contábeis e Atuariais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	3	-	-	1978		
14	Contabilidade	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	3	-	-	2007		
15	Contabilidade	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	3	4	-	2005	2013	

⁶³ A opção por essa delimitação se deu em razão de sua representatividade para uma avaliação da produção de conhecimento dessa comunidade de pesquisa. Cabe lembrar, contudo, que essas duas fontes não representam a totalidade da pesquisa em CA no Brasil, pois a veiculação de pesquisas sob esse tema não é exclusiva de periódicos da área contábil. Em trabalhos como o de Calixto (2009), por exemplo, o resultado do levantamento de pesquisas publicadas sobre o tema custos ambientais, conduzidas sob a metodologia de estudo de caso, revelou-se em maior quantidade na área de Engenharia.

PROGRAMAS		INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIO (IES)	UF	CONCEITO			ANO CRIAÇÃO		
				M*	D*	F*	M*	D*	F*
16	Contabilidade	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	4	4	-	2004	2012	
17	Contabilidade (UnB - UFPB - UFRN)	Universidade de Brasília (UnB)	DF	4	4	-	2000	2007	
18	Contabilidade e Controladoria	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	AM	-	-	3			2006
19	Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo, Capital (USP-SP)	SP	6	6	-	1970	1978	
20	Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (USP-RP)	SP	4	4	-	2005	2013	

*M - Mestrado; *D - Doutorado; *F - Mestrado Profissional (Data Atualização: 17/01/2014).

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>)

As datas recentes de criação da maioria dos programas de pós-graduação em Contabilidade no Brasil merecem destaque no Quadro 2. Apesar de atualmente a área contar com nove (9) cursos de doutorado, apenas o da USP-SP possui mais de uma década, sendo que três foram criados no ano de 2013 e dois no ano de 2012. Os cursos de mestrado também tiveram início, na sua maioria, a partir do ano 2000. Além do curso de mestrado da USP-SP, apenas outros quatro (4) tiveram início antes dessa data.

No Quadro 3 são apresentadas informações referentes aos periódicos acessados para obtenção dos artigos publicados na área de CA no Brasil. Foram selecionados para análise os periódicos ligados diretamente a programas de pós-graduação em Contabilidade e/ou os que em suas políticas editoriais expressam claramente o objetivo de veiculação de pesquisa da área contábil.

Como uma delimitação qualitativa dos periódicos analisados, incluiu-se na amostra somente periódicos classificados nos extratos A1, A2, B1, B2 e B3 do sistema QUALIS/CAPES, na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Também entre os periódicos a data recente de criação da maioria deles merece destaque. Com exceção de seis (6) periódicos, os demais tiveram sua primeira edição após o ano 2000. Esse cenário mostra claramente, tanto entre os periódicos quanto entre os programas de pós-graduação, que o desenvolvimento da pesquisa contábil no Brasil é relativamente recente, tendo experimentado um expressivo crescimento somente a partir da década passada.

Quadro 3 – Periódicos QUALIS/CAPES dedicados à publicação de pesquisas contábeis no Brasil

PERIÓDICOS		INSTITUIÇÃO	1.ED.	Q*
1	BBR - Brazilian Business Review (BBR-FUCAPE)	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)	2004	A2
2	Revista Contabilidade & Finanças (C&F-USP/SP)	Universidade de São Paulo, Capital (USP/SP)	1989**	A2
3	Contabilidade Vista & Revista (ContV&R-UFMG)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Out/89	B1
4	BASE – Rev. Adm. e Contab. da Unisinos (BASE-UNISINOS)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	2004	B1
5	RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN-FECAP)	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)	2004	B1
6	RCC - Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC-UFSC)	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2004	B1
7	RCO - Revista de Contabilidade e Organizações (RCO-USP/RP)	Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (USP/RP)	2007	B1
8	Revista Universo Contábil (RUC-FURB)	Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)	2005	B1
9	Custos e @gronegócios online (C&@gro-UFRPE)	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	2005	B1
10	RCGG - Revista Contabilidade, Gestão e Governança (RCGG-UnB)	Universidade de Brasília (UnB)	1998**	B2
11	CONTEXTUS – Rev. Contemp. de Econ. e Gestão (CONTEXTUS-UFC)	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2003	B2
12	REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC-CFC)	Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	2007	B2
13	Revista Enfoque: Reflexão Contábil (ENFOQUE-UEM)	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	1990	B2
14	Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (RSCG-UFRJ)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2006	B2
15	Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA-AnpPCONT)	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)	2008	B2
16	Revista Ambiente Contábil (RAC-UFRN)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Abr/09	B2
17	RACE – Rev. Adm., Contab. e Econ. (RACE-UNOESC)	Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Jun/05	B2
18	Revista ConTexto (CONTEXTO-UFRGS)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2001	B3
19	RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria (RC&C-UFPR)	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2009	B3
20	RIC - Revista de Informação Contábil (RIC-UFPE)	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2007	B3
21	Rev. Contab. do Mestrado em Ciências Cont. da UERJ (RCONT-UERJ)	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	1996**	B3
22	Revista Pensar Contábil (RPC-CRC/RJ)	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ)	1998	B3
23	RECONT - Revista Registro Contábil (RECONT-UFAL)	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	2010	B3
24	Rev. Adm., Contab. e Econ. da FUNDACE (RACEF-FUNDACE)	Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE)	2010	B3
25	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (RGFC-UNEB)	Universidade Estadual da Bahia (UNEB)	2011	B3

*QUALIS/CAPES: Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

** Periódicos que sucederam outros com títulos diferentes.

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>)

Uma análise das políticas editoriais dos periódicos mostra que nenhum deles visa promover, de forma exclusiva, a veiculação de pesquisas sobre CA, ou mesmo sobre temas socioambientais de modo geral.

Merecem menção a RAC-UFRN, que declara como uma de suas áreas temáticas de foco para publicações a CA, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável e a RACE-UNOESC, que expressa com maior ênfase o foco em publicações que promovam a convergência e a disseminação de conhecimentos sobre sustentabilidade.

A diversidade de designações sob as quais questões contábeis ambientais são apresentadas dificulta a identificação dos textos para análise por meio da utilização de mecanismos de busca em Bases de Dados (ou mesmo nos próprios sítios dos programas de pós-graduação e dos periódicos científicos), a partir de termos ou palavras chave⁶⁴.

Para contornar tal limitação, o levantamento, visando à identificação e a obtenção desses textos, partiu da análise individual de cada publicação, diretamente na base de dados *on line*, disponibilizada no sítio dos programas de pós-graduação e dos periódicos selecionados. Foram acessados para análise os trabalhos sobre CA⁶⁵ identificados a partir de uma avaliação de elementos como título, palavras-chave, resumo e metodologia, quando necessários⁶⁶.

Como limite para um corte final no período da amostra, dois critérios foram adotados: (i) para as teses e dissertações o corte limite para a coleta de dados foi 31 de dezembro de 2012, em razão da pouca disponibilidade de dados relativos ao ano de 2013 nas bases de dados dos sítios de cada programa; (ii) para os artigos de periódicos, todas as edições disponíveis nas bases de dados *on line* dos periódicos, no período em que os dados foram coletados, conforme informado no Quadro 4.

⁶⁴ Para ilustrar tal situação, nos trabalhos de Rover et al. (2012), Grzebieluckas et al. (2012), Mazer et al. (2011) e de Gallon et al. (2007), cujos objetivos comuns visavam analisar pesquisas na área de CA, os autores se utilizaram de doze (12) diferentes termos para realizar buscas em Bases de Dados: ambiental, ambientais, meio ambiente, ecoeficiência, ecologia, ecológica, contabilidade verde, créditos de carbono, sustentabilidade, sustentável, contabilidade ambiental e custos ambientais.

⁶⁵ Trabalhos contendo abordagem conjunta entre o Ambiental e o Social também foram incluídos.

⁶⁶ Possíveis duplicidades de trabalhos, decorrentes de publicações de conteúdos de teses e/ou dissertações na forma de artigos em periódicos, não foram apuradas. Tais duplicações, se existentes, foram considerados não representativas a ponto de exercer influência nas conclusões do trabalho.

Quadro 4 – Edições de periódicos incluídos na amostra

PERIÓDICOS		QUALIS*	EDIÇÕES DA AMOSTRA	
			INICIAL	FINAL
1	BBR-FUCAPE	A2	2004, v. 1, n. 1, Jan./Jun.	2013, v. 10, n. 3, Jul./Set.
2	C&F-USP/SP	A2	1998, n.17, Jan./Apr.	2013, v. 24, n. 62, Mai./Ago.
3	ContV&R-UFGM	B1	1998, v. 9, n. 1, Mar.	2012, v. 23, n. 4, Out./Dez.
4	BASE-UNISINOS	B1	2007, v. 4, n. 1, Jan./Abr.	2013, v. 10, n. 3, Jul./Set.
5	RBGN-FECAP	B1	2004, v. 6, n. 14	2013, v. 15, n. 47
6	RCC-UFSC	B1	2004, v. 1, n. 1	2013, v. 10, n. 20
7	RCO-USP/RP	B1	2007, v. 1, n. 1	2013, v. 7, n. 17
8	RUC-FURB	B1	2005, v. 1, n. 1	2013, v. 9, n. 3
9	C&@gro-UFRPE	B1	2005, v. 1, n. 1, Jan./Jun.	2013, v. 9, n. 3, Jul./Set.
10	RCGG-UNB	B2	1998, v. 1, n. 1	2013, v. 16, n. 2
11	CONTEXTUS-UFC	B2	2003, v. 1, n. 1	2012, v. 10, n. 2
12	REPeC-CFC	B2	2007, v. 1, n. 1	2013, v. 7, n. 3, Jul./Set.
13	ENFOQUE-UEM	B2	1998, v. 16	2013, v. 32, n. 2
14	RSCG-UFRJ	B2	2006, v. 1, n. 1	2013, v. 8, n. 1
15	ASAA-AnpPCONT	B2	2008, v. 1, n. 1	2013, v. 6, n. 1
16	RAC-UFRN	B2	2009, v. 1, n. 1	2013, v. 5, n. 2
17	RACE-UNOESC	B2	2007, v. 6, n. 1	2013, v. 12, n. 2
18	CONTEXTO-UFRGS	B3	2001, v. 1, n. 1, 2º Sem.	2013, v. 13, n. 24, Mai./Ago.
19	RC&C-UFPR	B3	2009, v. 1, n. 1, Jan./Abr.	2013, v. 5, n. 1, Jan./Abr.
20	RIC-UFPE	B3	2007, v. 1, n. 1	2013, v. 7, n. 1
21	RCONT-UERJ	B3	1998, v. 3, n. 1	2013, v. 18, n. 2
22	RPC-CRC/RJ	B3	2004, v. 6, n. 25	2013, v. 15, n. 56
23	RECONT-UFAL	B3	2010, v. 1, n. 1	v. 4, n. 2 (2013)
24	RACEF-FUNDACE	B3	2010, Ed. 01	2013, Ed. 07
25	RGFC-UNEB	B3	2011, v. 1, n. 1, Jan./Dez.	2013, v. 3, n. 2, Mai./Ago.

*QUALIS: Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.3 Resultado da seleção dos trabalhos

A busca resultou na identificação e seleção de 344 (trezentos e quarenta e quatro) trabalhos de pesquisa em CA publicados no Brasil no período compreendido entre os anos de 1998 e 2013, entre teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos de periódicos.

Com objetivo de proporcionar um panorama geral desse objeto de análise, nesta seção alguns dados bibliométricos são apresentados, tais como sua distribuição por ano, por programa e/ou periódico e autorias⁶⁷.

A Tabela 1 apresenta uma síntese da evolução anual do número de trabalhos de pesquisa em CA publicados no período analisado, entre teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos de periódicos, comparativamente à quantidade total de pesquisas publicadas nesse mesmo período nas fontes de dados da amostra.

Tabela 1 – Evolução da participação da pesquisa sobre CA no Brasil (1998-2013)

PESQUISAS PUBLICADAS									
ANO	TOTAL				CA				
	TES.	DISS.	ART.	TOTAL	TES.	DISS.	ART.	TOTAL	%
1998	5	30	84	119	2	-	2	4	3,4%
1999	7	26	72	105		-	1	1	1,0%
2000	19	48	63	130		1	-	1	0,8%
2001	14	50	74	138		1	3	4	2,9%
2002	13	133	78	224	1	3	2	6	2,7%
2003	11	181	113	305		2	-	2	0,7%
2004	7	154	134	295		2	5	7	2,4%
2005	18	151	176	345	1	2	7	10	2,9%
2006	6	220	239	465		7	16	23	4,9%
2007	7	191	309	507		5	21	26	5,1%
2008	13	245	375	633		7	25	32	5,1%
2009	18	209	399	626	1	14	35	50	8,0%
2010	17	233	433	683	1	9	34	44	6,4%
2011	18	247	496	761	1	7	27	35	4,6%
2012	28	255	550	833		16	47	63	7,6%
2013			345	345			36	36	10,4%
TOTAL	201	2.373	3.940	6.514	7	76	261	344	5,3%

Fonte: Elaborada pelo autor

Quantitativamente a produção científica em CA apresenta crescimento ao longo do período analisado, seguindo tendência similar ao da produção científica da área contábil como um todo.

⁶⁷ Relação contendo título, ano de defesa e/ou publicação e autoria dos trabalhos selecionados, ordenados por programa de pós-graduação e/ou periódico e por ano de defesa/publicação, é apresentada nos Apêndices.

A partir do ano de 2004, contudo, os trabalhos em CA passam a apresentar sucessivos aumentos na participação da produção científica da área. Os resultados mais expressivos alcançados nos anos de 2009 e de 2013 se explicam, em parte, pela existência de edições dedicadas exclusivamente à veiculação de trabalhos em CA.

No ano de 2009 a RSCG-UFRJ dedicou uma de suas edições à divulgação dos melhores artigos apresentados na I Conferência Sul-Americana de Contabilidade Socioambiental – *1st South American CSEAR (Center for Social and Environmental Accounting Research)* e em 2013 uma edição da RCO-USP/RP também foi dedicada à temática sobre Contabilidade, Sustentabilidade e Organizações, como reflexo da realização da II Conferência Sul-Americana de Contabilidade Socioambiental.

O Gráficos 1 mostra a evolução quantitativa da participação das pesquisas em CA em relação ao total de publicações existentes nas fontes analisadas.

Gráfico 1 – Evolução quantitativa da participação da pesquisa em CA no Brasil (1998-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 2 mostra a evolução percentual de participação das pesquisas em CA em relação ao total de publicações existentes nas fontes analisadas.

Gráfico 2 – Evolução percentual da participação da pesquisa em CA no Brasil (1998-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o quantitativo do ano de 2013 é importante lembrar também que ele é composto especificamente por artigos de periódicos, não contemplando as teses e dissertações.

Tabela 2 – Teses de doutorado defendidas por programa de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil (1998-2012)

PROGRAMA	IES	TESES DEFENDIDAS		
		TOTAL	CA	%
Ciências Contábeis e Administração	FURB	3	-	-
Contabilidade (UNB - UFPB - UFRN)	UNB	13	-	-
Controladoria e Contabilidade	USP-SP	184	6	3,3%
Controladoria e Contabilidade	USP-RP*	1	1	100,0%
TOTAL		201	7	3,5%

* Tese de Livre Docência

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma segmentação desses mesmos dados permite uma análise que revela nuances interessantes desse cenário. O número de teses de doutorado apresentado nas Tabelas 2 e 3 (Relação analítica dos trabalhos analisados consta no Apêndice A) mostra que dos nove cursos de

doutorado existentes, apenas três⁶⁸ contavam com teses concluídas por ocasião do levantamento dos dados. Esses trabalhos estão naturalmente concentrados no programa da USP-SP, por ser o único existente na área até o ano de 2007.

Trata-se de um número bastante reduzido de trabalhos, 7 (sete) ao todo, o que reflete bem o estágio de desenvolvimento em que se encontrava a pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade em nível de doutorado no Brasil, no período analisado.

A dimensão temporal da evolução quantitativa mostrada na Tabela 2, não permite avaliar tendências ao aumento ou à diminuição na participação de trabalhos sobre CA entre as teses de doutorado.

Tabela 3 – Teses de doutorado defendidas por ano nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil (1998-2012)

ANO	TESES DEFENDIDAS		
	TOTAL	CA	%
1998	5	2	40,0%
1999	7	-	-
2000	19	-	-
2001	14	-	-
2002	13	1	7,7%
2003	11	-	-
2004	7	-	-
2005	18	1	5,6%
2006	6	-	-
2007	7	-	-
2008	13	-	-
2009	18	1	5,6%
2010	17	1	5,9%
2011	18	1	5,6%
2012	28	-	-
TOTAL	201	7	3,5%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Entre as dissertações de mestrado apresentadas nas Tabelas 4 e 5 (Relação analítica nos Apêndices B e C), a participação quantitativa da pesquisa em CA chama atenção pelos seus extremos.

⁶⁸ Foi incluída na amostra a tese de Livre Docência de Maísa de Sousa Ribeiro, apresentada à Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, a qual aborda o tratamento contábil dos créditos de carbono.

Os cursos com maior tempo de criação figuram entre os que apresentam menores índices de participação da pesquisa em CA: USP-SP com 0,8%, UERJ com 0,9% e PUC-SP com 2,2%. No outro extremo, três instituições se destacam pela expressiva participação dos trabalhos em CA em relação ao total de dissertações: UFSC com 12,1%, UFRJ com 10,9% e USP-RP com 7,8%.

Apesar desses destaques, a inexistência de programas com foco exclusivo em pesquisas na área socioambiental e a existência de dissertações sobre CA em quase todos os cursos pesquisados (os três cursos que não possuem dissertações nessa área são de criação recente), pode indicar uma comunidade de pesquisa em CA ainda dispersa, em fase de estruturação, ao mesmo tempo em que algumas instituições despontam como referência em pesquisas sobre CA.

Tabela 4 – Participação de dissertações de mestrado em CA defendidas por programa de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil (1998-2012)

PROGRAMAS	IES	DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS		
		TOTAL	CA	%
Ciências Contábeis	UFES	4	-	-
Ciências Contábeis (Profis.)	FUCAPE	248	6	2,4%
Ciências Contábeis	FUCAPE	3	-	-
Ciências Contábeis	UFMG	36	1	2,8%
Ciências Contábeis	UFU	-	-	-
Ciências Contábeis	UFPE	38	1	2,6%
Ciências Contábeis	UFRJ	138	15	10,9%
Ciências Contábeis	UERJ	234	2	0,9%
Ciências Contábeis	UNISINOS	132	9	6,8%
Ciências Contábeis	FURB	86	4	4,7%
Ciências Contábeis (Profis.)	UPM	24	1	4,2%
Ciências Contábeis	UNIFECAP	290	6	2,1%
Ciências Contábeis e Atuariais	PUC-SP	274	6	2,2%
Contabilidade	UFBA	23	1	4,3%
Contabilidade	UFPR	73	2	2,7%
Contabilidade	UFSC	66	8	12,1%
Contabilidade (UNB - UFPB - UFRN)	UNB	242	5	2,1%
Contabilidade e Controladoria (Profis.)	UFAM	30	1	3,3%
Controladoria e Contabilidade	USP-SP	368	3	0,8%
Controladoria e Contabilidade	USP-RP	64	5	7,8%
TOTAL		2.373	76	3,2%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 5 – Participação de dissertações de mestrado em CA defendidas por ano nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil (1998-2012)

<i>ANO</i>	<i>DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS</i>		
	<i>TOTAL</i>	<i>CA</i>	<i>%</i>
1998	30	-	-
1999	26	-	-
2000	48	1	2,1%
2001	50	1	2,0%
2002	133	3	2,3%
2003	181	2	1,1%
2004	154	2	1,3%
2005	151	2	1,3%
2006	220	7	3,2%
2007	191	5	2,6%
2008	245	7	2,9%
2009	209	14	6,7%
2010	233	9	3,9%
2011	247	7	2,8%
2012	255	16	6,3%
TOTAL	2.373	76	3,2%

Fonte: Elaborada pelo autor

Na dimensão temporal mostrada na Tabela 5, certa estabilidade na participação de dissertações sobre CA pode ser percebida, apresentando oscilações apenas nos anos de 2009 e 2012, em que esses trabalhos representaram 6,7% e 6,3% do total de dissertações defendidas em cada período, respectivamente.

O número total de dissertações sobre CA pode ser considerado expressivo, tendo acompanhado o notável crescimento experimentado pela pós-graduação da área contábil, em nível de mestrado. Entre as 2.373 (duas mil, trezentas e setenta e três) dissertações catalogadas, 76 (setenta e seis) abordam questões que de alguma maneira envolvem a relação entre a Contabilidade e o ambiente natural. Essa participação representa 3,2% da produção total, índice similar ao das teses de doutorado.

Entre os artigos de periódicos, a participação quantitativa de trabalhos sobre CA é mais expressiva do que entre as teses e dissertações. Foram catalogados 3.940 (três mil, novecentos e quarenta) trabalhos nos 25 periódicos analisados, dos quais 261 (duzentos e sessenta e um) tratam da CA. O índice de participação atinge 6,6% da produção total.

Tabela 6 – Participação de artigos sobre CA publicados por periódico no Brasil (1998-2013)

PERIÓDICOS		I.ED	QUALIS*	ARTIGOS PUBLICADOS		
				TOTAL	CA	%
1	BBR-FUCAPE	2004	A2	178	5	2,8%
2	C&F-USP/SP	1989	A2	320	13	4,1%
3	ContV&R-UFGM	out/89	B1	329	12	3,6%
4	BASE-UNISINOS	2004	B1	164	8	4,9%
5	RBGN-FECAP	2004	B1	209	-	0,0%
6	RCC-UFSC	2004	B1	149	12	8,1%
7	RCO-USP/RP	2007	B1	139	14	10,1%
8	RUC-FURB	2005	B1	270	29	10,7%
9	C&@gro-UFRPE	2005	B1	207	17	8,2%
10	RCGG-UNB	1998	B2	232	9	3,9%
11	CONTEXTUS-UFC	2003	B2	122	7	5,7%
12	REPeC-CFC	2007	B2	124	8	6,5%
13	ENFOQUE-UEM	1990	B2	202	18	8,9%
14	RSCG-UFRJ	2006	B2	128	23	18,0%
15	ASAA-AnpPCONT	2008	B2	55	4	7,3%
16	RAC-UFRN	abr/09	B2	84	14	16,7%
17	RACE-UNOESC	jun/05	B2	107	2	1,9%
18	CONTEXTO-UFRGS	2001	B3	147	10	6,8%
19	RC&C-UFPR	2009	B3	82	6	7,3%
20	RIC-UFPE	2007	B3	135	8	5,9%
21	RCONT-UERJ	1996	B3	248	9	3,6%
22	RPC-CRC/RJ	1998	B3	181	26	14,4%
23	RECONT-UFAL	2010	B3	55	2	3,6%
24	RACEF-FUNDACE	2010	B3	32	3	9,4%
25	RGFC-UNEB	2011	B3	41	2	4,9%
TOTAL				3.940	261	6,6%

*QUALIS: Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Fonte: Elaborada pelo autor

O quantitativo apresentado nas Tabelas 6 e 7 (Relação analíticas nos Apêndices C e D) mostra que exceto o periódico RBGN-FECAP, todos os demais têm publicado trabalhos em CA.

Os periódicos RSCG-UFRJ com 18%, RAC-UFRN com 16,7%, RPC-CRC/RJ com 14,4%, RUC-FURB com 10,7% e RCO-USP/RP com 10,1% destacam-se por uma participação mais expressiva dos trabalhos em CA em relação ao total de artigos publicados.

A classificação QUALIS/CAPES indica que no Brasil parece não haver um problema muito acentuado em relação a pouca aceitação dessas pesquisas entre os periódicos melhor

conceituados. A distribuição temporal das publicações mostrada na Tabela 7 aponta um estágio crescente da participação de trabalhos em CA, especialmente a partir do ano de 2004.

Tabela 7 – Participação de artigos sobre CA publicados em periódicos por ano no Brasil (1998-2013)

<i>ANO</i>	<i>ARTIGOS PUBLICADOS</i>		
	<i>TOTAL</i>	<i>CA</i>	<i>%</i>
1998	84	2	2,4%
1999	72	1	1,4%
2000	63	-	-
2001	74	3	4,1%
2002	78	2	2,6%
2003	113	-	-
2004	134	5	3,7%
2005	176	7	4,0%
2006	239	16	6,7%
2007	309	21	6,8%
2008	375	25	6,7%
2009	399	35	8,8%
2010	433	34	7,9%
2011	496	27	5,4%
2012	550	47	8,5%
2013	345	36	10,4%
TOTAL	3.940	261	6,6%

Fonte: Elaborada pelo autor

Sobre os pesquisadores envolvidos nas publicações de artigos em periódicos, o levantamento efetuado nos 261 artigos sobre CA revela alguns aspectos interessantes. Tais trabalhos foram subscritos por um total de 757 autores⁶⁹, envolvendo 507 diferentes pesquisadores.

Desses, 383 aparecem em uma única publicação, enquanto os demais 124 apresentam frequência maior. A Tabela 8 mostra uma lista com os 9 pesquisadores que aparecem entre os autores mais prolíferos da área nos periódicos analisados.

O fenômeno da concentração da pesquisa contábil socioambiental em um pequeno número de pesquisadores no cenário internacional, conforme apontam autores como Mathews (1997) e Deegan e Soltys (2007), por exemplo, parece ter comportamento similar entre as publicações de artigos em periódicos no Brasil.

⁶⁹ Não foi feita distinção entre autoria e co-autoria.

Tabela 8 – Pesquisadores mais prolíferos entre os artigos de periódicos

<i>AUTOR(A)</i>	<i>FREQUENCIA DE AUTORIA</i>	<i>IES</i>
Elisete Dahmer Piftscher	20	UFSC
Maísa de Souza Ribeiro	12	USP/RP
Fabírcia Silva Rosa	8	FURB
Aracéli Cristina de Sousa Ferreira	7	UFRJ
José Ricardo Maia de Siqueira	7	UFRJ
Márcia Martins Mendes De Luca	7	UFC
Vivian Osmari Uhlmann	7	UFSC
Fernando Dal-Ri Murcia	6	USP/SP
Marcelle Colares Oliveira	6	UFC

Fonte: Elaborada pelo autor

Entre os 507 pesquisadores presentes nesses trabalhos, os primeiros nove na lista dos mais prolíferos (menos de 2%) são os que apresentam uma participação mais significativa na autoria de pesquisas sobre CA publicados em periódicos no Brasil no período analisado.

Por outro lado, mesmo que essa concentração nas autorias possa se constituir num problema, o número total de pesquisadores envolvidos nessas pesquisas é expressivo e é preciso reconhecer nisso um potencial para aumentar o número de pesquisadores comprometidos com a CA.

5.2 Um modelo para análise da interação entre valores e atividades científicas

Os fundamentos filosóficos para uma avaliação da interação entre valores e atividades científicas na Contabilidade Ambiental (CA) foram fornecidos pelo modelo de Lacey discutido no Capítulo 2 deste trabalho e, nesse sentido, é útil retomar aqui alguns de seus pontos principais.

Por esse modelo, a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia representam valores constitutivos das práticas e das instituições científicas e a combinação desses três elementos

possibilita uma representação mais adequada da ideia de ciência livre de valores, de acordo com Lacey. A incorporação deles no processo de obtenção, aplicação e avaliação do conhecimento científico é condição para a restauração do ideal de que o conhecimento científico pertence ao patrimônio compartilhado da humanidade (Lacey 2005; 2008b; 2008d; 2010).

A neutralidade, em particular, funciona como um símbolo de integridade, legitimidade e prestígio da prática científica (Dagnino, 2008) porque diz respeito às implicações e consequências da aplicação das teorias científicas aceitas de acordo com a imparcialidade. Ela representa o valor de que a ciência não favorece posições morais e que a pesquisa científica é conduzida de modo a fornecer teorias corretamente aceitas que possam ser aplicadas independentemente da perspectiva de valor sustentada (Lacey, 2010).

Esse modelo também pressupõe a existência de três momentos distintos na atividade científica: M_1 é o momento da adoção de uma estratégia de pesquisa para condução da investigação; M_2 é o momento da avaliação de teorias de acordo com critérios epistêmicos (valores cognitivos) e; M_3 é o momento da aplicação do conhecimento científico.

Em M_2 somente valores cognitivos têm lugar, enquanto em M_3 os valores têm papéis indiscutíveis, pois a aplicação normalmente serve a interesses particulares. Em M_1 , contudo, um papel para os valores não é tão consensual. Enquanto na interpretação tradicional da ciência não há um papel adequado para eles em M_1 , no modelo de Lacey os valores desempenham papéis legítimos também nesse momento.

O ponto mais polêmico assumido nesse modelo é o de que existe uma relação de reforço mútuo entre valores particulares ligados a interesses na aplicação do produto da ciência e a adoção de determinada estratégia de pesquisa. Uma relação mutuamente reforçada entre perspectivas de valores com interesses em M_3 e a adoção de estratégias em M_1 . Assim, ao adotar estratégias que visam à obtenção de conhecimento, cuja aplicação serve bem a uma perspectiva de valores em particular, a desejada neutralidade das práticas científicas é afetada.

Para assegurar a manifestação da neutralidade em um maior grau, Lacey (2008b; 2010) aponta para o pluralismo metodológico. Essa maximização depende da possibilidade de que

uma multiplicidade (e não uma exclusividade) de estratégias, cada uma sustentada por um conjunto de valores específicos, tenha parte na condução da pesquisa científica.

Ao possibilitar uma multiplicidade de estratégias, a preponderância de um conjunto único de valores no direcionamento da pesquisa é afastada. Assim, conforme expressa Fernandez (2006, p. 157), “O primeiro momento (M_1) possui importância central no modelo, tendo em vista que a estratégia adotada cerceia, limita e define não apenas os contornos da investigação, como também suas metas.”.

No modelo de Lacey, uma análise da interação entre ciência e valores tem como elemento central a noção de estratégia de pesquisa. Entendida como uma forma de abordagem metodológica da realidade, uma estratégia de pesquisa se caracteriza por suas duas principais funções: a de restrição das hipóteses e das teorias a serem consideradas em uma investigação e a de seleção dos dados empíricos que devem ser procurados para testar as teorias (Lacey, 2008b; 2008d; 2010).

Nesse sentido, uma análise das pesquisas em CA que possibilite refletir sobre estratégias de pesquisa adotadas é útil para avaliar como valores interagem com a prática científica em CA e como eles são incorporados no produto final da ciência nessa área de conhecimento.

Antes, porém, outras duas categorias de análise são introduzidas e discutidas. Primeiro, com o propósito de contribuir para a formação de um entendimento geral do objeto de pesquisa, um exame sobre os tipos e sobre as principais características dos fenômenos ambientais normalmente abordados e investigados pela comunidade contábil é realizado.

Em seguida é apresentada uma análise sobre abordagens de estratégias de engajamento com a prática, na perspectiva apresentada por Brown e Dillard (2013) cujo objetivo é refletir sobre a ênfase apontada pelos pesquisadores envolvidos com a pesquisa em CA em relação à *praxis*.

Os trabalhos de pesquisa selecionados foram submetidos a exame analítico sob as lentes da análise de conteúdo (AC) e da análise do discurso (AD). Trata-se de uma abordagem qualitativa da realidade, a qual se apóia em descrições, compreensões, interpretações e análises de informações, fatos e ocorrências (Martins & Theóphilo, 2007).

Pela AD, em especial, busca-se ir além do texto ou do discurso explícito, para alcançar “sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer... o interdiscurso... a memória coletiva constituída socialmente.”, situação na qual “o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes.” (Caregnato & Mutti, 2006, p. 681). A noção de assujeitamento ideológica é apresentada por Brandão (1997) para caracterizar situações nas quais o sujeito é levado a agir como se fosse “senhor da sua própria vontade” (p. 38), quando na verdade está, inconscientemente, reproduzindo padrões predeterminados.

Sobre a adoção de eventuais categorias e/ou subcategorias para realização de análises neste trabalho, é importante salientar que foi observada uma convergência visando à construção de categorias significativas, entre categorias *a priori* e categorias que emergem dos dados.

Tal cuidado decorre do possível risco que a adoção de categorias de análise pode representar em uma tarefa de investigação. A adoção de categorias *a priori*, a partir de fontes externas aos dados, pode colocar em risco a percepção sobre significados genuínos de partes dos dados que não se encaixam diretamente a uma ou outra dessas categorias.

De outro lado, a construção de categorias exclusivamente a partir dos dados pode resultar numa quantidade exagerada delas, o que gera informações puramente descritivas sobre o conteúdo e sem qualquer relação com expectativas externas, o que também não produz resultados interessantes e de valor científico.

5.3 Os fenômenos ambientais investigados na pesquisa em CA

Conhecer as escolhas feitas pelos pesquisadores envolvidos com a CA, em relação aos tipos de fenômenos a serem investigados, pode contribuir para uma primeira aproximação de um entendimento sobre o papel que os valores têm ocupado na condução da atividade científica em CA no Brasil.

Nesse sentido, esta seção apresenta os resultados de uma análise dos trabalhos de pesquisa objeto deste estudo feita a partir de elementos como, problema de pesquisa, objetivos e,

eventualmente, as conclusões dos trabalhos que oferecem uma visão geral sobre os tipos de fenômenos investigados e sobre os diferentes enfoques pelos quais foram analisados.

Estudos anteriores têm apontado uma grande diversidade de temas abordados na PCS. Parker (2005; 2011), por exemplo, relaciona dezoito diferentes categorias de tópicos identificados e mostra que estudos sobre práticas nacionais, comparações e regulações, *disclosure* externo, regulação, códigos e padrões internacionais, estudos atitudinais e arcabouços teóricos são os mais recorrentes.

Em trabalhos nacionais, Gallon et al. (2007) e Silva e Dani et al. (2011) classificam as pesquisas em quatro categorias: contabilidade ambiental, evidenciação ambiental, gestão ambiental e sustentabilidade. Por sua vez Mazer et al. (2011) identificam dez assuntos relacionados à contabilidade ambiental, sendo mais recorrentes o *disclosure* ambiental, a gestão ambiental, a contabilidade ambiental e o desempenho ambiental.

Já em Rover et al. (2012), pesquisas que relatam características da contabilidade ambiental, como comparações entre países, setores e/ou períodos foram identificadas em maior volume, seguidas por estudos explicativos que tratam, por exemplo, dos determinantes da divulgação ambiental ou da relação entre performance e *disclosure* ambiental; dos impactos da contabilidade ambiental, principalmente quanto à sua reação no mercado e; estudos que enfatizam características e explicações para a evidenciação ambiental das empresas.

A análise dos trabalhos de pesquisa objeto deste estudo também revelou uma ampla variedade de temas presentes na pesquisa em CA. Para atender aos propósitos deste trabalho, os temas identificados foram agrupados em quatro categorias gerais representativas da agenda de pesquisa em CA no Brasil: (i) *disclosure* ambiental (ii) modelos contábeis ambientais; (iii) modelos de gestão ambiental e (iv) educação contábil ambiental e estudos crítico-metodológicos e/ou crítico-epistemológicos.

Os resultados em termos de classificação dos trabalhos em cada categoria são apresentados na Tabela 9. Algumas dessas categorias apresentam subcategorias, as quais são detalhadas na medida em que os resultados são expostos.

Tabela 9 – Fenômenos ambientais investigados na pesquisa em CA

<i>Categorias</i>	<i>Frequência</i>
<i>Disclosure</i> ambiental	52%
Modelos contábeis ambientais	26%
Modelos de gestão ambiental	18%
Educação contábil ambiental e estudos crítico-metodológicos e/ou crítico-epistemológicos	4%

Fonte: elaborada pelo autor.

Na primeira categoria estão agrupados os trabalhos que tomam por objeto de estudo o *disclosure* ambiental. De maneira geral, o interesse dos pesquisadores em relação ao *disclosure* ambiental das empresas e/ou entidades está em investigar aspectos como: a maneira pela qual o público externo é informado sobre condutas ambientais, a aderência a padrões e/ou normas de divulgação, a conduta ambiental das empresas e/ou entidades inferida a partir das informações divulgadas ou possíveis relações entre informações ambientais divulgadas e outras variáveis, tais como o desempenho econômico.

Investigações nessa linha são feitas sob uma variedade de enfoques e contam com ampla preferência dos pesquisadores da área contábil, atingindo 52% dos trabalhos analisados.

Um primeiro enfoque – identificado com maior recorrência dentro da categoria de *disclosure* ambiental – apresenta descrições sobre conteúdos e formas de divulgação adotadas pelas empresas, comparativos entre empresas, setores da economia ou países; explora possíveis realações entre características do *disclosure* e características das empresas; procura identificar padrões de comportamento ou determinantes em relação à forma de evidenciação adotada pelas empresas e aspectos da formação do discurso na divulgação de informações ambientais ou de estratégias de legitimação.

O trabalho de Rover (2009, p. 17), cujo objetivo foi “identificar as características da informação ambiental e os fatores que determinam sua divulgação voluntária pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras.”, é um exemplo representativo desse enfoque.

Da mesma forma Souza, Rásia e Jacques (2010, p. 3), em pesquisa que analisa “a amplitude das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis de empresas

integrantes da carteira que forma o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, durante os anos de 2007 e 2008.”, ilustram bem o direcionamento dado às pesquisas desse grupo.

Também faz parte da categoria de *disclosure* ambiental um segundo enfoque cujos trabalhos utilizam informações ambientais divulgadas por empresas e/ou entidades para avaliar possíveis relações entre condutas ambientais (atuação, comprometimento, nível de sustentabilidade, desempenho ambiental, evidenciação ambiental) e outras variáveis como desempenho econômico, práticas de controle gerencial, posicionamento no mercado, preço das ações, formas de financiamento, receitas, entre outras.

Embora não especificamente focados nas características do *disclosure*, trabalhos com esse enfoque adotam as informações ambientais divulgadas como uma expressão da conduta ambiental e buscam explicar e prever o efeito sobre essas outras variáveis a partir de posturas adotadas pelas empresas e/ou entidades em relação à divulgação de informações ambientais ou em relação à conduta ambiental em si.

É com interesse nesse tipo de relação que Gonçalves, Medeiros, Niyama e Weffort (2013, p. 115) analisaram a relação entre “o nível de *social disclosure*⁷⁰ e o custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil.” e que Segantini (2012, p. 17) analisou “a relação entre as condutas ambientais e o desempenho econômico das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA.”.

Pesquisas sobre *disclosure* ambiental que se ocupam do estudo sobre níveis de aderência dos conteúdos e das formas de divulgação a padrões normativos e/ou conceituais, constituem um terceiro enfoque.

Esse tipo de enfoque pode ser notado, por exemplo, nos objetivos do trabalho de Lindstaedt (2007, p. 18): “Determinar o nível de aderência de empresas do setor químico e petroquímico às normas e recomendações de organismos nacionais, norte-americanos e internacionais, sobre a divulgação de informações de natureza ambiental.”.

⁷⁰ Essa expressão inclui a dimensão ambiental.

Nesses trabalhos, além de descrever características da divulgação externa de informações ambientais pelas empresas, autores buscam avaliar questões como uniformidade da divulgação entre empresas e os níveis de aderência dessa divulgação a padrões e/ou normas existentes ou a diferentes mecanismos regulatórios.

Por fim, uma pequena parcela de pesquisas sobre *disclosure* ambiental, cujos enfoques não se identificam com nenhum dos três descritos anteriormente, abordam percepções de usuários e/ou empresas sobre significado, extensão, profundidade, qualidade e utilidade das informações divulgadas, propõem modelos para divulgação ou avaliam normas, modelos e padrões existentes.

Na segunda categoria estão classificados 26% dos trabalhos analisados que abordam questões relacionadas a modelos contábeis ambientais. São trabalhos nos quais os autores estão interessados em compreender como os fenômenos ambientais são retratados nos modelos contábeis adotados por empresas e/ou entidades ou em propor modelos e critérios que deveriam ser seguidos para retratar tais fenômenos.

Os trabalhos que enfocam avaliações e/ou proposições de modelos contábeis, normalmente, abordam análises sobre formas de tratamento contábil de itens ambientais pelas empresas e/ou entidades, tais como: créditos de carbono, custos ambientais ou passivos ambientais. Também propõem modelos de avaliação e contabilização de itens como passivos, gastos e receitas ambientais, a exemplo dos trabalhos de Ribeiro (1998; 2005) que tratam, respectivamente, de metodologias contábeis para o custeio das atividades de natureza ambiental e do tratamento contábil relativo a créditos de carbono.

Avaliações sobre níveis de sustentabilidade de empresas a partir dos modelos contábeis ambientais adotados e proposições e avaliações de modelos de balanço social, a exemplo de Correa, Carvalho e Alves (2009) que propõem modelo de balanço social para a Marinha do Brasil, são característicos da categoria de trabalhos que investigam modelos contábeis ambientais.

Investigações sobre possíveis fontes para obtenção de dados visando identificar e mensurar passivos ou outros itens ambientais, proposições e avaliações de mecanismos e modelos de

valoração ambiental e avaliações sobre o papel exercido pela informação contábil ambiental em processos decisórios, também fazem parte dessa categoria.

Na terceira categoria estão classificados os trabalhos que tratam de modelos de gestão ambiental, com 18% dos trabalhos analisados. Essa categoria é formada por trabalhos que tratam de descrições, avaliações e proposições de dispositivos destinados normalmente ao apoio a atividades de gestão ambiental.

Trabalhos com enfoque na gestão ambiental buscam avaliar níveis de sustentabilidade e modelos de gestão ambiental utilizados por empresas e/ou entidades. Procuram identificar padrões de comportamento e níveis de comprometimento dos gestores em relação a questões ambientais, ao mesmo tempo em que propõem modelos de controle e de gestão ambiental.

Além disso, esses trabalhos têm objetivo de contribuir para uma maior eficiência dos mecanismos voltados, normalmente, a propósitos de natureza econômica, a exemplo do trabalho de Tonett, Souza e Ribeiro (2010, p. 4), cujo objetivo foi “analisar os benefícios decorrentes de investimentos em empreendimentos potencialmente geradores de créditos de carbono, tendo como base um estudo de caso.”.

Também fazem parte desse grupo, trabalhos que abordam questões relacionadas à avaliação de mecanismos utilizados para promover a sustentabilidade (como mecanismos tributários, por exemplo), ou na avaliação da relação entre dano ambiental e investimentos públicos para sua recuperação.

Como exemplo desses trabalhos, Colares (2012) descreve as práticas de gestão ambiental adotadas pelas empresas brasileiras, com ênfase na gestão contábil ambiental sob a ótica da ecoeficiência, enquanto Ribeiro (2011) analisa a questão da sustentabilidade no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil.

Por fim, a quarta categoria congrega 4% dos trabalhos que investigam aspectos voltados à educação contábil ambiental, como em Dallabona, Cunha e Rausch (2012, p. 9) que desenvolvem uma reflexão “sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Sul do Brasil.” e a estudos crítico-metodológicos e/ou epistemológicos voltados normalmente a descrever e analisar

características bibliométricas da produção científica em CA, a exemplo de Rosa, Ensslin e Ensslin (2009) que avaliam o perfil das pesquisas sobre avaliação de desempenho da evidencição ambiental.

5.4 Estratégias de engajamento: técnico-profissional ou político-ideológica?

Apontada por Brown e Dillard (2013) como a questão crítica para a pesquisa e a prática contábil socioambiental, a *práxis* (ou estratégias de engajamento) tem sido desafiadora para a comunidade contábil nos últimos anos. O tipo de trabalho a ser feito, os atores que deveriam ser envolvidos e a maneira pela qual estratégias de engajamento deveriam ser construídas para se obter as mudanças desejadas, são questões em torno das quais ainda não há consenso.

Duas abordagens distintas em relação ao engajamento com a prática são identificadas por Brown e Dillard (2013) na literatura contábil socioambiental: um enfoque técnico-profissional e um enfoque político-ideológico.

Enquanto a primeira se concentra no desenvolvimento de relatórios de desempenho, de ferramentas, modelos e métricas destinadas à gestão das empresas ou mesmo para orientar políticas públicas em relação a questões ambientais, a segunda atua em defesa de uma abordagem expressamente político-ideológica, na linha de movimentos sociais de cunho emancipatório.

A maneira pela qual a comunidade contábil busca engajar-se com a realidade pode dizer muito a respeito dos valores que sustentam sua conduta profissional. Nesse sentido, esta seção apresenta os resultados de uma análise das pesquisas em CA a partir das duas perspectivas de engajamento identificadas por Brown e Dillard (2013).

Elementos como o tipo de problema abordado, os objetivos e as contribuições apresentadas nas conclusões dos trabalhos foram examinados para formar um entendimento sobre as estratégias de engajamento adotadas na pesquisa em CA.

Os resultados mostram que opções de engajamento por meio de soluções técnico-profissionais têm sido hegemônicas na pesquisa em CA no Brasil, seguindo assim a tendência apontada por Brown e Dillard (2013). Por outro lado, abordagens político-ideológicas constituem exceções e representam menos de 3% (nove trabalhos) das pesquisas analisadas, considerado como tal os trabalhos com características que apenas se aproximam desse tipo de abordagem.

Entre os trabalhos considerados de abordagem político-ideológica, apenas o artigo de Cosenza, Mamede e Laurencel (2010) apresenta características mais genuínas dessa abordagem, o que pode ser considerado uma exceção até mesmo dentro desse grupo. Em ensaio teórico, Cosenza et al. (2010) examinam os aspectos positivos e as limitações dos enfoques teóricos aplicados em estudos sobre CA, com ênfase na perspectiva crítica como alternativa viável para contrapor os pressupostos do *mainstream*. Nas conclusões os autores argumentam que:

A introdução de práticas de estudo empírico na área da Contabilidade Socioambiental baseadas nos fundamentos da teoria crítica sob a perspectiva do paradigma radical da Contabilidade abriria espaços para interessantes contribuições a partir de análises e discussões sobre a validade da metodologia científica contábil diante das questões econômicas, institucionais, políticas, éticas e sociais em que as empresas estão inseridas. (Cosenza, Mamede & Laurencel, 2010, p. 34).

Em outros trabalhos desse grupo observa-se um esforço no sentido de identificar possíveis estratégias camufladas de legitimação utilizadas pelas empresas na divulgação de informações ambientais.

Nesse sentido, Silva (2003) analisa como os administradores fazem uso do *disclosure* socioambiental voluntário para gerenciar a legitimidade de suas empresas em momentos difíceis, decorrentes normalmente das externalidades provocadas pelas atividades operacionais ou pelos produtos de sua empresa.

Na mesma linha, Czesnat (2009, p. 150) concluiu que as empresas analisadas adotam estratégias isomórficas na evidenciação de ações de responsabilidade socioambiental para se legitimarem perante seus *stakeholders*, enquanto Barreto (2012) investiga se o discurso construído por uma empresa em seus relatórios de sustentabilidade reflete ações efetivas de sustentabilidade ou se constitui apenas numa estratégia de legitimação social.

Também observando aspectos da legitimidade, Mota, Mazza e Oliveira (2013) avaliam os relatórios de sustentabilidade das empresas no intuito de identificar se por meio de tais relatórios essas empresas estavam buscando desenvolver-se sustentavelmente e aumentar a competitividade ou se buscavam camuflar informações organizacionais. Por meio da análise dos indicadores de natureza ambiental, os autores identificaram indícios da presença de tentativas de camuflar indicadores e de omitir informações negativas relevantes, que podem interferir na formação de uma imagem sobre a sustentabilidade dessas empresas.

Outros trabalhos com abordagem político-ideológica na pesquisa em CA tratam de questões como:

- a identificação de possibilidades de articulação de uma participação democrática de consulta e participação pública na formulação e desenvolvimento de políticas ambientais (Bouças, 2010);
- a reconstrução do conceito de sustentabilidade como um fenômeno multidimensional e complexo, com dimensões técnicas, cognitivas, econômicas, sociais e políticas, por meio da análise da prática social de uma organização da sociedade civil dedicada ao apoio à prevenção da Aids (Santos, 2007);
- a avaliação de dimensões do passivo ambiental normalmente não observadas nas análises ambientais de natureza econômica, decorrentes de danos morais ambientais coletivos ligados a sofrimentos causados por um dano ao patrimônio ambiental (Suassuna, 2007) e;
- a avaliação dos efeitos positivos significativos exercidos pelos *stakeholders*, especialmente aqueles que não participam diretamente da cadeia de suprimentos (acionistas, governos, mídia e ONGs), para que as empresas adotem práticas ambientais proativas (Abreu, Castro & Lazaro, 2013).

Por outro lado, os trabalhos com abordagens técnico-profissionais na pesquisa em CA são bem caracterizados a partir de exemplos como a tese de doutorado de Fregonesi (2009). O autor investiga as condições para que investimentos socioambientais (nos quais estão inclusos os investimentos ambientais) possam ser considerados como distribuição de valor adicionado na Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Como conclusão, o autor propõe uma modificação na estrutura desse demonstrativo contábil para contemplar os investimentos socioambientais como um item específico de distribuição do valor adicionado.

Em outro exemplo de abordagem técnico-profissional, agora entre as dissertações de mestrado, Moreira (2012) discute a necessidade de adequação dos relatórios de responsabilidade socioambiental das empresas para que estes atendam adequadamente às perspectivas de informações dos *stakeholders*.

O autor propõe a construção de dois modelos de relatórios de responsabilidade socioambiental; um elaborado a partir do discurso, da visão e do posicionamento corporativo, com objetivo de revelar o desempenho socioambiental que as corporações afirmam ter alcançado por meio de suas contas e relatórios publicamente divulgados (relatório silencioso). O outro elaborado a partir da perspectiva dos *stakeholders*, com objetivo de revelar o desempenho socioambiental percebido pelo público interessado nas atividades e negócios da companhia (relatório sombra).

A confrontação de tais relatórios possibilitaria a identificação de diferenças e contribuiria na resolução de conflitos entre o desempenho socioambiental corporativo divulgado e o desempenho percebido pelos *stakeholders*.

O artigo de Silva e Ferreira (2010) também é elucidativo no sentido de caracterizar as pesquisas que enfocam abordagens técnico-profissionais como estratégia de engajamento. O trabalho é dedicado a “demonstrar os principais impactos ambientais decorrentes da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, e, propor a evidenciação dos gastos ambientais do setor sucroalcooleiro nas demonstrações contábeis baseando-se nos métodos existentes de valoração ambiental.”.

A Contabilidade, neste caso, é caracterizada como um mecanismo instrumental de apoio à gestão ambiental das empresas, capaz de produzir uma resposta adequada às demandas regulatórias e à sociedade em geral, sobre sua conduta ambiental: “a crescente evolução da conscientização da sociedade, os debates, as análises e as diretrizes relacionadas ao meio ambiente... devem estar refletidas nas demonstrações contábeis e relatórios de administração das empresas” (Silva & Ferreira, 2010, p. 141).

Nas conclusões do trabalho as autoras asseveram a possibilidade de refletir nas demonstrações contábeis das empresas os impactos ambientais decorrentes da produção de etanol a partir da

cana-de-açúcar, o que possibilitaria à empresa “assegurar tanto um elevado grau de adesão à regulação, quanto se habilitar, em decorrência da redução do nível de incerteza, à redução de sua taxa de risco ao tomar empréstimos no mercado financeiro ou à diminuição de seu prêmio de seguro.” (Silva & Ferreira, 2010, p. 154).

5.5 Estratégias de pesquisa na atividade científica em CA

As funções desempenhadas pelas estratégias de pesquisa, em fornecer critérios de restrição e de seleção, foram tomadas neste trabalho como fios condutores para uma análise das estratégias de pesquisa sob as quais os trabalhos sobre CA foram orientados.

Uma análise dessas categorias remete ao exame do objeto desta pesquisa a partir de duas dimensões: (i) a dimensão dos pressupostos teóricos assumidos na condução das pesquisas em CA e; (ii) a dimensão dos critérios de seleção dos dados empíricos utilizados para testar as teorias que orientaram essas pesquisas.

Um ponto de partida para essa análise é reconhecer que a obtenção de conhecimento na ciência moderna tem sido feita quase que exclusivamente por um tipo específico de estratégia de pesquisa (ou estratégia de restrição e seleção) que **(i)** admite exclusivamente a adoção de teorias que podem representar fenômenos e suas possibilidades a partir de suas estruturas subjacentes e seus componentes, processos e interações, ou das leis que os governam, e que **(ii)** seleciona os dados empíricos por meio da utilização de categorias geralmente quantitativas, aplicáveis em virtude de operações instrumentais, experimentais e de mensuração.

Esse modo de representação dos fenômenos os descontextualiza do mundo dos valores e da experiência humana e dissocia os objetos investigados de contextos sociais, humanos e ecológicos particulares e, em razão disso, são chamadas de estratégias da abordagem descontextualizada ou simplesmente estratégias descontextualizadas. (Lacey, 2005; 2008b; 2008d; 2009; 2010).

Além de descontextualizar os fenômenos, o que está em jogo nesse esse tipo de entendimento do mundo, é a incorporação de um valor social na atividade científica: o valor social do controle da natureza, conforme lembra Fernandez (2006).

Essa também tem sido a percepção da comunidade contábil em relação aos pressupostos que orientam a pesquisa em contabilidade, como mostrado na discussão da literatura apresentada no Capítulo 4 deste trabalho, em especial em autores como Chua (1986) e Ryan et al. (2002).

Conforme Chua (1986), a imagem de explicação científica, própria do *mainstream* da pesquisa contábil, tem como um de seus principais elementos constitutivos a possibilidade de controle e manipulação da realidade. Como consequência, a explicação de um fenômeno requer que ele seja apresentado como uma instância de uma lei universal e se estabelece assim uma estreita relação entre explicar, prever e controlar tecnicamente esse fenômeno.

Nesse sentido, tendo como base as estratégias de pesquisa do *mainstream*, a estrutura do raciocínio desenvolvido neste tópico é elaborada no sentido de evidenciar a presença de possíveis abordagens alternativas ao *mainstream* na produção do conhecimento em CA.

5.5.1 Pressupostos teóricos na pesquisa em CA

Uma das funções que caracteriza uma estratégia de pesquisa é a de restringir as hipóteses e as teorias que serão consideradas em uma investigação. A incorporação de um modo específico de fazer ciência pode ser identificada na literatura de pesquisa em CA, por meio dos pressupostos filosóficos subjacentes às teorias adotadas na busca da apreensão da realidade.

São esses pressupostos que moldam a visão de mundo com a qual o pesquisador percebe a natureza da realidade e a maneira pela qual essa realidade pode ser apreendida (Chua, 1986).

Nesse sentido, um exame das pesquisas em CA a partir das bases teórico-conceituais que a orientam, fornece elementos para uma compreensão inicial sobre o tipo de estratégia de pesquisa e, conseqüentemente, sobre possíveis relações que a atividade de pesquisa em CA mantém com perspectivas de valores particulares.

Rover et al. (2012), Mazer et al. (2011) e Machado et al. (2009) são estudos anteriores dedicados a análises bibliométricas da PCS brasileira e que abrangeram, em suas avaliações, aspectos relacionados ao embasamento teórico que orientou tal produção científica.

Machado et al. (2009) observaram que poucos dos trabalhos analisados estão apoiados em alguma teoria para condução dos estudos. Desses poucos, o embasamento teórico é predominantemente feito a partir teorias econômicas, como a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria dos *Shareholders*. Outras teorias, como a da Agência, da Divulgação Voluntária, da Hipótese do Custo Político e da Legitimidade, também são identificadas nesses estudos.

Os resultados da pesquisa de Mazer et al. (2011) mostram que apenas 30% dos trabalhos analisados são articulados com alguma teoria. A Teoria dos *Stakeholders*, seguida pela Teoria da Legitimidade, foram as mais utilizadas.

O trabalho de Rover et al. (2012) identifica a Teoria da Legitimidade, a Teoria da Divulgação e a Teoria dos *Stakeholders* como as mais utilizadas, mas destaca a carência de bases teóricas na pesquisa em CA no Brasil.

A análise dos trabalhos objeto desta pesquisa mostra também que a CA não possui ainda uma orientação teórica clara, convergente e consistente. No mesmo sentido assinalado por autores como Parker (2005; 2011), Gray (2002), Spence et al. (2010), questões relacionadas ao desenvolvimento teórico na pesquisa em CA no Brasil continuam pendentes.

Embora orientações teóricas com fundamentos nas teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders*, da Divulgação e Institucional, apareçam com certa frequência (especialmente quando vinculadas a tipos específicos de estratégias de engajamento), de modo geral os trabalhos analisados estão embasados predominantemente em estruturas teórico-conceituais oriundas da contabilidade tradicional, da *accountability* e da gestão empresarial. Abordagens teóricas alternativas ao *mainstream* representam exceções na pesquisa em CA no Brasil.

Os trabalhos de pesquisa com frequência se apoiam em estruturas conceituais da contabilidade tradicional, como em conceitos e critérios de mensuração de ativos, passivos, receitas, despesas, custos e evidenciação ambiental ou em legislações sobre meio ambiente,

sobre aspectos contábeis ambientais, créditos de carbono, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Protocolo de Kyoto.

Embora quase sempre articulados e complementados por outras bases teórico-conceituais, pelo menos 58% dos trabalhos analisados apresentam esses conceitos como parte dos parâmetros orientadores no exame dos fenômenos investigados.

O trabalho de Pasqual (2007), cujo objetivo foi avaliar, a partir do balanço de massa, o passivo ambiental e o custo de recuperação dessa massa poluidora referentes às atividades de uma empresa ligada ao tratamento e distribuição de água potável, é um exemplo representativo dessa realidade.

Além dos aspectos conceituais ligados ao funcionamento das estações de tratamento de água e de balanço de massa, Pasqual fundamentou a pesquisa a partir de aspectos conceituais da contabilidade convencional: passivos, gastos, custos e despesas ambientais, evidenciação, avaliação e mensuração do passivo ambiental e valoração ambiental.

Uma ênfase em posturas prescritivas é percebida em pesquisas com esse tipo de embasamento teórico, associadas mais comumente a trabalhos que avaliam ou propõem modelos contábeis para mensuração, reconhecimento e divulgação de informações contábeis ambientais.

Para ilustrar essa afirmação, o trabalho de Teixeira, Gomes, Aquino e Pagliarussi (2006) situa a contabilidade no cenário das discussões ambientais a partir do seguinte argumento:

a contabilidade vem sendo com frequência mencionada como capaz de salientar à sociedade a relação entre a busca pelas companhias por uma maximização dos lucros e o impacto ambiental de tal atividade, evidenciando assim a existência ou não de passivos ambientais nas demonstrações contábeis (Teixeira et al., 2006, p. 158).

Com uma base teórico-conceitual expressa em títulos como “passivos ambientais”, “poluição e passivos ambientais”, “desempenho corporativo (lucratividade) e passivos ambientais” e “a utilidade de indicadores de eco-eficiência para o suprimento de informações demandadas pela sociedade.”, Teixeira et al. (2006) assim expõem as contribuições pretendidas com o trabalho:

este estudo pretende contribuir com o assunto de duas maneiras: (1) um entendimento do que, de acordo com os padrões contábeis, deveria ou não ser reconhecido e/ou evidenciado pelas companhias; e (2) uma aplicação dos Indicadores de Eco-eficiência para verificar sua capacidade de fornecer informações

que permitam uma avaliação do consumo de recursos naturais pelas companhias em suas atividades, o que poderia ser chamado de ‘dívida moral’ dos agentes poluentes com a sociedade (Teixeira et al., 2006, p. 159, grifo dos autores).

Os autores concluem, com base nas discussões expostas no trabalho: “pode-se construir a premissa de que o modelo de contabilidade tradicional contempla o reconhecimento e demonstração dos possíveis passivos ambientais, quando as empresas excedem os limites legais de poluição, e/ou quando assumem passivos ambientais construtivos.” (Teixeira et al., 2006, p. 169).

Conforme assinalado no início deste trabalho, as raízes ontológicas e epistemológicas das bases conceituais da contabilidade tradicional são fortemente influenciadas pela economia neoclássica (Hendriksen & Breda, 1999; Iudicibus, 2006; Lopes & Martins, 2005; Nascimento et al., 2009; Ryan et al., 2002; Baker & Bettner, 1997; Chua, 1986) e os valores subjacentes ao aparato teórico e metodológico dessa forma de pensamento econômico não são nem adequados e nem suficientes para orientar soluções na direção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável (Fernandez, 2011; Andrade & Romeiro, 2011; Cechin, 2010; Lacey, 2010; Veiga, 2010; Romeiro, 2010).

Outros trabalhos se apoiam em orientações teórico-conceituais fundadas em concepções sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e meio ambiente em geral, indicadores de ecoeficiência, ISE e em modelos de relatório para divulgação de práticas sociais e ambientais das entidades, como o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Esses conceitos estão presentes na maioria dos trabalhos analisados, discutidos conjuntamente com outras bases conceituais ou sob títulos específicos. Apesar das polêmicas que envolvem a noção de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade (Bebbington, 1997; 2001; Nascimento, 2012; Veiga, 2010), o que se observa na pesquisa em CA é sua adoção sem uma preocupação explícita voltada à análise crítica de seus fundamentos.

A noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, mais comumente adotadas na literatura de pesquisa em CA no Brasil e nas formas de evidenciação socioambiental existentes (Balanço Social, Relatórios de Sustentabilidade e outros relatórios ambientais), é

baseada na perspectiva do *Triple Bottom Line* (TBL), como explicam Colares, Bressan, Lamounier e Borges (2012).

Na perspectiva do TBL, o desempenho de uma entidade deve ser mensurado congregando as dimensões econômicas, sociais e ambientais de suas atividades, que representam os três pilares de uma governança social responsável. Por ser considerada uma expressão de sustentabilidade, essa ideia de desempenho congregado está na base da formação do ISE (Colares et al., 2012), indicador amplamente utilizado nas pesquisas em CA.

Ocorre que a concepção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável do TBL não é consensual. Ao adotar uma metodologia de desempenho congregado, que coloca no mesmo nível as dimensões econômica, social e ambiental das atividades das entidades, o TBL admite a substitutabilidade entre esses capitais e não reconhece o capital natural como um obstáculo ao aumento contínuo do sistema econômico (Andrade & Romeiro, 2011).

Autores ligados à corrente de pensamento da Economia Ecológica, como Costanza e Daly (1992) e Mueller (2005), entre outros, também advertem que uma das questões críticas em relação a discussões sobre sustentabilidade e sobre desenvolvimento sustentável refere-se justamente ao princípio subjacente a critérios como o adotado pelo TBL, o qual considera que o capital natural é substituível pelo capital produzido (*man-made capital*).

Na perspectiva do TBL, a sustentabilidade é alcançada na medida em que o capital total é conservado, independentemente do nível de preservação do capital natural. Assim, trabalhos de pesquisa em CA que adotam bases teórico-conceituais, indicadores e demais dados ligados à perspectiva do TBL, estão sujeitos a essas considerações.

Como bem adverte Bebbington (2001), o uso inadvertido do conceito de desenvolvimento sustentável na literatura contábil ambiental, como equivalente a “boa gestão ambiental”, representa um equívoco.

Estruturas conceituais de *accountability* e de gestão empresarial focadas na gestão ambiental completam a lista dos fundamentos teóricos mais usualmente adotados na pesquisa em CA no Brasil.

Bases teórico-conceituais sobre gestão são adotadas predominantemente em trabalhos com foco na avaliação e/ou na proposição de modelos de gestão ambiental e abrangem conceitos sobre gestão ambiental, riscos, eficiência, estratégias e responsabilidade social corporativa.

Já as estruturas conceituais de *accountability* são amplamente adotadas na vasta abordagem sobre *disclosure* ambiental. É justamente em investigações que tomam por objeto de estudo o *disclosure* ambiental que o emprego de teorias consideradas mais robustas para a realidade da pesquisa em CA no Brasil, é geralmente notado.

Embora ainda pouco expressivo, o emprego da Teoria da Legitimidade, presente em 9% das pesquisas analisadas, e a Teoria dos *Stakeholders*, presente em 5% delas, são as que têm obtido maior adesão na pesquisa em CA. Outras teorias como a da Divulgação, Institucional, da Sinalização e dos *Shareholders*, também aparecem, mas com menor intensidade.

Para ilustrar o sentido em que a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders* e as concepções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são geralmente utilizadas nos trabalhos analisados, dois exemplos são apresentados.

No primeiro, Cintra (2011) desenvolve pesquisa em que analisa a integração entre sustentabilidade e práticas de controle gerencial das empresas no Brasil, adotando como base teórica a Teoria Institucional, a Teoria da Legitimidade e os modelos e estruturas conceituais de responsabilidade social, de sustentabilidade, de contabilidade e de controle gerencial. O trabalho investiga, de maneira geral, como as empresas adquirem legitimidade por meio da divulgação de relatórios de sustentabilidade e como elas respondem, por meio de seus controles gerenciais, à demanda por adaptação à sustentabilidade.

No segundo trabalho, Braga, Sampaio, Santos e Silva (2011, p. 230) investigam “os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro... a partir de um modelo conceitual e de hipóteses com base na Teoria dos *Stakeholders* e no conceito filosófico de desenvolvimento sustentável.”. A orientação teórico-conceitual é apresentada sob os títulos: (i) Fatores relevantes para a divulgação ambiental e (ii) A Teoria dos *Stakeholders* e a sustentabilidade. Na abertura da introdução do trabalho os autores assim se expressam: “A sustentabilidade nas empresas deve

ser estruturada com base nas potenciais partes interessadas⁷¹ e na interação com a missão e a visão do negócio. O nível de divulgação das informações ambientais depende da influência dos *stakeholders*.” (Braga et al., 2011, p. 230).

Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável adotados por Cintra (2011) e por Braga et al. (2011), estão alinhados com a perspectiva do TBL, no mesmo sentido que observado nos demais trabalhos analisados.

A transcrição de trecho do trabalho de Braga et al. (2011), que remete à forma de estruturação da sustentabilidade, reforça a posição de neutralidade assumida pelos autores, inclusive em relação às bases teórico-conceituais adotadas.

O silêncio observado na literatura de pesquisa em CA, em relação a aspectos subjacentes às orientações teóricas assumidas e aos próprios resultados obtidos com a investigação, ilustra bem a posição de autores como Chua (1986) e Ryan et al. (2002) sobre os pressupostos dominantes na pesquisa contábil.

Investigações conduzidas sob esses pressupostos veem a contabilidade como meio e não como fim; e as estruturas institucionais são percebidas como condições dadas e naturais da realidade social, cuja avaliação e proposição de mudanças não cabem nos objetivos explícitos da pesquisa contábil.

A Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade têm sido usadas mais recentemente em pesquisas contábeis interessadas em explicar as políticas de *disclosure* adotadas pelas entidades. Sobre os pressupostos da Teoria dos *Stakeholders*, Rover et al. (2012, p. 146) sintetizam:

A Teoria dos *Stakeholders* afirma que a existência de longo prazo das empresas depende do suporte e aprovação dos *stakeholders* (acionistas, corpo diretivo, corpo funcional, fornecedores, clientes, governos). Deste modo, as atividades de uma organização seriam condicionadas pela aprovação dos *stakeholders*, e o *disclosure* ambiental representa um canal de comunicação entre eles. A estratégia das empresas diante de seus *stakeholders* é que determinará o nível de sua evidenciação ambiental, sendo maior quanto mais ativa for esta política.

⁷¹ Os autores adotam uma classificação das partes interessadas como internas e externas à empresa. Como internas são relacionados os colaboradores, os gestores e os auditores internos, enquanto acionistas/investidores, credores, clientes e fornecedores são classificadas como externas primárias (aquelas que fornecem recursos à empresa) e governo, órgãos reguladores, grupos ambientais e mídia como externas secundárias (os que são capazes de mobilizar a opinião pública a favor ou contra a empresa).

Em análise desse enfoque teórico dado à pesquisa em CA, Cosenza et al. (2010) considera a perspectiva da Teoria dos *Stakeholders* uma visão alternativa ao modelo tradicional da Contabilidade, especialmente por possibilitar certo pluralismo e por estimular um modelo de *accountability* com perspectivas mais democráticas.

Contudo, apesar do avanço que isso representa, o acesso à conduta socioambiental efetiva das empresas é limitado, e isso se constitui numa restrição que é imposta aos *stakeholders* e que limita seus efeitos.

Já na visão crítica de Lehman (1999), essa orientação teórica da pesquisa em CA, construída a partir da Teoria dos *Stakeholders* e combinada com estruturas conceituais de *accountability* estritamente liberais (as quais não são democraticamente concebidas), tem contribuído apenas para reforçar o *status quo* e para perpetuar um papel apenas instrumental para a contabilidade, uma vez que se orientam pelo fornecimento de informações adicionais aos *stakeholders* em detrimento de investigações críticas sobre a conduta das corporações em relação ao ambiente natural.

Enquanto a Teoria dos *Stakeholders* considera a relação entre empresas e *stakeholders* específicos, a Teoria da Legitimidade se propõe focar o relacionamento entre empresas e a sociedade em geral, o que supostamente permite considerações mais explícitas sobre situações de conflito e de divergências (Spence et al., 2010).

A Teoria da Legitimidade é derivada da Teoria dos Contratos e está alicerçada na ideia da existência de um contrato social entre as organizações e a sociedade, no qual o sistema de crenças e valores vigentes está refletido, explica Dias (2012).

A hipótese subjacente é que a sociedade, ao perceber um alinhamento entre as práticas das organizações e as suas expectativas, passa a considerar como legítimas essas atividades dessas organizações; ao passo que as organizações, cientes da necessidade desse alinhamento, fazem um esforço para que suas atividades sejam aceitas e percebidas como legítimas. As políticas de evidenciação corporativa são, nesse contexto, “estratégias que as organizações utilizam para alcançar, manter ou recuperar legitimidade.” (Dias, 2012, p. 75).

Apesar da ênfase que a Teoria da Legitimidade dá à possibilidade de congregar antagonismos e pluralidades em situações de conflitos e de divergências, Spence et al. (2010) entendem que isso não é privilegiado na maneira como o constructo “sociedade” (ou o termo “público relevante” que também é utilizado em alguns estudos para designar essa variável) é concebido, o que torna problemática e paradoxal a própria lente através da qual essa teoria percebe a relação entre empresas e sociedade.

Um primeiro aspecto a ser destacado da análise apresentada até aqui, diz respeito à situação de “vulnerabilidade” em que se encontra a pesquisa em CA no Brasil, em razão do estágio de seu desenvolvimento teórico.

Embora nenhuma homogeneidade teórica seja esperada de uma área que congrega questões com interesses tão plurais e diversos, a falta de um direcionamento, de clareza e de consistência no desenvolvimento teórico nos trabalhos analisados é evidente.

Na perspectiva observada por Gray (2002), essa condição teórica considerada frágil, um estágio subteórico, expõe a atividade de pesquisa em CA à influência do *mainstream* e à emergência cada vez maior de abordagens gerencialistas.

A área de *disclosure*, por exemplo, que se mostra a mais sistematicamente desenvolvida na pesquisa em CA no Brasil, no mesmo sentido identificado por Gray (2002), também é marcada por inspirações positivistas e isso representa um paradoxo para uma área que precisa congrega múltiplas perspectivas, privilegiar posições conflitantes, divergentes e antagônicas.

Essa condição teórica associada à, praticamente, ausência de abordagens político-ideológicas, é determinante para que se estabeleçam autolimitações que impedem a pesquisa em CA de visualizar outras perspectivas para explorar fenômenos ambientais.

No nível ontológico, os pressupostos filosóficos sobre a natureza da realidade, subjacentes às bases teórico-conceituais normalmente adotadas na condução dos trabalhos analisados, são caracterizados por uma ontologia fundada numa forma de realismo físico ou, como observam Ryan et al. (2002), numa forma fraca de realismo.

Orientações teóricas apoiadas em estruturas conceituais da contabilidade tradicional, da *accountability*, da gestão empresarial e até mesmo de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, na forma como são empregados nas pesquisas em CA, estão normalmente ligadas a pressupostos de teorias econômicas, especialmente a corrente neoclássica. Conforme assinala Fernandez (2004, 2006, 2011), essa forma de pensamento econômico está estreitamente vinculada ao positivismo e este com a ideia da neutralidade axiológica das ciências.

Explicações científicas fundadas no realismo científico são realizadas com objetivo de explicar e prever o comportamento dos fenômenos sociais de uma maneira objetiva, que se traduz pela identificação de padrões de comportamento e de regularidades por meio das lentes dos métodos da ciência, explica Farias (2012). Esse é o sentido em que a Teoria da Legitimidade, por exemplo, é utilizada na pesquisa em CA, como uma “alternativa para explicar e prever práticas de evidenciação voluntária”. (Dias, 2012, p. 74).

Num exemplo de pesquisa conduzida sob essas premissas, que expressa a forma hegemônica encontrada nos trabalhos analisados, Chitolina (2012) desenvolve pesquisa orientada pelo questionamento sobre os efeitos econômicos para os acionistas das empresas, decorrentes de investimentos em programas sócio-ambientais.

Para isso, Chitolina analisa a relação existente entre performance socioambiental e a performance econômica das empresas, sob a hipótese de que investimentos superiores nas áreas sociais e ambientais resultam em melhor performance econômica nas empresas na forma de criação de valor para o acionista. Resultados da pesquisa indicam que sustentabilidade socioambiental resulta em ganhos econômicos em termos de valorização da empresa e em redução de riscos das empresas.

Em outro exemplo, Schlischka, Reis, Ribeiro e Rezende (2009) investigam “se as instituições bancárias brasileiras têm linhas ou produtos específicos de crédito ambiental e os tipos de informações requeridas para concedê-los.” (p. 37). Por meio da aplicação de questionário a uma amostra de dez instituições, os autores buscam identificar regularidades no comportamento das instituições financeiras em relação a certas variáveis.

Subordinados aos aspectos ontológicos já apresentados, os pressupostos epistemológicos estão relacionados à noção de conhecimento e definem “verdades” consideradas aceitáveis e indicam critérios para sua avaliação.

O realismo opera sob o pressuposto de que o conhecimento sobre os fenômenos é acessível ao intelecto humano por meio de suas estruturas subjacentes, de seus processos, interações e leis que os regem. São os aspectos nomológicos da realidade que, quando “descobertos”, revelam a essência dos fenômenos investigados.

Essa ordem subjacente dos fenômenos e as ações e percepções humanas, são percebidas como ontologicamente independentes entre si e as teorias daí decorrentes, correspondem a uma descrição aproximadamente verdadeira da realidade.

O entendimento que emerge da análise dos trabalhos é de que a busca pela identificação de padrões de comportamento, de regularidades e de relações causais dos fenômenos investigados, permeia a maior parte dos esforços de pesquisa nessa área.

Com exceção de uma parcela dessas pesquisas que não envolve investigações empíricas – pesquisas de natureza teórico-argumentativa ou que contenham proposições de modelos contábeis e/ou de gestão – os demais trabalhos (em torno de 65%) são orientados por análises sobre padrões de comportamento das organizações em relação a formas de tratamento contábil e de divulgação de eventos de natureza ambiental, sobre relações entre variáveis e sobre padrões de conduta socioambiental das organizações.

A presença de pressupostos epistemológicos na condução das pesquisas analisadas pode ser ilustrada pelo trecho a seguir, extraído do trabalho de Colares et al. (2012):

Por meio da análise de regressão pelo modelo *Logit*, constatou-se que não há evidências de que os indicadores do Balanço Social se relacionem com a variável dependente qualitativa, sugerindo que os usuários dessa informação não conseguem capturar as diferenças entre as empresas participantes ou não do ISE. O problema encontrado é que os *stakeholders* não conseguem prever por meio de informações disponíveis no mercado quais empresas poderão se eleger futuramente ou que empresas poderão deixar de fazer parte do ISE nos anos vindouros (Colares et al., 2012, p. 83).

Além dos aspectos nomológicos observados em investigações conduzidas sob esses pressupostos, Chua (1986) mostra que a possibilidade de controle e manipulação da realidade é um dos principais elementos constitutivos dessa imagem de explicação científica.

A preocupação expressa pelos autores sobre a impossibilidade de “prever” comportamentos futuros desse fenômeno a partir da observação de variáveis presentes no Balanço Social, ilustra, em parte, esse componente.

Outro exemplo dessas características pode ser visto no trabalho de Teixeira, Nossa e Funchal (2011), no qual os autores investigam, por meio de metodologia denominada pelos autores como um “experimento natural”, se a participação da empresa no ISE afeta sua forma de financiamento:

Os achados deste estudo possibilitam, estatisticamente, entender e concluir que o ISE exerce influência no endividamento das empresas, sendo um potencial determinante... Nesse sentido, há evidências de que as empresas que sinalizam responsabilidade social podem ter migrado parte de seus financiamentos para captação por ações (Teixeira et al., 2011, p. 42).

O interesse em obter um tipo de entendimento que possibilite o exercício do controle sobre o fenômeno investigado é característica marcante nas pesquisas em CA analisadas.

5.5.2 Categorias para seleção de dados empíricos

Uma estratégia de pesquisa é caracterizada também pela função que desempenha na seleção dos dados empíricos que devem ser procurados e acessados para testar as teorias que orientam as pesquisas.

Visando avançar na compreensão sobre as estratégias de pesquisa empregadas nas pesquisas em CA, o resultado de um exame sobre a maneira com a qual dados empíricos foram acessados e tratados nos trabalhos objeto desta pesquisa é apresentado neste tópico.

Em linha com os pressupostos ontológicos e epistemológicos já comentados, abordagens que priorizam categorias de dados quantitativos como elementos de análise, são normalmente encontradas nos trabalhos pesquisados.

Mesmo em trabalhos que indicam adotar uma abordagem qualitativa da realidade, análises empíricas são normalmente feitas a partir de descrições, classificações e categorizações de

informações divulgadas por empresas, cujos resultados fornecem categorias quantitativas passíveis de tratamento estatístico.

O trabalho de Voss, Pfitscher, Rosa e Ribeiro (2013) é um exemplo representativo dessa característica. Em pesquisa dedicada à análise sobre a maneira como as empresas potencialmente poluidoras divulgam informações ambientais relativas a resíduos sólidos, os autores adotam uma “quantificação das informações qualitativas apresentadas” (p. 134), obtida por meio de uma ordenação e de uma representação numérica da classificação das informações divulgadas.

Tipicamente, os trabalhos que envolvem investigações empíricas acessam categorias de dados quantitativos através de fontes como: demonstrativos contábeis e demais relatórios corporativos, por meio de análises de conteúdo ou, mais eventualmente, de análises de discursos, de aplicação de questionários, de entrevistas, de apontamentos feitos em pesquisas de campo, de bancos de dados, entre outros.

Análises desses dados normalmente são feitas por meio da utilização de modelos matemáticos ou estatísticos (estatística descritiva, análise de regressão, análise em painel, testes de média etc...).

Trabalhos que buscam identificar ou avaliar relações entre variáveis, notadamente mais recorrentes entre os que tomam por objeto de estudo o *disclosure* ambiental, têm maior propensão à utilização de instrumental estatístico como meio de análise de dados empíricos.

Esse é o caso, por exemplo, de Farias (2008), que utiliza modelo de equações simultâneas para avaliar a interrelação entre a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico de empresas. Utiliza para isso algumas categorias de dados quantitativos, extraídos de relatórios corporativos publicados por empresas.

O entendimento que decorre da análise contida neste tópico é de que os pesquisadores compartilham uma visão de mundo que os orienta sobre a natureza da realidade e sobre como essa realidade pode ser apreendida.

O modo geralmente adotado para representar os fenômenos contábeis ambientais, opera sob a crença de que tal realidade pode ser apreendida de forma neutra, a partir de sua estrutura subjacente, dos processos, leis e interações que a compõe, independente dos valores e da percepção humana.

Explicações geradas sob essas premissas dissociam os fenômenos de seu contexto social, humano e ecológico. Além disso, explicações feitas sob esse enfoque, contêm propósitos subjacentes de possibilitar o controle e a manipulação da realidade, pela estreita relação que se estabelece entre explicar, prever e controlar tecnicamente os fenômenos explicados, alerta Chua (1986). Essa possibilidade de controlar e manipular a realidade coloca em evidência a relação paradoxal existente entre “conhecimento e domínio, saber e poder, ciência e controle” (Fernandez, 2004, p.14).

O compromisso que os pesquisadores têm com a aplicação do conhecimento gerado, em atividades que visam o controle sobre o objeto investigado (a relação de reforço mútuo entre M_3 e M_1), é a explicação sugerida por Lacey para justificar a adoção quase exclusiva de estratégias descontextualizadas.

O compromisso com o controle evidencia uma perspectiva particular de valor social: o valor social do controle. Ao invés de buscar representar a realidade como ela é, o tipo de explicação científica priorizada na pesquisa em CA no Brasil está focada apenas na parcela dessa realidade que expressa possibilidades de controle sobre a realidade investigada.

A constatação de que também no Brasil a pesquisa em CA tem compartilhado de um conjunto único de pressupostos (Chua, 1986), pode explicar, em boa medida, certas limitações impostas à pesquisa contábil, conforme descritos no item “5.3” deste trabalho. Esse compartilhamento tem contribuído para limitar os tipos de problemas estudados, a utilização de métodos de pesquisa e a possibilidade de visualização de novas perspectivas.

6 CONCLUSÕES

A ciência é um empreendimento que alcançou notável prestígio e autoridade entre as formas de conhecimento humano. O alcance de tal sucesso tem como um de seus principais fundamentos a ideia de que o conhecimento científico é livre de valores, e representa, portanto, um tipo de conhecimento objetivo, neutro e imparcial da realidade. Essa ideia, porém, permanece como uma das questões centrais do debate na filosofia da ciência e na epistemologia e, a reflexão sobre a relação que valores mantêm com as práticas científicas é considerada essencial para o autoconhecimento e para o aperfeiçoamento da ciência.

Por ser um objeto complexo e multidimensional, a emergência das questões ambientais tem contribuído para suscitar um olhar crítico sobre a maneira como a ciência, de modo geral, e a pesquisa em Contabilidade Ambiental, em especial, são conduzidas. Diante da importância do autoconhecimento para a ciência e da abertura incondicional à crítica e à autocrítica, como mecanismos de aperfeiçoamento das práticas científicas, o desenvolvimento deste trabalho foi orientado pela reflexão crítico-epistemológica sobre o papel desempenhado pelos valores no processo de construção do conhecimento científico em Contabilidade Ambiental no Brasil. Esta reflexão crítica foi fundamentada na perspectiva filosófica de Lacey (2005; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d; 2009, 2010; 2012).

De acordo com o modelo de Lacey, a ideia de ciência livre de valores deve ser mantida como um ideal das práticas científicas e deve fazer parte, também, dos critérios de avaliação dos produtos e das consequências dessas práticas. A manutenção da autoridade e do prestígio alcançados pela ciência depende, contudo, de uma atenção apropriada aos três elementos que constituem o núcleo da ideia de ciência livres de valores e que funcionam como valores institucionais da ciência: a neutralidade, a imparcialidade e a autonomia.

Como elemento distinto para o desenvolvimento deste trabalho, a neutralidade se refere às implicações e consequências da aplicação das teorias científicas aceitas em conformidade com a imparcialidade e, por essa razão, tem papel central no modelo de análise da interação entre valores e atividades científicas adotado. Ao reconhecer que os valores desempenham papel legítimo e essencial nas práticas científicas, sem que com isso a imparcialidade na avaliação das teorias seja prejudicada, o modelo de análise de Lacey possibilita situar o papel dos

valores na condução da atividade científica, por meio das estratégias de pesquisa adotadas no momento das escolhas metodológicas. Lacey sugere que ao invés de excluir valores dos momentos centrais das práticas científicas, um pluralismo metodológico deve ser encorajado e possibilitado, como mecanismo para maximizar a manifestação da neutralidade no produto da ciência.

A conclusão geral que emerge da análise dos trabalhos é de que as práticas de pesquisa em CA no Brasil não estão comprometidas com o ideal da neutralidade científica. Tal conclusão está amparada, fundamentalmente, na análise das estratégias de pesquisa que orientaram tais investigações. Contudo, outros dois aspectos também foram considerados: os tipos de fenômenos ambientais objetos de investigação e as estratégias de engajamento com a prática aplicada.

Uma análise sobre os tipos de fenômenos contábeis ambientais que têm sido objeto de investigação na pesquisa em CA permite concluir que, embora apresente certa variedade de temas e enfoques, a agenda da pesquisa dessa área exibe sinais da presença de limites que circunscrevem as investigações a fenômenos contábeis ambientais focados majoritariamente sobre práticas ambientais corporativas.

Resultados dessas investigações são destinados, normalmente, ao apoio à gestão ambiental das empresas ou, mais eventualmente, a subsidiar a formulação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente.

A notável atenção dedicada ao *disclosure* ambiental como objeto de análise é um forte indicativo da presença de certas lacunas que limitam a visualização de novas perspectivas, novas imaginações e novas contabilidades que podem dar sentido às questões ambientais na contabilidade, como advertem Chua (1986), Gray (2002), Brown e Dillard (2013), Tinker et al. (1991), Owen (2008) e Spence et al. (2010), as quais deveriam receber maior atenção da comunidade contábil.

Sobre as estratégias de engajamento com a prática, os resultados indicam que abordagens técnico-profissionais para problemas ambientais são amplamente preferidas pela comunidade contábil, em detrimento a qualquer outra com enfoque político-ideológico.

Na perspectiva de Brown e Dillard (2013) e de outros autores de tradição crítica, como Owen (2008), Lehman (1999), Tinker et al. (1991) e Spence et al. (2010), a ampla preferência e a ênfase dada a soluções técnico-profissionais na pesquisa em CA brasileira explicam-se pela crença na possibilidade de uma perfeita distinção entre fatos e valores.

Fundamentada nessa crença, a pesquisa em CA é orientada sob a premissa da neutralidade e conduzida no sentido de capturar e comunicar fatos puros, que possibilitem aos destinatários extrair as conclusões corretas a partir dos fenômenos fielmente representados.

A expressão mais evidente da conduta da pesquisa em CA sob essa crença no Brasil é a ênfase no *disclosure* ambiental. Ao assumir a postura de um comunicador neutro diante dos fatos, o foco da Contabilidade passa a ser o de tornar transparente ao público as ações das empresas e/ou entidades em geral, sob a premissa de que os fatos em si se encarregam de promover as mudanças a partir das corretas conclusões a que os *stakeholders* chegarão.

Para Brown e Dillard (2013), em razão dos pressupostos que sustentam, os aspectos políticos são geralmente considerados como consensuais para os membros da corrente que adota estratégias de engajamento por meio de soluções técnico-profissionais, como verificados nesta investigação. Iniciativas técnico-profissionais têm sido importantes para levar a contabilidade ambiental para além da academia, mas os autores advertem que o resultado das mudanças de longo alcance, desejadas por meio dessas estratégias, tem se revelado difícil e moroso.

Sob a perspectiva crítica, a ênfase no enfoque técnico-profissional, em detrimento a abordagens político-ideológicas na pesquisa em CA, é vista como ingênua por não levar em conta questões fundamentais desse cenário, como aspectos ideológicos, de poder e de resistência a mudanças. Por propor soluções técnicas a uma questão complexa e interrelacionada, como é o caso da questão ambiental, esse enfoque favorece o *status quo* e limita a proposição de ações políticas mais abrangentes.

Brown e Dillard (2013) chegam a considerar como uma espécie de esclerose a ênfase no *disclosure* como estratégia de engajamento na pesquisa em CA sob a crença da neutralidade. Para esses autores, a par dos benefícios que geram, soluções técnico-profissionais devem ser acompanhadas pelo reconhecimento e por uma maior clareza sobre os vínculos que esses esforços têm com perspectivas políticas e com valores particulares.

Autores como Gray (2002) e Spence et al. (2010), por exemplo, entendem que o principal objetivo do projeto contábil socioambiental é ser capaz de produzir uma *práxis* emancipatória a partir de suas próprias bases. Contudo, para viabilizar o alcance de tal objetivo, é necessário romper com a hegemonia do *mainstream* e adotar estratégias de engajamento que vão além da esfera organizacional para articular conexões com movimentos sociais. Para isso, as limitações impostas à pesquisa em CA, em razão da ausência de discussões político-ideológicas que dificultam a percepção sobre a complexidade e sobre as múltiplas perspectivas pelas quais questões contábeis ambientais podem ser exploradas, precisam ser superadas, conforme demonstram os achados deste estudo.

Como argumentam Brown e Dillard (2013), para contestar o monologismo do *mainstream* dessa área é preciso, em primeiro lugar, passar a considerar que valores e ideologias desempenham papel relevante e influente no desenvolvimento e no entendimento da contabilidade socioambiental.

A partir disso, dar preferência a abordagens com capacidade de congregar públicos diversos e perspectivas ideológicas conflitantes, constitui uma alternativa com potencial de oferecer boas perspectivas políticas e de engajamento à contabilidade socioambiental brasileira, em particular, e para todos os outros centros, em geral.

O engajamento da contabilidade com a questão ambiental deve privilegiar a democratização do debate e das deliberações, fato que contribui para a promoção da neutralidade por meio da inserção de uma multiplicidade de perspectivas de valores.

É importante frisar que, não obstante as críticas dirigidas à predominância das abordagens técnico-profissionais na pesquisa em CA e a evidente necessidade de promover maior aderência a abordagens político-ideológicas nessa atividade, a análise apresentada não nega a importância e o papel das iniciativas e dos esforços em propor soluções técnico-profissionais na pesquisa em CA.

Embora se reconheça a necessidade de ampliar as perspectivas pelas quais as questões contábeis ambientais podem ser exploradas, soluções técnico-profissionais, acompanhadas pelo debate aberto sobre os respectivos pressupostos políticos e ideológicos subjacentes,

também devem ser avaliadas pelo seu papel de instrumento mediador na sociedade e pelo seu favorecimento ao processo de *accountability* e de transparência para a participação democrática (Miller & O’Leary, 2007; Miller, 1994; 1998; 2001; Preda, 2009; Callon, 1998; Iudícibus et al., 2011; Burchell et al., 1980; Lehman, 1992; Vollmer, 2007; Ezzamel, 2009; Power, 1992; Asdal, 2011; Gray, 1992; 2002; 2010a; 2010b; Lehman, 1999).

As estratégias de pesquisa que orientaram as investigações em CA foram analisadas a partir do exame dos pressupostos teóricos assumidos na condução de tais investigações e dos critérios de seleção de dados empíricos utilizados para testar as teorias que as orientaram.

Uma primeira conclusão que emerge dessa análise é que premissas ontológicas e epistemológicas, sobre a natureza da realidade social ou institucional e sobre a natureza do conhecimento, não são normalmente abordadas ou discutidas nos trabalhos analisados.

Autores desses trabalhos silenciam em relação a considerações sobre pressupostos ontológicos e epistemológicos que orientaram suas investigações. O alinhamento com os pressupostos do realismo científico e do materialismo na condução das atividades de pesquisa, que enfatizam o método como aparato que, supostamente, assegura a objetividade e a neutralidade dos achados, também produz o mesmo silêncio em relação a considerações sobre o papel que valores possam exercer nessa atividade.

O realismo científico é fundado na crença de uma realidade objetiva, cuja existência independe da consciência, da percepção, dos valores e dos interesses humanos. Na prática da pesquisa isso significa a possibilidade de capturar e representar a realidade de uma forma objetiva, neutra, fiel e pura, tal como ela é.

Essas premissas são amplamente percebidas nas práticas da pesquisa em CA no Brasil. Visando explicar e prever o comportamento dos fenômenos investigados, esforços de pesquisa nessa área estão predominantemente focados na identificação de padrões de comportamento, de regularidades e de relações causais.

Para esse tipo de explicação científica, contextos sociais, humanos e ecológicos em que os fenômenos estão inseridos não são relevantes, pois o propósito é promover a possibilidade de controlar os objetos investigados.

Essa realidade da pesquisa em CA possibilita concluir que a ênfase na adoção desse tipo de estratégia de pesquisas está muito mais ligada ao próprio objetivo instrumental a que a Contabilidade está condicionada, de ser geradora de informações úteis para subsidiar decisões de seus usuários, do que a critérios puramente epistêmicos.

Assim, a opção por esse tipo de estratégia de pesquisa, feita em razão da possibilidade de aplicação do produto final da ciência, caracteriza a relação mutuamente reforçada entre o momento das aplicações do produto da ciência (M_3) e o momento das escolhas metodológicas (M_1). Esse processo de retro-alimentação das práticas científicas, proporcionada pela aplicabilidade, compromete a neutralidade das práticas científicas (Lacey, 2010).

Como já assinalado em parágrafos anteriores, o prestígio e a autoridade da ciência não podem prescindir de uma atenção apropriada aos elementos constituintes da ideia de ciência livres de valores, dos quais a neutralidade faz parte.

O silêncio dos pesquisadores quanto aos pressupostos ontológicos e epistemológicos que orientam suas investigações, associado à condição subteórica em que se encontra a área e a ampla adoção de estratégias descontextualizadas na condução das pesquisas, são indícios que sugerem um processo de assujeitamento dos pesquisadores aos discursos científicos dominantes, conforme indica Brandão (1997).

Por esse processo o sujeito age na ilusão da autonomia mesmo quando o produto de seus esforços reflete apenas a reprodução de certas ideologias ou de um discurso que já foi dito antes. (Caregnato & Mutti, 2006).

A relevância que aspectos ideológicos têm nas práticas científicas, conforme visto neste trabalho, indica que processos de assujeitamento ideológico podem se constituir em interessante objeto de futuras pesquisas para a área de Contabilidade Ambiental.

As conclusões deste trabalho contribuem no sentido de alertar os pesquisadores sobre o papel que valores ocupam nas práticas científicas, especialmente sobre a maneira como eles podem estar relacionados com as estratégias de pesquisas.

O reconhecimento de que valores desempenham papel legítimo e essencial nos momentos centrais da pesquisa em CA e o debate aberto sobre esse aspecto das práticas científicas, representam um avanço para a ciência, pois evitam que valores integrem, de forma camuflada, o produto final da ciência, conforme sugere Lacey.

Por fim, é importante lembrar que as considerações deste trabalho sobre a relação que as estratégias descontextualizadas mantêm com perspectivas de valores particulares, não representam uma proposta que visa suprimir esse tipo de estratégia de pesquisa do domínio das atividades científicas em CA.

Esse tipo de estratégia tem papel importante no desenvolvimento da ciência e deve continuar a exercê-lo na pesquisa dessa área. Porém, um comprometimento efetivo com o ideal da neutralidade nas práticas científicas em CA no Brasil exige abdicar desse monismo metodológico e oferecer condições que possibilitem a coexistência de uma pluralidade de estratégias de pesquisa nessa área.

REFERÊNCIAS⁷²

- Abramovay, R. (2007). Socioambiental é uma palavra só. *Valor Econômico*, p. B12, São Paulo, 23.08.2007.
- Abreu, M. C. S., Castro, F. C., & Lazaro, J. C. (2013). Avaliação da influência dos *stakeholders* na proatividade ambiental de empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, n. 17, pp. 22-35.
- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (2002). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Andrade, D. C. & Romeiro, A. R. (2011). Degradação Ambiental e Teoria Econômica: algumas reflexões sobre uma “Economia dos Ecossistemas”. *Economia*, Brasília (DF), v. 12, n. 1, pp. 3–26, jan/abr.
- Arnt, R. (Org.). (2010). *O que os economistas pensam sobre sustentabilidade*. São Paulo: Ed. 34.
- Asdal, K. (2011). The office: The weakness of numbers and the production of non-authority. *Accounting, Organizations and Society*, n. 36, pp. 1-9.
- Baker, C. R. & Bettner, M. S. (1997). Interpretative and critical research in accounting: a commentary on its absence from mainstream accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 8, pp. 293-310.
- Barreto, R. S., Neto. (2012). *Escolhas linguísticas em relatórios anuais de sustentabilidade da Petrobras no período de 2008 a 2010 sob a ótica da gramática funcional de Halliday e Matthiessen*. Dissertação de mestrado. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória (ES).
- Bebbington, J., Brown, J., Frame, B., & Thomson, I. (2007). Theorizing engagement: the potential of a critical dialogic approach. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 20, n. 3, pp. 356-381.

⁷² De acordo com o padrão APA – *American Psychological Association*

- Bebbington, J. (1997). Engagement, education and sustainability: a review essay on environmental accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 10, n. 3, pp. 365-381.
- Bebbington, J. (2001). Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, vol. 25, n. 2, pp. 128-157.
- Belkaoui, A. R. (2004). *Accounting theory*, (5a.ed.), UK: Cengage Learning EMEA.
- Bezerra, F. A. & Lopes, A. B. (2004). Lucro e preço das ações. In S. de Iudícibus, & A. B. Lopes (Coords.), *Teoria avançada da contabilidade* (pp. 134-170). São Paulo: Atlas.
- Bisman, J. (2010). Postpositivism and accounting research: a (personal) primer on critical realism. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, n. 4 (4), pp. 3-25.
- Bouças, A. S. (2010). *Achegas na teoria da contabilidade ambiental: uma proposta inovadora*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.
- Braga, C., Sampaio, M. S. A., Santos, A., & Silva, P. P. (2011). Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 4, n. 2, pp.230-262.
- Branco, S. M. (1995). Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 9 (23), pp. 217-233.
- Brandão, H. H. N. (1997). *Introdução à análise do discurso*. (6a. ed.), Campinas (SP), UNICAMP.
- Brown, J. & Dillard, J. (2013). Agonizing over engagement: SEA and the “death of environmentalism” debates. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 24, pp. 1-18.
- Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., & Hughes, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, vol. 5, n. 1, p. 5-27.
- Calixto, L. (2005). Análise da pesquisa sobre contabilidade ambiental no Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 154, Jul./Ago, pp. 23-35.

- Calixto, L. (2009). Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, vol. 10, n. 2, Mar./Apr., p. 87-109.
- Callon, M. (2009). Civilizing markets: carbon trading between in vitro and in vivo experiments. *Accounting, Organizations and Society*, n. 34, pp. 535-548.
- Callon, M. (1998). *The Laws of the Markets*. Londres: Blacwell Publishers.
- Campos, G. M., Diniz, J. A. & Martins, G. A. (2011). Fronteiras da pesquisa sobre governança corporativa: uma análise epistemológica. *Revista Enfoque Reflexão Contábil*, UEM – Paraná, v. 30, n. 2, mai./ago., pp. 36-51.
- Cardoso, R. L. & Martins, V. A. (2004). Hipótese de Mercado Eficiente e Modelo de Precificação de Ativos Financeiros. In S. de Iudícibus & A. B. Lopes (Coords.), *Teoria avançada da contabilidade* (pp. 70-133). São Paulo: Atlas.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 15(4), Out-Dez, pp. 679-84.
- Cechin, A. (2010). *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp.
- Chitolina, F. F. (2012). Performance sócio-ambiental e os resultados econômicos das empresas: uma análise empírica desta relação. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo (RS).
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *Accounting Review*, vol. 61, n. 4 (Oct.), pp. 601-632.
- Cintra, Y. C. (2011). *A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (SP).
- Coelho, A. C., Soutes, D. O., & Martins, G. A. (2010). Abordagens metodológicas na área “Contabilidade para Usuários Externos” – ENANPAD: 2005-2006. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 4, n. 1, art. 2, pp. 18-37, jan/abr.

- Colares, A. C. V. (2012). *Gestão contábil ambiental: um estudo sob a ótica da ecoeficiência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (MG).
- Colares, A. C. V., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Borges, D. L. (2012). O Balanço Social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, pp. 83-100, out.
- Colares, A. C. V., Magalhães, R. L. R., & Borges, D. L. (2013). Contabilidade e gestão ambiental: um levantamento da produção científica divulgada em periódicos da área de contabilidade entre 2001 e 2011. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 13, n. 1, pp. 74-89, jan./jun.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2013). *Pronunciamento conceitual básico (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Recuperado em 20 de maio de 2013, de <<http://www.cpc.org.br>>.
- Correa, P. A. B., Carvalho, F. A. A. de, & Alves, F. J. S. (2009). Gestão da responsabilidade social na Mainha do Brasil: uma proposta de balanço social a partir da versão do IBASE. *RIC – Revista de Informação Contábil – UFPE*, v. 3, n. 3, pp. 43-70, jul./set.
- Cosenza, J. P., Mamede, E., & Laurencel, L. C. (2010). Análise dos fundamentos teóricos associados à pesquisa contábil na área ambiental. *Revista Enfoque Reflexão Contábil*, (UEM-Paraná), v. 29, n. 1, pp. 18-38, jan./abr.
- Costanza, R., & Daly, H. E. (1992). Natural capital and sustainable development. *Conservation Biology*, v. 6, n. 1, pp. 37-46, mar.
- Crosby, A. W. (1999). *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*. (V. Ribeiro, trad.). São Paulo: UNESP.
- Czesnat, A. F. O. (2009). *A responsabilidade socioambiental: legitimação por meio do Relatório de Administração das empresas de telecomunicações listada na Bovespa*. Dissertação de mestrado, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau (SC).
- Dagnino, R. P. (2008). *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

- Dallabona, L. F., Cunha, P. R., & Rausch, R. B. (2012). Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil. *Revista Enfoque Reflexão Contábil – UEM (PR)*, v. 31, n. 3, pp. 07-22, set./dez.
- Deegan, C. & Soltys, S. (2007). Social accounting research: an Australasian perspective. *Accounting Forum*, n. 31, pp. 73-89.
- Demo, P. (1987). *Introdução à metodologia da ciência*, (2a. ed.), São Paulo: Atlas.
- Dias, J. M., Filho. (2012). A Pesquisa Qualitativa sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e predizer políticas de evidenciação contábil. *INTERFACE*, Natal (RN), v. 9, n.1, pp. 72-86, jan./jun.
- Dias, J. M., Filho & Machado, L. H. B. (2004). *Abordagens da pesquisa em contabilidade*. In S. de Iudicibus & A. B. Lopes (Coords.), *Teoria avançada da contabilidade* (pp. 15-69). São Paulo: Atlas.
- Domenico, D., Di, Cordeiro, A. & Cunha, P. R, Da. (2012). Análise metodológica da produção científica de contabilidade ambiental nos periódicos internacionais de contabilidade. *RACE*, Unoesc, v. 11, n. 2., jul./dez., p. 271-294.
- Douglas, H. E. (2009). *Science, policy, and the value-free ideal*. Pittsburgh (EUA): University of Pittsburgh Press.
- Dupas, G. (Org.). (2008). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: UNESP.
- Eugénio, T., Lourenço, I. C. & Moraes, A. I. (2010). Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, v. 6, n. 2, pp. 286-305.
- Ezzamel, M. (2009). Order and accounting as a performative ritual: Evidence from ancient Egypt. *Accounting, Organization and Society*, n. 34, pp. 348-380.
- Farias, K. T. R. (2008). *A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (SP).

Farias, M. R. S. (2012). *Desenvolvimento científico da contabilidade: uma análise baseada na epistemologia realista da ciência*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fernandes, V. & Sampaio, C. A. C. (2008). Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Ed. UFPR, n. 18, jul./dez., pp. 87-94.

Fernandez, B. P. M. (2008). A Epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, n. 2, mai./ago., pp. 359-385.

Fernandez, B. P. M. & Bêrni, D. A. (2012). Fundamentos da ciência moderna e as origens do conhecimento científico. In D. A. Bêrni & B. P. M. Fernandez (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais* (pp. 1-33). São Paulo: Saraiva.

Fernandez, B. P. M. (2011). Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Ed. UFPR, n. 23, jan./jul., pp. 109-120.

Fernandez, B. P. M. (2004). *O dever das ciências: isenção ou inserção de valores humanos? Por uma ciência econômica ética, social e ecologicamente comprometida*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fernandez, B. P. M. (2006). Retomando a discussão sobre o papel dos valores nas ciências: a teoria econômica dominante é (pode ser) axiologicamente neutra?. *Episteme*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun., pp. 151-176.

Ferreira, A. C. S. (1995). Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. *Caderno de Estudos*, FIPECAFI, São Paulo, n. 12, Setembro.

Ferreira, A. C. S. (1998). *Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Floriani, D. (2006). Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. IX, n. 1, Jan/Jun., pp. 65-80.
- Fregonesi, M. S. F. A. (2009). *Investimentos socioambientais na Demonstração do Valor Adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?* Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Gallon, A. V., Souza, F. C. De., Rover, S., & Bellen, H. M., van. (2007). *Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: um levantamento a partir dos artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de Contabilidade e Administração*. Trabalho apresentado no 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, USP. Recuperado em 11 de agosto de 2009, de <www.congressousp.fipecafi.org>.
- Gerhardt, C. H. & Almeida, J. (2005). A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VIII, n. 2, Jul./Dez., pp. 1-31.
- Gonçalves, R. S., Medeiros, O. R., Niyama, J. K., & Weffort, E. F. J. (2013). Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, v. 24, n. 62, maio/jun./jul./ago., pp. 113-124.
- Gorz, A. (2007). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. (A. Montoia, trad.). (2a ed.). São Paulo: Annablume.
- Gray, R., Dillard, J. & Spence, C. (2009). Social accounting research as if the world matters: an essay in nostalgia and a new absurdism. *Public Management Review*, v. 11, n. 5, pp. 545-573.
- Gray, R. (1992). Accounting and environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. *Accounting, Organizations and Society*, vol. 17, n. 5, pp. 399-425.
- Gray, R. (2001). Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? *Business Ethics: A European Review*, vol. 10, n. 1, pp. 9-15.

- Gray, R. (2002). The social accounting project and Accounting Organization and Society: Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? *Accounting, Organizations and Society*, n. 27, pp. 687-708.
- Gray, R. (2010a). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organizations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, n. 35, pp. 47-62.
- Gray, R. (2010b). A re-evaluation of social, environmental and sustainability accounting.: an exploration of an emerging trans-disciplinary field? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, vol. 1, n. 1, pp. 11-32.
- Grzebieluckas, C., Campos, L. M. S. & Selig, P. M. (2012). Contabilidade e custos ambientais: um levantamento da produção científica no período de 1996 a 2007. *Produção*, UFSC, v. 22, n. 2, mar./abr., pp. 322-332.
- Hendriksen, E. S. & Breda, M. F., van. (1999). *Teoria da contabilidade*. (A. Z. Sanvicente, trad.). São Paulo: Atlas.
- Hopwood, A. G. (2009). Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, n. 34, pp. 433-439.
- Hopwood, A. G., Burchell, S., & Clubb, C. (1994). Value-added accounting and national economic policy. In A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), *Accounting as social and institutional practice* (pp. 211-236). Cambridge Studies in Management, Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
- Iudícibus, S. de. (2006). *Teoria da contabilidade*. (8a ed.), São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. de., Ribeiro, J. F., Filho, Lopes, J. E. G. & Pederneiras, M. M. M. (2011). Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas das “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, Vol. 8, n. 4, out/dez., p. 274-285.
- Japiassú, H. (2000). *Nem tudo é relativo: a questão da verdade*. São Paulo: Letras & Letras.
- Kam, V. (1990). *Accounting theory*. (2nd ed.), New York: John Wiley & Sons.

- Lacey, H. (2008a). Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 83-96.
- Lacey, H. (2008b). Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 3, pp. 297-327.
- Lacey, H. (2008c). Crescimento econômico, meio ambiente e sustentabilidade social: a responsabilidade dos cientistas e a questão dos transgênicos. In G. Dupas (Org.), *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais* (pp. 91-130). São Paulo: UNESP.
- Lacey, H. (2005). *Is science value free?: values and scientific understanding*. Londres: Routledge.
- Lacey, H. (2009). O lugar da ciência no mundo dos valores e da experiência humana. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 7, n. 4, pp. 681-701.
- Lacey, H. (2012). Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o *status* científico do conhecimento tradicional. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 10, n. 3, pp. 425-453.
- Lacey, H. (2008d). *Valores e atividades científicas 1*. (2a ed.). São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34.
- Lacey, H. (2010). *Valores e atividades científicas 2*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34.
- Leff, E. (2010). *Epistemologia ambiental*. (5a ed.), São Paulo: Cortez.
- Lehman, C. R. (1992). *Accounting's changing role in social conflict*. New York & Princeton, Markus Wiener Publishing, Inc.
- Lehman, G. (1999). Disclosing new worlds: a role for social and environmental accounting and auditing. *Accounting, Organization and Society*, n. 24, pp. 217-241.
- Lindstaedt, A. R. S. (2007). *Um estudo exploratório sobre o nível de aderência em empresas, com atuação no Brasil, às normas e recomendações de organismos nacionais e internacionais relativas à divulgação de informações de natureza ambiental*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo (RS).

- Lopes, A. B. & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Machado, M. R., Nascimento, A. R. & Múrcia, F. D. (2009). *Análise crítica-epistemológica da produção científica em contabilidade socioambiental no Brasil*. Trabalho apresentado no 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, USP. Recuperado em 09 de julho de 2009, de <www.congressousp.fipecafi.org>.
- Mariconda, P. R. (2006). O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 3, pp. 453-472.
- Martinez-Alier, J., Munda, G. & O'Neill, J. (1998). Weak comparability of values as a foundation for ecological economics. *Ecological economics*, n. 26, pp. 277-286.
- Martins, E. A. (2012). *Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Martins, G. A & Theóphilo, C. R. (2007). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Mathews, M. R. (1997). Twenty-five years of social and environmental accounting research: Is there a silver jubilee to celebrate? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 10, n. 4, pp. 481-531.
- May, P. H. (Org.). (2010). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Mazer, L. P., Monte, P. A. do, Martins, V. G., & Oliveira, E. C. M. de. (2011). Produção científica em contabilidade ambiental no Brasil: uma análise nos periódicos nacionais no período de 1998 a 2011. Trabalho apresentado no II CSEAR Conference South America. Ribeirão Preto (SP), USP. Recuperado em 05 de agosto de 2013, de <<http://csearsouthamerica.org/2011/pt-br/trabalhos-aprovados>>.
- Mendonça, D. (2010). Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, Set./Dez., pp. 479-497.

- Mendonça, O. R., Neto, Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2009). Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. *RAE*, São Paulo, v. 49, n.1, jan./mar., pp. 062-073.
- Miller, P. (1994). Accounting as social and institutional practice: an introduction. In A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), *Accounting as social and institutional practice* (pp. 1-39). Cambridge Studies in Management, Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
- Miller, P. (2001). Governing by Numbers: Why Calculative Practices Matter. *Social Research*, vol. 68, n. 2, (Summer), pp. 379-396.
- Miller, P. & O'Leary, T. (1994). Governing the calculable person. In A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), *Accounting as social and institutional practice* (pp. 98-115). Cambridge Studies in Management, Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
- Miller, P. & O'Leary, T. (2007). Mediating instruments and making markets: Capital budgeting, science and the economy. *Accounting, Organizations and Society*, n. 32, p. 701-734.
- Miller, P. (1998). The margins of accounting. In M. Callon (Ed.) *The Laws of the Markets* (pp. 174-193). Londres: Blacwell Publishers.
- Moreira, F. N. (2012). *Shadow report: a informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação de mestrado, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Morgan, G. (1988). Accounting as reality construction: towards a new epistemology for accounting practice. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 13, n. 5, pp. 477-485.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. (M. D. Alexandre & M. A. S. Dória, trads.). (8a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Most, K. S. (1982). *Accounting Theory*. (2nd ed.). Ohio: Grid Publishing, Inc..
- Mota, M. O., Mazza, A. C. A., & Oliveira, F. C. (2013). Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? *BASE – Revista de Administração e Contabilidade de Unisinos*, v. 10, n. 1, jan./mar., pp. 69-80.

- Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Revista Política & Sociedade*, n. 03, Out., pp. 11-26.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia Política*, n. 25, Nov., pp. 11-23.
- Mueller, C. C. (2005). O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen. *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 4, pp. 687-713, out./dez.
- Nascimento, A. R., Santos, A. dos, Salotti, B. & Múrcia, F. Dal-Ri. (2009). *Disclosure Social e Ambiental: Análise das Pesquisas Científicas Veiculadas em Periódicos de Língua Inglesa. Revista Contabilidade Vista & Revistas – UFMG*. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, jan./mar., pp. 15-40.
- Nascimento, A. R., Junqueira, E. & Martins, G. A. (2010). Pesquisa acadêmica em contabilidade gerencial no Brasil: análise e reflexões sobre teorias, metodologias e paradigmas. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 6, Art. 7, Nov./Dez., pp. 1113-1133.
- Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 26 (74), pp. 51-64.
- Nicholls, A. (2009). 'We do good things, don't we?': 'Blended Value Accounting' in social entrepreneurship. *Accounting, Organization and Society*, n. 34, pp. 755-769.
- Oliveira, M. B. (1998). A epistemologia engajada de Hugh Lacey. *Manuscrito*, v. 21, n. 2, pp. 113-135.
- Oliveira, M. B. (2000). A epistemologia engajada de Hugh Lacey II. *Manuscrito*, v. 23, n. 1, pp. 185-203.
- Oliveira, M. B. (2008). Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 97-116.
- Owen, D. (2008). Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 21, n. 2, pp. 240-267.

- Pádua, J. A. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 24 (68).
- Parker, L. D. (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol. 18, n. 6, pp. 842-860.
- Parker, L. D. (2011). Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, n. 35, pp. 1-10.
- Pasqual, D. L. (2007). *Avaliação do passivo ambiental em companhia de abastecimento de água potável: um estudo de caso a partir da utilização de balanço de massa*. Dissertação de mestrado, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC).
- Power, M. (1992). After calculation? Reflections on critique of economic reason by André Gorz. *Accounting, Organizations and Society*, vol. 17, n. 5, pp. 477-499.
- Preda, A. (2009). Brief encounters: Calculation and the interaction order of anonymous electronic markets. *Accounting, Organizations and Society*, n. 34, p. 675-693.
- Ribeiro, J. F., Filho, Lopes, J. E. de G., Souza, I. G. de A., & Pederneiras, M. M. M. (2007). Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil do Programa do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 1, jan./ mar., pp. 27-49.
- Ribeiro, M. G. C. (2011). *Análise da sustentabilidade no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Ribeiro, M. S. (1992). *Contabilidade e meio ambiente*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ribeiro, M. S. (1998). *Custeio das atividades de natureza ambiental*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ribeiro, M. S. (2005). *O tratamento contábil dos créditos de carbono*. Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (SP).

- Ribeiro, M. S., Martins, E. (1993). A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *Caderno de Estudos*, FIPECAFI, São Paulo, n. 9, Outubro.
- Rocha, P. E. D. (2003). Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. *Revista Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. 6, n. 2, jul./dez., pp. 155-182.
- Romeiro, A. R. (2010). Economia ou economia política da sustentabilidade. In P. H. May (Org.), *Economia do meio ambiente: teoria e prática*, (2a ed.), (pp. 3-31). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rosa, F. S., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2009). Evidenciação ambiental: processo estruturado de revisão de literatura sobre avaliação de desempenho da evidenciação ambiental. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão – UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez., pp. 24-37.
- Rover, S. (2009). *Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC).
- Rover, S., Santos, A. dos, & Salotti, B. M. (2012). Análise das pesquisas empíricas de contabilidade ambiental publicadas em periódicos nacionais e internacionais no período de 1992 a 2009. *Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./abr., p. 143-160.
- Ryan, B., Scapens, R. W., & Theobald, M. (2002). *Research method & methodology in Finance & Accounting*. (2a ed.), United Kingdom: Cengage Learning.
- Sagan, C. (1996). *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santana, C. M. (2004). *Produção do conhecimento em Contabilidade Social no Brasil (1990 a 2003): abordagem bibliométrica*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, T. C. S. S. (2007). As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma Organização da Sociedade Civil: uma análise da prática social do grupo de Apoio à Prevenção à

Aids da Bahia. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, pp. 61-76, segundo semestre.

Schlischka, H. E., Reis, S. G., Ribeiro, M. S., & Rezende, A. J. (2009). Crédito ambiental: análise para concessão de crédito sob a ótica da responsabilidade socioambiental. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 6, n. 1, pp. 37-48, jan./abr.

Segantini, G. T. (2012). Análise da relação entre condutas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial e o seu desempenho econômico. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

Shellenberger, M. & Nordhaus, T. (2004). *The Death of Environmentalism: Global Warming Politics in a Post-Environmental World.*, Recuperado em 19 de agosto de 2013, de <http://www.thebreakthrough.org/images/Death_of_Environmentalism.pdf>.

Silva, A. F., Ferreira, A. C. S. (2010). Um estudo teórico sobre a contabilização dos impactos ambientais no setor sucroalcooleiro. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA/USP*, Ribeirão Preto (SP), v. 4, n. 8, pp. 139-159, jan./abr.

Silva, A. H. C. (2003). *Evidenciação social corporativa: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S.A. e Souza Cruz S.A.* Dissertação de mestrado, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

Silva, B., Neto & Basso, D., (2010). A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XIII, n. 2, jul./dez., pp. 315-329.

Silva, J.A.A., Nobre, A. D., Manzatto, C. V., Joly, C. A., Rodrigues, R. R., Skorupa, L. A. et al. (2011). *O Código Florestal e a ciência: contribuições para o diálogo*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciência (ABC).

Silva, M. Z, Dani, A. C., Beuren, I. M. & Kloeppel, N. R. (2011). Características bibliométricas e sociométricas de publicações da área ambiental em congressos e periódicos nacionais. Trabalho apresentado no 13º Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA). São Paulo, USP. Recuperado em 02 de dezembro de 2013, de <www.engema.org.br/upload/pdf/2011/457-370.pdf>.

- Silva, P. Y. C. da & Pires, J. S. D. B. (2013). Análise da produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental. *Revista Ambiente Contábil*. UFRN, Natal-RN, v. 5. n. 1, jan./jun., pp. 200-223.
- Siqueira, J. R. M. (2011). A questão social e ambiental na Revista Brasileira de Contabilidade: uma análise dos artigos publicados no final do século XX. *Revista de Contabilidade da UFBA*. Salvador-BA, v. 5, n. 2, mai./ago., pp. 44-62.
- Solomons, D. (1991a). Accounting and social change: a neutralist view. *Accounting, Organizations and Society*, n. 3, pp. 287–295.
- Solomons, D. (1991b). A rejoinder. *Accounting, Organizations and Society*, n. 3, pp. 311–312.
- Souza, M. A., Rásia, K. A., & Jacques, F. V. S. (2010). Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. *RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria da UFPR*, Curitiba-PR, v. 2, n. 1, jan./abr., pp. 51-139.
- Spence, C., Husillos, J. & Ruiz, C. C. (2010). Cargo cult science and the death of politics: A critical review of social and environmental accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 21, pp. 76–89.
- Spence, C. (2009). Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 20, pp. 205-227.
- Suassuna, C. C. A. (2007). Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia – PE. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, pp. 48-61, primeiro semestre.
- Teixeira, A., Gomes, L. L., Aquino, A. C. B., & Pagliarussi, M. S. (2006). Evidenciando o consumo de recursos naturais pelas companhias por meio de indicadores de eco-eficiência. *BBR – Brazilian Business Review*, Vitória (ES), Brasil, v. 3, n. 2, pp. 157-170, jul./dez.
- Teixeira, E. A., Nossa, V., & Funchal, B. (2011). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo, v. 22, n. 55, pp. 29-44, jan./abr.

- Theóphilo, C. R. & Iudicibus, S. de. (2005). Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. *UnB Contábil*, Brasília, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 147-175.
- Theóphilo, C. R. (2004). *Pesquisa em contabilidade no Brasil: uma análise crítico-epistemológica*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Theóphilo, C. R. (2000). *Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Thompson, G. (1994). Early double-entry bookkeeping and the rhetoric of accounting calculation. In A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), *Accounting as social and institutional practice* (pp. 40-66). Cambridge Studies in Management, Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
- Tinker, T., Lehman, C., & Neimark, M. (1991). Falling down the hole in the middle of the road: political quietism in Corporate Social Reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 4, n. 2, pp. 28-54.
- Tinker, T. (1991). The Accountant as partisan. *Accounting, Organizations and Society*, n. 3, pp. 297-310.
- Toms, J. S. (2010). Calculating profit: A historical perspective on the Development of capitalism. *Accounting, Organizations and Society*, n. 35, pp. 205-221.
- Tonett, L., Souza, V. R. & Ribiero, M. S. (2010). Benefícios dos projetos desenvolvidos sob as premissas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Suinocultura. *Custos e @gronegocio on line* - v. 6, n. 2, pp. 2-22, mai./ago.
- Veiga, J. E. (2007). *A emergência socioambiental*. São Paulo: SENAC.
- Veiga, J. E. (Org.). (2009). *Economia socioambiental*. São Paulo: SENAC São Paulo.
- Veiga, J. E. (2010). *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: SENAC São Paulo.

- Vollmer, H. (2007). How to do more with numbers: elementary stakes, framing, keying, and the three-dimensional character of numerical signs. *Accounting, Organization and Society*, n. 32, pp. 577-600.
- Voss, B. L., Pfitscher, E. D., Rosa, F. S., & Ribeiro, M. S. (2013). Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras. *Revista Contabilidade & Finanças* (USP), São Paulo, v. 24, n. 62, mai./ago., pp. 125-141.
- Walker, S. P. (2008). Accounting, paper shadows and the stigmatized poor. *Accounting, Organization and Society*, n. 33, pp. 453-487.
- Weber, F. (2002). Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *MANA: Estudos de Antropologia Social*, n. 8 (2), pp. 151-182.
- Williamson, O. E. (1993). Calculativeness, Trust, and Economic Organization. *Journal of Law and Economics*, vol. 36, n. 1, Part 2, (Apr.), pp. 453-486.
- Wink, P. K. da S., Lopes, J. E. de G., Theóphilo, C. R., Pederneiras, M. M. M., & Costa, R. dos S. (2013). *Approach* epistemológico: uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP. *Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN*, v. 5. n. 1, jan./jun., pp. 263-280.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Teses defendidas em CA no Brasil (1998-2012).

APÊNDICE B – Dissertações defendidas em CA no Brasil (1998-2012), por programa.

APÊNDICE C – Dissertações defendidas em CA no Brasil (1998-2012), por ano de defesa.

APÊNDICE D – Artigos sobre CA publicados em periódicos no Brasil (1998-2013), por periódico.

APÊNDICE E – Artigos sobre CA publicados em periódicos no Brasil (1998-2013), por ano de publicação.

APÊNDICE A – Teses defendidas em CA no Brasil (1998-2012)

SEQ	ANO	PROGRAMA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(A)
1	1998	USP	Custeio das atividades de natureza ambiental	Maísa de Souza Ribeiro
2	1998	USP	Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente – um enfoque de sistema de informações	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira
3	2002	USP	Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional	Valcemiro Nossa
4	2005	USP/RP*	O tratamento contábil dos créditos de carbono	Maísa de Souza Ribeiro
5	2009	USP	Investimentos socioambientais na Demonstração do Valor Adicionado: formação ou distribuição do Valor Adicionado?	Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi
6	2010	USP	As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas: a percepção dos usuários	Márcia Reis Machado
7	2011	USP	A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil	Yara Consuelo Cintra

* Tese de Livre Docência

APÊNDICE B – Dissertações defendidas em CA no Brasil (1998-2012), por programa.

SEQ	PROGRAMA	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(A)
1	FUCAPE (Profis.)	2008	A Relação entre a responsabilidade social corporativa com a performance financeira: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006	Jesuína Figueira Cezar
2	FUCAPE (Profis.)	2009	Sinalizando responsabilidade social: relação entre o índice de sustentabilidade empresarial e a estrutura de capital das empresas	Evimael Alves Teixeira
3	FUCAPE (Profis.)	2010	ICMS Ecológico sob o enfoque da tributação verde como meio da sustentabilidade econômica e ecológica: experiência do Paraná.	Aldimar Rossi
4	FUCAPE (Profis.)	2011	A Relação entre o disclosure ambiental e retorno anormal: uma análise das empresas brasileiras listadas na Bovespa.	Sheila Mendes Fernandes
5	FUCAPE (Profis.)	2012	Escolhas linguísticas em relatórios anuais de sustentabilidade da Petrobras no período de 2008 a 2010 sob a ótica da gramática funcional de Halliday e Matthiessen.	Ranylson de Sá Barreto Neto
6	FUCAPE (Profis.)	2012	Efeitos do disclosure involuntário negativo decorrente de acidentes ambientais na volatilidade das ações.	Marcilio Geraldo Mendes
7	UFMG	2012	Gestão Contábil Ambiental: Um Estudo Sob a Ótica da Ecoeficiência.	Ana Carolina Vasconcelos Colares
8	UFPE	2012	Valoração econômica de dano ambiental: visão econômica contábil para o caso do Estaleiro Atlântico Sul	Silvana Karina de Melo Travassos
9	UFRJ	2002	Metodologia da UNCTAD para padronização de indicadores de eco-eficiência e integração dos desempenhos ambiental e financeiro: um estudo de caso	Silvana Maria Figueiredo Santos
10	UFRJ	2003	Evidenciação social e corporativa: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S. A. e Souza Cruz S. A.	Adolfo Henrique Coutinho e Silva
11	UFRJ	2006	Análise das informações sociais ampliadas: um estudo de caso do setor elétrico brasileiro	Marcos Machado de Almeida
12	UFRJ	2006	Análise da utilização dos indicadores do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) nos relatórios sociais em empresas brasileiras	Lidiane Nazaré da Silva Dias
13	UFRJ	2007	Análise da utilização dos indicadores essenciais da <i>Global Reporting Initiative</i> nos relatórios sociais em empresas latino-americanas.	Fernanda de Medeiros Carvalho
14	UFRJ	2008	Protocolo de Kyoto: uma abordagem sobre a contabilização dos certificados provenientes do sequestro de carbono	Natiara Penalva Muniz
15	UFRJ	2008	Análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva aos indicadores essenciais nos relatórios sociais, segundo a GRI, de empresas brasileiras: um estudo no período 2003-2005.	Marcia Castro Silva
16	UFRJ	2008	Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão "G3", da <i>Global Reporting Initiative</i> , nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americanas	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro
17	UFRJ	2009	Requisitos instrumentais para evidenciação de impactos ambientais causado por usina termelétrica: o caso da Usina de Santa Cruz	Alessandra de Barros Correia
18	UFRJ	2009	<i>Global Reporting Initiative</i> : uma análise da percepção da relevância dos indicadores essenciais ambientais por organizações não governamentais (ONGS) atuantes na área de meio ambiente	Fernanda Vieira Pinto Madureira Esteves

SEQ	PROGRAMA	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(A)
19	UFRJ	2009	Reavaliação por unidades de informação dos indicadores essenciais da <i>Global Reporting Initiative</i> em relatórios de sustentabilidade	Fernanda da Silva Fernandes
20	UFRJ	2009	O caminho da transparência: um estudo exploratório sobre os indicadores de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil	Glena Luiza Cova Baptista Braga
21	UFRJ	2010	Métodos de valoração econômica dos impactos ambientais: a percepção dos contadores de empresas de energia elétrica	Alessandra de Lima Marques
22	UFRJ	2011	Análise da sustentabilidade no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil	Maite Garcia Cruz Ribeiro
23	UFRJ	2012	<i>Shadow Report</i> : a informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico	Fabício do Nascimento Moreira
24	UERJ	2004	Contabilidade Ambiental: Pesquisa Exploratória no Setor de Mineração	Laura Calixto
25	UERJ	2010	Achegas na Teoria da Contabilidade Ambiental: uma proposta inovadora	Angela Siebra Bouças
26	UNISINOS	2004	Evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas.	Ricardo de Oliveira Kosztrzepa
27	UNISINOS	2006	Estudos sobre a influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico das empresas	Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli
28	UNISINOS	2007	Um estudo exploratório sobre o nível de aderência em empresas, com atuação no Brasil, às normas e recomendações de organismos nacionais e internacionais relativas à divulgação de informações de natureza ambiental.	Ângela Rozane de Souza Lindstaedt
29	UNISINOS	2009	Análise da relação entre investimentos ambientais e desempenho econômico	Giovana Shaianne da Silva Flores
30	UNISINOS	2009	Risco ambiental e gestão dos custos ambientais um estudo de sua relação em empresas atuantes no Brasil	Eloy Antonio Fenker
31	UNISINOS	2010	Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente uma análise dos fatores diferenciadores	Fernando Quaresma Coelho
32	UNISINOS	2012	Determinação da eficiência ambiental relativa no setor de aviação comercial: uma abordagem DEA	Ana Cristine Heinen
33	UNISINOS	2012	Disclosure social um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas	Leticia Goulart dos Santos Tessmann
34	UNISINOS	2012	Performance sócio-ambiental e os resultados econômicos das empresas: uma análise empírica desta relação	Fabiano Franco Chitolina
35	FURB	2006	Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira	Marli Terezinha Vieira
36	FURB	2007	Avaliação do passivo ambiental em companhia de abastecimento de água potável: um estudo de caso a partir da utilização de balanço de massa	Dino Luiz Pasqual
37	FURB	2008	Contabilidade ambiental do lixo urbano: um estudo no Município de Passo Fundo/RS/	Carlos Alexandre Gehm da Costa
38	FURB	2009	A responsabilidade socio-ambiental: legitimação por meio do relatório da administração das empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA	Aline Fernandes de Oliveira Czesnat
39	UPM	2012	Responsabilidade social, ambiental e desempenho financeiro nas empresas brasileiras de capital aberto.	Marcos Paulo Conde Ivo
40	UNIFECAP	2002	Contribuição ao Estudo da Contabilidade Ambiental: proposta de um modelo de controle gerencial	Valério Vitor Bonelli
41	UNIFECAP	2005	Contabilidade ambiental: evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do	Robson de Oliveira

SEQ	PROGRAMA	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(A)
			setor químico e petroquímico	
42	UNIFECAP	2006	Tratamento contábil dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL no Brasil: um estudo exploratório	Nelson Satio Bito
43	UNIFECAP	2006	Balanço social: demonstração contábil ou marketing corporativo? Um estudo exploratório sobre a percepção das empresas do Estado de São Paulo	Wilson Rodrigues do Amaral
44	UNIFECAP	2009	Investigação sobre as práticas e tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa	Carlos Vicente Berner
45	UNIFECAP	2009	Gestão ambiental: evidênciação contábil do desempenho social e ambiental do DAEP- Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis com a CORPE - Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Penápolis	José Luiz Pereira Braz
46	PUC/SP	2000	Contabilidade & meio ambiente: considerações teóricas e proposta de aplicação ao controle dos gastos ambientais	Benedito Albuquerque da Silva
47	PUC/SP	2005	A contabilidade como instrumento de gestão dos custos da qualidade ambiental: estudo de caso da empresa Sipcarn Agro S.A.	Cássio Silveira da Silva
48	PUC/SP	2006	Evidênciação contábil das informações ambientais: uma análise das empresas do setor de papel e celulose da BOVESPA	Rodrigo Simão da Costa
49	PUC/SP	2009	Um estudo da controladoria aplicada ao desenvolvimento sustentável	José Luís Lopes
50	PUC/SP	2011	Contabilidade ambiental: um estudo do disclosure de informações ambientais, das empresas dos setores de alto impacto ambiental, integrantes do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial	Alexandre Franco de Godoi
51	PUC/SP	2012	Balanço social e a demonstração do valor adicionado: “compromisso, sustentabilidade e transparência”	Natanael Cabral
52	UFBA	2011	Percepções dos discentes do curso de Ciências Contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador - Bahia	Márcio Santos Sampaio
53	UFPR	2009	Relação entre divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice BOVESPA	Michael Dias Corrêa
54	UFPR	2010	Informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras: enfoque na contabilidade da gestão ambiental	Fabiane Zoraia Tribess
55	UFSC	2008	A relevância da informação contábil ambiental para a tomada de decisão de investimento: um experimento junto a estudantes de pós-graduação como sub-rogados de analistas de mercado.	Jorge Luiz Alves
56	UFSC	2009	Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil.	Suliani Rover
57	UFSC	2009	Evidênciação ambiental: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidênciação ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural.	Alex Mussoi Ribeiro
58	UFSC	2010	Um Aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar.	João Paulo de Oliveira Nunes
59	UFSC	2010	Passivos ambientais com base nos relatórios de impacto ambiental: um estudo das atividades de energia hidrelétrica de Santa Catarina.	Christiano Coelho

SEQ	PROGRAMA	ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(A)
60	UFSC	2011	Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental - Geração 2: proposição da terceira geração do método.	Vivian Osmari Uhlmann
61	UFSC	2012	Instrumentos econômicos de gestão ambiental: uma análise da aplicação do ICMS ecológico em Minas Gerais.	Vanessa Marcela Nascimento
62	UFSC	2012	<i>Environmental disclosure</i> : estudo sobre a evidenciação ambiental dos resíduos sólidos presentes nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras potencialmente poluidoras para o ano de 2010.	Barbara de Lima Voss
63	UNB	2007	Sustentabilidade empresarial: aplicação do modelo UNEP/UNESCO (1987) para avaliação do equilíbrio socioeconômico e ambiental das empresas	Pedro Henrique Duarte Oliveira
64	UNB	2010	Indicadores de desempenho ambiental em municípios nordestinos no período de 2005 a 2008	Thiago Alexandre das Neves Almeida
65	UNB	2011	Gastos com meio ambiente no Brasil: comparação entre o valor do dano e a destinação de recursos públicos para sua recuperação entre os anos de 2000 a 2009	Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior
66	UNB	2012	Sustentabilidade empresarial: um estudo exploratório nas empresas hoteleiras da região metropolitana de Natal/RN	Josélia Maria Rodrigues de Andrade
67	UNB	2012	Análise da relação entre condutas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial e o seu desempenho econômico	Giovanna Tonetto Segantini
68	UFAM	2011	Balanço Social Como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto	Francisco Maués Gonzaga
69	USP	2001	Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel	Paulo Roberto de Paiva
70	USP	2002	A Auditoria Ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas	Miguel Lopes de Oliveira Filho
71	USP	2003	Aplicação da Contabilidade Ambiental na indústria madeireira	Valdiva Rossato de Souza
72	USP/RP	2007	A ciência contábil e a eco-eficiência dos negócios	Cassio Luiz Vellani
73	USP/RP	2008	A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas	Kelly Teixeira Rodrigues Farias
74	USP/RP	2010	Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental.	José Leandro Ciofi
75	USP/RP	2012	Análise do Índice Brasileiro de Sustentabilidade Empresarial em uma perspectiva de retorno e risco: estudo de eventos da divulgação das carteiras teóricas no período de 2005 a 2010.	Bruno Figlioli
76	USP/RP	2012	Análise da potencialidade do mercado de projetos de crédito de carbono no Brasil.	José Affonso dos Reis Júnior

APÊNDICE C – Dissertações defendidas em CA no Brasil (1998-2012), por ano de defesa.

SEQ	ANO	PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)
1	2000	PUC/SP	Contabilidade & meio ambiente: considerações teóricas e proposta de aplicação ao controle dos gastos ambientais	Benedito Albuquerque da Silva
2	2001	USP	Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel	Paulo Roberto de Paiva
3	2002	UFRJ	Metodologia da UNCTAD para padronização de indicadores de eco-eficiência e integração dos desempenhos ambiental e financeiro: um estudo de caso	Silvana Maria Figueiredo Santos
4	2002	UNIFECAP	Contribuição ao Estudo da Contabilidade Ambiental: proposta de um modelo de controle gerencial	Valério Vitor Bonelli
5	2002	USP	A Auditoria Ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas	Miguel Lopes de Oliveira Filho
6	2003	UFRJ	Evidenciação social e corporativa: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S. A. e Souza Cruz S. A.	Adolfo Henrique Coutinho e Silva
7	2003	USP	Aplicação da Contabilidade Ambiental na indústria madeireira	Valdiva Rossato de Souza
8	2004	UERJ	Contabilidade Ambiental: Pesquisa Exploratória no Setor de Mineração	Laura Calixto
9	2004	UNISINOS	Evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas.	Ricardo de Oliveira Kosztrzepa
10	2005	UNIFECAP	Contabilidade ambiental: evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico	Robson de Oliveira
11	2005	PUC/SP	A contabilidade como instrumento de gestão dos custos da qualidade ambiental: estudo de caso da empresa Sipcam Agro S.A.	Cássio Silveira da Silva
12	2006	UFRJ	Análise das informações sociais ampliadas: um estudo de caso do setor elétrico brasileiro	Marcos Machado de Almeida
13	2006	UFRJ	Análise da utilização dos indicadores do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) nos relatórios sociais em empresas brasileiras	Lidiane Nazaré da Silva Dias
14	2006	UNISINOS	Estudos sobre a influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico das empresas	Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli
15	2006	FURB	Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira	Marli Terezinha Vieira
16	2006	UNIFECAP	Tratamento contábil dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL no Brasil: um estudo exploratório	Nelson Satio Bito
17	2006	UNIFECAP	Balanco social: demonstração contábil ou marketing corporativo? um estudo exploratório sobre a percepção das empresas do Estado de São Paulo	Wilson Rodrigues do Amaral
18	2006	PUC/SP	Evidenciação contábil das informações ambientais: uma análise das empresas do setor de papel e celulose da BOVESPA	Rodrigo Simão da Costa
19	2007	UFRJ	Análise da utilização dos indicadores essenciais da <i>Global Reporting Initiative</i> nos relatórios sociais em empresas latino-americanas.	Fernanda de Medeiros Carvalho

SEQ	ANO	PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)
20	2007	UNISINOS	Um estudo exploratório sobre o nível de aderência em empresas, com atuação no Brasil, às normas e recomendações de organismos nacionais e internacionais relativas à divulgação de informações de natureza ambiental	Ângela Rozane de Souza Lindstaedt
21	2007	FURB	Avaliação do passivo ambiental em companhia de abastecimento de água potável: um estudo de caso a partir da utilização de balanço de massa	Dino Luiz Pasqual
22	2007	UNB	Sustentabilidade empresarial: aplicação do modelo UNEP/UNESCO (1987) para avaliação do equilíbrio socioeconômico e ambiental das empresas	Pedro Henrique Duarte Oliveira
23	2007	USP/RP	A ciência contábil e a eco-eficiência dos negócios	Cassio Luiz Vellani
24	2008	FUCAPE (Profis.)	A Relação entre a responsabilidade social corporativa com a performance financeira: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006	Jesuína Figueira Cezar
25	2008	UFRJ	Protocolo de Kyoto: uma abordagem sobre a contabilização dos certificados provenientes do sequestro de carbono	Natiara Penalva Muniz
26	2008	UFRJ	Análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva aos indicadores essenciais nos relatórios sociais, segundo a GRI, de empresas brasileiras: um estudo no período 2003-2005.	Marcia Castro Silva
27	2008	UFRJ	Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão "G3", da <i>Global Reporting Initiative</i> , nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americanas	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro
28	2008	FURB	Contabilidade ambiental do lixo urbano: um estudo no Município de Passo Fundo/RS/	Carlos Alexandre Gehm da Costa
29	2008	UFSC	A relevância da informação contábil ambiental para a tomada de decisão de investimento: um experimento junto a estudantes de pós-graduação como sub-rogados de analistas de mercado.	Jorge Luiz Alves
30	2008	USP/RP	A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas	Kelly Teixeira Rodrigues Farias
31	2009	FUCAPE (Profis.)	Sinalizando responsabilidade social: relação entre o índice de sustentabilidade empresarial e a estrutura de capital das empresas	Evimael Alves Teixeira
32	2009	UFRJ	Requisitos instrumentais para evidenciação de impactos ambientais causado por usina termelétrica: o caso da Usina de Santa Cruz	Alessandra de Barros Correia
33	2009	UFRJ	<i>Global Reporting Initiative</i> : uma análise da percepção da relevância dos indicadores essenciais ambientais por organizações não governamentais (ONGS) atuantes na área de meio ambiente	Fernanda Vieira Pinto Madureira Esteves
34	2009	UFRJ	Reavaliação por unidades de informação dos indicadores essenciais da <i>Global Reporting Initiative</i> em relatórios de sustentabilidade	Fernanda da Silva Fernandes
35	2009	UFRJ	O caminho da transparência: um estudo exploratório sobre os indicadores de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil	Glena Luiza Cova Baptista Braga
36	2009	UNISINOS	Análise da relação entre investimentos ambientais e desempenho econômico	Giovana Shaianne da Silva Flores
37	2009	UNISINOS	Risco ambiental e gestão dos custos ambientais um estudo de sua relação em empresas atuantes no Brasil	Eloy Antonio Fenker

SEQ	ANO	PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)
38	2009	FURB	A responsabilidade socio-ambiental: legitimação por meio do relatório da administração das empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA	Aline Fernandes de Oliveira Czesnat
39	2009	UNIFECAP	Investigação sobre as práticas e tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa	Carlos Vicente Berner
40	2009	UNIFECAP	Gestão ambiental: evidência contábil do desempenho social e ambiental do DAEP-Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis com a CORPE - Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Penápolis	José Luiz Pereira Braz
41	2009	PUC/SP	Um estudo da controladoria aplicada ao desenvolvimento sustentável	José Luís Lopes
42	2009	UFPR	Relação entre divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice BOVESPA	Michael Dias Corrêa
43	2009	UFSC	Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil.	Suliani Rover
44	2009	UFSC	Evidência ambiental: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidência ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural.	Alex Mussoi Ribeiro
45	2010	FUCAPE (Profis.)	ICMS Ecológico sob o enfoque da tributação verde como meio da sustentabilidade econômica e ecológica: experiência do Paraná.	Aldimar Rossi
46	2010	UFRJ	Métodos de valoração econômica dos impactos ambientais: a percepção dos contadores de empresas de energia elétrica	Alessandra de Lima Marques
47	2010	UERJ	Achegas na Teoria da Contabilidade Ambiental: uma proposta inovadora	Angela Siebra Bouças
48	2010	UNISINOS	Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente uma análise dos fatores diferenciadores	Fernando Quaresma Coelho
49	2010	UFPR	Informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras: enfoque na contabilidade da gestão ambiental	Fabiane Zoraia Tribess
50	2010	UFSC	Um Aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar.	João Paulo de Oliveira Nunes
51	2010	UFSC	Passivos ambientais com base nos relatórios de impacto ambiental: um estudo das atividades de energia hidrelétrica de Santa Catarina.	Christiano Coelho
52	2010	UNB	Indicadores de desempenho ambiental em municípios nordestinos no período de 2005 a 2008	Thiago Alexandre das Neves Almeida
53	2010	USP/RP	Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental.	José Leandro Ciofi
54	2011	FUCAPE (Profis.)	A Relação entre o disclosure ambiental e retorno anormal: uma análise das empresas brasileiras listadas na Bovespa.	Sheila Mendes Fernandes
55	2011	UFRJ	Análise da sustentabilidade no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil	Maite Garcia Cruz Ribeiro
56	2011	PUC/SP	Contabilidade ambiental: um estudo do disclosure de informações ambientais, das empresas dos setores de alto impacto ambiental, integrantes do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial	Alexandre Franco de Godoi
57	2011	UFBA	Percepções dos discentes do curso de Ciências Contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador - Bahia	Márcio Santos Sampaio

SEQ	ANO	PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)
58	2011	UFSC	Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental - Geração 2: proposição da terceira geração do método.	Vivian Osmari Uhlmann
59	2011	UNB	Gastos com meio ambiente no Brasil: comparação entre o valor do dano e a destinação de recursos públicos para sua recuperação entre os anos de 2000 a 2009	Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior
60	2011	UFAM	Balanço Social Como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto	Francisco Maués Gonzaga
61	2012	FUCAPE (Profis.)	Escolhas linguísticas em relatórios anuais de sustentabilidade da Petrobras no período de 2008 a 2010 sob a ótica da gramática funcional de Halliday e Matthiessen.	Ranylson de Sá Barreto Neto
62	2012	FUCAPE (Profis.)	Efeitos do disclosure involuntário negativo decorrente de acidentes ambientais na volatilidade das ações.	Marcílio Geraldo Mendes
63	2012	UFMG	Gestão Contábil Ambiental: Um Estudo Sob a Ótica da Ecoeficiência.	Ana Carolina Vasconcelos Colares
64	2012	UFPE	Valoração econômica de dano ambiental: visão econômica contábil para o caso do Estaleiro Atlântico Sul	Silvana Karina de Melo Travassos
65	2012	UFRJ	<i>Shadow Report</i> : a informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico	Fabício do Nascimento Moreira
66	2012	UNISINOS	Determinação da eficiência ambiental relativa no setor de aviação comercial: uma abordagem DEA	Ana Cristine Heinen
67	2012	UNISINOS	Disclosure social um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas	Letícia Goulart dos Santos Tessmann
68	2012	UNISINOS	Performance sócio-ambiental e os resultados econômicos das empresas: uma análise empírica desta relação	Fabiano Franco Chitolina
69	2012	UPM	Responsabilidade social, ambiental e desempenho financeiro nas empresas brasileiras de capital aberto.	Marcos Paulo Conde Ivo
70	2012	PUC/SP	Balanço social e a demonstração do valor adicionado: “compromisso, sustentabilidade e transparência”	Natanael Cabral
71	2012	UFSC	Instrumentos econômicos de gestão ambiental: uma análise da aplicação do ICMS ecológico em Minas Gerais.	Vanessa Marcela Nascimento
72	2012	UFSC	<i>Environmental disclosure</i> : estudo sobre a evidenciação ambiental dos resíduos sólidos presentes nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras potencialmente poluidoras para o ano de 2010.	Barbara de Lima Voss
73	2012	UNB	Sustentabilidade empresarial: um estudo exploratório nas empresas hoteleiras da região metropolitana de Natal/RN	Josélia Maria Rodrigues de Andrade
74	2012	UNB	Análise da relação entre condutas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial e o seu desempenho econômico	Giovanna Tonetto Segantini
75	2012	USP/RP	Análise do Índice Brasileiro de Sustentabilidade Empresarial em uma perspectiva de retorno e risco: estudo de eventos da divulgação das carteiras teóricas no período de 2005 a 2010.	Bruno Figlioli
76	2012	USP/RP	Análise da potencialidade do mercado de projetos de crédito de carbono no Brasil.	José Affonso dos Reis Júnior

APÊNDICE D – Artigos sobre CA publicados em periódicos no Brasil (1998-2013), por periódico.

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
1	BBR-FUCAPE	2004	A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspectos Sócio-ambientais e Econômico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis	Flavia Zoboli Dalmacio; Francislene F. M. de Paulo
2	BBR-FUCAPE	2006	Evidenciando o Consumo de Recursos Naturais pelas Companhias por meio de Indicadores de Eco-eficiência	Aridelmo Teixeira, Leonardo Lima Gomes, André Carlos Busanelli de Aquino e Marcelo Sanches Pagliarussi
3	BBR-FUCAPE	2009	A Relação entre o Retorno Anormal e a Responsabilidade Social e Ambiental: Um Estudo Empírico na Bovespa no Período de 1999 a 2006	Valcemiro Nossa, Jesuína Figueira Cezar, Annor da Silva Junior, Ezio Carlos Baptista e Silvania Neris Nossa
4	BBR-FUCAPE	2012	Balanço contábil das nações: reflexões sobre os cenários de mudanças climáticas globais	José Roberto Kassai, Rafael Feltran-Barbieri, Luiz Nelson Carvalho, Alexandre Foschine, Yara Consuelo Cintra e Luis Eduardo Afonso
5	BBR-FUCAPE	2013	Teoria da identidade: estudo da existência de ações socioambientais semelhantes no setor elétrico brasileiro	Alita de Oliveira Arantes, Fátima de Souza Freire e ric Adrian Mattos Barreto Junior
6	C&F-USP/SP	1998	O custeio por atividades aplicado ao tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental	Maisa de Souza Ribeiro
7	C&F-USP/SP	2001	Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras	Adalto de Oliveira Santos; Fernando Benedito da Silva; Synval de Souza; Marcos Francisco Rodrigues de Sousa
8	C&F-USP/SP	2002	Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas	Diana Vaz de Lima; Waldyr Viegas
9	C&F-USP/SP	2004	Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira	Valdiva Rossato de Souza; Maisa de Souza Ribeiro
10	C&F-USP/SP	2004	Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina	Anacleto Laurino Pinto; Maisa de Souza Ribeiro
11	C&F-USP/SP	2007	A uniformidade na evidenciação das informações ambientais	Rodrigo Simão da Costa; José Carlos Marion
12	C&F-USP/SP	2007	Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis <i>versus</i> internet	Laura Calixto; Ricardo Rodrigues Barbosa; Marilene Barbosa Lima
13	C&F-USP/SP	2008	Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação	Marco Antonio Figueiredo Milani Filho
14	C&F-USP/SP	2009	Divulgação de informações sociais por empresas brasileiras segundo os indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU	Marcelle Colares Oliveira; Marcia Martins Mendes De Luca; Vera Maria Rodrigues Ponte; João Ésio Pontes Júnior

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
15	C&F-USP/SP	2011	O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco	Evimael Alves Teixeira; Valcemiro Nossa; Bruno Funchal.
16	C&F-USP/SP	2011	Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental	Alex Mussoi Ribeiro; Hans Michael Van Bellen; Luiz Nelson Guedes de Carvalho
17	C&F-USP/SP	2013	<i>Social disclosure</i> e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil.	Rodrigo de Souza Gonçalves; Otávio Ribeiro de Medeiros; Jorge Katsumi Niyama; Elionor Farah Jreige Weffort
18	C&F-USP/SP	2013	Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras	Barbara de Lima Voss; Elisete Dahmer Pfitscher; Fabricia Silva da Rosa; Maísa de Souza Ribeiro
19	ContV&R-UFGM	1998	Caracterização e Mensuração dos Custos Ambientais	Jaqueline Manes Guesser, Ilse Maria Beuren
20	ContV&R-UFGM	2001	Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações	Maria Elisabeth Pereira Kraemer
21	ContV&R-UFGM	2004	Avaliação de Mecanismos para Análise de Custos em Investimentos Ambientais	André Luiz Ricco, Maísa de Souza Ribeiro
22	ContV&R-UFGM	2006	Um Estudo Sobre os Gastos Ambientais Presentes na Contabilidade de Indústrias Químicas Brasileiras	Vera Sirlene Leonardo
23	ContV&R-UFGM	2007	Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um Estudo Comparativo entre as Normas Internacionais (ISAR/UNCTAD), Norte Americanas e Brasileiras	Ângela Rozane de Souza Lindstaed, Ernani Ott
24	ContV&R-UFGM	2008	Análise das Informações Ambientais Evidenciadas nas Demonstrações Financeiras das Empresas Petroquímicas Brasileiras listadas na Bovespa	José Eliano Carneiro, Márcia Martins Mendes De Luca, Marcelle Colares Oliveira
25	ContV&R-UFGM	2008	Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?	Laura Calixto
26	ContV&R-UFGM	2009	Momento de Reconhecimento da Receita Proveniente da Venda de Créditos de Carbono: o Caso de uma Operadora de Aterro Sanitário no Estado do Espírito Santo	Maria Mariete Aragão Melo Pereira, Valcemiro Nossa, Sylvania Neris Nossa
27	ContV&R-UFGM	2009	Disclosure Social e Ambiental: Análise das Pesquisas Científicas Veiculadas em Periódicos de Língua Inglesa	Artur Roberto do Nascimento, Ariovaldo dos Santos, Bruno Salotti, Fernando Dal-Ri Múrcia
28	ContV&R-UFGM	2010	Evidenciação Ambiental (EA): Contribuição da Metodologia Multicritério para Identificação dos Aspectos Financeiros para a Gestão Ambiental	Fabricia Silva da Rosa, Araceli Cristina de Sousa Ferreira, Sandra Rolim Ensslin, Leonardo Ensslin
29	ContV&R-UFGM	2010	Análise dos Controles Internos Relacionados às Atividades Ambientais das Cooperativas Catarinenses de Energia Elétrica por meio da Matriz de Importância-Desempenho de Slack	Fábio Darci Kowalski, Francisco Carlos Fernandes, Ana Cristina de Faria
30	ContV&R-UFGM	2012	A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica	Heloisa Maria Motta Morisue, Maísa de Souza Ribeiro, Isabela Alves de Moraes Penteado

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
31	BASE-UNISINOS	2007	Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias	Sady Mazzioni, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Antonio Benedito Silva Oliveira
32	BASE-UNISINOS	2009	Crédito Ambiental: análise para concessão de crédito sob a ótica da responsabilidade socioambiental	Hermann Erich Schlischka, Solange Garcia dos Reis, Maísa de Souza Ribeiro, Amaury José Rezende
33	BASE-UNISINOS	2010	Estratégias de responsabilidade socioambiental empresarial: Carrefour e Pão de açúcar em abordagem comparada	José Milton de Sousa Filho, Lilian Soares Outtes Wanderley, Nadir Raquel Cunha França
34	BASE-UNISINOS	2012	Análise das inter-relações entre sustentabilidade e competências: um estudo em uma indústria do setor eletroeletrônico	Luciano Munck, Rafael Borim de Souza
35	BASE-UNISINOS	2012	Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA	Aline Oliveira Czesnat, Denise Del Pra Netto
36	BASE-UNISINOS	2012	Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas socioambientalmente responsáveis no Brasil	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Luiz João Corrar, José Ricardo Maia de Siqueira
37	BASE-UNISINOS	2013	Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE	Ilse Maria Beuren, Vanderlei dos Santos, Clésia Ana Gubiani
38	BASE-UNISINOS	2013	Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem?	Marcio de Oliveira Mota, Adriana Carla Avelino Mazza, Francisco Correia de Oliveira
39	RCC-UFSC	2006	A evidenciação do passivo ambiental: qualificando o desconhecido	Suliani Rover, Jorge Luiz Alves, José Alonso Borba
40	RCC-UFSC	2007	Perspectivas para a Contabilidade Ambiental	André Andrade Longaray, Rosimere Alves de Bona Porton
41	RCC-UFSC	2007	Fatores determinantes para a não elaboração e publicação do balanço social: um estudo com as empresas cerâmicas da região da AMREC	Luciana Netto Fernandes, Kátia Aurora Dalla Libera Sorato, Rosimere Alves de Bona Porton
42	RCC-UFSC	2007	Informações evidenciadas no balanço social: as percepções dos gestores de forma comparada à literatura	Sady Mazzioni, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Antônio Benedito Silva Oliveira
43	RCC-UFSC	2009	Análise de sustentabilidade ambiental em uma indústria de bebidas: um enfoque no processo produtivo	Claudio Luiz de Freitas, Fernando Richartz, Elisete Dahmer Pfister
44	RCC-UFSC	2009	Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade	Carolina Veloso Maciel, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Jeronymo José Libonati, Raimundo Nonato Rodrigues
45	RCC-UFSC	2009	Sustentabilidade e contabilidade	Cassio Luiz Vellani, Maísa de Souza Ribeiro

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
46	RCC-UFSC	2010	Evidenciação dos custos ambientais nas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Júlio Orestes da Silva, Paulo Roberto da Cunha, Roberto Carlos Klann, Jorge Eduardo Scarpin
47	RCC-UFSC	2011	Os efeitos da divulgação de impactos ambientais: um estudo de eventos em companhias petrolíferas	Kenia Genaro de Freitas Nogueira, Marcello Angotti
48	RCC-UFSC	2011	Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes	Jeniffer Monteiro Rodrigues, Débora Gomes Machado, Ana Paula Capuano da Cruz
49	RCC-UFSC	2012	Consciência Ambiental: Uma Investigação junto aos Discentes de Ciências Contábeis da Federal de Campina Grande	Rosileide Faria Sarmiento, José Ribamar Marques de Carvalho, Gesinaldo Ataíde de Cândido, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho
50	RCC-UFSC	2012	Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto	Paulo Sérgio Almeida Almeida-Santos, Alzenir José de Vargas, Dalci Mendes Almeida, Carlos Eduardo Facin Lavarda
51	RCO-USP/RP	2008	Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o <i>disclosure</i> das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental	Suliani Rover, Fernando Dal-Ri Murcia, José Alonso Borba, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
52	RCO-USP/RP	2009	Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) no ano de 2007	Geraldo Alemandro Leite Filho, Lorene Alexandre Prates, Thiago Neiva Guimarães
53	RCO-USP/RP	2009	Análise do desempenho socioambiental no setor siderúrgico brasileiro	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Fabrício Carvalho Cipola
54	RCO-USP/RP	2010	Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras	Alex Mussoi Ribeiro, Hans Michael Van Bellen
55	RCO-USP/RP	2010	Um estudo teórico sobre a contabilização dos impactos ambientais no setor sucroalcooleiro	Angelino Fernandes Silva, Araceli Cristina de Sousa Ferreira
56	RCO-USP/RP	2013	<i>Environmental, social + sustainability accounting: quo vadis?</i>	Rob Gray
57	RCO-USP/RP	2013	Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para falta de comparabilidade e objetividade?	Alex M. Ribeiro, Carlos H. S. Carmo, Luiz Nelson G. de Carvalho
58	RCO-USP/RP	2013	Avaliação da influência dos <i>stakeholders</i> na proatividade ambiental de empresas brasileiras	Mônica Cavalcanti Sá Abreu, Francisco Cesar Castro, José Carlos Lazaro
59	RCO-USP/RP	2013	Evidenciação de informações ambientais: proposta de um indicador a partir da percepção de especialistas	Ramon K. B. Bachmann, Leandro M. Carneiro, Márcia M. S. B. Espejo
60	RCO-USP/RP	2013	A divulgação voluntária de informações sustentáveis: uma análise comparativa das empresas espanholas e brasileiras	Marta Cristina P. Grecco, Marco Antonio F. M. Filho, Liliane C. Segura, Isabel-Maria G. Sanchez, Luis R. Dominguez

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
61	RCO-USP/RP	2013	Os efeitos dos <i>disclosure</i> ambiental negativo involuntário: um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição	Sheila Mendes Fernandes
62	RCO-USP/RP	2013	Percepções de gestores sobre as contribuições do processo de certificação ISSO 14001 nas práticas de gestão ambiental	Vilma G. Slomski, Anisio C. Pereira, Sílvia B. de Melo, Elionor F. J. Weffor
63	RCO-USP/RP	2013	Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis	Carolina Pasquini Novelini, Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi
64	RCO-USP/RP	2013	Evidenciação do risco empresarial e ambiental diante das mudanças climáticas e do aquecimento global	Euridice Soares Mamede de Andrade, José Paulo Cosenza, Luiz Pinguelli Rosa
65	RUC-FURB	2005	Evidenciação de informações ambientais pelas empresas gaúchas	Fernando Ben
66	RUC-FURB	2005	A Contabilidade Ambiental como um novo paradigma	Sidalina Santos Gonçalves, Paula Alexandra Heliodoro
67	RUC-FURB	2005	Mensuração e divulgação dos impactos ambientais na indústria: o caso R & B Plásticos da Amazônia	Mariomar de Sales Lima, Adson Soares Garcia
68	RUC-FURB	2005	<i>Responsabilidad social y control interno</i>	Juan Luis Castromán Diz, Nélida Porto Serantes
69	RUC-FURB	2005	Contabilidade Ambiental: estudo de caso aplicado à indústria de portas e janelas de madeira	Teresa Cristina Pereira Eugénio
70	RUC-FURB	2006	O ensino da Contabilidade Ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório	Laura Calixto
71	RUC-FURB	2006	<i>Propuesta de indicadores de responsabilidad social preventiva</i>	Montserrat Núñez Chicharro, Inmaculada Alonso Carrillo
72	RUC-FURB	2007	<i>Planificación contable y derechos de emisión de gases de efecto invernadero</i>	Ana Isabel Mateos Ansótegui, Iñaki Bilbao Estrada
73	RUC-FURB	2007	Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental	Marli Terezinha Vieira, Ana Cristina de Faria
74	RUC-FURB	2008	Evolução da conduta ambiental de empresas siderúrgicas brasileiras sob a óptica dos relatórios de evidência ambiental	Monica Cavalcanti Sa de Abreu, Jossandra Sampaio Fernandes, Francisco de Assis Soares, José Carlos Lázaro da Silva Filho
75	RUC-FURB	2008	O Balanço Social como ferramenta de transparência para o setor público municipal	Márcia Rosane Frey, Juliana Luisa Marcuzzo, Carine de Oliveira
76	RUC-FURB	2008	<i>Auditoría interna medioambiental basada en la gestión del riesgo corporativo: un caso de estudio</i>	M. Georgina Tamborino Moraes, Javier González Benito
77	RUC-FURB	2008	<i>The corporate social responsibility and the valorisation of intangible assets</i>	Dana Valentina Greceanu
78	RUC-FURB	2009	Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Luiz João Corrar
79	RUC-FURB	2009	Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidência	Marivane Vestena Rossato, Larissa de Lima Trindade, Gilberto Brondani

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
80	RUC-FURB	2010	<i>Las prácticas de contabilidad medioambiental en las entidades públicas portuguesas</i>	Verónica Paula Lima Ribeiro, Cristina Aibar Guzmán
81	RUC-FURB	2010	Impacto da não-preservação ambiental no resultado de uma indústria têxtil da região metropolitana de Natal	Ricardo Biali Ribeiro, Aneide Oliveira Araujo, Adilson de Lima Tavares, Carolina Moura Crystalino
82	RUC-FURB	2010	O seguro ambiental como mecanismo de minimização do passivo ambiental das empresas	Aucilene Vasconcelos Hahn, Idália Antunes Cangussú Rezende, Valcemiro Nossa
83	RUC-FURB	2010	<i>Gestión de costos medioambientales y costos de salidas no-producto</i>	Ricardo Laporta Pomi
84	RUC-FURB	2010	Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade	Teresa Pereira Eugenio
85	RUC-FURB	2011	Relato da sustentabilidade social, ambiental e competitividade: enquadramento teórico	Jorge José Martins Rodrigues, Maria Manuela Rebelo Duarte
86	RUC-FURB	2011	Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Fernando Dal Ri Murcia
87	RUC-FURB	2012	A evidenciação social voluntária e o acidente nuclear de Fukushima: um estudo de caso da Eletronuclear	Marlon Cruz Ferreira, Adolfo Henrique Coutinho e Silva, Manoel Marcondes Machado Neto
88	RUC-FURB	2012	Evidenciação social das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise qualitativa das ações em programas sociais externos no períodos de 2005 a 2009	Rodrigo de Souza Gonçalves, Otavio Ribeiro de Medeiros, Andrea de Oliveira Gonçalves
89	RUC-FURB	2012	Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da <i>Global Reporting Initiative</i>	Elaine Petil Nogueira, Ana Cristina de Faria
90	RUC-FURB	2012	Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra.	Francisco Alegria Carreira, Cristina Moraes da Palma
91	RUC-FURB	2012	Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras	Márcio Santos Sampaio, Sonia Maria da Silva Gomes, Adriano Leal Bruni, José Maria Dias Filho
92	RUC-FURB	2012	Evidenciação ambiental: estudo comparativo das contribuições teórico-metodológicas de Brasil e Espanha	Fabricia Silva Rosa, Barbara Lima Voss, Sandra Rolim Ensslin, Vicente Ripoll Feliu
93	RUC-FURB	2013	Evidenciações de informações sociais em seis bancos brasileiros - uma análise à luz da Teoria Institucional	José Maria Dias Filho, Fábio Viana de Moura
94	C&@gro-UFRPE	2007	Análise dos custos ambientais da indústria de couro sob a ótica da eco-eficiência	Renata Paes de Barros Câmara e Eduardo Vila Gonçalves Filho
95	C&@gro-UFRPE	2008	Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?	Suliani Rover, José Alonso Borba e Altair Borgert

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
96	C&@gro-UFRPE	2009	Análise custo/benefício ambiental da produção de soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: o caso de Pedro Afonso - TO	Waldeci Rodrigues, Gislane Ferreira Barbosa e Alivínio Almeida
97	C&@gro-UFRPE	2010	Benefícios dos projetos desenvolvidos sob as premissas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na suinocultura	Laura Tonett, Valdiva Rossato de Souza e Maisa de Souza Ribeiro
98	C&@gro-UFRPE	2010	Custo/benefício da cultura de soja: análise comparativa do uso de agrotóxicos orgânicos e convencionais em Rondonópolis/MT	José Ribeiro Viana Filho, Tânia Maria Stoffel, Maria Bernadete Verdi Flores e Bruno Pereira dos Santos
99	C&@gro-UFRPE	2010	Viabilidade econômico-financeira de implantação de biodigestor: uma alternativa para reduzir os impactos ambientais causados pela suinocultura	Antonio Zanin, Fabiano Marcos Bagatini e Camila Batista Pessato
100	C&@gro-UFRPE	2011	Custos ambientais da produção da soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: o caso de Pedro Afonso - TO	Waldecy Rodrigues e Gislane Ferreira Barbosa
101	C&@gro-UFRPE	2011	Integrando o custo ambiental (ch4) e os créditos de carbono (cer's) em análise de investimento agrícola: um estudo no cerrado brasileiro	Cleci Grzebieluckas, Lucila Maria de Souza Campos, Antonio Cezar Bornia e Paulo Maurício Selig
102	C&@gro-UFRPE	2012	Estratégias de gestão ambiental: estudo de caso de Cooperativa Triticola	Juliana Eliza Benetti, Marlene Fiorentin e Jorge Ribeiro de Toledo Filho
103	C&@gro-UFRPE	2012	Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto social de empresas listadas na ISE	Nayane Thais Krespi, Maria Jaqueline Santore Utzig, Lara Fabiana Dallabona e Jorge Eduardo Scarpin
104	C&@gro-UFRPE	2012	Internalização de custos ambientais na gestão financeira das organizações: uma proposição a ser aplicada no agronegócio	Nilton dos Santos Portugal, Pedro dos Santos Portugal Júnior e Ricardo Pereira Reis
105	C&@gro-UFRPE	2012	Custos ambientais: análise de sua importância na busca da ecoeficiência em uma indústria de queijo	Martin Airtton Wissmann, André fernando Hein, Joziane Follmann e Nair Inês Piotrowski Rachow
106	C&@gro-UFRPE	2012	Custo ambiental na cultura do algodão: um estudo de caso na região sul de Mato Grosso	Josemar Ribeiro de Oliveira, Ilirio José Rech, João Bosco Arbués Carneiro Junior e Sofia Ines Niveiros
107	C&@gro-UFRPE	2012	Evidenciação dos impactos ambientais dentro da cadeia do agronegócio: estudo sobre transporte de resíduos sólidos urbanos em uma cidade catarinense	Barbara de Lima Voss, Elisete Dahmer Pfitscher, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente e Luiz Felipe Ferreira
108	C&@gro-UFRPE	2012	O sistema orgânico e a cafeicultura familiar do Caparaó-ES: alternativa para a sustentabilidade socioeconômica?	Halloysio Miguel de Siqueira e Paulo Marcelo de Souza

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
109	C&@gro-UFRPE	2013	Classificando os custos da sustentabilidade: uma proposta de classificação para uma empresa do ramo de pesquisa agropecuária e extensão rural	Alessandra Rodrigues Machado de Araujo, Fabricia Silva da Rosa e Elisete Dahmer Pfitcher
110	C&@gro-UFRPE	2013	Levantamento exploratório de referencial teórico sobre o tema custos ambientais	Lucila Maria de Souza Campos, Andréa Cristina Trierweiller, Danielly Nunes de Carvalho, Thiago Henrique Silva dos Santos, Antonio Cezar Bornia e Blênio Cezar Severo Peixe
111	RCGG-UNB	2002	Análise da relação entre desempenho e responsabilidade social das empresas	Leonardo de Almeida Vilhena
112	RCGG-UNB	2007	Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005	Laura Calixto
113	RCGG-UNB	2008	‘Disclosure Verde’ nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária	Fernando Da-Ri Murcia, Suliani Rover, Iran Lima, Luis Paulo Fávero, Gerlando Lima
114	RCGG-UNB	2008	A Responsabilidade Social Corporativa nos Informes Empresariais do Setor de Telecomunicações: uma análise exploratória e documental	Simone Luiza Fiório, Silvania Neris Nossa, Rosilda Aparecida da Costa, Antonio Nunes Pereira, Valcemiro Nossa
115	RCGG-UNB	2009	A Relevância da Informação Contábil Ambiental para a Tomada de Decisão de Investimento: Um Estudo Experimental	Jorge Luiz Alves, José Alonso Borba
116	RCGG-UNB	2009	Disclosure ambiental dos produtores de etanol com ações listadas na Bovespa e Nyse - Environmental disclosure by ethanol producers listed on the Bovespa and Nyse stock exchanges	Cassio Luiz Vellani
117	RCGG-UNB	2010	A Relação entre Setor Econômico e Investimentos Sociais e Ambientais	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Ariovaldo Dos Santos
118	RCGG-UNB	2011	Gestão e Contabilidade Ambiental: Estudo de Caso em Instituição Hospitalar	Vinícius Pamplona, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Bernadete Limongi
119	RCGG-UNB	2013	Evidenciação Ambiental Voluntária e as Práticas de Governança Corporativa de Empresas Listadas na Bm&Fbovespa	Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, Geovanne Dias De Moura, Luciane Dagostini, Nelson Hein
120	CONTEXTUS-UFC	2006	Solução Alternativa na Gestão de Resíduos Sólidos em Indústria Metalúrgica	Sidarta Ruthes, Paulo Sérgio Ceretta, Michael Ruthes
121	CONTEXTUS-UFC	2006	Modelo para Análise do Balanço Social: o caso azaléia	Jayme Marcos Aben Athar Neto

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
122	CONTEXTUS-UFC	2007	Responsabilidade Social Corporativa: estudo comparativo das normas socioambientais	Leonel Gois Lima Oliveira, Marcelle Colares Oliveira, Francisco Roberto Pinto, Dorelland Ponte Lima
123	CONTEXTUS-UFC	2008	A Influência da Responsabilidade Social Corporativa no Comportamento do Estudante de Ciências Contábeis	Edvalda Araújo Leal, Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros, Jacqueline Florindo Borges
124	CONTEXTUS-UFC	2009	Evidenciação Ambiental: análise comparativa multissetorial entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra	Alex Mussoi Ribeiro, Leticia Fátima Nascimento, Hans Michael van Bellen
125	CONTEXTUS-UFC	2009	Características do Disclosure Ambiental de Empresas Brasileiras Potencialmente Poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007	Suliani Rover, José Alonso Borba, Fernando Dal-Ri Murcia
126	CONTEXTUS-UFC	2011	Evidenciação voluntária do capital intelectual de natureza social e ambiental da empresa Natura Cosméticos S. A. no período de 2003 a 2008	Bruna Matos, Donizete Reina, Sandra Rolim Ensslin, Diane Rossi Maximiano Reina
127	REPeC-CFC	2007	Teorias justificativas da Contabilidade Social: a percepção dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis no Distrito Federal	Abraão Perpétuo Guimarães, Claudio Moreira Santana
128	REPeC-CFC	2007	Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado	Silvania Neris Nossa, Aridelmo José Campanharo Teixeira, Simone Luiza Fiorio
129	REPeC-CFC	2008	Reflexos contábeis e socioambientais dos créditos de carbono brasileiros	Renata Andreza Perez, Maisa de Souza Ribeiro, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Amaury José Rezende
130	REPeC-CFC	2010	Relação entre o investimento social corporativo e o valor das empresas brasileiras	Rogimário Menezes de Oliveira, Annor da Silva Junior, Alfredo Rodrigues Leite da Silva
131	REPeC-CFC	2010	Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latinoamericanas listadas na Nyse	Andréia Carneiro Vaz, Rodrigo de Souza Gonçalves, Jorge Katsumi Niyama, Andréa de Oliveira Gonçalves
132	REPeC-CFC	2011	Etapas e dificuldades de elaboração do Balanço Social de organizações não governamentais: um estudo de caso	Tathiane Lima da Silva, Marcelle Colares Oliveira, Osório Cavalcante Araújo, Maria Clara Cavalcante Bugarim
133	REPeC-CFC	2012	A evolução da RSC no Brasil entre as empresas listadas na Bovespa	Ana Gisbert, Vitória Lunardi
134	REPeC-CFC	2013	Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental	Magdalena Inglês da Costa, Luciana Silva Torres, Alessandra Vasconcelos Gallon, Márcia Martins Mendes De Luca
135	ENFOQUE-UEM	2005	Uma introdução à discussão do passivo ambiental	Lucianne Assofra Sperandio, Marcelo Trindade, Hamilton Luiz

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
				Favero
136	ENFOQUE-UEM	2007	ICMS ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental	Vera Sirlene Leonardo, Aldenir Cruz Oliveira
137	ENFOQUE-UEM	2008	Responsabilidade social: um estudo de caso em uma cooperativa paranaense	Margarete Lermen Scheibe, Dione Olesczuk Soutes
138	ENFOQUE-UEM	2008	Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial	Tânia Cristina Azevedo, Claudia Ferreira da Cruz
139	ENFOQUE-UEM	2010	Balanco social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar	Paulo Roberto da Cunha, Fabiana Gonçalves Masotti, Vanderlei dos Santos, Ilse Maria Beuren
140	ENFOQUE-UEM	2010	Análise estatística do modelo IBASE de balanço social de uma empresa do setor de siderurgia	Sandro Vieira Soares, Jovani Lanzarin, Maria Denize Henrique Casagrande
141	ENFOQUE-UEM	2010	Análise dos fundamentos teóricos associados à pesquisa contábil na área ambiental	José Paulo Cosenza, Eurídice Mamede, Luiz da Costa Laurencel
142	ENFOQUE-UEM	2010	Avaliação da sustentabilidade dos aspectos e impactos ambientais de serviços odontológicos: um estudo de caso	Luana de Souza Ramalho, Vivian Osmari Uhlmann, Elisete Dahmer Pfitscher, Edilson Citadin Rabelo
143	ENFOQUE-UEM	2011	Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social voluntária: estudo em um escritório de contabilidade	Loriberto Starosky Filho, Elisete Dahmer Pfitscher, Claudio Luiz de Freitas
144	ENFOQUE-UEM	2011	Análise de sustentabilidade sócio-ambiental da CEASA/SC	Paula Cristina Leite, Elisete Dahmer Piftscher, João Paulo de Oliveira Nunes
145	ENFOQUE-UEM	2011	O impacto de indicadores socioambientais no valor adcionado por empresas	Gabriel Moreira Campos
146	ENFOQUE-UEM	2012	Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil	Lara Fabiana Dallabona, Paulo Roberto da Cunha, Rita Buzzi Rausch
147	ENFOQUE-UEM	2012	Sistema de controle interno ambiental: estudo realizado em um hospital público	Danúbia Vegini, Elisete Dahmer Pfitscher, Maria Denize Henrique Casagrande, Vivian Osmari Uhlmann
148	ENFOQUE-UEM	2013	Ações em prol à sustentabilidade: estudo sobre a agenda 21 catarinense no curso de Ciências Contábeis nas IES privadas de Florianópolis	Marcela Monteiro, Claudio Luiz de Freitas, Elisete Dahmer Pfitscher
149	ENFOQUE-UEM	2013	Mensuração da sustentabilidade ambiental com vistas a ecoeficiência: um estudo de caso no Hotel Pirâmide em Natal/RN	Valderlândia Poição da Costa Sousa, Josélia Maria Rodrigues Andrade, Renata Paes de Barros Câmara
150	ENFOQUE-UEM	2013	Custos ambientais e logística reversa: uma análise sistêmica	Paula de Souza, Fernanda Latrônico da Silva, Antonio Cezar Bornia

PERÍODICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
151	ENFOQUE-UEM	2013	Desempenho econômico e a responsabilidade social corporativa: uma contribuição para a análise da relação destas variáveis no caso das maiores companhias abertas Brasileiras	Paulo Sérgio Almeida-Santos, Andréia Carpes Dani, Nayane Thais Krespi, Carlos Eduardo Facin Lavarda
152	ENFOQUE-UEM	2013	Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis	Alair Martendal, Vivian Osmari Uhlmann, Eleonora Milano Falcão Vieira, Elisete Dahmer Pfitscher
153	RSCG-UFRJ	2006	Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso Da Empresa Petróleo Brasileiro S.A.	Moacir Sancovski, Adolfo Henrique Coutinho e Silva
154	RSCG-UFRJ	2007	As Diferentes Dimensões da Sustentabilidade em Uma Organização da Sociedade Civil: Uma Análise da Prática Social do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia.	Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos
155	RSCG-UFRJ	2007	Dano Moral Ambiental Coletivo em Populações Atingidas por Empreendimentos Hidrelétricos: O Caso de Petrolândia - PE	Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna
156	RSCG-UFRJ	2008	Métodos Participativos no Planejamento Ambiental no Contexto de Ocupações Informais: Possibilidades e Limitações	Andrea Zellhuber
157	RSCG-UFRJ	2008	Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras	Dayane Beatrice Pereira, Raimundo Nonato Sousa Silva
158	RSCG-UFRJ	2008	Estudo de Caso do Balanço Social da Albrás: De Relatórios Internos ao Modelo GRI	Lidiane Nazaré da Silva Dias, Larissa Devi Oliveira Soekha, Estella Maris Vasconcelos de Souza
159	RSCG-UFRJ	2009	Informações Ambientais na Contabilidade Pública: Reconhecimento de sua Importância para a Sustentabilidade	Cláudia Ferreira da Cruz, Alessandra Lima Marques, Aracéli Cristina de Sousa Ferreira
160	RSCG-UFRJ	2009	Evidenciação Ambiental: Processo Estruturado de Revisão de Literatura Sobre Avaliação de Desempenho da Evidenciação Ambiental	Fabricia Silva da Rosa, Sandra Rolim Ensslin, Leonardo Ensslin
161	RSCG-UFRJ	2009	A Relação Entre Performance Financeira e Ambiental nos Países em Desenvolvimento: O Caso do Brasil	Andre Luiz Bufoni
162	RSCG-UFRJ	2009	Sistema ABC na Gestão dos Custos Ambientais: a importância de sua utilização na Gestão Ambiental	Angela Siebra Bouças, Angelo Luiz Buratto, Lino Martins da Silva
163	RSCG-UFRJ	2009	A Auditoria Ambiental como Instrumento Gerencial de Apoio à Preservação do Meio Ambiente	Francisca Regiane Chaves da Silva, Márcia Martins Mendes De Luca, Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, Marcelle Colares Oliveira
164	RSCG-UFRJ	2009	Contabilidade Ambiental e o Agronegócio: Um Estudo Empírico entre as Usinas de Cana-de-Açúcar	Juliana Vera de Assis, Maísa de Souza Ribeiro, Cláudio de Souza Miranda, Amaury José Rezende

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
165	RSCG-UFRJ	2009	Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um Estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade	Gabriella Holanda Cavalcanti Cavalcanti, Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida, Sílvia Romero de Almeida, Marizelma Patriota Limeira
166	RSCG-UFRJ	2009	Evidenciação do Conteúdo Ambiental e Social nas Demonstrações Contábeis Publicadas na BM&FBovespa no período de 2001 a 2007	Aieska Mendes G. Cordeiro, Felipe Montenegro Chaves
167	RSCG-UFRJ	2009	Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental.	Luiz dos Santos Lins, Raimundo Nonato Sousa Silva
168	RSCG-UFRJ	2010	Legitimidade Corporativa em Empresas Pertencentes a Indústrias Ambientalmente Sensíveis: um Estudo Empírico com Empresas que negociam ações na Bovespa	Antonio Gualberto Pereira, Adriano Leal Bruni, José Maria Dias Filho
169	RSCG-UFRJ	2010	A Responsabilidade Social Corporativa e o Papel da Contabilidade sob a Ótica Discente	Marco Antonio Figueiredo Milani Filho, Claudia Vasconcellos Silva Habib, Aida Maria Mendes Milani
170	RSCG-UFRJ	2011	Análise do Disclosure Relacionado a Acidentes Ambientais da Petrobras após a Lei Nº 11.638/07	Fabiano Helmer Bremerkamp, José Elias Feres de Almeida, Maria Mariete Aragão Melo Pereira
171	RSCG-UFRJ	2011	Relação entre Disclosure Ambiental e as Características Econômico-Financeiras e de Mercado das Companhias Pertencentes ao Setor de Petróleo e Gás com Atuação no Segmento de Biocombustíveis	Vivian Osmari Uhlmann, Maira Melo de Souza, Rogério João Lunkes
172	RSCG-UFRJ	2012	Disclosure Ambiental das Empresas de Energia Elétrica Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Clésia Ana Gubiani, Vanderlei dos Santos, Ilse Maria Beuren
173	RSCG-UFRJ	2012	Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa	Rosany Corrêa, Maria Tereza Saraiva de Souza, Henrique César Melo Ribeiro, Mauro Silva Ruiz
174	RSCG-UFRJ	2012	A Influência do Disclosure Ambiental na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras listadas na BM&FBovespa	Sheila Mendes Fernandes
175	RSCG-UFRJ	2013	Sustentabilidade Ambiental: Estudo em uma Instituição de Ensino Catarinense	Silvana Dalmutt Kruger, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Sergio Murilo Petri
176	ASAA-AnpCONT	2011	Evolución de la emisión de memorias de sostenibilidad conforme al modelo GRI	Igor Alvarez, Ainhoa Garayar
177	ASAA-AnpCONT	2011	Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil	Célia Braga, Márcia Suely Alves Sampaio, Arioaldo dos Santos, Patrícia Pereira da Silva
178	ASAA-AnpCONT	2011	Responsabilidade social impacta o desempenho financeiro das empresas?	Márcio André Veras Machado, Márcia Reis Machado

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
179	ASAA-AnpCONT	2012	Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional	Marcelle Colares Oliveira, Jonas Ferreira Araújo Júnior, Oderlene Vieira Oliveira, Vera Maria Rodrigues Ponte
180	RAC-UFRN	2010	Sustentabilidade através da Contabilidade Ambiental: estudo de caso em instituição hospitalar	Vinícius Pamplona, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Bernadete Limongi
181	RAC-UFRN	2010	Uma análise do interesse dos estudantes de Ciências Contábeis pela área de Contabilidade Ambiental	José Ribamar Marques de Carvalho, Francisco Allison Moreira Alexandre, Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho, Wilson Fadlo Curi
182	RAC-UFRN	2011	Práticas de responsabilidade social: um estudo nas indústrias do município de Sousa, PB	José Ribamar Marques de Carvalho, Érika Mayane Aristóteles Dutra, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho, Wilson Fadlo Curi, Rosire Catão Curi
183	RAC-UFRN	2012	Termômetro ambiental: um estudo sobre níveis de comprometimento e desempenho da gestão ambiental de uma empresa do setor fabril do estado de Santa Catarina	Fabricia Silva da Rosa, Gabriel Donadio Costa, Elisete Dahmer Pfitscher, Rogério João Lunkes
184	RAC-UFRN	2012	Mensuração da sustentabilidade empresarial: uma aplicação em hotéis localizados na via costeira da cidade de Natal/RN	Josélia Maria Rodrigues de Andrade, Renata Paes de Barros Câmara
185	RAC-UFRN	2012	A relação de risco e retorno nas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2008 a 2010	Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti, Diego Rodrigues Boente
186	RAC-UFRN	2012	Contabilidade Ambiental: um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras	Débora Pool da Silva Freitas, Jozi Cristiane da Costa Quaresma, Solimar Riograndino Zabot Schmitt, Taiane Lemõns Gonçalves, Alexandre Costa Quintana
187	RAC-UFRN	2013	Relação entre desempenho econômico e desempenho ambiental de empresas no Brasil e na Espanha	José Flávio Vasconcelos Alves, Márcia Martins Mendes De Luca, Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Alessandra Carvalho de Vasconcelos, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
188	RAC-UFRN	2013	Um estudo empírico sobre gestão de custos e riscos ambientais em empresas atuantes no Brasil	Eloy Antônio Fenker, Carlos Alberto Diehl, Tiago Wickstron Alves
189	RAC-UFRN	2013	Perfil das informações ambientais: um estudo exploratório em empresas dos setores siderúrgico e metalúrgico	Stella Maris Lima Altoé, Pedro Ylunga Costa da Silva, Josilene da Silva Barbosa, Lauro Brito de Almeida

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
190	RAC-UFRN	2013	<i>Environmental disclosure</i> - informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBOVESPA	Tiago Lucimar da Silva, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Elisete Dahmer Pfitscher, Fabrícia Silva da Rosa
191	RAC-UFRN	2013	Fatores que influenciam o <i>disclosure</i> ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010	Sheila Mendes Fernandes
192	RAC-UFRN	2013	Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE)	Wilker Barroso Miranda, Rodrigo Fernandes Malaquias
193	RAC-UFRN	2013	Análise da produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental	Pedro Ylunga Costa Da Silva, José Santo Dal Bem Pires
194	RACE-UNOESC	2012	Análise metodológica da produção científica de contabilidade ambiental nos periódicos internacionais de contabilidade	Daniela Di Domenico, Adilson Cordeiro, Paulo Roberto da Cunha
195	RACE-UNOESC	2013	Características determinantes do nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras	Jordana Marques Kneipp, Kelmara Mendes Vieira, Reisoli Bender Filho, Clandia Maffini Gomes
196	ConTexto-UFRGS	2011	Nível de divulgação e de desempenho ambiental nas empresas que integram o índice da Bovespa: uma análise descritiva	Daniel Ferreira dos Santos, Michael Dias Correa, Tatiane Antonovz
197	ConTexto-UFRGS	2001	A divulgação de informações ambientais através dos demonstrativos contábeis anuais	Mario Guilherme Rebollo
198	ConTexto-UFRGS	2007	Um estudo sobre a evidenciação dos benefícios econômicos, sociais e ambientais da Central de Separação de Recicláveis (CSR) da Companhia de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, Márcia da Silva Carvalho
199	ConTexto-UFRGS	2008	Responsabilidade social: evidenciação das práticas adotadas pelas indústrias de metais sanitários do Noroeste do Paraná	Simone Letícia Raimundini, Emanuel Rodrigues Junqueira, Edmar Bonfim de Oliveira
200	ConTexto-UFRGS	2008	A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração	Charline Barbosa Pires, Fabiana Costa da Silva Silveira
201	ConTexto-UFRGS	2009	Desenvolvimento sustentável e produção mais limpa: estudo de caso em uma empresa do setor moveleiro	Edmar Bonfim de Oliveira, Ana Cristina Fiori de Castro, Simone Letícia Raimundini, Luis Daniel Pittini Strumiello
202	ConTexto-UFRGS	2009	Análise do setor madeireiro de Roraima e sua interação com a Contabilidade Ambiental e o desenvolvimento sustentável	Patrícia Socorro da Costa Cunha, Romina Batista de Lucena de Souza, Palmira Leão de Souza
203	ConTexto-UFRGS	2010	Balanço Social: análise da evolução dos indicadores sociais e ambientais do Banrisul (2005-2007)	Rudy Gomes Gomes, Romina Batista de Lucena de Souza
204	ConTexto-UFRGS	2010	Análise do alinhamento entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil	Deisy Cristina Corrêa Igarashi, Wagner Igarashi, Erimar Cleiton de Lima, Liliane Dalbello, José Braz Hercos Junior

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
205	ConTexto-UFRGS	2010	Mapeamento da pesquisa sobre <i>disclosure</i> ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007	Fernando Dal-Ri Murcia, Ariovaldo Santos, Bruno Meireles Salotti, Artur Nascimento
206	RC&C-UFPR	2009	Custos e investimentos ambientais praticados pelas empresas do setor de energia elétrica que participam do ISE Bovespa 2008/2009	Fábio Miguel Gonçalves da Costa, Simone Bernardes Voese, Luciano Rosa
207	RC&C-UFPR	2010	Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	Marcos Antonio de Souza, Kátia Arpino Rásia, Flávia Verônica da Silva Jacques
208	RC&C-UFPR	2010	Auditoria e evidenciação ambiental: um histórico da legislação das normas brasileiras, americanas e européias	Clóvis Antônio Kronbauer, Marcos Antônio de Souza, Kátia Arpino Rásia, Flávia Verônica Silva Jacques
209	RC&C-UFPR	2011	Diagnóstico da gestão ambiental à luz do Tratado de Kyoto. O caso da UPL – Unidade Produtora de Leitões	Juliana Eliza Benetti, Marlene Fiorentin, Carlos Eduardo Facin Lavarda
210	RC&C-UFPR	2011	Investimentos sociais e ambientais de uma instituição financeira: evidenciação por meio de Balanço Social	Sandro Vieira Soares, Jovani Lanzarin, Elisete Dahmer Pfitscher
211	RC&C-UFPR	2012	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e desempenho financeiro das empresas do setor de papel e celulose	Emanuelle Cristine de Melo, Fernanda Maria de Almeida, Gislaine Aparecida da Silva Santana
212	RIC-UFPE	2009	Relação entre o EVA® e os investimentos em responsabilidade social empresarial das instituições bancárias do Brasil	Geraldo Alemandro Leite Filho
213	RIC-UFPE	2009	Gestão da responsabilidade social na Marinha do Brasil: uma proposta de Balanço Social a partir da versão do IBASE	Paulo André de Barros Correa, Frederico A. de Carvalho, Francisco José dos Santos Alves
214	RIC-UFPE	2009	Crédito de carbono: comercialização e contabilização a partir de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Carolina Veloso Maciel, Ana Rogéria Gomes Coelho, Andreza Moura Dos Santos, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Jeronymo José Libonati, João Marcelo Alves Macêdo
215	RIC-UFPE	2010	A (falta de) relação entre investimento em meio ambiente e crescimento nas vendas: uma análise com Dados em Painel	Márcia Bianchi, Rosemary Gelatti, Marcos Tadeu Caputi Lelis, Carlos Eduardo Lobato
216	RIC-UFPE	2010	Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão "G3", da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrico sul americano	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro, José Ricardo Maia de Siqueira, Marcelo Alvaro da Silva Macedo
217	RIC-UFPE	2012	Controles de gestão utilizados no gerenciamento de créditos de carbono em empresas orizícolas do Rio Grande do Sul	Ilse Maria Beuren, Adriana Kroenke, Fabiano Termus dos Santos
218	RIC-UFPE	2012	Planejamento e controle de custos ambientais: um estudo multicaso em indústria do Rio Grande do Sul	Marcos Antonio Souza, Ana Cristine Heinen, Franciele Mezzomo

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
219	RIC-UFPE	2012	Análise de sustentabilidade ambiental: estudo de caso em uma fábrica de estofados	Eduardo Coelho, Daniela Di Domênico, Elisete Dahmer Pfitscher
220	RCONT-UERJ	1999	Balanco Social e Ambiental - evidenciação do investimento no social e no ambiental	Fabiano Simões Coelho, René Gomes Dutra, Ricardo Lopes Cardoso
221	RCONT-UERJ	2009	Gastos ambientais no ramo de geração e distribuição de energia elétrica	Fabiano Maury Raupp, Carla Lucia Correia, Vladimir Athur Fey
222	RCONT-UERJ	2009	Balancos Sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas	Jose Ricardo Maia de Siqueira, Fernanda da Silva Fernandes
223	RCONT-UERJ	2012	Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental	Maísa de Souza Ribeiro
224	RCONT-UERJ	2012	Análise de conformidade ambiental de sepulcrários - estudo de casos em uma cidade catarinense	Leila Chaves Cunha, Mara Juliana Ferrari, Elisete Dahmer Pfitscher, Altair Borgert
225	RCONT-UERJ	2012	Disclosure ambiental: análise do grau de evidenciação nas Demonstrações Contábeis das empresas de transporte	Clóvis Antônio Kronbauer, Mariana Manfroí da Silva
226	RCONT-UERJ	2012	Evidenciação das operações com Crédito de Carbono: estudo realizado no Relatório de Administração e nas Notas Explicativas no período de 2010	Tatiana Gresser, Maria Denize Henrique Casagrande, Elisete Dahmer Pfitscher
227	RCONT-UERJ	2012	Informações ambientais em Notas Explicativas das empresas dos programas "Novo Mercado" e "Em Boa Companhia" da BM&F Bovespa	Sandro Vieira Soares, Elen Duran da Silva, Elisete Dahmer Pfitscher, Carina Siridarkis
228	RCONT-UERJ	2012	O Balanço Social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa	Ana Carolina Vasconcelos Colares, Valéria Gama Fully Bressan, Wagner Moura Lamounier, Danilo Lacerda Borges
229	RPC-CRC/RJ	2004	Balanço social relatório de desempenho social? Análise dos setores petroquímico e elétrico no Rio de Janeiro	Adriana Rodrigues Faur, Vanessa Santana Machado, Leonardo Pintanga Fernandes, Paulo Roberto Anderson Monteiro, Aracéli Cristina de Sousa Ferreira
230	RPC-CRC/RJ	2005	Contabilidade ambiental: fatores ambientais exógenos que interferem na riqueza celular	Vera Luise Becke
231	RPC-CRC/RJ	2006	A profissão contábil no viés da sustentabilidade	Emilio Lebre La Rovere, Eurídice Soares Mamede de Andrade, Martha Macedo L. Barata
232	RPC-CRC/RJ	2006	Balanço social como instrumento para demonstrar a reponsabilidade social das entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação	Tânia Cristina Azevedo, Claudia Ferreira da Cruz
233	RPC-CRC/RJ	2006	Responsabilidade social e o meio ambiente: novos rumos para a contabilidade	Carmen Fernández Cuesta
234	RPC-CRC/RJ	2006	Formas de apresentação da informação social e ambiental	José Paulo Cosenza, César Eduardo Stevens Kroetz

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
235	RPC-CRC/RJ	2006	O valor da contabilidade ambiental agregado ao planejamento estratégico organizacional	Ana Claudia Cardoso
236	RPC-CRC/RJ	2006	A assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: um estudo comparativo Brasil x EUA	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, Andre Luiz Bufoni
237	RPC-CRC/RJ	2006	A ciência contábil inserida no contexto ambiental	Marcos de Oliveira Pinto, Paulo Roberto de Sant'Anna
238	RPC-CRC/RJ	2006	Resíduos industriais e a questão ambiental associada à contabilidade aplicada ao ambiente natural	Maria Elisabeth Pereira Kraemer
239	RPC-CRC/RJ	2007	Análise da utilização dos indicadores essenciais da global reporting initiative nos relatórios sociais de empresas latino-americanas	Fernanda de Medeiros Carvalho, Jose Ricardo Maia de Siqueira
240	RPC-CRC/RJ	2007	Atuação do profissional da contabilidade na auditoria ambiental	Joao Antonio da Silva Cardoso, Munique Maria da Silva Cardoso, Sergio Pinto Amaral
241	RPC-CRC/RJ	2007	Utilização do modelo IASB/UNCTAD: uma análise comparativa	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, André Luiz Bufoni, Natiara Penalva Muniz
242	RPC-CRC/RJ	2008	Evidenciação Estratégica dos Pilares da Sustentabilidade Empresarial: Investigação no Relatório da Administração das Empresas que Compõem o ISE	Alessandra Vasconcelos Gallon, Sandra Rolim Ensslin
243	RPC-CRC/RJ	2008	Demonstração de Impacto Social: uma Contribuição para Evidenciação da Responsabilidade Social	Marcia Castro Silva, José Ricardo Maia de Siqueira, Macelly O. Moraes, Rodrigo Rodrigues dos Santos
244	RPC-CRC/RJ	2008	A Comercialização e a Contabilização dos Créditos de Carbono com Base em Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Ana Rogéria Gomes Coelho, Jeronimo José Libonati, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Carolina Veloso Maciel
245	RPC-CRC/RJ	2008	Pequisa sobre balanço social nos mais influentes periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro, Jose Ricardo Maia de Siqueira
246	RPC-CRC/RJ	2008	Balanço social: instrumentos de evidenciação dos objetivos sociais	Fabiano Torres Junior, Fernanda Rosa da Silva
247	RPC-CRC/RJ	2009	Desempenho Social e Ambiental do Setor Elétrico Brasileiro: uma Avaliação Apoiada em Análise Envoltória de Dados (DEA)	José Ricardo Maia de Siqueira, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Fernanda Vieira Pinto Madureira Esteves, Fernanda da Silva Fernandes
248	RPC-CRC/RJ	2009	Ativo Financeiro ou Passivo Ambiental? O Caso da Companhia Mercantil e Industrial Ingá na Baía de Sepetiba	Andre Luiz Bufoni, Márcia da Silva Carvalho
249	RPC-CRC/RJ	2009	Evidenciação dos Investimentos Ambientais em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	Fabiano Maury Raupp, Carla Lucia Correia, Vladimir Arthur Fey
250	RPC-CRC/RJ	2009	Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas Socialmente Responsáveis	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Antonio Carlos Sousa, Ana Carolina Cardoso Sousa, Fabricio Carvalho Cípola

PERIÓDICO		ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
251	RPC-CRC/RJ	2010	La información medioambiental divulgada por las empresas turísticas de alojamiento: um enfoque según la Teoría de Los Stakeholders	Fabiana de cassia de Aruajo Silva, Maria Victoria López Pérez
252	RPC-CRC/RJ	2012	Relação entre a Performance Ambiental e Financeira das Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBovespa	Vivianne Pereira Salas Roldan, José Flávio Vasconcelos Alves, Alexandra Alencar Siebra, Augusto César de Aquino cabral, Sandra Maria dos Santos
253	RPC-CRC/RJ	2012	Importância do Balanço Social para as Entidades do Terceiro Setor sob a Ótica dos Gestores das APAES da Região do Alto Vale do Itajaí/SC	Roberto Carlos Klann, Jorge Eduardo Scarpin, Silene Rengel, Paulo Roberto da Cunha
254	RPC-CRC/RJ	2012	Investimentos em Responsabilidade Social: Análise Comparativa das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos e não Concessionárias Listadas no ISE, da BM&FBovespa	Allan Pinheiro Holanda, Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Joana D'Arc de Oliveira, Márcia Martins Mendes de Luca
255	RECONT-UFAL	2013	Estrutura abrangente da contabilidade da gestão ambiental: estudo com foco na contabilidade física e monetária	Fabiane Zoraia Tribess Ono, Laurindo Panucci-Filho
256	RECONT-UFAL	2013	Investimentos em Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor nos Maiores Bancos Brasileiros	Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Allan Pinheiro Holanda, Joana D'arc de Oliveira, Márcia Martins Mendes De Luca
257	RACEF-FUNDACE	2011	Contabilidade Ambiental em Emergia do Projeto de Compensação Ambiental Ecoíris	C. M. V. B. Almeida, G. Frimaio, S. H. Bonilla, C. C. da Silva, B. F. Giannetti
258	RACEF-FUNDACE	2011	Tecnologias mais Limpas e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Contribuição de Projetos de MDL	Antônio Costa Silva Júnior, José Célio Silveira Andrade
259	RACEF-FUNDACE	2013	Evidenciação contábil e socioambiental voluntária nas instituições bancárias presentes na BOVESPA – Práticas de Governança Corporativa	Daniel Ferreira dos Santos, Anderson Catapan, Gerson Amaury Marinho, Renato da Costa dos Santos, Michael Dias Correa e Tatiane Antonovz
260	RGFC-UNEB	2012	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> : um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina	Sérgio Henrique Conceição, Gilson Barbosa Dourado, Simone Freire Silva
261	RGFC-UNEB	2012	Sustentabilidade ambiental: um estudo na autoridade portuária de Valência, Espanha	Arturo Giner Fillol, Fabícia Silva Rosa, Rogério João Lunkes, Vicente Mateo Ripoll Feliu, Cristina Crespo Soler

APÊNDICE E – Artigo sobre CA em periódicos no Brasil (1998-2013), por ano de publicação.

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
1	1998	C&F-USP/SP	O custeio por atividades aplicado ao tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental	Maísa de Souza Ribeiro
2	1998	ContV&R-UFGM	Caracterização e Mensuração dos Custos Ambientais	Jaqueline Manes Guesser, Ilse Maria Beuren
3	1999	RCONT-UERJ	Balanco Social e Ambiental - evidenciação do investimento no social e no ambiental	Fabiano Simões Coelho, René Gomes Dutra, Ricardo Lopes Cardoso
4	2001	C&F-USP/SP	Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras	Adalto de Oliveira Santos; Fernando Benedito da Silva; Synval de Souza; Marcos Francisco Rodrigues de Sousa
5	2001	ContV&R-UFGM	Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações	Maria Elisabeth Pereira Kraemer
6	2001	ConTexto-UFRGS	A divulgação de informações ambientais através dos demonstrativos contábeis anuais	Mario Guilherme Rebollo
7	2002	C&F-USP/SP	Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas	Diana Vaz de Lima; Waldyr Viegas
8	2002	RCGG-UNB	Análise da relação entre desempenho e responsabilidade social das empresas	Leonardo de Almeida Vilhena
9	2004	BBR-FUCAPE	A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspectos Sócio-ambientais e Econômico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis	Flavia Zoboli Dalmacio; Francislene F. M. de Paulo
10	2004	C&F-USP/SP	Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira	Valdiva Rossato de Souza; Maísa de Souza Ribeiro
11	2004	C&F-USP/SP	Balanco social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina	Anacleto Laurino Pinto; Maísa de Souza Ribeiro
12	2004	ContV&R-UFGM	Avaliação de Mecanismos para Análise de Custos em Investimentos Ambientais	André Luiz Ricco, Maísa de Souza Ribeiro
13	2004	RPC-CRC/RJ	Balanco social relatório de desempenho social? Análise dos setores petroquímico e elétrico no Rio de Janeiro	Adriana Rodrigues Faur, Vanessa Santana Machado, Leonardo Pintanga Fernandes, Paulo Roberto Anderson Monteiro, Araceli Cristina de Sousa Ferreira
14	2005	RUC-FURB	Evidenciação de informações ambientais pelas empresas gaúchas	Fernando Ben
15	2005	RUC-FURB	A Contabilidade Ambiental como um novo paradigma	Sidalina Santos Gonçalves, Paula Alexandra Heliodoro
16	2005	RUC-FURB	Mensuração e divulgação dos impactos ambientais na indústria: o caso R & B Plásticos da Amazônia	Mariomar de Sales Lima, Adson Soares Garcia
17	2005	RUC-FURB	<i>Responsabilidad social y control interno</i>	Juan Luis Castromán Diz, Nélida Porto Serantes

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
18	2005	RUC-FURB	Contabilidade Ambiental: estudo de caso aplicado à indústria de portas e janelas de madeira	Teresa Cristina Pereira Eugénio
19	2005	ENFOQUE-UEM	Uma introdução à discussão do passivo ambiental	Lucianne Assofra Sperandio, Marcelo Trindade, Hamilton Luiz Favero
20	2005	RPC-CRC/RJ	Contabilidade ambiental: fatores ambientais exógenos que interferem na riqueza celular	Vera Luise Becke
21	2006	BBR-FUCAPE	Evidenciando o Consumo de Recursos Naturais pelas Companhias por meio de Indicadores de Eco-eficiência	Aridelmo Teixeira, Leonardo Lima Gomes, André Carlos Busanelli de Aquino e Marcelo Sanches Pagliarussi
22	2006	ContV&R-UFG	Um Estudo Sobre os Gastos Ambientais Presentes na Contabilidade de Indústrias Químicas Brasileiras	Vera Sirlene Leonardo
23	2006	RCC-UFSC	A evidenciação do passivo ambiental: qualificando o desconhecido	Suliani Rover, Jorge Luiz Alves, José Alonso Borba
24	2006	RUC-FURB	O ensino da Contabilidade Ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório	Laura Calixto
25	2006	RUC-FURB	<i>Propuesta de indicadores de responsabilidad social preventiva</i>	Montserrat Núñez Chicharro, Inmaculada Alonso Carrillo
26	2006	CONTEXTUS-UFC	Solução Alternativa na Gestão de Resíduos Sólidos em Indústria Metalúrgica	Sidarta Ruthes, Paulo Sérgio Ceretta, Michael Ruthes
27	2006	CONTEXTUS-UFC	Modelo para Análise do Balanço Social: o caso azaléia	Jayme Marcos Aben Athar Neto
28	2006	RSCG-UFRJ	Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso Da Empresa Petróleo Brasileiro S.A.	Moacir Sancovski, Adolfo Henrique Coutinho e Silva
29	2006	RPC-CRC/RJ	A profissão contábil no viés da sustentabilidade	Emilio Lebre La Rovere, Eurídice Soares Mamede de Andrade, Martha Macedo L. Barata
30	2006	RPC-CRC/RJ	Balanço social como instrumento para demonstrar a reponsabilidade social das entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação	Tânia Cristina Azevedo, Claudia Ferreira da Cruz
31	2006	RPC-CRC/RJ	Responsabilidade social e o meio ambiente: novos rumos para a contabilidade	Carmen Fernández Cuesta
32	2006	RPC-CRC/RJ	Formas de apresentação da informação social e ambiental	José Paulo Cosenza, César Eduardo Stevens Kroetz
33	2006	RPC-CRC/RJ	O valor da contabilidade ambiental agregado ao planejamento estatégico organizacional	Ana Claudia Cardoso
34	2006	RPC-CRC/RJ	A assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: um estudo comparativo Brasil x EUA	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, Andre Luiz Bufoni
35	2006	RPC-CRC/RJ	A ciência contábil inserida no contexto ambiental	Marcos de Oliveira Pinto, Paulo Roberto de Sant'Anna

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
36	2006	RPC-CRC/RJ	Resíduos industriais e a questão ambiental associada à contabilidade aplicada ao ambiente natural	Maria Elisabeth Pereira Kraemer
37	2007	C&F-USP/SP	A uniformidade na evidenciação das informações ambientais	Rodrigo Simão da Costa; José Carlos Marion
38	2007	C&F-USP/SP	Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis <i>versus</i> internet	Laura Calixto; Ricardo Rodrigues Barbosa; Marilene Barbosa Lima
39	2007	ContV&R-UFGM	Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um Estudo Comparativo entre as Normas Internacionais (ISAR/UNCTAD), Norte Americanas e Brasileiras	Ângela Rozane de Souza Lindstaed, Ernani Ott
40	2007	BASE-UNISINOS	Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias	Sady Mazzioni, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Antonio Benedito Silva Oliveira
41	2007	RCC-UFSC	Perspectivas para a Contabilidade Ambiental	André Andrade Longaray, Rosimere Alves de Bona Porton
42	2007	RCC-UFSC	Fatores determinantes para a não elaboração e publicação do balanço social: um estudo com as empresas cerâmicas da região da AMREC	Luciana Netto Fernandes, Kátia Aurora Dalla Libera Sorato, Rosimere Alves de Bona Porton
43	2007	RCC-UFSC	Informações evidenciadas no balanço social: as percepções dos gestores de forma comparada à literatura	Sady Mazzioni, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Antônio Benedito Silva Oliveira
44	2007	RUC-FURB	<i>Planificación contable y derechos de emisión de gases de efecto invernadero</i>	Ana Isabel Mateos Ansótegui, Iñaki Bilbao Estrada
45	2007	RUC-FURB	Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental	Marli Terezinha Vieira, Ana Cristina de Faria
46	2007	C&@gro-UFRPE	Análise dos custos ambientais da indústria de couro sob a ótica da eco-eficiência	Renata Paes de Barros Câmara e Eduardo Vila Gonçalves Filho
47	2007	RCGG-UNB	Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005	Laura Calixto
48	2007	CONTEXTUS-UFC	Responsabilidade Social Corporativa: estudo comparativo das normas socioambientais	Leonel Gois Lima Oliveira, Marcelle Colares Oliveira, Francisco Roberto Pinto, Dorelland Ponte Lima
49	2007	REPeC-CFC	Teorias justificativas da Contabilidade Social: a percepção dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis no Distrito Federal	Abraão Perpétuo Guimarães, Claudio Moreira Santana
50	2007	REPeC-CFC	Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado	Silvania Neris Nossa, Aridelmo José Campanharo Teixeira, Simone Luiza Fio
51	2007	ENFOQUE-UEM	ICMS ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental	Vera Sirlene Leonardo, Aldenir Cruz Oliveira

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
52	2007	RSCG-UFRJ	As Diferentes Dimensões da Sustentabilidade em Uma Organização da Sociedade Civil: Uma Análise da Prática Social do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia.	Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos
53	2007	RSCG-UFRJ	Dano Moral Ambiental Coletivo em Populações Atingidas por Empreendimentos Hidrelétricos: O Caso de Petrolândia - PE	Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna
54	2007	ConTexto-UFRGS	Um estudo sobre a evidenciação dos benefícios econômicos, sociais e ambientais da Central de Separação de Recicláveis (CSR) da Companhia de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, Márcia da Silva Carvalho
55	2007	RPC-CRC/RJ	Análise da utilização dos indicadores essenciais da global reporting initiative nos relatórios sociais de empresas latino-americanas	Fernanda de Medeiros Carvalho, Jose Ricardo Maia de Siqueira
56	2007	RPC-CRC/RJ	Atuação do profissional da contabilidade na auditoria ambiental	Joao Antonio da Silva Cardoso, Munique Maria da Silva Cardoso, Sergio Pinto Amaral
57	2007	RPC-CRC/RJ	Utilização do modelo IASR/UNCTAD: uma análise comparativa	Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, André Luiz Bufoni, Natiara Penalva Muniz
58	2008	C&F-USP/SP	Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação	Marco Antonio Figueiredo Milani Filho
59	2008	ContV&R-UFGM	Análise das Informações Ambientais Evidenciadas nas Demonstrações Financeiras das Empresas Petroquímicas Brasileiras listadas na Bovespa	José Eliano Carneiro, Márcia Martins Mendes De Luca, Marcelle Colares Oliveira
60	2008	ContV&R-UFGM	Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?	Laura Calixto
61	2008	RCO-USP/RP	Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o <i>disclosure</i> das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental	Suliani Rover, Fernando Dal-Ri Murcia, José Alonso Borba, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
62	2008	RUC-FURB	Evolução da conduta ambiental de empresas siderúrgicas brasileiras sob a óptica dos relatórios de evidenciação ambiental	Monica Cavalcanti Sa de Abreu, Jossandra Sampaio Fernandes, Francisco de Assis Soares, José Carlos Lázaro da Silva Filho
63	2008	RUC-FURB	O Balanço Social como ferramenta de transparência para o setor público municipal	Márcia Rosane Frey, Juliana Luisa Marcuzzo, Carine de Oliveira
64	2008	RUC-FURB	<i>Auditoría interna medioambiental basada en la gestión del riesgo corporativo: un caso de estudio</i>	M. Georgina Tamborino Moraes, Javier González Benito
65	2008	RUC-FURB	<i>The corporate social responsibility and the valorisation of intangible assets</i>	Dana Valentina Greceanu
66	2008	C&@gro-UFRPE	Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?	Suliani Rover, José Alonso Borba e Altair Borgert

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
67	2008	RCGG-UNB	'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária	Fernando Da-Ri Murcia, Suliani Rover, Iran Lima, Luis Paulo Fávero, Gerlando Lima
68	2008	RCGG-UNB	A Responsabilidade Social Corporativa nos Informes Empresariais do Setor de Telecomunicações: uma análise exploratória e documental	Simone Luiza Fiório, Silvania Neris Nossa, Rosilda Aparecida da Costa, Antonio Nunes Pereira, Valcemiro Nossa
69	2008	CONTEXTUS-UFC	A Influência da Responsabilidade Social Corporativa no Comportamento do Estudante de Ciências Contábeis	Edvalda Araújo Leal, Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros, Jacqueline Florindo Borges
70	2008	REPeC-CFC	Reflexos contábeis e socioambientais dos créditos de carbono brasileiros	Renata Andreza Perez, Maisa de Souza Ribeiro, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Amaury José Rezende
71	2008	ENFOQUE-UEM	Responsabilidade social: um estudo de caso em uma cooperativa paranaense	Margarete Lermen Scheibe, Dione Olesczuk Soutes
72	2008	ENFOQUE-UEM	Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial	Tânia Cristina Azevedo, Claudia Ferreira da Cruz
73	2008	RSCG-UFRJ	Métodos Participativos no Planejamento Ambiental no Contexto de Ocupações Informais: Possibilidades e Limitações	Andrea Zellhuber
74	2008	RSCG-UFRJ	Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras	Dayane Beatrice Pereira, Raimundo Nonato Sousa Silva
75	2008	RSCG-UFRJ	Estudo de Caso do Balanço Social da Albrás: De Relatórios Internos ao Modelo GRI	Lidiane Nazaré da Silva Dias, Larissa Devi Oliveira Soekha, Estella Maris Vasconcelos de Souza
76	2008	ConTexto-UFRGS	Responsabilidade social: evidenciação das práticas adotadas pelas indústrias de metais sanitários do Noroeste do Paraná	Simone Letícia Raimundini, Emanuel Rodrigues Junqueira, Edmar Bonfim de Oliveira
77	2008	ConTexto-UFRGS	A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração	Charline Barbosa Pires, Fabiana Costa da Silva Silveira
78	2008	RPC-CRC/RJ	Evidenciação Estratégica dos Pilares da Sustentabilidade Empresarial: Investigação no Relatório da Administração das Empresas que Compõem o ISE	Alessandra Vasconcelos Gallon, Sandra Rolim Ensslin
79	2008	RPC-CRC/RJ	Demonstração de Impacto Social: uma Contribuição para Evidenciação da Responsabilidade Social	Marcia Castro Silva, José Ricardo Maia de Siqueira, Macelly O. Moraes, Rodrigo Rodrigues dos

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
				Santos
80	2008	RPC-CRC/RJ	A Comercialização e a Contabilização dos Créditos de Carbono com Base em Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Ana Rogéria Gomes Coelho, Jeronymo José Libonati, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Carolina Veloso Maciel
81	2008	RPC-CRC/RJ	Pequisa sobre balanço social nos mais influentes periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro, Jose Ricardo Maia de Siqueira
82	2008	RPC-CRC/RJ	Balanço social: instrumentos de evidenciação dos objetivos sociais	Fabiano Torres Junior, Fernanda Rosa da Silva
83	2009	BBR-FUCAPE	A Relação entre o Retorno Anormal e a Responsabilidade Social e Ambiental: Um Estudo Empírico na Bovespa no Período de 1999 a 2006	Valcemiro Nossa, Jesuina Figueira Cezar, Annor da Silva Junior, Ezio Carlos Baptista e Silvania Neris Nossa
84	2009	C&F-USP/SP	Divulgação de informações sociais por empresas brasileiras segundo os indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU	Marcelle Colares Oliveira; Marcia Martins Mendes De Luca; Vera Maria Rodrigues Ponte; João Êsio Pontes Júnior
85	2009	ContV&R-UFGM	Momento de Reconhecimento da Receita Proveniente da Venda de Créditos de Carbono: o Caso de uma Operadora de Aterro Sanitário no Estado do Espírito Santo	Maria Mariete Aragão Melo Pereira, Valcemiro Nossa, Silvania Neris Nossa
86	2009	ContV&R-UFGM	Disclosure Social e Ambiental: Análise das Pesquisas Científicas Veiculadas em Periódicos de Língua Inglesa	Artur Roberto do Nascimento, Ariovaldo dos Santos, Bruno Salotti, Fernando Dal-Ri Múrcia
87	2009	BASE-UNISINOS	Crédito Ambiental: análise para concessão de crédito sob a ótica da responsabilidade socioambiental	Hermann Erich Schlichka, Solange Garcia dos Reis, Maísa de Souza Ribeiro, Amaury José Rezende
88	2009	RCC-UFSC	Análise de sustentabilidade ambiental em uma indústria de bebidas: um enfoque no processo produtivo	Claudio Luiz de Freitas, Fernando Richartz, Elisete Dahmer Pfister
89	2009	RCC-UFSC	Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade	Carolina Veloso Maciel, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Jeronymo José Libonati, Raimundo Nonato Rodrigues
90	2009	RCC-UFSC	Sustentabilidade e contabilidade	Cassio Luiz Vellani, Maísa de Souza Ribeiro
91	2009	RCO-USP/RP	Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) no ano de 2007	Geraldo Alemandro Leite Filho, Lorene Alexandre Prates, Thiago Neiva Guimarães

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
92	2009	RCO-USP/RP	Análise do desempenho socioambiental no setor siderúrgico brasileiro	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Fabrício Carvalho Cípola
93	2009	RUC-FURB	Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Luiz João Corrar
94	2009	RUC-FURB	Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação	Marivane Vestena Rossato, Larissa de Lima Trindade, Gilberto Brondani
95	2009	C&@gro-UFRPE	Análise custo/benefício ambiental da produção de soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: o caso de Pedro Afonso - TO	Waldeci Rodrigues, Gislane Ferreira Barbosa e Alivínio Almeida
96	2009	RCGG-UNB	A Relevância da Informação Contábil Ambiental para a Tomada de Decisão de Investimento: Um Estudo Experimental	Jorge Luiz Alves, José Alonso Borba
97	2009	RCGG-UNB	Disclosure ambiental dos produtores de etanol com ações listadas na Bovespa e Nyse - Environmental disclosure by ethanol producers listed on the Bovespa and Nyse stock exchanges	Cassio Luiz Vellani
98	2009	CONTEXTUS-UFC	Evidenciação Ambiental: análise comparativa multissetorial entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra	Alex Mussoi Ribeiro, Leticia Fátima Nascimento, Hans Michael van Bellen
99	2009	CONTEXTUS-UFC	Características do Disclosure Ambiental de Empresas Brasileiras Potencialmente Poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007	Suliani Rover, José Alonso Borba, Fernando Dal-Ri Murcia
100	2009	RSCG-UFRJ	Informações Ambientais na Contabilidade Pública: Reconhecimento de sua Importância para a Sustentabilidade	Cláudia Ferreira da Cruz, Alessandra Lima Marques, Araceli Cristina de Sousa Ferreira
101	2009	RSCG-UFRJ	Evidenciação Ambiental: Processo Estruturado de Revisão de Literatura Sobre Avaliação de Desempenho da Evidenciação Ambiental	Fabírcia Silva da Rosa, Sandra Rolim Ensslin, Leonardo Ensslin
102	2009	RSCG-UFRJ	A Relação Entre Performance Financeira e Ambiental nos Países em Desenvolvimento: O Caso do Brasil	Andre Luiz Bufoni
103	2009	RSCG-UFRJ	Sistema ABC na Gestão dos Custos Ambientais: a importância de sua utilização na Gestão Ambiental	Angela Siebra Bouças, Angelo Luiz Buratto, Lino Martins da Silva
104	2009	RSCG-UFRJ	A Auditoria Ambiental como Instrumento Gerencial de Apoio à Preservação do Meio Ambiente	Francisca Regiane Chaves da Silva, Márcia Martins Mendes De Luca, Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, Marcelle Colares Oliveira

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
105	2009	RSCG-UFRJ	Contabilidade Ambiental e o Agronegócio: Um Estudo Empírico entre as Usinas de Cana-de-Açúcar	Juliana Vera de Assis, Maísa de Souza Ribeiro, Cláudio de Souza Miranda, Amaury José Rezende
106	2009	RSCG-UFRJ	Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um Estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade	Gabriella Holanda Cavalcanti Cavalcanti, Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida, Sílvia Romero de Almeida, Marizelma Patriota Limeira
107	2009	RSCG-UFRJ	Evidenciação do Conteúdo Ambiental e Social nas Demonstrações Contábeis Publicadas na BM&FBovespa no período de 2001 a 2007	Aieska Mendes G. Cordeiro, Felipe Montenegro Chaves
108	2009	RSCG-UFRJ	Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental.	Luiz dos Santos Lins, Raimundo Nonato Sousa Silva
109	2009	ConTexto-UFRGS	Desenvolvimento sustentável e produção mais limpa: estudo de caso em uma empresa do setor moveleiro	Edmar Bonfim de Oliveira, Ana Cristina Fiori de Castro, Simone Leticia Raimundini, Luis Daniel Pittini Strumiello
110	2009	ConTexto-UFRGS	Análise do setor madeireiro de Roraima e sua interação com a Contabilidade Ambiental e o desenvolvimento sustentável	Patrícia Socorro da Costa Cunha, Romina Batista de Lucena de Souza, Palmira Leão de Souza
111	2009	RC&C-UFPR	Custos e investimentos ambientais praticados pelas empresas do setor de energia elétrica que participam do ISE Bovespa 2008/2009	Fábio Miguel Gonçalves da Costa, Simone Bernardes Voese, Luciano Rosa
112	2009	RIC-UFPE	Relação entre o EVA® e os investimentos em responsabilidade social empresarial das instituições bancárias do Brasil	Geraldo Alemandro Leite Filho
113	2009	RIC-UFPE	Gestão da responsabilidade social na Marinha do Brasil: uma proposta de Balanço Social a partir da versão do IBASE	Paulo André de Barros Correa, Frederico A. de Carvalho, Francisco José dos Santos Alves
114	2009	RIC-UFPE	Crédito de carbono: comercialização e contabilização a partir de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Carolina Veloso Maciel, Ana Rogéria Gomes Coelho, Andreza Moura Dos Santos, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Jeronymo José Libonati, João Marcelo Alves Macêdo
115	2009	RCONT-UERJ	Gastos ambientais no ramo de geração e distribuição de energia elétrica	Fabiano Maury Raupp, Carla Lucia Correia, Vladimir Athur Fey
116	2009	RCONT-UERJ	Balanços Sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas	Jose Ricardo Maia de Siqueira, Fernanda da Silva Fernandes

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
117	2009	RPC-CRC/RJ	Desempenho Social e Ambiental do Setor Elétrico Brasileiro: uma Avaliação Apoiada em Análise Envolvória de Dados (DEA)	José Ricardo Maia de Siqueira, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Fernanda Vieira Pinto Madureira Esteves, Fernanda da Silva Fernandes
118	2009	RPC-CRC/RJ	Ativo Financeiro ou Passivo Ambiental? O Caso da Companhia Mercantil e Industrial Ingá na Baía de Sepetiba	Andre Luiz Bufoni, Márcia da Silva Carvalho
119	2009	RPC-CRC/RJ	Evidenciação dos Investimentos Ambientais em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	Fabiano Maury Raupp, Carla Lucia Correia, Vladimir Arthur Fey
120	2009	RPC-CRC/RJ	Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas Socialmente Responsáveis	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Antonio Carlos Sousa, Ana Carolina Cardoso Sousa, Fabricio Carvalho Cípola
121	2010	ContV&R-UFGM	Evidenciação Ambiental (EA): Contribuição da Metodologia Multicritério para Identificação dos Aspectos Financeiros para a Gestão Ambiental	Fabírcia Silva da Rosa, Araceli Cristina de Sousa Ferreira, Sandra Rolim Ensslin, Leonardo Ensslin
122	2010	ContV&R-UFGM	Análise dos Controles Internos Relacionados às Atividades Ambientais das Cooperativas Catarinenses de Energia Elétrica por meio da Matriz de Importância-Desempenho de Slack	Fábio Darci Kowalski, Francisco Carlos Fernandes, Ana Cristina de Faria
123	2010	BASE-UNISINOS	Estratégias de responsabilidade socioambiental empresarial: Carrefour e Pão de açúcar em abordagem comparada	José Milton de Sousa Filho, Lilian Soares Outtes Wanderley, Nadir Raquel Cunha França
124	2010	RCC-UFSC	Evidenciação dos custos ambientais nas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Júlio Orestes da Silva, Paulo Roberto da Cunha, Roberto Carlos Klann, Jorge Eduardo Scarpin
125	2010	RCO-USP/RP	Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras	Alex Mussoi Ribeiro, Hans Michael Van Bellen
126	2010	RCO-USP/RP	Um estudo teórico sobre a contabilização dos impactos ambientais no setor sucroalcooleiro	Angelino Fernandes Silva, Araceli Cristina de Sousa Ferreira
127	2010	RUC-FURB	<i>Las prácticas de contabilidad medioambiental em las entidades públicas portuguesas</i>	Verónica Paula Lima Ribeiro, Cristina Aibar Guzmán
128	2010	RUC-FURB	Impacto da não-preservação ambiental no resultado de uma indústria têxtil da região metropolitana de Natal	Ricardo Biali Ribeiro, Aneide Oliveira Araujo, Adilson de Lima Tavares, Carolina Moura Crystalino
129	2010	RUC-FURB	O seguro ambiental como mecanismo de minimização do passivo ambiental das empresas	Aucilene Vasconcelos Hahn, Idália Antunes Cangussú Rezende, Valcemiro Nossa
130	2010	RUC-FURB	<i>Gestión de costos medioambientales y costos de salidas no-producto</i>	Ricardo Laporta Pomi

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
131	2010	RUC-FURB	Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade	Teresa Pereira Eugenio
132	2010	C&@gro-UFRPE	Benefícios dos projetos desenvolvidos sob as premissas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na suinocultura	Laura Tonett, Valdiva Rossato de Souza e Maisa de Souza Ribeiro
133	2010	C&@gro-UFRPE	Custo/benefício da cultura de soja: análise comparativa do uso de agrotóxicos orgânicos e convencionais em Rondonópolis/MT	José Ribeiro Viana Filho, Tânia Maria Stoffel, Maria Bernadete Verdi Flores e Bruno Pereira dos Santos
134	2010	C&@gro-UFRPE	Viabilidade econômico-financeira de implantação de biodigestor: uma alternativa para reduzir os impactos ambientais causados pela suinocultura	Antonio Zanin, Fabiano Marcos Bagatini e Camila Batista Pessato
135	2010	RCGG-UNB	A Relação entre Setor Econômico e Investimentos Sociais e Ambientais	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Ariovaldo Dos Santos
136	2010	REPeC-CFC	Relação entre o investimento social corporativo e o valor das empresas brasileiras	Rogimário Menezes de Oliveira, Annor da Silva Junior, Alfredo Rodrigues Leite da Silva
137	2010	REPeC-CFC	Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latinoamericanas listadas na Nyse	Andréia Carneiro Vaz, Rodrigo de Souza Gonçalves, Jorge Katsumi Niyama, Andréa de Oliveira Gonçalves
138	2010	ENFOQUE-UEM	Balanco social no terceiro setor: análise do nível de adesão ao modelo IBASE de uma organização hospitalar	Paulo Roberto da Cunha, Fabiana Gonçalves Masotti, Vanderlei dos Santos, Ilse Maria Beuren
139	2010	ENFOQUE-UEM	Análise estatística do modelo IBASE de balanço social de uma empresa do setor de siderurgia	Sandro Vieira Soares, Jovani Lanzarin, Maria Denize Henrique Casagrande
140	2010	ENFOQUE-UEM	Análise dos fundamentos teóricos associados à pesquisa contábil na área ambiental	José Paulo Cosenza, Eurídice Mamede, Luiz da Costa Laurencel
141	2010	ENFOQUE-UEM	Avaliação da sustentabilidade dos aspectos e impactos ambientais de serviços odontológicos: um estudo de caso	Luana de Souza Ramalho, Vivian Osmari Uhlmann, Elisete Dahmer Pfitscher, Edilson Citadin Rabelo
142	2010	RSCG-UFRJ	Legitimidade Corporativa em Empresas Pertencentes a Indústrias Ambientalmente Sensíveis: um Estudo Empírico com Empresas que negociam ações na Bovespa	Antonio Gualberto Pereira, Adriano Leal Bruni, José Maria Dias Filho
143	2010	RSCG-UFRJ	A Responsabilidade Social Corporativa e o Papel da Contabilidade sob a Ótica Discente	Marco Antonio Figueiredo Milani Filho, Claudia Vasconcellos Silva Habib, Aida Maria Mendes Milani

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
144	2010	RAC-UFRN	Sustentabilidade através da Contabilidade Ambiental: estudo de caso em instituição hospitalar	Vinícius Pamplona, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Bernadete Limongi
145	2010	RAC-UFRN	Uma análise do interesse dos estudantes de Ciências Contábeis pela área de Contabilidade Ambiental	José Ribamar Marques de Carvalho, Francisco Allison Moreira Alexandre, Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho, Wilson Fadlo Curi
146	2010	ConTexto-UFRGS	Balanço Social: análise da evolução dos indicadores sociais e ambientais do Banrisul (2005-2007)	Rudy Gomes Gomes, Romina Batista de Lucena de Souza
147	2010	ConTexto-UFRGS	Análise do alinhamento entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil	Deisy Cristina Corrêa Igarashi, Wagner Igarashi, Erimar Cleiton de Lima, Liliane Dalbello, José Braz Hercos Junior
148	2010	ConTexto-UFRGS	Mapeamento da pesquisa sobre <i>disclosure</i> ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007	Fernando Dal-Ri Murcia, Ariovaldo Santos, Bruno Meireles Salotti, Artur Nascimento
149	2010	RC&C-UFPR	Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	Marcos Antonio de Souza, Kátia Arpino Rásia, Flávia Verônica da Silva Jacques
150	2010	RC&C-UFPR	Auditoria e evidenciação ambiental: um histórico da legislação das normas brasileiras, americanas e européias	Clóvis Antônio Kronbauer, Marcos Antônio de Souza, Kátia Arpino Rásia, Flávia Verônica Silva Jacques
151	2010	RIC-UFPE	A (falta de) relação entre investimento em meio ambiente e crescimento nas vendas: uma análise com Dados em Pannel	Márcia Bianchi, Rosemary Gelatti, Marcos Tadeu Caputi Lelis, Carlos Eduardo Lobato
152	2010	RIC-UFPE	Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão "G3", da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrico sul americano	Fernanda Amorim Ribeiro de Castro, José Ricardo Maia de Siqueira, Marcelo Alvaro da Silva Macedo
153	2010	RPC-CRC/RJ	La información medioambiental divulgada por las empresas turísticas de alojamiento: un enfoque según la Teoría de Los Stakeholders	Fabiana de cassia de Araujo Silva, Maria Victoria López Pérez
154	2011	C&F-USP/SP	O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco	Evimael Alves Teixeira; Valcemiro Nossa; Bruno Funchal.
155	2011	C&F-USP/SP	Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental	Alex Mussoi Ribeiro; Hans Michael Van Bellen; Luiz Nelson Guedes de Carvalho
156	2011	RCC-UFSC	Os efeitos da divulgação de impactos ambientais: um estudo de eventos em companhias petrolíferas	Kenia Genaro de Freitas Nogueira, Marcello Angotti

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
157	2011	RCC-UFSC	Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes	Jeniffer Monteiro Rodrigues, Débora Gomes Machado, Ana Paula Capuano da Cruz
158	2011	RUC-FURB	Relato da sustentabilidade social, ambiental e competitividade: enquadramento teórico	Jorge José Martins Rodrigues, Maria Manuela Rebelo Duarte
159	2011	RUC-FURB	Em busca da legitimidade social: relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente	Márcia Reis Machado, Márcio André Veras Machado, Fernando Dal Ri Murcia
160	2011	C&@gro-UFRPE	Custos ambientais da produção da soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: o caso de Pedro Afonso - TO	Waldecy Rodrigues e Gislane Ferreira Barbosa
161	2011	C&@gro-UFRPE	Integrando o custo ambiental (ch4) e os créditos de carbono (cer's) em análise de investimento agrícola: um estudo no cerrado brasileiro	Cleci Grzebieluckas, Lucila Maria de Souza Campos, Antonio Cezar Bornia e Paulo Maurício Selig
162	2011	RCGG-UNB	Gestão e Contabilidade Ambiental: Estudo de Caso em Instituição Hospitalar	Vinícius Pamplona, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Bernadete Limongi
163	2011	CONTEXTUS-UFC	Evidenciação voluntária do capital intelectual de natureza social e ambiental da empresa Natura Cosméticos S. A. no período de 2003 a 2008	Bruna Matos, Donizete Reina, Sandra Rolim Ensslin, Diane Rossi Maximiano Reina
164	2011	REPeC-CFC	Etapas e dificuldades de elaboração do Balanço Social de organizações não governamentais: um estudo de caso	Tathiane Lima da Silva, Marcelle Colares Oliveira, Osório Cavalcante Araújo, Maria Clara Cavalcante Bugarim
165	2011	ENFOQUE-UEM	Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social voluntária: estudo em um escritório de contabilidade	Loriberto Starosky Filho, Elisete Dahmer Pfitscher, Claudio Luiz de Freitas
166	2011	ENFOQUE-UEM	Análise de sustentabilidade sócio-ambiental da CEASA/SC	Paula Cristina Leite, Elisete Dahmer Pfitscher, João Paulo de Oliveira Nunes
167	2011	ENFOQUE-UEM	O impacto de indicadores socioambientais no valor adicionado por empresas	Gabriel Moreira Campos
168	2011	RSCG-UFRJ	Análise do Disclosure Relacionado a Acidentes Ambientais da Petrobras após a Lei Nº 11.638/07	Fabiano Helmer Bremenkamp, José Elias Feres de Almeida, Maria Mariete Aragão Melo Pereira
169	2011	RSCG-UFRJ	Relação entre Disclosure Ambiental e as Características Econômico-Financeiras e de Mercado das Companhias Pertencentes ao Setor de Petróleo e Gás com Atuação no Segmento de Biocombustíveis	Vivian Osmari Uhlmann, Maíra Melo de Souza, Rogério João Lunkes
170	2011	ASAA-AnpCONT	Evolución de la emisión de memorias de sostenibilidad conforme al modelo GRI	Igor Alvarez, Ainhoa Garayar

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
171	2011	ASAA-AnpCONT	Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil	Célia Braga, Márcia Suely Alves Sampaio, Ariovaldo dos Santos, Patrícia Pereira da Silva
172	2011	ASAA-AnpCONT	Responsabilidade social impacta o desempenho financeiro das empresas?	Márcio André Veras Machado, Márcia Reis Machado
173	2011	RAC-UFRN	Práticas de responsabilidade social: um estudo nas indústrias do município de Sousa, PB	José Ribamar Marques de Carvalho, Érika Mayane Aristóteles Dutra, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho, Wilson Fadlo Curi, Rosire Catão Curi
174	2011	ConTexto-UFRGS	Nível de divulgação e de desempenho ambiental nas empresas que integram o índice da Bovespa: uma análise descritiva	Daniel Ferreira dos Santos, Michael Dias Correa, Tatiane Antonovz
175	2011	RC&C-UFPR	Diagnóstico da gestão ambiental à luz do Tratado de Kyoto. O caso da UPL – Unidade Produtora de Leitões	Juliana Eliza Benetti, Marlene Fiorentin, Carlos Eduardo Facin Lavarda
176	2011	RC&C-UFPR	Investimentos sociais e ambientais de uma instituição financeira: evidenciação por meio de Balanço Social	Sandro Vieira Soares, Jovani Lanzarin, Elisete Dahmer Pfitscher
177	2011	RACEF-FUNDACE	Contabilidade Ambiental em Emergia do Projeto de Compensação Ambiental Ecoíris	C. M. V. B. Almeida, G. Frimaio, S. H. Bonilla, C. C. da Silva, B. F. Giannetti
178	2011	RACEF-FUNDACE	Tecnologias mais Limpas e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Contribuição de Projetos de MDL	Antônio Costa Silva Júnior, José Célio Silveira Andrade
179	2012	BBR-FUCAPE	Balanço contábil das nações: reflexões sobre os cenários de mudanças climáticas globais	José Roberto Kassai, Rafael Feltran-Barbieri, Luiz Nelson Carvalho, Alexandre Foschine, Yara Consuelo Cintra e Luís Eduardo Afonso
180	2012	ContV&R-UFMG	A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica	Heloisa Maria Motta Morisue, Maisa de Souza Ribeiro, Isabela Alves de Moraes Penteado
181	2012	BASE-UNISINOS	Análise das inter-relações entre sustentabilidade e competências: um estudo em uma indústria do setor eletroeletrônico	Luciano Munck, Rafael Borim de Souza
182	2012	BASE-UNISINOS	Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA	Aline Oliveira Czesnat, Denise Del Pra Netto
183	2012	BASE-UNISINOS	Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas socioambientalmente responsáveis no Brasil	Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Luiz João Corrar, José Ricardo Maia de Siqueir

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
184	2012	RCC-UFSC	Consciência Ambiental: Uma Investigação junto aos Discentes de Ciências Contábeis da Federal de Campina Grande	Rosileide Faria Sarmento, José Ribamar Marques de Carvalho, Gesinaldo Ataíde de Cândido, Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho
185	2012	RCC-UFSC	Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto	Paulo Sérgio Almeida Almeida-Santos, Alzenir José de Vargas, Dalci Mendes Almeida, Carlos Eduardo Facin Lavarda
186	2012	RUC-FURB	A evidenciação social voluntária e o acidente nuclear de Fukushima: um estudo de caso da Eletronuclear	Marlon Cruz Ferreira, Adolfo Henrique Coutinho e Silva, Manoel Marcondes Machado Neto
187	2012	RUC-FURB	Evidenciação social das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise qualitativa das ações em programas sociais externos no períodos de 2005 a 2009	Rodrigo de Souza Gonçalves, Otavio Ribeiro de Medeiros, Andrea de Oliveira Gonçalves
188	2012	RUC-FURB	Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da <i>Global Reporting Initiative</i>	Elaine Petil Nogueira, Ana Cristina de Faria
189	2012	RUC-FURB	Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra.	Francisco Alegria Carreira, Cristina Moraes da Palma
190	2012	RUC-FURB	Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras	Márcio Santos Sampaio, Sonia Maria da Silva Gomes, Adriano Leal Bruni, José Maria Dias Filho
191	2012	RUC-FURB	Evidenciação ambiental: estudo comparativo das contribuições teórico-metodológicas de Brasil e Espanha	Fabricia Silva Rosa, Barbara Lima Voss, Sandra Rolim Ensslin, Vicente Ripoll Feliu
192	2012	C&@gro-UFRPE	Estratégias de gestão ambiental: estudo de caso de Cooperativa Triticola	Juliana Eliza Benetti, Marlene Fiorentin e Jorge Ribeiro de Toledo Filho
193	2012	C&@gro-UFRPE	Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto social de empresas listadas na ISE	Nayane Thais Krespi, Maria Jaqueline Santore Utzig, Lara Fabiana Dallabona e Jorge Eduardo Scarpin
194	2012	C&@gro-UFRPE	Internalização de custos ambientais na gestão financeira das organizações: uma proposição a ser aplicada no agronegócio	Nilton dos Santos Portugal, Pedro dos Santos Portugal Júnior e Ricardo Pereira Reis
195	2012	C&@gro-UFRPE	Custos ambientais: análise de sua importância na busca da ecoeficiência em uma indústria de queijo	Martin Airton Wissmann, André fernando Hein, Joziane Follmann e Nair Inês Piotrowski Rachow

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
196	2012	C&@gro-UFRPE	Custo ambiental na cultura do algodão: um estudo de caso na região sul de Mato Grosso	Josemar Ribeiro de Oliveira, Ilírio José Rech, João Bosco Arbués Carneiro Junior e Sofia Ines Niveiros
197	2012	C&@gro-UFRPE	Evidenciação dos impactos ambientais dentro da cadeia do agronegócio: estudo sobre transporte de resíduos sólidos urbanos em uma cidade catarinense	Barbara de Lima Voss, Elisete Dahmer Pfitscher, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente e Luiz Felipe Ferreira
198	2012	C&@gro-UFRPE	O sistema orgânico e a cafeicultura familiar do Caparaó-ES: alternativa para a sustentabilidade socioeconômica?	Halloysio Miguel de Siqueira e Paulo Marcelo de Souza
199	2012	REPeC-CFC	A evolução da RSC no Brasil entre as empresas listadas na Bovespa	Ana Gisbert, Vitória Lunardi
200	2012	ENFOQUE-UEM	Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil	Lara Fabiana Dallabona, Paulo Roberto da Cunha, Rita Buzzi Rausch
201	2012	ENFOQUE-UEM	Sistema de controle interno ambiental: estudo realizado em um hospital público	Danúbia Vegini, Elisete Dahmer Pfitscher, Maria Denize Henrique Casagrande, Vivian Osmari Uhlmann
202	2012	RSCG-UFRJ	Disclosure Ambiental das Empresas de Energia Elétrica Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Clésia Ana Gubiani, Vanderlei dos Santos, Ilse Maria Beuren
203	2012	RSCG-UFRJ	Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa	Rosany Corrêa, Maria Tereza Saraiva de Souza, Henrique César Melo Ribeiro, Mauro Silva Ruiz
204	2012	RSCG-UFRJ	A Influência do Disclosure Ambiental na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras listadas na BM&FBovespa	Sheila Mendes Fernandes
205	2012	ASAA-AnpCONT	Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional	Marcelle Colares Oliveira, Jonas Ferreira Araújo Júnior, Oderlene Vieira Oliveira, Vera Maria Rodrigues Ponte
206	2012	RAC-UFRN	Termômetro ambiental: um estudo sobre níveis de comprometimento e desempenho da gestão ambiental de uma empresa do setor fabril do estado de Santa Catarina	Fabírcia Silva da Rosa, Gabriel Donadio Costa, Elisete Dahmer Pfitscher, Rogério João Lunkes
207	2012	RAC-UFRN	Mensuração da sustentabilidade empresarial: uma aplicação em hotéis localizados na via costeira da cidade de Natal/RN	Josélia Maria Rodrigues de Andrade, Renata Paes de Barros Câmara
208	2012	RAC-UFRN	A relação de risco e retorno nas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2008 a 2010	Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti, Diego Rodrigues Boente

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
209	2012	RAC-UFRN	Contabilidade Ambiental: um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras	Débora Pool da Silva Freitas, Jozi Cristiane da Costa Quaresma, Solimar Riograndino Zabot Schmitt, Taiane Lemõns Gonçalves, Alexandre Costa Quintana
210	2012	RACE-UNOESC	Análise metodológica da produção científica de contabilidade ambiental nos periódicos internacionais de contabilidade	Daniela Di Domenico, Adilson Cordeiro, Paulo Roberto da Cunha
211	2012	RC&C-UFPR	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e desempenho financeiro das empresas do setor de papel e celulose	Emanuelle Cristine de Melo, Fernanda Maria de Almeida, Gislaine Aparecida da Silva Santana
212	2012	RIC-UFPE	Controles de gestão utilizados no gerenciamento de créditos de carbono em empresas orizícolas do Rio Grande do Sul	Ilse Maria Beuren, Adriana Kroenke, Fabiano Termus dos Santos
213	2012	RIC-UFPE	Planejamento e controle de custos ambientais: um estudo multicaso em indústria do Rio Grande do Sul	Marcos Antonio Souza, Ana Cristine Heinen, Franciele Mezzomo
214	2012	RIC-UFPE	Análise de sustentabilidade ambiental: estudo de caso em uma fábrica de estofados	Eduardo Coelho, Daniela Di Domênico, Elisete Dahmer Pfitscher
215	2012	RCONT-UERJ	Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental	Maísa de Souza Ribeiro
216	2012	RCONT-UERJ	Análise de conformidade ambiental de sepulcrários - estudo de casos em uma cidade catarinense	Leila Chaves Cunha, Mara Juliana Ferrari, Elisete Dahmer Pfitscher, Altair Borgert
217	2012	RCONT-UERJ	<i>Disclosure</i> ambiental: análise do grau de evidenciação nas Demonstrações Contábeis das empresas de transporte	Clóvis Antônio Kronbauer, Mariana Manfroí da Silva
218	2012	RCONT-UERJ	Evidenciação das operações com Crédito de Carbono: estudo realizado no Relatório de Administração e nas Notas Explicativas no período de 2010	Tatiana Gresser, Maria Denize Henrique Casagrande, Elisete Dahmer Pfitscher
219	2012	RCONT-UERJ	Informações ambientais em Notas Explicativas das empresas dos programas "Novo Mercado" e "Em Boa Companhia" da BM&F Bovespa	Sandro Vieira Soares, Elen Duran da Silva, Elisete Dahmer Pfitscher, Carina Siridarkis
220	2012	RCONT-UERJ	O Balanço Social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa	Ana Carolina Vasconcelos Colares, Valéria Gama Fully Bressan, Wagner Moura Lamounier, Danilo Lacerda Borges
221	2012	RPC-CRC/RJ	Relação entre a Performance Ambiental e Financeira das Empresas de Capital Aberto Listadas na BM&FBovespa	Vivianne Pereira Salas Roldan, José Flávio Vasconcelos Alves, Alexandra Alencar Siebra, Augusto César de Aquino cabral, Sandra Maria dos Santos

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
222	2012	RPC-CRC/RJ	Importância do Balanço Social para as Entidades do Terceiro Setor sob a Ótica dos Gestores das APAES da Região do Alto Vale do Itajaí/SC	Roberto Carlos Klann, Jorge Eduardo Scarpin, Silene Rengel, Paulo Roberto da Cunha
223	2012	RPC-CRC/RJ	Investimentos em Responsabilidade Social: Análise Comparativa das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos e não Concessionárias Listadas no ISE, da BM&FBovespa	Allan Pinheiro Holanda, Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Joana D'Arc de Oliveira, Márcia Martins Mendes de Luca
224	2012	RGFC-UNEB	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> : um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina	Sérgio Henrique Conceição, Gilson Barbosa Dourado, Simone Freire Silva
225	2012	RGFC-UNEB	Sustentabilidade ambiental: um estudo na autoridade portuária de Valência, Espanha	Arturo Giner Fillol, Fabrícia Silva Rosa, Rogério João Lunkes, Vicente Mateo Ripoll Feliu, Cristina Crespo Soler
226	2013	BBR-FUCAPE	Teoria da identidade: estudo da existência de ações socioambientais semelhantes no setor elétrico brasileiro	Alita de Oliveira Arantes, Fátima de Souza Freire e Eric Adrian Mattos Barreto Junior
227	2013	C&F-USP/SP	<i>Social disclosure</i> e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil.	Rodrigo de Souza Gonçalves; Otávio Ribeiro de Medeiros; Jorge Katsumi Niyama; Elionor Farah Jreige Weffort
228	2013	C&F-USP/SP	Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras	Barbara de Lima Voss; Elisete Dahmer Pfitscher; Fabrícia Silva da Rosa; Maisa de Souza Ribeiro
229	2013	BASE-UNISINOS	Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE	Ilse Maria Beuren, Vanderlei dos Santos, Clésia Ana Gubiani
230	2013	BASE-UNISINOS	Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem?	Marcio de Oliveira Mota, Adriana Carla Avelino Mazza, Francisco Correia de Oliveira
231	2013	RCO-USP/RP	<i>Environmental, social + sustainability accounting: quo vadis?</i>	Rob Gray
232	2013	RCO-USP/RP	Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para falta de comparabilidade e objetividade?	Alex M. Ribeiro, Carlos H. S. Carmo, Luiz Nelson G. de Carvalho
233	2013	RCO-USP/RP	Avaliação da influência dos <i>stakeholders</i> na proatividade ambiental de empresas brasileiras	Mônica Cavalcanti Sá Abreu, Francisco Cesar Castro, José Carlos Lazaro
234	2013	RCO-USP/RP	Evidenciação de informações ambientais: proposta de um indicador a partir da percepção de especialistas	Ramon K. B. Bachmann, Leandro M. Carneiro, Márcia M. S. B. Espejo

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
235	2013	RCO-USP/RP	A divulgação voluntária de informações sustentáveis: uma análise comparativa das empresas espanholas e brasileiras	Marta Cristina P. Grecco, Marco Antonio F. M. Filho, Liliane C. Segura, Isabel-Maria G. Sanchez, Luis R. Dominguez
236	2013	RCO-USP/RP	Os efeitos dos <i>disclosure</i> ambiental negativo involuntário: um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição	Sheila Mendes Fernandes
237	2013	RCO-USP/RP	Percepções de gestores sobre as contribuições do processo de certificação ISSO 14001 nas práticas de gestão ambiental	Vilma G. Slomski, Anisio C. Pereira, Silvia B. de Melo, Elionor F. J. Weffor
238	2013	RCO-USP/RP	Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis	Carolina Pasquini Novelini, Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi
239	2013	RCO-USP/RP	Evidenciação do risco empresarial e ambiental diante das mudanças climáticas e do aquecimento global	Euridice Soares Mamede de Andrade, José Paulo Cosenza, Luiz Pinguelli Rosa
240	2013	RUC-FURB	Evidenciações de informações sociais em seis bancos brasileiros - uma análise à luz da Teoria Institucional	José Maria Dias Filho, Fábio Viana de Moura
241	2013	C&@gro-UFRPE	Classificando os custos da sustentabilidade: uma proposta de classificação para uma empresa do ramo de pesquisa agropecuária e extensão rural	Alessandra Rodrigues Machado de Araujo, Fabricia Silva da Rosa e Elisete Dahmer Pfitcher
242	2013	C&@gro-UFRPE	Levantamento exploratório de referencial teórico sobre o tema custos ambientais	Lucila Maria de Souza Campos, Andréa Cristina Trierweiler, Danielly Nunes de Carvalho, Thiago Henrique Silva dos Santos, Antonio Cezar Bornia e Blênio Cezar Severo Peixe
243	2013	RCGG-UNB	Evidenciação Ambiental Voluntária e as Práticas de Governança Corporativa de Empresas Listadas na Bm&Fbovespa	Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, Geovanne Dias De Moura, Luciane Dagostini, Nelson Hein
244	2013	REPeC-CFC	Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental	Magdalena Inglês da Costa, Luciana Silva Torres, Alessandra Vasconcelos Gallon, Márcia Martins Mendes De Luca
245	2013	ENFOQUE-UEM	Ações em prol à sustentabilidade: estudo sobre a agenda 21 catarinense no curso de Ciências Contábeis nas IES privadas de Florianópolis	Marcela Monteiro, Claudio Luiz de Freitas, Elisete Dahmer Pfitcher

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
246	2013	ENFOQUE-UEM	Mensuração da sustentabilidade ambiental com vistas a ecoeficiência: um estudo de caso no Hotel Pirâmide em Natal/RN	Valderlândia Poição da Costa Sousa, Josélia Maria Rodrigues Andrade, Renata Paes de Barros Câmara
247	2013	ENFOQUE-UEM	Custos ambientais e logística reversa: uma análise sistêmica	Paula de Souza, Fernanda Latrônico da Silva, Antonio Cezar Bornia
248	2013	ENFOQUE-UEM	Desempenho econômico e a responsabilidade social corporativa: uma contribuição para a análise da relação destas variáveis no caso das maiores companhias abertas Brasileiras	Paulo Sérgio Almeida-Santos, Andréia Carpes Dani, Nayane Thais Krespi, Carlos Eduardo Facin Lavarda
249	2013	ENFOQUE-UEM	Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis	Alair Martendal, Vivian Osmari Uhlmann, Eleonora Milano Falcão Vieira, Elisete Dahmer Pfitscher
250	2013	RSCG-UFRJ	Sustentabilidade Ambiental: Estudo em uma Instituição de Ensino Catarinense	Silvana Dalmutt Kruger, Elisete Dahmer Pfitscher, Vivian Osmari Uhlmann, Sergio Murilo Petri
251	2013	RAC-UFRN	Relação entre desempenho econômico e desempenho ambiental de empresas no Brasil e na Espanha	José Flávio Vasconcelos Alves, Márcia Martins Mendes De Luca, Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Alessandra Carvalho de Vasconcelos, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
252	2013	RAC-UFRN	Um estudo empírico sobre gestão de custos e riscos ambientais em empresas atuantes no Brasil	Eloy Antônio Fenker, Carlos Alberto Diehl, Tiago Wickstron Alves
253	2013	RAC-UFRN	Perfil das informações ambientais: um estudo exploratório em empresas dos setores siderúrgico e metalúrgico	Stella Maris Lima Altoé, Pedro Ylunga Costa da Silva, Josilene da Silva Barbosa, Lauro Brito de Almeida
254	2013	RAC-UFRN	<i>Environmental disclosure</i> - informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBOVESPA	Tiago Lucimar da Silva, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Elisete Dahmer Pfitscher, Fabrícia Silva da Rosa
255	2013	RAC-UFRN	Fatores que influenciam o <i>disclosure</i> ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010	Sheila Mendes Fernandes
256	2013	RAC-UFRN	Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE)	Wilker Barroso Miranda, Rodrigo Fernandes Malaquias
257	2013	RAC-UFRN	Análise da produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental	Pedro Ylunga Costa Da Silva, José Santo Dal Bem Pires

N.	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR(ES)
258	2013	RACE-UNOESC	Características determinantes do nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras	Jordana Marques Kneipp, Kelmara Mendes Vieira, Reisoli Bender Filho, Clandia Maffini Gomes
259	2013	RECONT-UFAL	Estrutura abrangente da contabilidade da gestão ambiental: estudo com foco na contabilidade física e monetária	Fabiane Zoraia Tribess Ono, Laurindo Panucci-Filho
260	2013	RECONT-UFAL	Investimentos em Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor nos Maiores Bancos Brasileiros	Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Allan Pinheiro Holanda, Joana D'arc de Oliveira, Márcia Martins Mendes De Luca
261	2013	RACEF-FUNDACE	Evidenciação contábil e socioambiental voluntária nas instituições bancárias presentes na BOVESPA – Práticas de Governança Corporativa	Daniel Ferreira dos Santos, Anderson Catapan, Gerson Amaury Marinho, Renato da Costa dos Santos, Michael Dias Correa e Tatiane Antonovz